

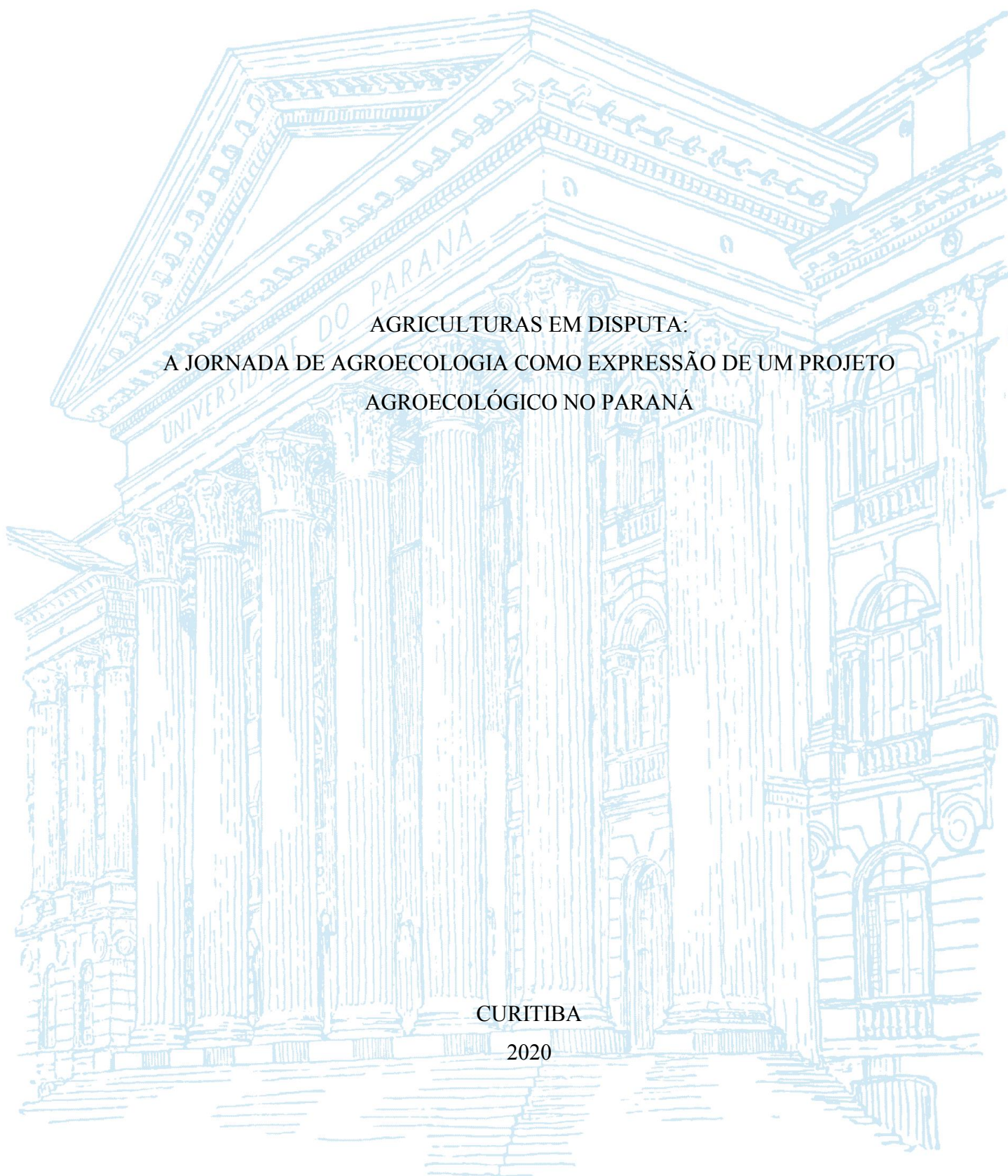
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAUÊ BARREIROS CORRÊA PESSOA GUIMARÃES

AGRICULTURAS EM DISPUTA:
A JORNADA DE AGROECOLOGIA COMO EXPRESSÃO DE UM PROJETO
AGROECOLÓGICO NO PARANÁ

CURITIBA

2020



KAUÊ BARREIROS CORRÊA PESSOA GUIMARÃES

AGRICULTURAS EM DISPUTA:
A JORNADA DE AGROECOLOGIA COMO EXPRESSÃO DE UM PROJETO
AGROECOLÓGICO NO PARANÁ

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg
Coorientador: Prof. Dr. Diego Dominguez

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Guimarães, Kauê Barreiros Correa Pessoa

Agriculturas em disputa : A Jornada de Agroecologia como expressão de um projeto agroecológico no Paraná. / Kauê Barreiros Correa Pessoa Guimarães. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Coorientador : Prof. Dr. Diego Dominguez

1. Ecologia agrícola. 2. Agricultura – Aspectos ambientais. 3. Ecologia política. 4. Agroindústria. I. Brandenburg, Alfio, 1949-. II. Dominguez, Diego. III. Título.

CDD – 333.72

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **KAUE BARREIROS CORREA PESSOA GUIMARAES** intitulada: **AGRICULTURAS EM DISPUTA: A JORNADA DE AGROECOLOGIA COMO EXPRESSÃO DE UM PROJETO AGROECOLÓGICO NO PARANÁ.**, sob orientação do Prof. Dr. ALFIO BRANDENBURG, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica
10/08/2020 20:39:18.0
ALFIO BRANDENBURG
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 14:55:12.0
JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 12:30:08.0
HIEDA MARIA PAGLIOSA CORONA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ - PPGDDR)

Assinatura Eletrônica
11/08/2020 13:29:40.0
ISLANDIA BEZERRA DA COSTA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A Roald Corrêa e Amália Barreiros.
A todos os camponeses e camponesas que lutam e resistem pelo acesso a terra,
pela agroecologia e por melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, Roald e Amália, pelos exemplos de vida e pelo incentivo e apoio para a minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais, Carlos e Karina, pelo amor incondicional.

À Lucía, pelo carinho e acompanhamento durante esses anos, que tornaram essa trajetória mais simples e leve.

Ao meu orientador, Alfio Brandenburg, por todos os ensinamentos e acompanhamento nesses anos, sempre disposto e paciente para me orientar, nos mais mínimos detalhes, e pelo seu exemplo de serenidade e competência.

Ao Diego Domínguez e ao Pablo Barbeta, por gentilmente me receberem e me acompanharem em Buenos Aires, sem medirem esforços para me aconselhar e ajudar e, pela amizade que esse encontro me proporcionou. E, especialmente, ao Diego Domínguez por sua disposição para me coorientar nesta tese e pelos ensinamentos.

Aos professores e professoras que participaram da banca de qualificação e defesa, pela leitura dedicada e contribuições para esta tese.

Aos companheiros e companheiras com quem caminhei junto essa trajetória ou parte dela e aos amigos e amigas que encontrei durante o doutorado. Aos amigos e amigas de Ourinhos, Curitiba e Buenos Aires, que tornam a vida mais leve e alegre.

À Universidade Federal do Paraná, onde percorri a minha trajetória acadêmica até este momento e, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, onde pude realizar o doutorado. Aos professores e professoras que contribuíram para minha formação durante esse período de doutorado, em especial a Maria Tarcisa.

Ao Katiano, pela atenção e disposição durante esses anos.

A todos aqueles e aquelas que contribuíram de maneira direta ou indireta para a realização desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa.



FEIRA
DA AGROBIODIVERSIDADE, CAMPONESA
E POPULAR E CULINÁRIA DA TERRA

18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA
CURITIBA/PR
23 AGO A 01 SET

APOIO:

APREA
Instituto de Defesa do Consumidor

BY HENRICH RÖLL STIFTUNG
FONDAZIONE

fair
for life

CAPA

ADUNIOESTE
Associação de Desenvolvimento da Região Oeste

ANDES
Associação Nacional de Estudantes

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a Jornada de Agroecologia do Paraná. Compreendemos a Jornada de Agroecologia como expressão de um projeto agroecológico promovido durante as recentes décadas no estado do Paraná, em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio. Podemos acentuar que o projeto agroecológico está inserido numa arena de disputas, de maneira que é preciso considerar que essas disputas têm como protagonistas atores sociais que possuem territorialidades e ruralidades distintas e estimulam projetos para a agricultura também distintos e até mesmo opostos. No caso do projeto agroecológico, é possível assinalar que revela e promove uma série de narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais baseadas na perspectiva agroecológica, que oferece um conjunto de ferramentas que ajudam a questionar e denunciar o projeto do agronegócio e os impactos que provoca, assim como a valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato. Desse modo, nosso objetivo é analisar a formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia, buscando entender sua construção enquanto projeto popular e examinar suas principais narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais estimuladas para recuperar experiências sociais ocultas pelo projeto do agronegócio e para promover novas experiências sociais. Para realizar esta pesquisa, propomos um tripé teórico-metodológico multidisciplinar, composto pelo pensamento decolonial, pela ecologia política e pela sociologia proposta por Boaventura de Sousa Santos – a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Em síntese, podemos destacar que o projeto agroecológico corresponde a uma iniciativa político-social, cultural, econômica e ambiental pioneira, elaborada e levada adiante por um conjunto de atores sociais plurais comprometidos com outro saber-fazer agricultura, que tem contribuído para valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná.

Palavras-Chave: Jornada de Agroecologia. Agroecologia. Pensamento Decolonial. Ecologia Política. Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências.

ABSTRACT

The object of this research is the Jornada de Agroecología de Paraná. We consider the Jornada de Agroecología as an expression of an agroecological project promoted during the recent decades in the state of Paraná, in opposition and as an alternative to the agribusiness project. We can emphasize that the agroecological project is inserted in an arena of disputes, so it is necessary to consider that these disputes have as protagonists social actors that have distinct territorialities and ruralities and stimulate projects for agriculture that are also distinct and even opposed. In the case of the agroecological project, it is possible to point out that it reveals and promotes a series of political-social, cultural, economic, and environmental narratives and practices based on the agroecological perspective, which offers a set of tools that help discuss and denounce the agribusiness project and the impacts it causes, as well as to value and promote agroecology and the recognition of peasantry. Thus, our goal is to analyze the formation of the agroecological project from the the Jornada de Agroecologia, seeking to understand its construction as a popular project and to examine its main narratives and political-social, cultural, economic, and environmental practices stimulated to recover social experiences hidden by the agribusiness project and to promote new social experiences. To carry out this research, we propose a multidisciplinary theoretical-methodological tripod, composed of decolonial thinking, political ecology and the sociology proposed by Boaventura de Sousa Santos – the sociology of absences, the sociology of emergencies and the work of translation. In summary, we can highlight that the agroecological project corresponds to a pioneering political-social, cultural, economic and environmental initiative, elaborated and carried out by a set of plural social actors committed to other agricultural know-how, which has contributed to valorize and promote agroecology and the recognition of peasantry in the state of Paraná.

Keywords: Jornada de Agroecologia. Agroecology. Decolonial Thought. Political Ecology. Sociology of Absences and Sociology of Emergence.

RESUMEN

El objeto de esta investigación es la Jornada de Agroecología de Paraná. Entendemos la Jornada de Agroecología como expresión de un proyecto agroecológico impulsado durante las últimas décadas en el estado de Paraná, en contraposición y como alternativa al proyecto del agronegocio. Podemos destacar que el proyecto agroecológico se inserta en una arena de disputas, siendo necesario considerar que estas disputas tienen como protagonistas a actores sociales que tienen territorialidades y ruralidades distintas y estimulan proyectos para la agricultura también distintos e incluso opuestos. En el caso del proyecto agroecológico, es posible señalar que revela y promueve una serie de narrativas y prácticas político-sociales, culturales, económicas y ambientales basadas en la perspectiva agroecológica, que ofrece un conjunto de herramientas que ayudan a cuestionar y denunciar el proyecto del agronegocio y los impactos que provoca, así como a valorar y promover la agroecología y el reconocimiento de los campesinos. Así, nuestro objetivo es analizar la formación del proyecto agroecológico a partir de la Jornada de Agroecología, buscando comprender su construcción como proyecto popular y examinar sus principales narrativas y prácticas político-sociales, culturales, económicas y ambientales estimuladas para recuperar experiencias sociales ocultas por el proyecto del agronegocio y promover nuevas experiencias sociales. Para llevar a cabo esta investigación, proponemos un trípode teórico-metodológico multidisciplinar, compuesto por el pensamiento decolonial, la ecología política y la sociología propuesta por Boaventura de Sousa Santos – la sociología de las ausencias, la sociología de las emergencias y el trabajo de traducción. En resumen, podemos destacar que el proyecto agroecológico corresponde a una iniciativa político-social, cultural, económico y ambiental pionera, elaborada y llevada a cabo por un conjunto de actores sociales plurales y comprometidos con otro saber-hacer agricultura, que ha contribuido a valorizar y promover la agroecología y el reconocimiento del campesinado en el estado de Paraná.

Palabras-clave: Jornada de Agroecología. Agroecología. Pensamiento Decolonial. Ecología Política. Sociología de las Ausencias e Sociología de las Emergencias.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	PROPOSTA DO TRIPÉ TEÓRICO-METODOLÓGICO	33
FIGURA 2 –	COMPOSIÇÃO DA RACIONALIDADE AMBIENTAL	51
FIGURA 3 –	CAPA DO CADERNO DA PRIMEIRA JORNADA PARANAENSE DE AGROECOLOGIA	119
FIGURA 4 –	IDENTIDADE VISUAL DO PROJETO AGROECOLÓGICO	124
FIGURA 5 –	MÍSTICA DE ABERTURA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA .	140
FIGURA 6 –	FEIRA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	143
FIGURA 7 –	MUNICÍPIOS ONDE OCORRERAM EVENTOS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA NO ESTADO DO PARANÁ.....	154
FIGURA 8 –	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO- ORIENTAL PARANAENSE.....	155
FIGURA 9 –	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA OESTE PARANAENSE.....	168
FIGURA 10 –	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDOESTE PARANAENSE.....	184
FIGURA 11 –	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE CENTRAL PARANAENSE	198
FIGURA 12 –	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDESTE PARANAENSE.....	220
FIGURA 13 –	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA	230
FIGURA 14 –	CARTAZ DA JORNADA DE AGROECOLOGIA EM HOMENAGEM AO KENO	236
FIGURA 15 –	MUNICÍPIOS COM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES COM PRODUÇÃO ORGÂNICA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	259
FIGURA 16 –	QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO PARANÁ.....	260
FIGURA 17 –	MOCHILA JORNADA DE AGROECOLOGIA.....	287
FIGURA 18 –	MÍSTICA DE ABERTURA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA .	288

FIGURA 19 – TÚNEL DO TEMPO DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	289
FIGURA 20 – FEIRA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	290
FIGURA 21 – ESCOLAS E CENTROS DE AGROECOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	297

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REPRESENTATIVIDADE DOS ENTREVISTADOS E ENTREVISTADAS DO PROJETO AGROECOLÓGICO	39
QUADRO 2 – LÓGICAS DE PRODUÇÕES DE AUSÊNCIAS	58
QUADRO 3 – LÓGICAS DE PRODUÇÕES DE AUSÊNCIAS E ECOLOGIAS DE CONTESTAÇÕES	59
QUADRO 4 – PRINCIPAIS CAMPOS SOCIAIS PARA AMPLIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS	61
QUADRO 5 – CURSOS DE STRICTO SENSU EM AGROECOLOGIA NO BRASIL ...	105
QUADRO 6 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO BRASIL	106
QUADRO 7 – LINHAS DE PESQUISA DA EMBRAPA AGROBIOLOGIA E EMBRAPA MEIO AMBIENTE	108
QUADRO 8 – OBJETIVOS DO PROJETO AGROECOLÓGICO APRESENTADOS NO MANIFESTO POLÍTICO	121
QUADRO 9 – PRINCIPAIS TEMAS DAS CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	130
QUADRO 10 – PRINCIPAIS TEMAS DAS OFICINAS AGROECOLOGICAS DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE CURITIBA	136
QUADRO 11 – PRINCIPAIS INTENÇÕES LOCAIS DO PROJETO AGROECOLÓGICO	151
QUADRO 12 – MUNICÍPIOS ONDE OCORRERAM EVENTOS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA	153
QUADRO 13 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 1ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	159
QUADRO 14 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 2ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	165
QUADRO 15 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 3ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	166
QUADRO 16 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 4ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	175
QUADRO 17 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 5ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	176

QUADRO 18 – PROGRAMAÇÃO DA 6ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	177
QUADRO 19 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 6ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	179
QUADRO 20 – PROGRAMAÇÃO DA 7ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	180
QUADRO 21 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 7ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	183
QUADRO 22 – PROGRAMAÇÃO DA 8ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	190
QUADRO 23 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 8ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	193
QUADRO 24 – PROGRAMAÇÃO DA 9ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	194
QUADRO 25 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 9ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	197
QUADRO 26 – PROGRAMAÇÃO DA 10ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	204
QUADRO 27 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 10ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	207
QUADRO 28 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 11ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	208
QUADRO 29 – PROGRAMAÇÃO DA 12ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	213
QUADRO 30 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 12ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	215
QUADRO 31 – PROGRAMAÇÃO DA 13ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	216
QUADRO 32 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 13ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	218
QUADRO 33 – PROGRAMAÇÃO DA 14ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	225
QUADRO 34 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 14ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	228
QUADRO 35 – PROGRAMAÇÃO DA 15ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	233
QUADRO 36 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 15ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	235
QUADRO 37 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 16ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	237
QUADRO 38 – PROGRAMAÇÃO DA 17ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	245
QUADRO 39 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 17ª	
JORNADA DE AGROECOLOGIA	247

QUADRO 40 – PROGRAMAÇÃO DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	247
QUADRO 41 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	252
QUADRO 42 – PRINCIPAIS TEMAS DAS EDIÇÕES DA JORNADA DE AGROECOLOGIA	255
QUADRO 43 – LISTA DAS OFICINAIS AGROECOLÓGICAS REALIZADAS NA 17ª JORNADA DE AGROECOLOGIA	298
QUADRO 44 – ATORES SOCIAIS QUE PARTICIPARAM DA COORDENAÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO.....	303

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	TRATORES E ESTABELECIMENTOS COM USO DE INSUMOS QUÍMICOS NO BRASIL E PARANÁ – 1970 – 1980	74
TABELA 2 –	PESSOAL OCUPADO TRABALHO FAMILIAR E TRABALHO TEMPORÁRIO NO PARANÁ – 1970 – 1980	76
TABELA 3 –	POPULAÇÃO RURAL E NAS CIDADES DO PARANÁ – 1970 – 1980...	76
TABELA 4 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – CENTRO ORIENTAL PARANAENSE	157
TABELA 5 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – OESTE PARANAENSE	169
TABELA 6 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – SUDOESTE PARANAENSE	186
TABELA 7 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – NORTE CENTRAL PARANAENSE.....	200
TABELA 8 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – SUDESTE PARANAENSE	221
TABELA 9 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – METROPOLITANA DE CURITIBA.....	231
TABELA 10 –	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO PARANÁ	261
TABELA 11 –	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – CENTRO ORIENTAL PARANAENSE.....	291
TABELA 12 –	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – OESTE PARANAENSE.....	292
TABELA 13 –	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – SUDOESTE PARANAENSE.....	293
TABELA 14 –	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – NORTE CENTRAL PARANAENSE	294
TABELA 15 –	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – SUDESTE PARANAENSE.....	295
TABELA 16 –	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – METROPOLITANA DE CURITIBA	296

TABELA 17 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL	304
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CONTROLE DO MERCADO MUNDIAL DE SEMENTES E DE AGROTÓXICOS – 2017 (%)	72
GRÁFICO 2 – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO BRASIL – 1998 – 2018	79
GRÁFICO 3 – RECURSOS DESTINADOS – PAA	223

LISTA DE SIGLAS

ABA	– Associação Brasileira Agroecologia
ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	– Articulação Nacional de Agroecologia
AOPA	– Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
AS-PTA	– Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR	– Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ASSIS	– Associação Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis
CANGO	– Companhia Agrícola General Osório
CAPA	– Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor
CBA	– Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEAGRO	– Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CETAP	– Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CIMAs	– Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade
CITLA	– Clevelândia Industrial e Territorial
CNPAB	– Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia
CNPMA	– Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
COPAVI	– Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
CONTRAF	– Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
CPRA	– Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CTA	– Centros de Tecnologias Alternativas
CTNBio	– Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DEM	– Democratas
DESER	– Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EBAA	– Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ELAA	– Escola Latino-americana de Agroecologia
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMS	– Escola Milton Santos de Agroecologia
ENA	– Encontro Nacional de Agroecologia
FAEAB	– Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FEAB	– Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETRAF	– Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IAPAR	– Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	– Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFES	– Instituto Federal do Espírito Santo
IFRR	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
ITEPA	– Instituto Técnico de Educação e Pesquisa na Reforma Agrária
IUCN	– <i>International Union for Conservation of Nature and Natural Resources</i>
IUPN	– <i>International Union for the Protection of Nature</i>
MAB	– Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIT	– <i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MMC	– Movimento de Mulheres Camponesas
MOC	– Movimento de Organização Comunitária
MPA	– Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU	– Organização das Nações Unidas
ORGANIS	– Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PATAC	– Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas
PFL	– Partido da Frente Liberal
PJR	– Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO	– Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	– Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	– Partido dos Trabalhadores

PTA-FASE	– Projeto Tecnologias Alternativas – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
SINITOX	– Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
SNCR	– Sistema Nacional de Crédito Rural
STF	– Supremo Tribunal Federal
STR	– Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UEL	– Universidade Estadual de Londrina
UEM	– Universidade Estadual de Maringá
UEMA	– Universidade Estadual do Maranhão
UERR	– Universidade Estadual de Roraima
UFFS	– Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPB	– Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	– Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar	– Universidade Federal de São Carlos
UFV	– Universidade Federal de Viçosa
UNCED	– <i>United Nations Conference on Environment and Development</i>
UNEB	– Universidade do Estado da Bahia
UNEP	– <i>United Nations Environment Programme</i>
UNIOESTE	– Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIVASF	– Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNSCCUR	– <i>United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources</i>
WCED	– <i>World Commission on Environment and Development</i>
WWF	– <i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	25
INTRODUÇÃO	28
CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	32
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS	40
1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	42
1.1 FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DECOLONIAL	42
1.2 FUNDAMENTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA	48
1.3 FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS, DA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DO TRABALHO DE TRADUÇÃO.....	56
RESUMO DO CAPÍTULO.....	62
2 AVANÇO DO CAPITAL NA AGRICULTURA	63
2.1 DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO E ESTRATÉGIA	63
2.2 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO POLÍTICO- TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA CAPITALISTA	66
2.3 AVANÇO DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO BRASIL	73
RESUMO DO CAPÍTULO.....	80
3 ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA	82
3.1 GOVERNANÇA AMBIENTAL: JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL OU ESVERDEAMENTO DA ECONOMIA?	82
3.2 ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: DA AGRICULTURA ALTERNATIVA À AGROECOLOGIA.....	91
3.3 AGROECOLOGIA: ENTRE A PERSPECTIVA POLÍTICO-SOCIAL E A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL	97
RESUMO DO CAPÍTULO.....	110

4	SURGIMENTO DO PROJETO AGROECOLÓGICO	112
4.1	DAS PROPOSTAS À ELABORAÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO	113
4.2	MANIFESTO POLÍTICO E SÍMBOLOS: OS VALORES DO PROJETO AGROECOLÓGICO	117
4.3	DINÂMICA E CARACTERÍSTICAS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA	125
4.3.1	<i>Marcha</i>	126
4.3.2	<i>Conferências e seminários temáticos</i>	128
4.3.3	<i>Oficinas agroecológicas</i>	131
4.3.4	<i>Valorização das identidades e expressões camponesas e ecológicas</i>	137
4.3.5	<i>Feira</i>	142
4.3.6	<i>Trocas de sementes crioulas</i>	145
4.3.7	<i>Elaboração da carta e ato político</i>	148
	RESUMO DO CAPÍTULO	150
5	A FORMAÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO A PARTIR DA JORNADA DE AGROECOLOGIA	151
5.1	PONTA GROSSA: SURGIMENTO DO PROJETO AGROECOLÓGICO E DISPUTAS COM PROTAGONISTAS DO PROJETO DO AGRONEGÓCIO – MONSANTO	154
5.2	CASCADEL: DISPUTAS COM PROTAGONISTAS DO PROJETO DO AGRONEGÓCIO – SYNGENTA	167
5.3	FRANCISCO BELTRÃO: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E RECONHECIMENTO DO CAMPESINATO	184
5.4	LONDRINA: ACENTUAÇÃO DA DIMENSÃO EDUCACIONAL – UNIVERSIDADES	197
5.5	MARINGÁ: ACENTUAÇÃO DA DIMENSÃO EDUCACIONAL – MOVIMENTOS SOCIAIS	209

5.6	IRATI: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA, RECONHECIMENTO DO CAMPESINATO TRADICIONAL E CRIMINALIZAÇÃO DOS CAMPONESES E CAMPONESAS	219
5.7	LAPA: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E RECONHECIMENTO DO CAMPESINATO	229
5.8	CURITIBA: APROXIMAÇÃO CAMPO E CIDADE	238
5.9	ELEMENTOS REVELADOS PELO PROJETO AGROECOLÓGICO E PELA JORNADA DE AGROECOLOGIA	254
	RESUMO DO CAPÍTULO.....	262
	CONCLUSÃO	264
	REFERÊNCIAS	268
	APÊNDICE 1 – FOTOS	287
	ANEXO 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS POR MESORREGIÃO GEOGRÁFICA – PARANÁ	291
	ANEXO 2 – ESCOLAS E CENTROS DE AGROECOLOGIA	297
	ANEXO 3 – OFICINAS AGROECOLÓGICAS	298
	ANEXO 4 – ATORES SOCIAIS	303
	ANEXO 5 – PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL	304

APRESENTAÇÃO

Me aproximar do tema rural e ambiental por meio das pesquisas me levou a um passado recente da minha vida, quando, ainda criança, acompanhava meu avô, Roald Corrêa, nos pequenos sítios e chácaras de Ourinhos, no interior do estado de São Paulo, em seu compromisso como médico. O meu “reencontro” com o mundo rural durante os anos de doutorado me trouxeram inúmeras lembranças daqueles tempos em que as fantasias de criança revelavam um mundo mais justo que meu avô me ensinou a promover nas gentilezas cotidianas. Acredito que o meu interesse e direcionamento ao tema rural e ambiental, agora como cientista social, tenha uma relação direta com aquele meu passado e com as lembranças que a vida constantemente tem me presenteado.

Meu primeiro contato com a Sociologia Rural e com a Sociologia Ambiental foi durante a graduação em Ciências Sociais, com a minha inscrição e presença nessas disciplinas, que eram optativas e ministradas respectivamente por Osvaldo Heller da Silva e Alfio Brandenburg, e que me ajudaram a despertar em outro mundo. Posteriormente, mas ainda durante a graduação, eu me candidatei e comecei a integrar como bolsista no projeto de extensão denominado: “Feiras de Produtos Orgânicos”, que era coordenado naquele momento por Luciano de Almeida e por Paulo Niederle. Posso ressaltar que a minha participação naquele projeto me possibilitou aproximar-me da comunidade, de camponeses e camponesas e de consumidores e consumidoras, assim como a entender sobre os modos de produção e o consumo dos alimentos orgânicos e agroecológicos, as demandas e os interesses dos principais atores sociais associados a esses modelos e as disputas ao seu redor. Um processo que me levou a repensar minhas próprias escolhas alimentares, procurando consumir produtos social e economicamente justos para os produtores e produtoras e ambientalmente sustentável.

Foi durante aquele mesmo período que eu conheci a Jornada de Agroecologia e comecei a acompanhá-la, mesmo que numa posição distante de compreender a sua realidade e sua complexidade. No entanto, somente em 2015 que eu pude presenciar, pela primeira vez, uma edição da Jornada de Agroecologia: a 14ª edição em Irati. É essencial lembrar que a edição de Irati teve um aspecto político relevante, que esteve marcado durante o evento com a memória e a denúncia da criminalização de camponeses e camponesas por meio da chamada “Operação Agro-fantasma”. Me lembro que aquela edição ocorreu numa área distante do centro da cidade, nas dependências do Centro de Tradições Willy Laars, um recinto de exposição rural que é um espaço comum aos pequenos e médios municípios do nosso país. Assim que entrei no recinto,

me inscrevi e lembro de receber uma mochila, estampada com o símbolo da Jornada de Agroecologia e com o número daquela edição – Cf. Apêndice 1 –, em seu interior havia um bloco de anotações, canetas e cadernos didáticos com informações políticas e técnicas sobre agroecologia. Ao entrar naquele espaço me impressionei com a estrutura e o tamanho do evento e com a quantidade de voluntários e voluntárias, dos quais a maioria eram camponeses e camponesas, me chamou a atenção que todos e todas possuíam coletes coloridos – na cor vermelha para o MST e verde para a Via Campesina – estampados nas costas com a responsabilidade de cada voluntário e voluntária durante o evento. Além disso, recordo da variedade de produtos agroecológicos disponíveis para venda na feira, bem como da diversidade de sementes crioulas para as trocas. Também me lembro da disposição e da decoração do palco principal, montado com muito cuidado – buscando representar os modos de vida camponesa – para receber as conferências e seminários, como também da quantidade de pessoas que estavam presenciando-os. Naqueles dias em que pude participar do evento, testemunhei distintos discursos e relatos político-sociais, culturais, econômicos, ecológicos e técnicos baseados numa perspectiva social e economicamente justa e ambientalmente sustentável, visando alcançar melhores condições de reprodução da vida – social e biológica – nos espaços rurais.

Posso assinalar que a minha ida ao evento daquele ano me provocou inúmeros questionamentos, aumentando o meu interesse pessoal e como pesquisador pela agroecologia, o que passou a impulsionar meus passos como pesquisador, resultando na presente tese de doutorado. Nesse caminho, posso destacar que eu comecei meu doutorado em 2016 e, numa das primeiras conversas com meu orientador, ele me propôs pesquisar a Jornada de Agroecologia, e aceitei. A proposta inicial era que me somasse a um projeto coletivo que estava sendo elaborado por ele e que seria composto por uma série de temas, em que cada um dos temas seria tratado por um pesquisador ou pesquisadora. Como ele próprio me mencionou, elaborar esse projeto de pesquisa foi uma demanda das lideranças dos movimentos sociais, com o interesse em recuperar a memória da Jornada de Agroecologia.

Contudo, com o cenário político, institucional e econômico complicado pelo qual passa o nosso país, áreas como ciências e educação – assim como demais áreas – passaram a ser duramente impactadas e, na esteira desse processo, o nosso projeto coletivo também. Com isso, as nossas pesquisas passaram a ser levadas adiante de maneira individual, por cada um dos pesquisadores e pesquisadoras do projeto – embora obviamente elas estejam diretamente relacionadas – o que não diminuiu a complexidade das pesquisas ou os obstáculos que os pesquisadores e pesquisadoras têm que encarar no nosso país e, soma-se a isso, o momento em que o mundo atravessa em 2020, com a pandemia de Covid-19 – e que, cabe assinalar, acabou levando

ao cancelamento, pela primeira vez, de uma edição da Jornada de Agroecologia como uma medida de segurança. Também cabe destacar que, embora o tempo dedicado à presente pesquisa e a escrita desta tese tenham sido marcados em sua maioria por um trabalho pessoal, houve, como em todas as pesquisas, um constante processo de diálogo, de encontros e reencontros, sobretudo com o meu orientador e com meu coorientador, mas também com professores e professoras, com companheiros e companheiras de doutorado e com diversos atores sociais que promovem o projeto agroecológico, o que ajudou a enriquecer as análises e a facilitar o entendimento da complexidade do tema proposto. Desse modo, escrever esta tese no plural acredito ser a melhor maneira de retratar esse amplo e rico processo de trocas durante todos esses anos; por sua vez, devo esclarecer que eu busco adotar uma redação no singular somente quando é mencionada uma experiência pessoal. Assim como, acredito que também é necessário ressaltar que procurei ao máximo, durante a escrita desta tese, adotar uma linguagem que contemple a linguagem de gênero.

Finalmente, nos parece necessário indicar que entendemos que a crise ambiental e social que tem se estendido durante as décadas, somada com a atual crise provocada pela pandemia de Covid-19 – que tem impactado de maneira incalculável todo o mundo, acima de tudo os mais pobres do Sul Global – requer que repensemos como sociedade o atual modelo político-social e econômico dominante, problematizando os controles político-sociais, econômicos e ambientais, e seus corolários. Nesse aspecto, acreditamos que aos pesquisadores e pesquisadoras de todas as áreas das ciências, cabe um trabalho político e ético que é essencial, descolonizar e democratizar os conhecimentos e as ciências por meio de um conjunto de processos que visem recuperar, produzir e promover aqueles conhecimentos e aquelas ciências que estejam comprometidas com a justiça social e econômica, e com a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, entendemos que destacar e analisar a Jornada de Agroecologia – que completará duas décadas de lutas e de resistências – que é elaborada e promovida por um conjunto de atores sociais plurais em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, colabora de alguma maneira com isso.

INTRODUÇÃO

A nossa pesquisa tem como objeto a Jornada de Agroecologia. Entendemos a Jornada de Agroecologia como a maior expressão de um projeto agroecológico que tem sido promovido durante quase duas décadas no estado do Paraná, em oposição e como alternativa à agricultura capitalista, que atualmente é revelada pelo projeto do agronegócio. Dessa maneira, a princípio nos parece necessário colocar em destaque a agricultura capitalista. Podemos assinalar que desde a segunda metade do século XX em diante é possível notar um crescente aumento do capital na agricultura praticada em inúmeros países, inclusive nos países latino-americanos, um processo que caminha orientado pelo discurso de “desenvolvimento” e que sempre esteve pautado e mediado por interesses e controles político-sociais e econômicos de determinados atores sociais e institucionais. O avanço do capital na agricultura desses países promoveu uma recorrente territorialização da agricultura capitalista e consequentemente com isso, a um processo de desterritorialização de um conjunto de outras agriculturas que já eram praticadas, levando ao que Harvey (2005) denomina como acumulação por espoliação. Um processo que tem se desdobrado no decorrer do tempo numa série de impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais nos espaços rurais¹ de todo o mundo e que é acentuado nos países do Sul Global.²

No caso brasileiro, os estímulos que foram dados para a adoção e para o estabelecimento da agricultura capitalista tiveram um papel essencial do poder público durante a década de 1960 – em pleno período da ditadura cívico-militar – e que foram acentuados com o passar das décadas. Naquele momento, os principais incentivos estavam marcados pela disponibilidade dos créditos subsidiados para a adoção das tecnologias, acima de tudo, estadunidenses – o denominado pacote tecnológico da Revolução Verde – mas que cabe destacar, foram promovidos de maneira desproporcional, favorecendo aos médios e grandes produtores e produtoras rurais que possuíam capacidade para investir e acessar os créditos disponibilizados. Nesse aspecto, Beskow (1985) indica que em 10 anos – de 1966 até 1976 – ao redor de 42% do crédito foram destinados aos médios produtores e produtoras rurais e ao redor de 34% para os grandes produtores e produtoras rurais. Sendo assim, Maria José Carneiro (1998) assinala que os efeitos desses estímulos no país não foram uniformes, apresentando distintas proporções e impactando de

¹ Adotamos o termo espaços rurais no plural como maneira de destacar a pluralidade do mundo rural. Cabe apontar que no caso brasileiro, Wanderley (2004) antecipou essa diversidade, indicando que o “[...] mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (p.96).

² Assumimos a noção de Sul Global como uma dimensão epistemológica, situada em oposição ao Norte Global.

maneira variada as diferentes categorias de agricultores e agricultoras. Dessa maneira, em termos gerais esse período passou a ser reconhecido como o período da modernização conservadora (Silva, 1996),³ em que recebeu impulso uma agricultura que podemos marcar que estava cada vez mais dissociada do saber-fazer camponês, da função social da terra e da sustentabilidade ambiental.

Como consequência do avanço do capital na agricultura brasileira a partir da década de 1960, houve um crescente aumento da concentração fundiária e também de renda, aumentando a quantidade de pobres nos espaços rurais. Um processo que acabou se desdobrando numa série de outros fatores que ajudaram a desestruturar social e economicamente os campesinatos e com isso, muitos dos camponeses e camponesas tiveram que caminhar em direção às cidades do país em busca de trabalhos para poderem sobreviver (Silva, 1996),⁴ inclusive no estado do Paraná. Em termos ambientais os impactos também têm sido recorrentes, dos quais podemos destacar desde a degradação dos solos, passando pelo crescente consumo, desperdício e contaminação das águas, pela contaminação das sementes e a crescente perda da biodiversidade, pela contaminação dos alimentos e da natureza devido à aplicação de agrotóxicos, até o aumento do desmatamento e uma série de outros problemas (Gliessman, 2002). Além disso, também é necessário ter em conta o constante aumento e o agravamento de inúmeras doenças ligadas à insegurança alimentar, bem como os recorrentes envenenamentos de pessoas pelo uso de agrotóxicos no país (Carneiro et al., 2015). Processos que ajudam a acentuar aquilo em que Leff (2004) destaca como crise ambiental.⁵

Como uma resposta ao aumento dos impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais provocados desde a agricultura capitalista, têm sido estimulados inúmeros processos de lutas e de resistências com base na agroecologia – em muitos casos de atores sociais silenciados do Sul Global – em diversos países do mundo, acima de tudo nos países latino-americanos. Retomando a Sevilla Guzmán (2015), podemos destacar a agroecologia como uma resposta (essencial) às primeiras manifestações da crise social e ambiental nos espaços rurais promovi-

³ Silva (1996) acentua que o termo modernização é adotado em referência às transformações nas bases técnicas da produção agrícola, como também a transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura capitalista.

⁴ Quanto ao capitalismo e sua capacidade de reestruturação social e econômica, Galeano (2004) declara: “Cada vez queda más gente a la vera del camino, sin trabajo en el campo, donde el latifundio reina con sus gigantescos eriales, y sin trabajo en la ciudad, donde reinan las máquinas: el sistema vomita hombres” (2004, p.19).

⁵ Essa crise ambiental, contudo, passa a ser tratada por um conjunto de atores sociais e desde diferentes concepções. Cabe destacar que uma dessas – que podemos acentuar que possui um caráter dominante – surge desde os receios dos riscos de contaminações e de degradações ambientais em algumas regiões do planeta – que incluem os espaços rurais. Abrindo caminho para aquilo que Beck (1998) denomina como: sociedade de risco. Processo que deu início ainda na década de 1960 a um movimento social – e moral – de contestações e reivindicações sociais e ambientais em determinados países do Norte Global.

das pela agricultura capitalista. Quanto à agroecologia em si, Sevilla Guzmán (2011) a reconhece como um manejo ecológico dos recursos naturais que se dá por meio de modos de ação social coletiva ou, em outras palavras, podemos compreender a agroecologia como uma prática agrícola apoiada num manejo sustentável que está orientada desde um conjunto de ações político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas que estimulam a justiça em termos sociais e econômicos, como também a sustentabilidade ambiental, ou ainda: entendê-la como um saber-fazer agricultura que é ecológico, oposto e alternativo à agricultura capitalista. Nesta direção, compreendemos que agroecologia é a base de propostas que representam aquilo que Arturo Escobar (2005a) reconhece como “pós-desenvolvimento”. Para o autor colombiano, o pós-desenvolvimento não expressa uma proposta para promover um novo modelo de “desenvolvimento” capitalista para as sociedades contemporâneas – como veremos que ocorre desde muitas das perspectivas atualmente – ou ainda uma proposta para alcançar uma superação temporal do “desenvolvimento”, ao contrário, é uma proposta que procura colocar em destaque e denunciar os impactos provocados pelo capitalismo e dessa maneira estimular possibilidade de conceber e de promover um conjunto de distintas alternativas ao capitalismo (Escobar, 2005a). Desse modo, é possível destacar que esse caráter político-social, cultural, econômico e ecológico que contém a agroecologia caminha nessa direção, pois, além de possuir a capacidade de lançar ferramentas para a recuperação de conhecimentos e de práticas camponesas – que podemos reconhecer como as epistemologias do Sul⁶ (Santos, 2018) – também tem capacidade de estimular a criação de novos conhecimentos e práticas, como veremos nesta tese.

No entanto, nos parece necessário lembrar que o projeto agroecológico – assim como as demais iniciativas e experiências agroecológicas – está inserido numa arena de disputas. Por sua vez, é preciso ter em conta que essas disputas têm como protagonistas atores sociais que possuem territorialidades⁷ e ruralidades⁸ distintas e que dessa maneira acabam por estimular projetos político-sociais, culturais, econômicos e ecológicos também distintos e até mesmo opostos para a agricultura. Porém, cabe apontar que essas disputas levadas adiante nesses espaços rurais não ocorrem somente entre dois protagonistas com perspectivas distintas, há inúmeros embates promovidos com variadas dimensões e com intenções diferentes. Deste modo, cabe

⁶ Santos (2018) entende por epistemologias do sul a produção de conhecimentos baseados em experiências de grupos sociais suprimidos pelas injustiças e violências geradas pelo colonialismo e pelo capitalismo.

⁷ Assumimos o termo territorialidades como a representação dos modos de uso dos territórios, como é compreendido e destacado por Fernandes (2009).

⁸ Compreendemos o termo ruralidades como as expressões e representações sociais, culturais, econômicas e ambientais que possuem os distintos atores sociais presentes nos diversos espaços rurais.

recordar Brandenburg (2010), que recorre à imagem de um mosaico dos espaços rurais, procurando expressar as distintas ruralidades presentes, porém, como é possível perceber nesta pesquisa, destacamos dois projetos opostos: o projeto do agronegócio e um projeto agroecológico. Nessa arena de disputas, o projeto agroecológico, ao qual mencionamos, tem buscado revelar e promover uma série de narrativas e de práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas baseadas na perspectiva agroecológica, e que concede um conjunto de ferramentas que ajuda a confrontar o projeto do agronegócio e os seus impactos. Desse modo, podemos destacar aqueles que foram os principais impulsos iniciais que promoveram o projeto agroecológico: (a) o crescente avanço do capital na agricultura brasileira e a consequente acentuação dos processos de apropriação e de exploração ambiental, político-social e econômica nos espaços rurais; (b) a inadiável necessidade de elaborar e de estimular alternativas populares em resposta e oposição ao projeto do agronegócio; (c) as recorrentes aproximações de distintos atores sociais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato no estado do Paraná – como os próprios camponeses e camponesas (a maioria),⁹ técnicos e técnicas, professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, entre outros – e; (d) a dedicação desse conjunto de atores sociais na elaboração e na promoção de um projeto agroecológico num período em que predominam os interesses e domínios de uma elite social e econômica em todos os setores da sociedade, inclusive nos espaços rurais. Com isso, em síntese, podemos assinalar que o projeto agroecológico corresponde a uma pioneira iniciativa político-social, cultural, econômica e ecológica elaborada e que tem sido levada adiante por atores sociais plurais, comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia, como também com o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná, que, em poucas palavras e com base em Motta e Zarth (2008) e Wanderley (2014), podemos entender que o campesinato representa um modo de viver e de trabalhar nos espaços rurais, caracterizado pela estrutura familiar, mas que apresenta uma diversidade de expressões político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, revelando assim uma condição camponesa que historicamente está presente no nosso país em suas mais variadas expressões, embora haja uma recorrente tentativa em ocultá-la.

⁹ Assumimos o conceito de camponês e camponesa como uma categoria política, sem excluir as distintas identidades, símbolos e representações sociais, culturais, econômicas e ambientais que orientam a reprodução do modo de vida desses atores sociais. Wanderley (2014), nesta direção, sublinha que: “Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias ‘camponês’ e ‘campesinato’. Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas” (p.31).

Frente ao exposto, nos aparece o seguinte **questionamento**: quais são as principais narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas estimuladas desde o projeto agroecológico durante essas quase duas décadas e em que medida essas narrativas e práticas têm contribuído para a recuperação, valorização e promoção da agroecologia enquanto uma alternativa ao projeto do agronegócio e no reconhecimento do campesinato no estado do Paraná?

Desse modo, nosso **objetivo central** nesta pesquisa é analisar e compreender a formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia, buscando entender sua construção enquanto um projeto popular e procurando examinar quais as principais narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas estimuladas para recuperar experiências sociais ocultas pelo projeto do agronegócio e para promover novas experiências sociais.

Assim, os **objetivos específicos** são:

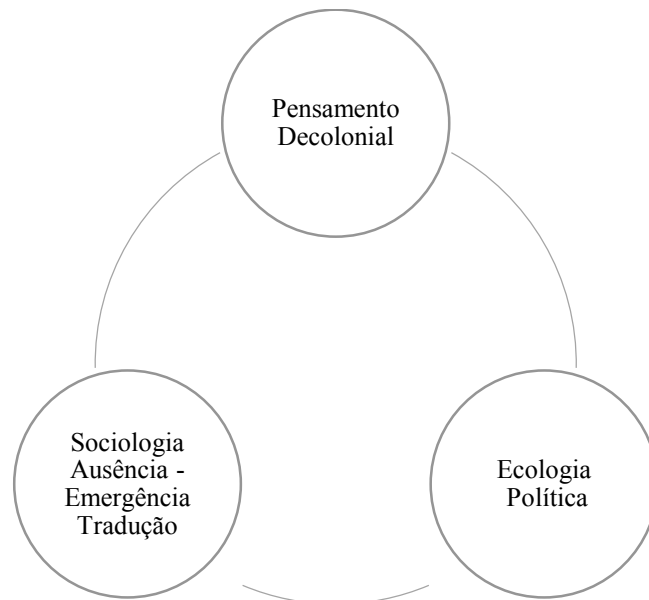
- Revelar e analisar o avanço do capital na agricultura, a formação de um padrão tecnológico agrícola e a consolidação da agricultura capitalista durante a segunda metade do século XX, procurando compreender os principais impactos provocados a partir desse modelo de agricultura;
- Descrever e analisar a formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia, considerando suas propostas e orientações político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas;
- Analisar as principais narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas promovidas a partir do projeto agroecológico para a recuperação, valorização e promoção da agroecologia e para o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná.

CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nós indicamos adiante o **caminho teórico-metodológico** que tomamos para realizar a presente pesquisa, convém assinalar que a nossa proposta possui como base uma noção crítica de análise. Para isso, recorreremos a um conjunto de abordagens que apresentam conceitos, noções e categorias que nos ajudam a analisar e entender os processos de apropriações e explorações ambientais e sociais promovidos desde a racionalidade da modernidade-colonialidade –

que, no caso da agricultura, ocorre desde a agricultura capitalista – e dos impactos desse processo, como também as narrativas e iniciativas promovidas em oposição e como alternativa a esse processo – muitas delas por atores sociais silenciados –, como o projeto agroecológico. Para tanto, propomos visualizar essas abordagens como um tripé teórico-metodológico multidisciplinar, que buscamos colocar num constante processo de diálogo, compreendendo que o recurso dialógico nos permite ampliar e enriquecer nossa proposta de análise. Assim, o tripé é composto pelo pensamento decolonial, pela ecologia política e pelo procedimento sociológico que é proposto por Boaventura de Sousa Santos, que está constituído pela sociologia das ausências, pela sociologia das emergências e pelo trabalho de tradução.

FIGURA 1 – PROPOSTA DO TRIPÉ TEÓRICO-METODOLÓGICO



Fonte: O autor (2020)

De maneira resumida podemos indicar que o pensamento decolonial oferece concepções que nos ajudam a entender o processo de colonização¹⁰ e de colonialidade do poder¹¹ (Quijano, 1992) – cabe esclarecer que representam processos distintos – pelo qual passou (e passa) o nosso continente e a colocar em questionamento a racionalidade da modernidade-colonialidade, ou seja, as relações de poder. Com base em Grosfoguel (2012), nós podemos compreender que a colonialidade do poder representa uma multiplicidade de hierarquias de poder estabelecidas desde o pilar binário “ocidente – não ocidente” que controlam inúmeros níveis da vida cotidiana contemporânea. Esse questionamento nos parece essencial para poder analisar os processos de lutas e de resistências levados adiante por atores sociais silenciados nas sociedades latino-americanas e que buscam decolonizar distintos níveis da vida cotidiana contemporânea. Porém, nos parece necessário destacar que o pensamento decolonial não está associado a uma nacionalidade ou local em especial, tampouco é preciso ser latino-americano ou viver no nosso continente para promovê-lo¹² (Escobar, 2003). A ecologia política – que nós podemos compreender como um campo de pensamento crítico¹³ e de ação política (Leff, 2003) – oferece um conjunto de fundamentos para colocar em contestação distintos processos de apropriação e de exploração ambiental, social e econômica que têm sido estimulados pelo capitalismo, que está orientado pela racionalidade da modernidade-colonialidade. Além disso, a ecologia política nos permite compreender os processos de lutas e de resistências socioambientais de atores sociais silenciados – pela racionalidade da modernidade-colonialidade – que ocorrem tanto por meio de disputas diretas, como também por meio daquilo que Scott (2002) denomina como resistências cotidianas, em referência aos camponeses e camponesas. Desse modo, compreendemos que o pensamento decolonial e a ecologia política possuem pontos em comum e caminham em paralelo. Finalmente, nós entendemos que a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o

¹⁰ Quijano (1992) menciona que “fue establecida una relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes. Esa dominación se conoce como colonialismo” (p.11). No continente latino-americano, o colonialismo que expõe o autor peruano, teve início há mais de 500 anos com a Conquista e dominação social e ambiental do território e povos pelos europeus. Desse modo, na nossa perspectiva, ter em consideração os processos sócio-históricos de ocupação e dominação do território latino-americano é essencial para compreender os contextos sociais e políticos, como os impactos ambientais, na atualidade do continente, ainda mais quando se propõe um estudo sobre o tema rural e ambiental latino-americano.

¹¹ A colonialidade representa a continuação das relações de poder do período de colonização europeia e que seguem sendo reproduzidas nas sociedades latino-americanas ao longo dos séculos, mesmo com o final do longo período colonial, representando aquilo que poderíamos entender como uma “herança” (Quijano, 1992).

¹² Arturo Escobar (2003), nessa direção, sublinha que: “‘Latinoamérica’ en sí misma deviene una perspectiva que puede ser practicada en múltiples espacios, con tal de que se constituya desde elaboraciones contrahegemónicas que desafien el supuesto mismo de Latinoamérica como objeto de estudio constituido, previo a y afuera de los discursos a menudo imperialistas que lo construyen” (p.69).

¹³ Héctor Alimonda (2017) pontua que o fundamento do pensamento crítico é encontrado na desconformidade com elementos e processos dominantes e na procura de alternativas. Sendo um marco do pensamento latino-americano, sobretudo, com a contestação do predomínio da lógica euro-estadunidense em diferentes frentes.

trabalho de tradução, que são procedimentos sociológicos propostos por Boaventura de Sousa Santos, oferece um conjunto de fundamentos que nos ajudam a analisar o projeto agroecológico e os estímulos que tem promovido em torno da construção de narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas em busca da recuperação das experiências sociais desperdiçadas pela racionalidade da modernidade-colonialidade e para a criação e estabelecimento de novas possibilidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar o levantamento de dados e informações para esta pesquisa, que está baseada numa perspectiva quali-quantitativa, adotamos um conjunto de procedimentos técnicos, que entendemos como complementares. Porém, com base em Marconi e Lakatos (2003), podemos separá-los em documentação indireta: *pesquisa bibliográfica* e *pesquisa documental* e; em observação direta intensiva: *observação* e *entrevista*. Assim, no presente item, procuramos detalhar os procedimentos que adotamos para realizar esta pesquisa, no entanto, cabe indicar que a ordem em que apresentamos cada um dos procedimentos não é necessariamente aquela que adotamos durante a pesquisa.

A *pesquisa bibliográfica*, ou seja, das chamadas fontes secundárias, é um procedimento essencial para realizar uma pesquisa social. Esse procedimento possibilita o acesso a uma série de materiais já elaborados e publicados, colaborando para estabelecer as bases teórico-metodológicas centrais para sustentar e encaminhar uma pesquisa, como também compreender a determinados elementos históricos. Desse modo, nosso passo inicial foi estabelecer as bases teórico-metodológicas para esta pesquisa, realizando o levantamento da literatura, seguindo pela leitura e pela análise dos conteúdos, tanto de estudos clássicos, como também de estudos contemporâneos (Gil, 2008; Minayo, 2009), um processo, cabe assinalar, que compreendeu todo o período de doutoramento. No entanto, podemos indicar que esse procedimento está composto por duas principais etapas, relacionadas diretamente com a minha trajetória acadêmica e com o meu interesse pessoal.

Um primeiro momento ocorreu durante o primeiro ano de pesquisa, quando orientamos as nossas atenções à procura de distintos materiais – e as análises desses conteúdos – que estivessem associados a três principais temas: a *agroecologia*, o *movimento ambiental* e a *modernidade*. A busca por estes temas se deve, acima de tudo, por esses serem os temas que prevalecem nas análises e nos debates promovidos dentro da nossa linha de pesquisa no doutorado, que

é denominada como *Ruralidades e Meio Ambiente*. O outro momento ocorreu de 2017 em diante, quando reorientamos nossos interesses em busca de materiais e nas análises de conteúdos relacionadas aos temas do *pensamento decolonial* e da *ecologia política*. Cabe assinalar que esse processo ocorreu devido ao meu intercâmbio acadêmico realizado junto ao *Grupo de Estudios de Ecología Política, Comunidades y Derechos – Instituto de Investigaciones Gino Germani – Universidad de Buenos Aires*. Esse intercâmbio me possibilitou aproximar de outras perspectivas teórico-metodológicas, como também de novas análises e debates, que buscamos colocar em diálogo com aquelas que temos trabalhado na linha de pesquisa *Ruralidades e Meio Ambiente*.

Em termos propriamente técnicos, podemos destacar que as nossas buscas foram realizadas tanto em bibliotecas, como em plataformas de buscas acadêmicas atualmente disponíveis em meios eletrônicos, em que procuramos priorizar os sites que estimulam o acesso a conhecimentos sem custos, o denominado *Open Access*.

Dessa maneira, pudemos acessar um conjunto de livros, de capítulos de livros, de teses, de dissertações e de textos científicos de autoria individual ou coletiva, publicados em meios nacionais e internacionais, e que foram selecionadas de acordo com a relevância para a presente pesquisa. Também devemos destacar que todo material acessado e selecionado em formato digital foi ordenado para a leitura e para análise no *software* denominado *Mendeley*, que permite armazenar e ordenar os textos e referências. Um procedimento que contribuiu substancialmente com a realização dessa etapa da pesquisa, assim como para a redação desta tese de doutorado. Além disso, cabe lembrar que também usamos o *software Evernote* para a elaboração das nossas notas com conteúdo da pesquisa e com nossas análises sobre o tema proposto.

A *pesquisa documental*, ou seja, das chamadas fontes primárias, também é um procedimento essencial para realizar uma pesquisa social, de maneira que mantém semelhanças com a pesquisa de fontes secundárias. Contudo, Gil (2008) assinala que as fontes primárias oferecem uma perspectiva da realidade de um período determinado, aquele em que foi elaborado o documento, o que nos ajuda a compreender os acontecimentos passados, mas também os acontecimentos presentes. Dessa maneira, o autor destaca que as fontes primárias são recursos essenciais para analisar as mudanças que ocorrem com o passar do tempo (Gil, 2008). Assim, por meio da pesquisa documental nós pudemos levantar um conjunto de dados e de informações para a pesquisa desde distintos tipos de fontes de documentos disponíveis de maneira online ou impresso, que correspondem a uma série de arquivos públicos, privados e estatísticas (Marconi; Lakatos, 2003).

A *observação* foi um procedimento que adotamos durante os eventos que presenciamos da Jornada de Agroecologia: de 2016 a 2019.¹⁴ Assim, podemos indicar que esse procedimento ocorreu em quatro momentos, sempre durante um evento anual que dura aproximadamente quatro dias e que é reconhecido como o maior “acontecimento” do projeto agroecológico, ou seja, sua maior expressão, que conta com um conjunto de atores sociais, como mencionamos anteriormente. Para tanto, nós adotamos um tipo de técnica de observação denominada como simples, possuindo um caráter exploratório sem uma atuação explícita nos espaços de pesquisa. De modo que corresponde a uma técnica que proporciona o acesso aos dados e informações sem qualquer tipo de mediações (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2008). Frente a isso, procuramos direcionar os nossos olhares para três principais dimensões, reconhecidas como essenciais para esse procedimento: atores sociais, cenário e comportamento social (Gil, 2008). Com isso, por meio desse procedimento pudemos mapear as lideranças do projeto agroecológico, um trabalho que correspondeu ao primeiro passo para estabelecer um contato inicial e logo para a realização das entrevistas com as lideranças; assim como pudemos analisar a práxis político-social e ecológica das lideranças e dos diversos atores sociais que compõem o projeto agroecológico. Além disso, pudemos recorrer os locais onde foram realizados os eventos, examinando os detalhes estruturais-organizacionais de cada uma das edições.

Finalmente a *entrevista*, que é um dos procedimentos mais usados nas pesquisas sociais e assim como os demais, possui um amplo valor para a pesquisa social. É um procedimento em que o pesquisador ou a pesquisadora apresenta para a pessoa entrevistada um conjunto de questionamentos com o intuito de acessar dados e informações sobre os conhecimentos e as crenças dos entrevistados ou entrevistadas, como também sobre seus entendimentos quanto a um determinado elemento ou acontecimento de interesse para a pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2008). Para esta pesquisa, nós adotamos um tipo de entrevista que é denominada como semiestruturada, ou seja, que está fundamentada num conjunto de questionamentos pré-determinados, mas, que podem ser adaptados, de modo que os entrevistados ou entrevistadas podem contestar de maneira livre os questionamentos colocados (Minayo, 2009).

Ao todo, nós realizamos nove entrevistas, todas feitas com lideranças do projeto agroecológico. Para realizar essas entrevistas, elaboramos um mapa com base nas trocas de informações com intermediários, que assinalavam as principais lideranças que atuaram e que atuam no projeto agroecológico. Com o mapa elaborado, buscamos entrar em contato com as lideranças

¹⁴ Como mencionado e detalhado na apresentação, o meu envolvimento com a Jornada de Agroecologia foi anterior a esse período. No entanto, minha participação como pesquisador, orientada para a presente pesquisa, foi referente ao período indicado.

durante os eventos, com o intuito de nos apresentarmos e de descrever o objetivo da pesquisa, contudo, cabe destacar que esses primeiros contatos normalmente duravam poucos minutos, pois, quase sempre, as lideranças precisavam resolver pendências que apareciam durante o evento.

Frente a isso, com o término dos eventos, buscamos entrar novamente em contato com aquelas lideranças para marcar a entrevista para a pesquisa. Convém assinalar que somente uma das nossas entrevistas ocorreu durante uma edição do evento. Quanto as demais, podemos indicar que uma ocorreu após o término de um evento, duas por meio de chamadas de áudio por aplicativo e as restantes em datas estabelecidas com as lideranças, quando estas se encontravam em Curitiba. Cabe ressaltar que, em todas as entrevistas realizadas, foram feitas anotações pessoais e gravações de áudio, sempre com a autorização dos entrevistados ou entrevistadas. Após as entrevistas, realizamos as transcrições em conjunto com as nossas primeiras análises do conteúdo e, posteriormente, realizamos uma análise mais detalhada das entrevistas, para isso, procuramos elaborar um arquivo em que estabelecemos distintas categorias com base nos relatos, um modo de ajudar a ordenar o material.

Podemos dizer que as entrevistas realizadas com essas nove lideranças se deram por dois principais motivos, por um lado, por estas estarem entre os principais nomes indicados e, por outro lado, pelos acessos que nós tivemos durante a pesquisa a essas lideranças, nem sempre de maneira simples. Nesse aspecto, é possível indicar que no início, muitas das lideranças possuíam suspeitas quando nos apresentávamos e revelávamos o objetivo da pesquisa, o que inicialmente criou resistências, porém, com o passar do tempo e conhecendo mais sobre nós e sobre a pesquisa, essas suspeitas foram diminuindo e rapidamente as lideranças se colocaram à disposição.

Cabe assinalar que, com o interesse de cuidar da identidade das lideranças, nós adotamos durante esta tese a denominação **Liderança Paraná** para cada uma das lideranças entrevistadas, no entanto, nos parece essencial mencionar a representatividade de cada uma dessas lideranças, que indicamos no quadro apresentado abaixo, quadro que também busca destacar o mês e ano em que cada uma das entrevistas foram realizadas. Além disso, cada denominação estará acompanhada por uma **letra** com um claro intuito de estabelecer uma distinção entre as lideranças, destaca-se que a nossa escolha por uma **letra** se dá numa procura por escapar de uma possível ideia de hierarquia. Finalmente, também é preciso esclarecer que buscamos citar as entrevistas com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), apresentadas por Amadeu et al. (2017), que indicam que as *informações verbais* não publicadas, como é o caso

das entrevistas, precisam ser citadas como *informação verbal* e indicadas em nota de rodapé, que, por sua vez, deverá conter a autoria, o local, a data e o tipo de informação, ou seja, verbal.

QUADRO 1 – REPRESENTATIVIDADE DOS ENTREVISTADOS E ENTREVISTADAS DO PROJETO AGROECOLÓGICO

Denominação	Representatividade	Mês – Ano
Liderança Paraná A	MST Nacional	08/2016
Liderança Paraná B	AS-PTA Paraná – MST Paraná	10/2016
Liderança Paraná C	MST Paraná	05/2018
Liderança Paraná D	Terra de Direitos Paraná	05/2018
Liderança Paraná E	MST Paraná	06/2018
Liderança Paraná F	MST Paraná	05/2019
Liderança Paraná G	MST Paraná	08/2019
Liderança Paraná H	CPT Paraná	10/2019
Liderança Paraná I	EMS – MST Paraná	10/2019

Fonte: O autor (2020)

É necessário ressaltar que, embora o projeto agroecológico tenha a capacidade de reunir um conjunto de atores sociais plurais e de estabelecer uma rede – Cf. Anexo 5¹⁵ – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem claro protagonismo no projeto agroecológico, processo que está diretamente relacionado a sua notoriedade enquanto movimento social. Dessa maneira, durante nossa pesquisa de campo e, conseqüentemente, durante nosso trabalho de mapeamento, pudemos notar que os nomes das principais lideranças que eram indicados, eram em sua maioria, de lideranças que também compunham o quadro do MST. Assim, como é possível notar no quadro apresentado acima, a maioria dos entrevistados ou entrevistadas possuem um papel de liderança no projeto agroecológico, mas também no MST, o que nos revela o local de enunciação – epistemológico, político-social, cultural e ecológico – dessas lideranças e evidentemente das suas narrativas, evidenciando perspectivas e conhecimentos situados em espaços distintos àqueles em que se situam os da modernidade-colonialidade, o que Mignolo (1995) denomina como *lôcus de enunciação diferencial*,¹⁶ ou seja, o local geopolítico e corpo-político de conhecimento do sujeito que fala, como ressalta Grosfoguel (2008).¹⁷

¹⁵ Em anexo apresentamos os atores sociais que participaram da coordenação do projeto agroecológico da primeira até a sexta edição. Cabe ressaltar que a indicação dessas edições não ocorreu por uma escolha, mas sim por conta da disponibilidade e do acesso aos dados.

¹⁶ Por diferencial, Mignolo (1995) destaca: “Diferencial aquí significa también un desplazamiento de los conceptos y las prácticas de las nociones del conocimiento y también de las formas de entendimiento articuladas durante el período moderno” (p.105).

¹⁷ Neste sentido, Grosfoguel (2012) ressalta: “Cuando decimos geopolítica del conocimiento y corpopolítica del conocimiento, nos estamos refiriendo a aceptar que cada cual piensa desde un espacio geopolítico de relaciones

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Além dos elementos essenciais como a apresentação, introdução e conclusão, a tese está composta por cinco capítulos. Nesses capítulos procuramos indicar e examinar um conjunto de perspectivas, conceitos, noções e categorias, assim como dados e informações coletadas, e também apresentar nossas análises e entendimentos. Na sequência, de maneira resumida, buscamos apontar os principais temas tratados nesses cinco capítulos.

O capítulo 1 – *Fundamentos teórico-metodológicos* – está composto por três unidades. No capítulo indicamos e examinamos aqueles que correspondem aos caminhos teórico-metodológicos que tomamos durante esta pesquisa. Dessa maneira, buscamos colocar em destaque perspectivas, conceitos, noções e categorias, compreendendo que esses elementos nos oferecem ferramentas que nos ajudam a examinar e entender o nosso objeto de pesquisa. Para isso, propomos um tripé teórico-metodológico multidisciplinar, composto pelo pensamento decolonial, pela ecologia política e pelo procedimento sociológico proposto por Boaventura de Sousa Santos, constituído pela sociologia das ausências, pela sociologia das emergências e pelo trabalho de tradução, em que cada unidade busca retomar um pilar desse tripé.

O capítulo 2 – *Avanço do capital na agricultura* – também está composto por três unidades. Durante o capítulo indicamos e analisamos um conjunto de elementos que ajudaram a impulsionar o avanço do capital na agricultura e a consolidar a agricultura capitalista no mundo, acentuando a realidade brasileira e paranaense. No primeiro item colocamos em destaque a noção de desenvolvimento, promovido como um discurso e estratégia pelos e pelas protagonistas da racionalidade da modernidade-colonialidade. No próximo item descrevemos e examinamos dois processos que determinaram as bases tecnológicas e metodológicas da agricultura capitalista durante a segunda metade do século XX: a Revolução Verde e a Revolução Genética. Finalmente, no terceiro item apresentamos o avanço do capital na agricultura brasileira e paranaense durante a segunda metade do século XX e início do século XXI.

O capítulo 3 – *Ecologização da agricultura* – assim como os capítulos anteriores, está composto por três unidades. Durante o capítulo descrevemos e analisamos o processo de ecologização da agricultura, buscando destacar a realidade brasileira. No primeiro item colocamos

de poder y desde un cuerpo, y que nadie está pensando... nadie produce conocimiento no situado, todo conocimiento es siempre situado – como dirían las feministas –; y en la tradición de pensamiento de la filosofía de liberación latinoamericana se acuña el término geopolítica del conocimiento para señalar el hecho de que todos estamos pensando desde un lugar en las relaciones de poder mundiales, y el término corropolítica del conocimiento, que apunta al hecho de que todos estamos pensando desde cuerpos” (p.81-82).

em destaque e examinamos os passos dados pelo movimento ambientalista europeu-estadunidense que emerge em contraposição aos impactos provocados e aos possíveis riscos do capitalismo. Com o passar das décadas esse movimento é expandido para os demais países, de maneira que impulsiona a formação de uma agenda ambiental mundial de governança ambiental moldada por uma perspectiva neoliberal. No próximo item acentuamos e analisamos os passos dados para a ecologização da agricultura brasileira, processo impulsionado pela conjuntura mundial ao redor da questão ambiental, acima de tudo aos recorrentes questionamentos ao abundante uso de agrotóxicos na agricultura. Finalmente, no terceiro item destacamos a agroecologia, sobretudo como uma perspectiva distinta dos demais modelos e práticas ecológicas, de maneira que também diferenciamos duas perspectivas de agroecologia: político-social e institucional.

O capítulo 4 – *Surgimento do projeto agroecológico* – também está composto por três unidades, no entanto, a terceira unidade está dividida em sete subitens. No capítulo revelamos e analisamos os primeiros passos dados para a formação do projeto agroecológico, que tiveram início no princípio da década de 2000, em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, como também indicamos e examinamos a dinâmica que sustenta em termos materiais e simbólicos os eventos anuais da Jornada de Agroecologia, ou seja, a estrutura que é comum a todas as edições. No primeiro item recorremos e apresentamos as principais propostas e elaborações que foram responsáveis por conceber o projeto agroecológico. Num próximo item, retomamos e destacamos as orientações político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas que estabeleceram suas bases, ressaltando e analisando o conteúdo do manifesto político, como também os principais símbolos que buscam expressá-lo. No terceiro item apontamos e examinamos os diferentes “momentos” que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia.

O capítulo 5 – *A formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia* – distinto dos capítulos anteriores, está separado em nove itens. Os oito primeiros itens buscam apresentar o município e a mesorregião onde foram promovidas as edições da Jornada de Agroecologia. Quanto ao nono item, buscamos indicar as principais características e temas presentes na Jornada de Agroecologia e colocá-los em perspectiva com o tripé teórico-metodológico. Assim, apresentamos e analisamos a formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia, indicando as etapas e disputas pelas quais o projeto agroecológico passou durante esses anos e procurando revelar as principais características e novidades dessas edições e suas contribuições na construção do projeto agroecológico.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Es América Latina, la región de las venas abiertas. Desde el descubrimiento hasta nuestros días, todo se ha trasmutado siempre en capital europeo o, más tarde, norteamericano, y como tal se ha acumulado y se acumula en los lejanos centros de poder.

Eduardo Galeano, 2004, p.16.

No presente capítulo apresentamos e analisamos os caminhos teórico-metodológicos que tomamos e que nos orientaram durante esta pesquisa. Desse modo, nós procuramos colocar em destaque um conjunto de perspectivas, conceitos, noções e categorias, entendendo que tais elementos nos oferecem uma série de ferramentas que nos ajudam a analisar e compreender o nosso objeto de pesquisa. Como mencionado, propomos um tripé teórico-metodológico multidisciplinar, composto pelo pensamento decolonial, pela ecologia política e pelo procedimento sociológico proposto por Boaventura de Sousa Santos – constituído pela sociologia das ausências, pela sociologia das emergências e pelo trabalho de tradução –, e cada unidade busca retomar um pilar desse tripé.

1.1 FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DECOLONIAL

No presente item revelamos as bases daquilo que, recentemente, tem sido denominado como pensamento decolonial e que tem como intuito realizar uma análise e debate da modernidade-colonialidade e de propor a chamada decolonialidade no continente latino-americano.¹⁸ Ou seja, podemos compreender que busca promover uma atividade de questionamento da retórica da modernidade e da colonialidade, como é apontando por Grosfoguel e Mignolo (2008). No entanto, cabe destacar que nós não temos interesse em lapidar o pensamento decolonial conceitualmente, ao contrário, a nossa intenção é destacar um conjunto de perspectivas, conceitos, noções e categorias que possam oferecer outro olhar sobre a realidade dos temas que propomos nesta tese e que assim possam colaborar para analisar e entender as relações de poder

¹⁸ Quanto a denominação do pensamento decolonial, Mignolo (2008) menciona: “El empleo de de-colonial, en vez de des-colonial (con o sin guión), lo propuso Catherine Walsh como manera de distinguir entre la propuesta de-colonial del proyecto modernidad-colonialidad, por un lado, del concepto de ‘descolonización’ en el uso que se le dio durante la Guerra Fría, y, por otro, de la variedad de usos del concepto de ‘post-colonialidad’” (p.246).

historicamente presentes nas sociedades latino-americanas e que visivelmente tem condicionado a uma série de disputas, como por exemplo, entre protagonistas de projetos opostos para a agricultura.

Quanto ao pensamento decolonial, nos parece essencial destacar que num primeiro momento seus pressupostos iniciais foram promovidos desde o chamado Grupo Modernidade-Colonialidade (M-C). O M-C foi formado no início da década de 2000 por intelectuais latino-americanos e latino-americanas e também latino-americanistas estabelecidos em distintos espaços acadêmicos, em que promoveram uma primeira reunião-encontro em 2001. Porém, as sementes do M-C já haviam sido plantadas durante a década de 1990 com inúmeros encontros e aproximações daqueles autores e autoras – ainda sem um caráter institucional –, que possuíam em comum uma proposta política e teórica para pensar as realidades do continente latino-americano e colocar em questionamento a modernidade-colonialidade. Por sua vez, como resultado dessas reuniões-encontros que ocorreram, foi publicado uma série de textos e de livros coletivos, como também começou a ser estimulado o envolvimento desses e dessas intelectuais em vários projetos político-sociais e acadêmicos (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

Escobar (2003), que é um membro e referente do M-C, revela um conjunto de características essenciais do M-C, das quais nos parece fundamental indicar:

- Tem um caráter transdisciplinar, tanto em relação à composição dos membros, como aos temas propostos – e assim novos campos como o da ecologia política começaram a receber espaço;
- Embora tenha como foco o continente latino-americano, compreende uma rede de distintos e distintas intelectuais, possibilitando ir além dos espaços geográficos. Assim, é necessário considerar que a “*América Latina*” deve ser compreendida como perspectiva epistemológica;
- Dever ser compreendido como uma “*comunidade de argumentação*”, em que é promovido um trabalho coletivo para elaborar e estimular debates e para propor outros modos de análises e entendimento;
- Os membros possuem uma posição político-social clara e adequada com a proposta e com as práticas do M-C, orientadas sempre a favor de atores sociais e movimentos sociais silenciados, intelectuais-ativistas e Universidades – com o fomento às mudanças em condutas normativas e convenções acadêmicas (Escobar, 2003).

Escobar (2003) indica que no decorrer dos anos o M-C acabou estimulando o aumento das pesquisas, das publicações e dos encontros, bem como fomentou uma série de ações políticas e sociais ao redor dos pressupostos e das concepções que foram elaboradas desde seu interior. Assim, um dos conceitos de maior destaque do pensamento decolonial e amplamente adotado pelos membros M-C – e que posteriormente foi desdobrado para novos níveis de análises – é o conceito de colonialidade do poder (Quijano, 1992), que em termos gerais revela que as relações coloniais de poder ainda continuam operando mesmo com o término do período colonial (Grosfoguel, 2008, p.126). Com isso, podemos compreender que o M-C acaba fomentando uma nova perspectiva epistemológica, estabelecida desde o nosso continente latino-americano, e que está inclinada ao estabelecimento de outros espaços direcionados para a produção e promoção de conhecimentos de outro modo. Ou, dito de outra maneira: “Lo que este grupo sugiere es que un pensamiento otro, un conocimiento otro – y otro mundo, en el espíritu del Foro Social Mundial – son ciertamente posibles” (Escobar, 2003, p.53).

Assim, o autor acima citado, resume o M-C da seguinte maneira:

En síntesis, el programa de investigación M-C es un encuadre construido desde la periferia latinoamericana del sistema mundo moderno colonial, ayudando a explicar las dinámicas del eurocentrismo en la producción de la modernidad y los intentos de trascenderla. Si bien revela los lados oscuros de la modernidad, no lo hace desde una perspectiva intra-epistémica, como los discursos críticos europeos, sino desde la perspectiva de los receptores de los supuestos beneficios del mundo moderno (Escobar, 2003, p.67).

Dessa maneira, podemos compreender que o M-C recorre por um conjunto de elementos políticos e teóricos, embora, sempre cabe lembrar que tem como perspectiva o pensamento sobre a realidade cultural e política latino-americana. Para Arturo Escobar, o pensamento decolonial oferecido desde o M-C deve ser compreendido como um “modo diferente de pensamento” que promove um pensamento em oposição às narrativas dominantes da modernidade, ou seja, ele está orientado para a produção e para promoção de perspectivas não-eurocêntricas.¹⁹ Assim, podemos indicar que não há um intuito em desconsiderá-las, mas, em repensá-las. Neste

¹⁹ Nesta direção, Quijano (2000) destaca: “Eurocentrismo es, aquí, el nombre de una perspectiva de conocimiento cuya elaboración sistemática comenzó en Europa Occidental antes de mediados del siglo XVII, aunque algunas de sus raíces son sin duda más viejas, incluso antiguas, y que en las centurias siguientes se hizo mundialmente hegemónica recorriendo el mismo cauce del dominio de la Europa burguesa. [...]. En otros términos, no se refiere a todos los modos de conocer de todos los europeos y en todas las épocas, sino a una específica racionalidad o perspectiva de conocimiento que se hace mundialmente hegemónica colonizando y sobreponiéndose a todas las demás, previas o diferentes, y a sus respectivos saberes concretos, tanto en Europa como en el resto del mundo” (p.132).

aspecto, um ponto que também é necessário esclarecer é que o pensamento decolonial não deve ser tomado como um novo paradigma e sim, como um “paradigma outro”, evitando com isso aproximá-lo das perspectivas da modernidade (Escobar, 2003). Em outras palavras, podemos entender que o pensamento decolonial busca promover outra perspectiva de análise para compreender e atuar no mundo, problematizando aquilo que tem sido promovido desde a racionalidade da modernidade-colonialidade e criando condições para repensar conceitos, noções e categorias e, com isso, estabelecer uma proposta teórico-epistemológica distinta, como também práticas distintas, em termos político-sociais, econômicos e ecológicos (Ballestrin, 2013).

Outro elemento central para ter em conta sobre o pensamento decolonial é que, desde esse pensamento, há um interesse de reinterpretar a modernidade por meio de outras perspectivas. Esse interesse ocorre pelo pressuposto de que a modernidade é recorrentemente examinada e compreendida desde e por óticas de análises “intramodernas”. Óticas que reconhecem a modernidade como um acontecimento essencialmente europeu, marcado por uma série de episódios e características daquele continente e que promove um projeto dominante e totalizador (Escobar, 2003).²⁰ Com isso, o pressuposto central do M-C é tomar a modernidade como colonialidade, compreendendo como processos diretamente associados (Escobar, 2003), ou seja, duas caras da mesma moeda (Mignolo, 2007a) – e desse modo, usaremos no decorrer desta tese o termo modernidade-colonialidade. Neste sentido, nos parece necessário relembrar o estabelecimento da ampla estrutura europeia de poder em nosso continente, que acabou estimulando um conjunto de processos de apropriação e de exploração ambiental, social e econômica, colaborando para reestruturar o sistema econômico mundial (Grosfoguel, 2008).²¹

No entanto, Escobar (2003) aponta que a maioria dos teóricos e teóricas estadunidenses e europeus não aceitam a impossibilidade de se pensar a superação da modernidade-colonialidade sem considerar a diferença colonial. Para este autor, essa é uma limitação das análises de contestação da modernidade, bem como de uma possível superação, já que elas continuam sendo tomadas e promovidas desde perspectivas eurocentradas. Enquanto, por meio do pensamento decolonial, há uma procura por destacar cinco elementos fundamentais para pensar a modernidade, como pontua o autor mencionado:

²⁰ Quijano (2000) sublinha que: “[...] los europeos imaginaron también ser no solamente los portadores exclusivos de tal modernidad, sino igualmente sus exclusivos creadores y protagonistas” (p.128).

²¹ Neste sentido, Galeano (2004) retomando a Karl Marx cita um trecho do livro *O Capital*: “El descubrimiento de los yacimientos de oro y plata de América, la cruzada de exterminio, esclavización y sepultamiento en las minas de la población aborigen, el comienzo de la conquista y el saqueo de las Indias Orientales, la conversión del continente africano en cazadero de esclavos negros: son todos hechos que señalan los albores de la era de producción capitalista” (p.46). O autor não menciona a página da citação, contudo, o trecho é referente ao capítulo 24 do livro indicado, item 6: “Gênese do capitalista industrial”.

- O entendimento de que a modernidade-colonialidade tem seu início marcado pelo processo da Conquista europeia do continente americano e o seu “invento”;²²
- A compreensão de que o colonialismo e o capitalismo estão diretamente associados e são constitutivos da modernidade;
- A necessidade de considerar e promover uma perspectiva relacional para explicar a modernidade, ao contrário de uma perspectiva eurocêntrica e eurocentrada;
- O reconhecimento da dominação europeia de outros atores sociais e o silenciamento dos conhecimentos e das culturas como um pilar da modernidade;²³
- O questionamento do eurocentrismo como o único modelo de conhecimento válido para o mundo (Escobar, 2003).

Com isso, o pensamento decolonial oferece outro olhar de análise sobre a modernidade, que está relacionada diretamente com a colonialidade, que é fundamental para compreendermos a realidade atual das nossas sociedades latino-americanas, inclusive para o tema proposto nesta pesquisa. Porém, além de estimular outro olhar desde o pensamento decolonial, também tem sido elaborado um conjunto de propostas para poder romper com a práxis da racionalidade da modernidade-colonialidade. Assim, Escobar (2003) destaca cinco elementos que contribuem nessa direção:

²² O pensamento decolonial relaciona o início da modernidade com a Conquista e a “invenção” da América pelos europeus, contudo, sabemos que esse território era ocupado anteriormente por distintos povos autóctones. Neste sentido, Mignolo (2007a) destaca: “América nunca fue un continente que hubiese que descubrir sino una invención forjada durante el proceso de la historia colonial europea y la consolidación y expansión de las ideas e instituciones occidentales” (p.28).

²³ Grosfoguel (2008) destaca que: “A primeira ilação a tirar do deslocamento da nossa geopolítica do conhecimento é que aquilo que chegou às Américas nos finais do século XVI não foi apenas um sistema econômico de capital e trabalho destinado à produção de mercadorias para serem vendidas com lucro no mercado mundial. Essa foi uma parte fundamental, ainda que não a única, de um “pacote” mais complexo e enredado. O que chegou às Américas foi uma enredada estrutura de poder mais ampla e mais vasta, que uma redutora perspectiva econômica do sistema-mundo não é capaz de explicar” (p.122).

- O deslocamento do entendimento do início da modernidade e logo da sua linha temporal, compreendida desde uma perspectiva eurocentrada;
- O estabelecimento de uma perspectiva temporal e espacial distinta, considerando a Conquista do continente americano;
- O destaque da marginalização das regiões do mundo desde a perspectiva eurocêntrica, reconhecendo o continente latino-americano como o início do outro lado da modernidade;
- A superação do “mito da modernidade” que está baseado na ideia de uma superioridade europeia e que o mundo deve seguir seus pressupostos;
- O reconhecimento das inúmeras epistemologias e das histórias locais – as denominadas “epistemologias do Sul” como é proposto por Boaventura de Sousa Santos – dos atores sociais silenciados (Escobar, 2003).²⁴

Desta maneira, podemos compreender que o pensamento decolonial procura colocar em questionamento a racionalidade da modernidade-colonialidade, desde os seus domínios até os seus desdobramentos, mas, além disso, também busca propor os caminhos para a decolonização em todos os seus aspectos, com intuito de promover a liberação social²⁵ – ou emancipação social²⁶ (Santos, 2002) – e também a reapropriação social da natureza (Leff, 2004). Ou seja, há uma proposta de realizar um giro decolonial, que está contido nas diversas práticas que procuram alterar o modelo dominante de poder, de ser e de conhecer que está representado pela racionalidade da modernidade-colonialidade (Maldonado-Torres, 2008). Nesse aspecto, consideramos que a agroecologia pode ser analisada desde essa perspectiva, quando a reconhecemos como uma ferramenta político-social e um saber-fazer agricultura que sustenta e estimula essa procura por alterar o modelo dominante por meio de inúmeros processos de lutas e de resistências e que se revela por meio de inúmeras estratégias e iniciativas, como é o caso da Jornada de Agroecologia.

²⁴ Escobar (2003) resume do seguinte modo: “En suma, la perspectiva de la modernidad-colonialidad provee un encuadre alternativo para los debates sobre la modernidad, la globalización y el desarrollo; no es sólo un cambio en la descripción de los eventos, es una transformación epistémica en la perspectiva” (p.67).

²⁵ Neste sentido, Mignolo (2010) menciona: “Emancipación y liberación son en realidad las dos caras de la misma moneda, la moneda de la modernidad-colonialidad: emancipación captura el momento en que una etno-clase emergente, la burguesía, se emancipaba de las estructuras monárquicas de poder, en Europa. El concepto de liberación, por otra parte, captura la diversidad racializada de etno-grupos colonizados por las burguesías que se emanciparon de las monarquías. Por esta razón, el concepto de liberación tiene su ámbito de pertenencia, por un lado, en el de la modernidad, pero también en el de la colonialidad. Y por esta última razón, ‘liberación’ tiende ya hacia la descolonización” (p.27). Desta maneira, nesta tese, nos parece apropriado assumir o conceito de “liberação social” ao invés de “emancipação social”.

²⁶ É necessário apontar que tanto Boaventura de Sousa Santos como Enrique Leff, adotam o termo “emancipação”. No entanto, nesta tese, optamos por assumir o termo “liberação” como explicado em nota de rodapé.

1.2 FUNDAMENTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA

O mexicano Enrique Leff – um respeitado intelectual da sociologia ambiental – também reconhece o poder que possui a racionalidade da modernidade-colonialidade – cabe indicar que o autor não utiliza o termo colonialidade, somente modernidade – que acaba promovendo uma incompreensão da realidade nas sociedades e assim a uma série de controles, inclusive sobre a natureza. Nesse aspecto, o autor indica que a natureza passa a ser reconhecida somente como um objeto passível de apropriação e de exploração, que se dá por distintos meios de capitalização ou mercantilização. Um processo que podemos perceber que é, cada vez mais, recorrente no mundo contemporâneo e que leva a um contínuo movimento de “desnaturalização”,²⁷ acentuando os impactos ambientais no planeta. Essa insustentabilidade que é promovida por meio da racionalidade da modernidade-colonialidade coloca em evidência uma crise interna que é revelada em distintas dimensões, mas que uma de suas maiores revelações se dá por meio da denominada crise ambiental, ou seja, uma constante “coisificação” do mundo (Leff, 2004), ou nas palavras do autor:

No es una catástrofe ecológica ni un simple desequilibrio de la economía. Es el desquiciamiento del mundo al que conduce la cosificación del ser y la sobreexplotación de la naturaleza; es la pérdida del sentido de la existencia que genera el pensamiento racional en su negación de la otredad (Leff, 2004, p.ix).

Com isso, podemos compreender que para Enrique Leff, a crise ambiental é uma crise das formas de compressão do mundo e que tem sido promovida pela racionalidade da modernidade-colonialidade, que, além de separar o ser humano da natureza, dá poder para aquele sobre essa, que atua com a ajuda das ciências dominantes e em nome do “desenvolvimento”, levando a sua desnaturalização. Assim, é possível acentuar que a crise ambiental é, na verdade, a manifestação do esquecimento da natureza pela racionalidade da modernidade-colonialidade, que assim aparece como uma crise da própria civilização, ou melhor, uma crise do modo dominante da compreensão do mundo (Leff, 2004).

No entanto, é necessário considerar que o reconhecimento da crise ambiental vai além dos atores sociais do Sul Global, muitos dos e das protagonistas da modernidade-colonialidade também a reconhecem – e nesse momento podemos lembrar a sociedade de risco de Beck

²⁷ Nesta direção, Leff (2004), sublinha: “La naturaleza fue desnaturalizada al ser transformada en recurso dentro del flujo unidimensional del valor y la productividad económica” (p.258).

(1998) – contudo, os entendimentos e os tratamentos da questão ambiental obviamente são distintas. Por um lado, revelam-se os controles e as normas para remediar os impactos ambientais ocasionados pelos processos de apropriação e exploração social e ambiental e; por outro lado, as disputas que ocorrem ao redor desses processos e do valor e reconhecimento da natureza e do território, o que acaba por associar a questão ambiental, a questão social e a questão agrária (Barbetta et al., 2018).

Neste sentido, Enrique Leff pontua um conjunto de conceitos, noções e categorias, além dos discursos e ações, que aparecendo com o passar do tempo, como por exemplo ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, economia ou capitalismo verde, tecnologias sustentáveis ou limpas, consumo consciente, entre outros, como o intuito de “ecologizar” a economia, as tecnologias e a própria moral humana,²⁸ em busca de “internalizar as externalidades” do capitalismo.²⁹ Na realidade, devemos compreender que o processo da ecologização da economia é uma representação da própria economia neoliberal, que mantém o pressuposto de que o livre mercado tem plena capacidade de reparar o impacto ambiental e as desigualdades sociais e econômicas estabelecidas pelo capitalismo. No entanto, o que vemos é uma situação contrária, em que as medidas que têm sido propostas pelos e pelas protagonistas da racionalidade da modernidade-colonialidade, em busca de internalizar as externalidades, revelam a incapacidade do capitalismo para reparar qualquer tipo de impacto ambiental, desigualdade social e econômica ou concentração de poder seja qual for a sociedade do mundo (Leff, 2004).³⁰ Nesta direção, cabe citar o escritor uruguaio Eduardo Galeano (2004), que esclarece:

Las clases dominantes ponen las barbas en remojo, y a la vez anuncian el infierno para todos. En cierto modo, la derecha tiene razón cuando se identifica a sí misma con la tranquilidad y el orden: es el orden, en efecto, de la cotidiana humillación de las mayorías, pero orden al fin: la tranquilidad de que la injusticia siga siendo injusta y el hambre hambrienta (Galeano, 2004, p.22).

²⁸ Enrique Leff (2004) menciona que o discurso em torno do consumo consciente cria a ilusão de que as pessoas, enquanto indivíduos, podem evitar o colapso ambiental.

²⁹ Para James O'Connor (2001), esse processo revela uma segunda contradição do capitalismo.

³⁰ Enrique Leff (2004) e Arturo Escobar (2005b) revelam que a economia ambiental supõe que o sistema econômico é capaz de internalizar as externalidades a partir do direito à propriedade e de preços de mercado.

No entanto, em oposição e como resposta à insustentabilidade provocada desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, como também ao tratamento da questão social e ambiental estimulados desde uma perspectiva conivente, Leff (2004) destaca ser necessário estimular outras racionalidades, e que essas racionalidades possam:

[...] integrar los valores de la diversidad cultural, los potenciales de la naturaleza, la equidad y la democracia, como valores que sustenten la convivencia social, y como principios de una nueva racionalidad productiva, sintónica con los propósitos de la sustentabilidad (Leff, 2004, p.185).

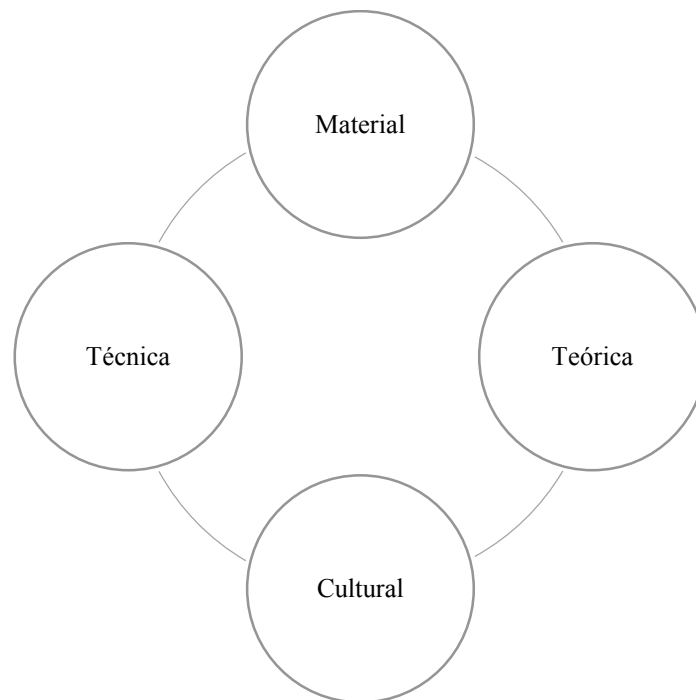
Dessa maneira, é necessário criar e estabelecer mecanismos para a desconstrução da racionalidade da modernidade-colonialidade de um lado e construir outras racionalidades de outro lado. Ou seja, é preciso ir além de uma simples adequação da racionalidade da modernidade-colonialidade ao conjunto de problemas que são recorrentemente criados pelo capitalismo, como é proposto por seus e suas protagonistas³¹ (Leff, 2004). Nota-se que o autor mexicano levanta uma proposta que vai ao encontro do pensamento decolonial, porém, podemos destacar que sua maior distinção está no objeto, que para este autor está orientado à questão ambiental.

Por sua vez, Enrique Leff (2004) sugere como “outra racionalidade” o que denomina como racionalidade ambiental.³² Para o autor mexicano, a racionalidade ambiental está formada pelo encontro e diálogo de diferentes níveis de racionalidades, que indicamos adiante:

³¹ Enrique Leff (2004) compreende que a racionalidade da modernidade não tem capacidade de considerar outras racionalidades, ela é dominante, e com isso impõe seus pressupostos em diferentes dimensões. Deste modo, sendo o capitalismo um modelo insustentável e a racionalidade da modernidade incapaz de alterá-lo, é necessário pensar outras racionalidades.

³² Enrique Leff (2004) recupera o conceito de racionalidade de Max Weber para pensar o conceito de racionalidade ambiental. O autor mexicano dedica um item do livro, denominado: “Max Weber y el concepto de racionalidad”.

FIGURA 2 – COMPOSIÇÃO DA RACIONALIDADE AMBIENTAL



Fonte: Adaptado de Leff (2004)

Em termos gerais, podemos indicar que a racionalidade material compõe o sistema de valores que formam os comportamentos sociais e orientam as ações para a concepção de uma racionalidade fundamentada em princípios teóricos, materiais e éticos da sustentabilidade. A racionalidade teórica lança os conceitos que unem os princípios da racionalidade material, dando amparo à formação de uma racionalidade fundamentada em valores ambientais e culturais. A racionalidade técnica elabora os elementos funcionais e operacionais para a promoção da sustentabilidade. A racionalidade cultural é composta por sistemas simbólicos que promovem uma relação sociedade-natureza desde diferentes concepções e valores de sustentabilidade (Leff, 2004).

Enrique Leff (2004) indica que desde a racionalidade ambiental há o estímulo para a contestação dos processos de economização e coisificação da natureza pela racionalidade da modernidade-colonialidade. O trabalho é realizado por meio de um processo de produção teórica e político-social que estabelecem as bases para as transformações político-sociais, culturais e ambientais em resposta à racionalidade da modernidade-colonialidade. Com isso, podemos compreender que a racionalidade ambiental coloca em confrontação duas perspectivas opostas sobre o entendimento e o tratamento da questão social e ambiental. Isto é, enquanto uma busca

aumentar os domínios sobre a natureza por meio de um conjunto de medidas de controles político-sociais e econômicos; outra reconhece as identidades e os valores sociais e culturais concedidos ao tratamento da natureza (Leff, 2004), ou nas palavras do autor:

Estas dos racionalidades se definen por los diferentes modos de apropiación de la naturaleza y se caracterizan por diferentes principios, valores y medios para alcanzar sus objetivos. Así, la contraposición entre racionalidad económica y racionalidad ambiental no es una confrontación teórica entre la visión mecanicista de la racionalidad formal y de las leyes del mercado, y la concepción orgánica y de los sistemas ecológicos, sino que se manifiesta sobre todo en la manera como las motivaciones individuales, las normas culturales y las instituciones sociales interiorizan una regla mecanicista o una visión ecologista del mundo, así como por las diferentes formas de valorización significativa de la naturaleza desde diferentes racionalidades culturales (Leff, 2004, p. 226).

Em síntese, podemos compreender que a racionalidade ambiental procura desconstruir a racionalidade da modernidade-colonialidade, bem como estabelecer um entendimento e tratamento da questão social e ambiental que possa estimular ações para alcançar um futuro sustentável (Leff, 2004). Neste aspecto, é possível destacar que a racionalidade ambiental tem encontrado espaço, como também tem fomentado o campo da ecologia política, que é visto como um campo teórico-prático (Leff, 2003) formado com o surgimento de novas perguntas e desafios teóricos e práticos (Alimonda, 2017).

La ecología política surgió, así como un nuevo campo de indagatoria teórica, investigación científica y acción política, fundado en un enfoque neo-marxista sobre el conflicto social en los modos de apropiación de la naturaleza configurando el campo discursivo de un ecologismo politizado, impulsado por la irrupción de la crisis ambiental (Leff, 2014, p. 226).

Desta maneira, é possível considerar que, enquanto a crise ambiental é a manifestação do esquecimento da natureza pela racionalidade da modernidade-colonialidade (Leff, 2004); a ecologia política – com apoio da racionalidade ambiental – é uma resposta a esse esquecimento. A ecologia política desponta como um novo campo de pesquisa teórica e de ação política em reação à crise ambiental, considerando o conjunto de relações de poder que compreendem as disputas político-sociais e ambientais (Leff, 2014). Com isso, podemos entender que:

La ecología política es el estudio de las relaciones de poder y del conflicto político sobre la distribución ecológica y las luchas sociales por la apropiación de la naturaleza; es el espacio de las controversias sobre las formas de entender las relaciones entre la humanidad y la naturaleza, la historia de la explotación de la naturaleza y la opresión de las culturas, de su subsunción al capitalismo y a la racionalidad del sistema-mundo global [...] (Leff, 2014, p. 229).

Contudo, vale destacar que o próprio autor mexicano pontua que esse campo é composto de um conjunto de distintos entendimentos e conceitos que não encontram espaço em disciplinas acadêmicas tradicionais³³ (Leff, 2014). Com isso, devemos atentar para o fato de que esse é um campo que está num movimento contínuo de formação e transformações – que promovem disputas – devido ao encontro e na contracorrente dessas distintas compreensões³⁴ (Leff, 2003). Assim, podemos compreender que:

La construcción del campo de la ecología política implica deconstruir campos teóricos, resignificar conceptos y movilizar estrategias discursivas para forjar la identidad de este nuevo territorio epistémico en la configuración de una racionalidad ambiental y para la construcción de un futuro sustentable (Leff, 2014, p. 232).

Deste modo, no interior do campo da ecologia política foi se formando um conjunto de correntes – com base em distintas disciplinas acadêmicas que começaram a receber destaque internamente –³⁵ orientadas por uma série de análises das disputas socioambientais ocasionadas pelos processos de apropriação e de exploração ambiental, social e econômica pelo capitalismo. Com isso, devemos falar de ecologias políticas no plural, considerando que esse campo está composto por variadas perspectivas teóricas, definições sociais e condições ecológicas, embora possuam uma linha em comum: as relações de poder (Leff, 2017). Nesta direção, Martín e Larsimont (2016) indicam duas ecologias políticas formadas desde as epistemologias dominantes – ou seja, que podemos reconhecer que têm sido orientadas desde a racionalidade da modernidade-colonialidade –, isto é, a inglesa-estadunidense e a francesa; e uma que nos interessa

³³ Nesta direção, Enrique Leff (2017) menciona que: “El campo de la ecología política ha crecido asimismo desde paradigmas críticos de la geografía y la antropología extendiéndose hacia nuevas disciplinas y campos de estudio como la ecología cultural, los estudios etno-ecológicos y etno-geográficos, enlazándose con los campos emergentes de la sociología ambiental y la economía ecológica, expandiéndose desde la economía política y fundiéndose con los estudios del postdesarrollo, el eco-marxismo, la ecología social y el eco-feminismo; debatiendo con las teorías de la complejidad donde emergen nuevas indagatorias ontológicas y epistemológicas sobre la naturaleza” (p.231).

³⁴ Neste sentido, Enrique Leff (2014) sublinha: “El campo de la ecología política es heterogéneo por su trasfondo ontológico de diversidad y diferencia, y por su naturaleza política” (p.224).

³⁵ Enrique Leff (2017) menciona que: “Entra allí en juego incluso el interés por el reconocimiento o desconocimiento de los pares académicos, las seducciones teóricas y los compromisos disciplinarios que hacen que un investigador explore y acoja unas fuentes de inspiración y desdeñe o ignore otras en la definición de su identidad académica” (p.234).

especialmente nesta tese por entendermos que caminha ao encontro do pensamento decolonial: a ecologia política latino-americana.³⁶

Dessa maneira, podemos compreender que ao considerar as relações de poder e as decorrentes disputas socioambientais, a ecologia política latino-americana coloca em destaque a colonialidade em seus distintos níveis, como a colonialidade da natureza, entendendo que o continente latino-americano está marcado pelo episódio da Conquista e pelos processos de apropriação e de exploração ambiental, social e econômica³⁷ (Alimonda, 2011). De modo que devemos ter em conta que as ações político-sociais que se desdobram nesse campo, estabelecem um conjunto de condições para promover a liberação social (ou emancipação) – (Santos, 2002) e a reapropriação social da natureza (Leff, 2004).

Sendo assim, compreendemos que a ecologia política latino-americana está diretamente relacionada com os processos de lutas e de resistências de atores sociais silenciados contra os processos de apropriação, desterritorialização e de exploração ambiental, social e econômica – que ocorre há 500 anos, desde a conquista e invenção da América –, e pelos processos de lutas desses mesmo atores sociais por autonomia político-social, reconhecimento das identidades culturais, reterritorialização, sustentabilidade ambiental e justiça social e econômica. Nesse sentido, como exemplo podemos citar o projeto agroecológico que, desde o marco da ecologia política – e do pensamento decolonial –, estimula um conjunto de narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas que buscam promover processos de lutas e de resistências à agricultura capitalista.

Recorrendo a um olhar acadêmico, podemos compreender que a ecologia política latino-americana mantém associações com um conjunto de elementos da denominada economia ecológica, que coloca em destaque a distribuição ecológica. Desde a economia ecológica predomina um entendimento de que o valor da natureza não deve ser equacionado somente por termos econômicos – como ocorre com a economia ambiental – por isso, os e as economistas ecológicos adotam o conceito de distribuição ecológica (Escobar, 2005b). Nesta direção, podemos re-

³⁶ Martín e Larsimont (2016) propõem pensar a ecologia política em termos de uma ecologia cosmo-política e para isso procuram colocar essas três ecologias políticas em diálogo.

³⁷ Nesta direção, Héctor Alimonda pontua a aproximação da ecologia política latino-americana com o pensamento crítico latino-americano, em cinco principais propriedades: (a) ambos possuem dúvidas em relação à identidade latino-americana, tendo somente convicção de que há diferenças com os países de fora do continente; (b) a procura da identidade somente encontra respostas por meio da análise do passado; (c) ambos possuem referências à realidade “geo-histórica” latino-americana em comum, mesmo quando há o tratamento de uma sociedade em especial; (d) têm desconfiança de elementos e processos teóricos e metodológicos das ciências sociais convencionais, como da sua validade aplicada aos temas latino-americanos; (e) se mantêm em uma posição de fronteira em relação aos conhecimentos dominantes (Alimonda, 2017).

tomar um reconhecido intelectual da economia ecológica no continente latino-americano, o catalão Joan Martínez-Alier.³⁸ De acordo com este autor, a ecologia política corresponde aos estudos dos conflitos ecológicos distributivos, ou seja, das disputas pelo acesso aos “recursos naturais”.³⁹ No entanto, sabemos que nos países latino-americanos geralmente os conflitos ecológicos distributivos possuem como protagonistas os movimentos sociais – compostos majoritariamente por atores sociais silenciados –, que lutam e resistem por justiça social e ambiental,⁴⁰ levando o autor a denominar esse processo como um “ecologismo de los pobres” – ou o ecologismo popular⁴¹ (Martínez-Alier, 2006).

Contudo, Escobar (2005b) indica que o conceito de distribuição ecológica tem como base o entendimento de distribuição que é comumente adotado pela economia política, mas que nesse caso, está orientado para a relação sociedade-natureza – cabe assinalar que esse é um ponto que é reconhecido por Martínez-Alier (2006). Porém, o autor colombiano atenta para o fato que é necessário ir além do campo da economia e com isso, levanta como proposta a denominada ecologia da diferença, incluindo a dimensão econômica, a dimensão ecológica e cultural,⁴² uma maneira de ter em conta a relação sociedade-natureza, a justiça social e econômica, a sustentabilidade ambiental e também a diferença cultural (Escobar, 2005b).⁴³ Desse modo, entendemos que recorrer à ecologia política latino-americana é recorrer a uma política da diferença, que tem capacidade de reconhecer as diferenças culturais e considerar os distintos símbolos e tratamentos de diversos atores sociais com a natureza.⁴⁴ Uma perspectiva que conside-

³⁸ Joan Martínez-Alier é fundador e um dos editores da revista “Ecología Política – Cuadernos de Debate Internacional” fundada em 1991. Embora o autor tenha origem catalã, possui interesse e compromisso com o pensamento latino-americano.

³⁹ Neste sentido, Héctor Alimonda (2011) menciona que Joan Martínez-Alier foi o responsável por impulsionar a noção de ecologia política no idioma espanhol.

⁴⁰ Um autor reconhecido que trabalha com esse tema no Brasil é Henri Acselrad.

⁴¹ Neste sentido, Héctor Alimonda (2011) acentua: “En el siglo XX lo ambiental apareció identificando reivindicaciones, conflictos y movimientos específicos. Pero esas reivindicaciones, conflictos y movimientos existieron siempre en la historia, aunque no siempre hayan sido explícitos sus componentes ambientales en la conciencia y en la discursividad de los actores que los protagonizaron” (p.39).

⁴² Arturo Escobar (2005b) define os conflitos de distribuição cultural: “[...] como aquellos que provienen de la diferencia del poder efectivo asociado con valores y prácticas culturales particulares” (p.130).

⁴³ Nesta direção, Arturo Escobar (2005b) menciona: “La dimensión cultural permite neutralizar la tendencia penetrante de reducir todo a lo económico; la ecológica resulta fundamental puesto que los temas sobre acceso y control de los recursos naturales no son sólo aspectos centrales de muchos problemas y luchas actuales, sino que además resaltan concepciones y prácticas culturales contrastantes de la naturaleza, y porque las crisis ecológicas tienden a ser crisis generalizadas” (p.125).

⁴⁴ Segundo Escobar (1999), cada ator social ou comunidade mantém uma relação sociedade-natureza diferente, processo que confere um caráter antiessencialista, isto é, a natureza é experimentada e produzida de acordo com a posição social e da forma que é reinterpretada ao longo do tempo por meio da interação de fatores culturais, sociais e políticos.

ramos que caminha ao encontro do pensamento decolonial e que podemos notar que está destacado no projeto agroecológico, como será possível notar no decorrer da tese. Com isso, em síntese, nós podemos compreender que:

La ecología política que nace impulsada por los vientos del sur abre su mirada a los problemas ambientales del tercer mundo agrario, incluidos los pueblos campesinos e indígenas, a sus prácticas tradicionales, los movimientos de resistencia y el activismo en la reconstrucción de sus territorios de vida. Emerge de una política de la diferencia enraizada en las condiciones ecológicas y culturales de sus pueblos, de sus estrategias de emancipación para la descolonización del conocimiento, la reinención de sus territorios de vida y la reapropiación de su patrimonio biocultural (Leff, 2014, p. 232).

Finalmente, compreendemos ser possível assinalar que olhar a agroecologia com a perspectiva do pensamento decolonial e da ecologia política é um processo valioso, pois, representa perspectivas que colaboram com o questionamento da racionalidade da modernidade-colonialidade e também com a análise e entendimento dos processos de lutas e de resistências protagonizados por atores sociais plurais – em muitos casos silenciados pela racionalidade da modernidade-colonialidade – no continente latino-americano, que se constituem em oposição aos recorrentes processos de apropriação e de exploração ambiental, social e econômico provocados desde o capitalismo. Direcionando-nos à agricultura, podemos indicar que esses processos atualmente se revelam por meio do projeto do agronegócio, que estabelece uma série de controles político-sociais, culturais, econômicos e ambientais, desdobrando em impactos incalculáveis em termos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Contudo, como resposta, a agroecologia coloca em destaque e em questionamento os impactos provocados pela agricultura capitalista, além de estimular um conjunto de práticas que buscam promover a justiça social e econômica e, a sustentabilidade ambiental, materializadas em distintas iniciativas em todo o mundo, mas principalmente no nosso continente.

1.3 FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS, DA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DO TRABALHO DE TRADUÇÃO

O reconhecido sociólogo português Boaventura de Sousa Santos levanta como proposta uma perspectiva teórico-metodológica composta por um conjunto de conceitos, noções, categorias e de procedimentos sociológicos que buscam colocar em questionamento os pressupostos

da racionalidade da modernidade-colonialidade – que denomina como razão indolente.⁴⁵ Frente a isso, Santos (2002) conclui que as experiências sociais em todo o mundo são mais amplas e variadas do que os pressupostos da racionalidade da modernidade-colonialidade⁴⁶ conhecem e reconhecem. Assim, toda a riqueza social tem sido desperdiçada e para combater esse desperdício e torná-la visível é impossível recorrer às ciências sociais tradicionais; é necessário promover um modelo distinto de racionalidade, que possa romper com a racionalidade da modernidade-colonialidade.⁴⁷ Com isso, além de colocar essa racionalidade dominante em questionamento, o autor pontua ser necessário estimular outra racionalidade, que tenha a capacidade de romper com a racionalidade da modernidade-colonialidade, e que a denomina como razão cosmopolita⁴⁸ (Santos, 2002) – podemos notar que esses pressupostos caminham ao encontro do pensamento decolonial e da racionalidade ambiental, esta indicada por Leff (2004). Com isso, para alcançar a razão cosmopolita, Boaventura de Sousa Santos indica três principais “procedimentos sociológicos”: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

A denominada sociologia das ausências procura colocar em destaque que tudo aquilo que é tomado como não-existente na realidade é produzido como não-existente pela racionalidade da modernidade-colonialidade. Dessa maneira, de acordo com Santos (2002), a produção de ausências ocorre por meio de cinco principais lógicas, que, por sua vez, levam a um recorrente desperdício de experiências sociais. Apresentamos adiante um quadro que indica as cinco principais lógicas da racionalidade da modernidade-colonialidade com as respectivas ausências que promove.

⁴⁵ Santos (2002) pontua que a razão indolente é composta por quatro formas: a razão impotente, a razão arrogante, a razão metonímica e a razão proléptica.

⁴⁶ Como nós assumimos o pensamento decolonial, optamos por usar o termo racionalidade da modernidade-colonialidade para indicar uma racionalidade dominante.

⁴⁷ Santos (2002) compreende que: “Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito” (p.238).

⁴⁸ Esse referencial teórico-metodológico fundamenta o projeto denominado “A reinvenção da emancipação social”, promovido pelo próprio autor com a intenção de analisar um conjunto de alternativas elaboradas por diferentes atores sociais em oposição aos processos de exclusão e discriminação em seis países, promovidos pelo avanço da “globalização neoliberal e ao capitalismo global” (Santos, 2002).

QUADRO 2 – LÓGICAS DE PRODUÇÕES DE AUSÊNCIAS

Lógicas	Ausências
Monocultura do saber	Ignorância
Lógica do tempo linear	Residual
Lógica da classificação social	Inferior
Lógica escala dominante	Local
Lógica produtivista	Improdutivo

Fonte: Adaptado de Santos (2002)

- A monocultura do saber representa um dos mais poderosos modos de produção de ausências – nota-se que ela possui um paralelo com a colonialidade do saber. A monocultura do saber reconhece somente as ciências modernas e as culturas elitistas como medidas de verdade e de qualidade. Desta maneira, tudo aquilo que não corresponde a isso é tomado como ausente e assume a condição de ignorância;
- A monocultura do tempo linear reconhece que a história do mundo possui um caminho determinado, estabelecido pelos atores europeus e estadunidenses – nessa monocultura predominam noções como crescimento, desenvolvimento, progresso e modernização. Desse modo, tudo aquilo que não caminha nesse sentido é tomado como ausente e assume a condição de residual e é destacado como tradicional, pré-moderno, simples ou subdesenvolvido;
- A lógica da classificação social está associada à monocultura da naturalização das diferenças e compreende na ordenação das populações por categorias que acentuam as hierarquias – como racial e sexual – nota-se que ela possui um paralelo com a colonialidade do poder. Desta forma, tudo aquilo que não corresponde as mais altas categorias assume a condição de inferioridade;
- A lógica da escala global reconhece somente uma escala, que é compreendida como uma escala universal. Desta maneira, tudo aquilo que não está associado a essa escala é tomado como ausente e assume a condição de local;
- A lógica produtivista está associada à monocultura dos critérios de produtividade capitalista e compreende que o sistema capitalista é um modelo de produção inquestionável e necessário. Desse modo, tudo aquilo que não está diretamente associado ao sistema capitalista é tomado como ausente e assume a condição de improdutivo (Santos, 2002).

Sendo assim, podemos compreender que o intuito da sociologia das ausências está em recuperar essas experiências sociais daquelas condições de desperdícios estabelecidas desde a racionalidade da modernidade-colonialidade e revelar suas presenças, ou seja, torná-las visíveis. Um exercício que tem sido realizado desde o projeto agroecológico, que tem buscado dar visibilidade a conhecimentos e práticas ocultadas e que até mesmo os paradigmas ecológicos dominantes ignoram. Por sua vez, a recuperação das experiências sociais presentes no mundo ocorre por meio da superação das totalidades dominantes e excludentes promovidas pela racionalidade da modernidade-colonialidade, com a contestação de cada uma daquelas cinco lógicas de produção de ausências (Santos, 2002). Frente a isso, podemos indicar que o projeto agroecológico promove esse processo de recuperação de experiências sociais ao colocar em contestação os domínios do projeto do agronegócio – estimulado pela racionalidade da modernidade-colonialidade – como veremos no decorrer desta pesquisa. Apresentamos adiante um quadro que indica as cinco principais lógicas da racionalidade da modernidade-colonialidade com as respectivas ecologias de contestações que buscam recuperar as experiências sociais desperdiçadas.

QUADRO 3 – LÓGICAS DE PRODUÇÕES DE AUSÊNCIAS E ECOLOGIAS DE CONTESTAÇÕES

Lógicas	Ecologias
Monocultura do saber	Ecologia dos saberes
Lógica do tempo linear	Ecologia das temporalidades
Lógica da classificação social	Ecologia dos reconhecimentos
Lógica escala global	Ecologia das transescalas
Lógica produtivista	Ecologia da produtividade

Fonte: Adaptado de Santos (2002)

- O domínio da monocultura do saber é contestado pela ecologia dos saberes, que coloca em destaque que não há ignorância e sim distintos tipos de conhecimentos e de saberes e que todos devem ser considerados de acordo com os contextos em que são aplicados, propondo um diálogo de saberes;⁴⁹
- O domínio da lógica do tempo linear é contestado pela ecologia das temporalidades, que procura revelar que o tempo linear é somente um dos entendimentos acerca do tempo, liberando as práticas sociais da condição de residual e recuperando temporalidades próprias;
- O domínio da lógica da classificação social é contestado pela ecologia dos reconhecimentos, que procura desconstruir a hierarquia social determinada pela racionalidade dominante;
- O domínio da lógica da escala global é contestado pela ecologia das transescalas, que busca revelar o valor dos elementos e aspectos locais e recuperá-los da globalização hegemônica;
- O domínio da lógica produtivista é contestado pela ecologia da produtividade, que procura colocar em questionamento o modelo capitalista de produção e revelar o valor dos sistemas alternativos de produção, estimulando as recomposições para além das relações de subalternidade (Santos, 2002).

Enquanto a sociologia das ausências busca recuperar as experiências sociais das condições de desperdícios pela racionalidade da modernidade-colonialidade, Santos (2002) destaca que a sociologia das emergências – que está diretamente associada com a primeira e que possui um papel complementar⁵⁰ – procura ampliar as possibilidades concretas e estimular as experiências sociais. Com isso, de acordo com o autor, enquanto a sociologia das ausências procura ampliar o campo das experiências sociais existentes por meio daquelas cinco ecologias já mencionadas; a sociologia das emergências busca ampliar o campo das experiências sociais possíveis. Apresentamos a seguir um quadro que indica os campos sociais em que as experiências sociais encontram maiores possibilidades e capacidades de serem ampliadas.

⁴⁹ Nesta direção, Santos (2002), pontua que a ecologia dos saberes não procura revelar que os conhecimentos não-científicos são alternativos aos conhecimentos científicos, mas que compõem e operam em espaços diferentes.

⁵⁰ Santos (2002) indica que quanto maior a quantidade de experiências sociais disponíveis no mundo hoje, maior é a possibilidade de experiências sociais no futuro.

QUADRO 4 – PRINCIPAIS CAMPOS SOCIAIS PARA AMPLIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS

Campos sociais	Disputas e diálogos possíveis
Experiências de conhecimento	Entre diferentes formas de conhecimentos
Experiências desenvolvimento, trabalho e produção	Entre diferentes modos de produção
Experiências de reconhecimento	Entre diferentes sistemas de classificação
Experiências de democracia	Entre democracia dominante e participativa
Experiências de comunicação	Entre meios dominantes x redes independentes

Fonte: Adaptado de Santos (2002)

Finalmente, nós podemos destacar o trabalho de tradução, que corresponde ao terceiro procedimento sociológico que é proposto por Santos (2002), reconhecido como complementar aos dois procedimentos mencionados anteriormente. O primeiro ponto que devemos ter em conta é o questionamento que levanta o sociólogo: qual é a alternativa à teoria dominante? Boaventura de Sousa Santos compreende que é o trabalho de tradução, pois, desde esse trabalho é possível estabelecer um entendimento recíproco⁵¹ entre conhecimentos e práticas hegemônicas e subalternas, como também, entre distintos conhecimentos e práticas subalternas (Santos, 2002).

Assim, Santos (2002) destaca que o trabalho de tradução incide sobre os conhecimentos e sobre as práticas. No caso dos conhecimentos, a tradução assume a condição de uma hermenêutica diatópica, isto é, consiste na compreensão de duas ou mais culturas com a intenção de reconhecer as distintas respostas oferecidas às preocupações semelhantes. Com isso, o autor indica que a hermenêutica diatópica está fundamentada numa noção de que todas as culturas são incompletas e que dessa maneira elas podem ser enriquecidas pelas trocas com outras culturas. Deste modo, nesse aspecto, o trabalho de tradução tem capacidade de aproximar aqueles que seriam os “melhores” elementos de distintas culturas. No caso das práticas, a tradução também tem o intuito de estabelecer um entendimento recíproco, mas nesse caso entre os movimentos e as ações, ou seja, procura pela aplicação dos conhecimentos e saberes. Assim como a tradução dos conhecimentos, a tradução das práticas também ocorre entre práticas hegemônicas e subalternas, assim como entre distintas práticas subalternas. Com isso, podemos compreender que o projeto agroecológico promove o trabalho de tradução ao reunir num mesmo espaço atores sociais plurais comprometidos com bandeiras em comum – agroecologia e campesinato – buscando estabelecer uma inteligibilidade recíproca (Santos, 2002).

⁵¹ Como foi mencionado, Santos (2002) indica que o trabalho de tradução procura estabelecer uma inteligibilidade recíproca. Contudo, o autor ressalta que caso isso não ocorra, a tradução passa a ser um trabalho colonial, por mais decolonial que pareça.

RESUMO DO CAPÍTULO

No capítulo buscamos indicar e analisar os caminhos teórico-metodológicos que tomamos e que nos orientaram durante esta pesquisa. Juntos eles representam o que propomos e denominamos nesta tese como tripé teórico-metodológico, composto pelo pensamento decolonial, pela ecologia política e pelo procedimento sociológico proposto por Boaventura de Sousa Santos, constituído pela sociologia das ausências, pela sociologia das emergências e pelo trabalho de tradução. Com isso, no decorrer do capítulo procuramos colocar em destaque um conjunto de perspectivas, conceitos, noções e categorias, entendendo que tais elementos nos oferecem uma série de ferramentas que nos ajudam a analisar e compreender o nosso objeto de pesquisa. Frente a isso, procuramos colocar em questionamento a racionalidade da modernidade-colonialidade, desde os seus domínios até os seus desdobramentos, o que nos parece um passo essencial para analisar os processos de lutas e de resistências de atores sociais silenciados e dessa maneira, o pensamento decolonial nos ajuda a compreender tanto as relações de poder que estão implícitas em distintos espaços das sociedades latino-americanas, inclusive na agricultura paranaense, como também os processos de lutas e resistências que buscam romper com os controles estabelecidos historicamente pelos e pelas protagonistas da racionalidade da modernidade-colonialidade. Por sua vez, a ecologia política oferece um conjunto de elementos para colocar em questionamento os processos de apropriação e de exploração ambiental, social e econômica estimulados pelo capitalismo e seus decorrentes impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais que, no caso desta pesquisa, nos direcionamos às análises da agricultura capitalista; ademais, também nos ajuda a compreender os processos de lutas e de resistências de atores sociais silenciados orientados às disputas socioambientais. Finalmente, desde a sociologia das ausências, da sociologia das emergências e do trabalho de tradução, é possível analisar o projeto agroecológico desde os distintos estímulos que buscam promover para recuperar experiências sociais desperdiçadas pela racionalidade da modernidade-colonialidade e para criar e estabelecer possibilidades para a emergência de novas experiências sociais. Dessa maneira, compreendemos que essas três perspectivas teóricas-metodológicas se encontram diretamente associadas, como é possível reconhecer no decorrer do capítulo quando apresentamos um conjunto de perspectivas, conceitos, noções e categorias que possuem ampla relação entre si e que em muitos casos até se confundem, mesmo que possamos reconhecer que elas pouco têm sido relacionadas nos trabalhos acadêmicos.

2 AVANÇO DO CAPITAL NA AGRICULTURA

[...] la primera condición para cambiar la realidad consiste en conocerla.

Eduardo Galeano, 2004, p.341.

No presente capítulo indicamos e analisamos um conjunto de elementos que ajudaram a impulsionar o avanço do capital na agricultura e a consolidar a agricultura capitalista no mundo, buscando acentuar a realidade brasileira e paranaense. No primeiro item procuramos colocar em destaque a noção de desenvolvimento, promovido como um discurso e estratégia pelos e pelas protagonistas da racionalidade da modernidade-colonialidade. No próximo item buscamos descrever e examinar dois processos que determinaram as bases tecnológicas e metodológicas da agricultura capitalista durante a segunda metade do século XX: a Revolução Verde e a Revolução Genética. Finalmente, no terceiro item procuramos apresentar o avanço do capital na agricultura brasileira e paranaense durante a segunda metade do século XX e início do século XXI, processo que contou com amplo apoio e interesse do poder público e também das elites político-sociais e econômicas, que juntos promoveram um discurso sustentado na necessidade de estimular o crescimento econômico no país e que a agricultura teria um papel essencial.

2.1 DESENVOLVIMENTO COMO DISCURSO E ESTRATÉGIA

Podemos reconhecer que a noção de desenvolvimento,⁵² que está diretamente associada à racionalidade da modernidade-colonialidade e aos interesses das elites político-sociais e econômicas, possui uma conotação poderosa – por ser um “mecanismo” que possibilita alcançar algo em que Europa e os Estados Unidos representam o modelo que devem ser imitados e alcançados, como destacam Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) – que tem sido promovida por meio de inúmeros discursos e estratégias e, em muitos casos, de maneira violenta. Dessa maneira, para analisar e colocar em questionamento a noção de desenvolvimento recorreremos num

⁵² Escobar (2005a) aponta que a noção de desenvolvimento foi tratada desde três dimensões durante as recentes décadas: (a) teoria da modernização desde um paradigma liberal; (b) teoria da dependência desde um paradigma marxista; e (c) uma abordagem crítica desde um paradigma pós-estruturalista, que abre espaço para a noção de pós-desenvolvimento.

primeiro momento ao pensamento decolonial e a Conquista da América. Queremos destacar que o processo de Conquista da América pelos povos europeus colocou mais destaque na Europa como o centro do mundo – quando narrado desde a racionalidade da modernidade-colonialidade. Nesse violento processo, os demais territórios e povos do mundo passaram a ser somente os demais territórios e povos, demarcando uma maneira de se pensar e também de classificá-los (Mignolo, 2007a). Embora a noção de desenvolvimento seja mais recente do que as classificações estabelecidas após a Conquista da América, a classificação e tudo o que ela carrega é um elemento em comum. De acordo com Esteva (1996), a noção de desenvolvimento como a conhecemos atualmente, recebeu estímulo com o pronunciamento de posse presidencial de Harry Truman no ano de 1949, nos Estados Unidos – embora o termo já tenha aparecido anteriormente – pouco tempo após o término da II Guerra Mundial quando colocou em ação um conjunto de medidas – com destaque para o Plano Marshall, uma continuação da Doutrina Truman⁵³ – para promover a economia dos Estados Unidos e dos países da Europa. Deste modo, Escobar (2007) sustenta que o desenvolvimento é antes de tudo uma invenção, como outrora foi a América. Dessa maneira, a noção de desenvolvimento foi rapidamente promovida para o mundo, sustentada num discurso da necessidade de incentivar avanços em distintos âmbitos das sociedades a partir de uma perspectiva econômica, o que possibilitaria alcançar prosperidade econômica e social. Contudo, como qualquer pessoa pode perceber, as medidas promovidas em nome da prosperidade têm sido reveladas como catalisadoras de impactos sociais e econômicos e de degradações ambientais.

Para Escobar, é necessário compreender a economia para além de um modo de produção, é preciso entendê-la também como um dispositivo simbólico e de poder que orienta o capitalismo, recordando que a economia está diretamente associada à racionalidade da modernidade-colonialidade. Para o autor, o poder nesse sentido tem sido exercido como um modo de disciplinamento, enquanto desde a perspectiva simbólica é promovido o reconhecimento que a economia é um elemento essencial para a reprodução da vida social. Desse modo, podemos compreender o desenvolvimento como um discurso e estratégia capitalista, associado à racionalidade da modernidade-colonialidade, que condiciona um conjunto de processos de controles no mundo (Escobar, 2007), inclusive na agricultura. Nesse caso, é possível destacar que a noção de desenvolvimento se desprende em noções como modernização, progresso técnico-científico

⁵³ “La doctrina Truman inició una nueva era en la comprensión y el manejo de los asuntos mundiales [...]. El propósito era bastante ambicioso: crear las condiciones necesarias para reproducir en todo el mundo los rasgos característicos de las sociedades avanzadas de la época. En concepto de Truman, el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. Solo así el sueño americano de paz y abundancia podría extenderse a todos los pueblos del planeta” (Escobar, 2007, p.20).

ou ainda eficiência produtiva, que historicamente têm sido usadas como estratégias para promover mudanças nas bases produtivas da agricultura, orientando-a exclusivamente para o aumento de rendimentos econômicos, condicionando a territorialização da agricultura capitalista e, conseqüentemente, a desterritorialização de outras agriculturas e a uma série de impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Assim, é possível assinalar que o desenvolvimento é um dispositivo da dominação da modernidade-colonialidade sobre a vida social e econômica por meio do capital, processo que está cruzado por uma narrativa de melhoria das condições de vida das pessoas, de maneira que coloca em destaque a dualidade de países ricos-pobres, modernos-atrasados ou desenvolvidos-subdesenvolvidos, estabelecendo um modelo de classificação e uma condição, seja para países ou para as pessoas (Esteva, 1996). Com isso, é com esse aspecto que se estabelece a noção de subdesenvolvimento, como mais uma opção da retórica da modernidade-colonialidade para se referenciar a um país ou território como “atrasado” no tempo e distante no espaço em relação ao denominado “mundo desenvolvido” e assim marcar uma diferenciação. Dessa maneira, a noção de desenvolvimento e seu oposto, o subdesenvolvimento, representa a própria colonialidade que é assumida para classificar e diferenciar territórios e pessoas (Mignolo, 2010). Nesse sentido, vale recordar Galeano (2004), que destaca:

Para quienes conciben la historia como una competencia, el atraso y la miseria de América Latina no son otra cosa que el resultado de su fracaso. Perdimos; otros ganaron. Pero ocurre que quienes ganaron, ganaron gracias a que nosotros perdimos: la historia del subdesarrollo de América Latina integra, como se ha dicho, la historia del desarrollo del capitalismo mundial (2004, p.16).

Assim, no momento em que essa condição passa a ser reconhecida, o desenvolvimento assume um papel essencial enquanto “mecanismo” de progresso social e econômico, promovido por discursos e estratégias. Dessa maneira, a pobreza passa a ser indicada como um problema social e para tanto, requer medidas de salvação que podem ser alcançadas por meio de um desenvolvimento que “somente” o capitalismo teria capacidade de estimular. Ou seja, o desenvolvimento é um dispositivo aprimorado de poder que cria as necessidades e rapidamente estimula soluções, que ocorrem por meio de um conjunto de medidas de contenção. Podemos sinalizar que uma das principais medidas para tentar resolver os problemas criados pelo próprio capitalismo se dá por meio do estímulo às ciências e às tecnologias, com suas profissionalizações e institucionalizações, em que aos países “subdesenvolvidos” resta somente esperar e recebê-las, o que, por sua vez, condiciona com que os atores sociais de inúmeros países tenham

acesso a uma nova linguagem em que não são os e as protagonistas (Escobar, 2007). No caso da agricultura, um dos principais exemplos nesse sentido é o processo de internacionalização dos pacotes tecnológicos para agricultura durante a década de 1960 – promovidos desde a Revolução Verde – e mais recentemente as sementes transgênicas da Revolução Genética.

2.2 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO POLÍTICO-TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA CAPITALISTA

Os estímulos dados ao aprimoramento das ciências, desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, no decorrer do século passado foram determinantes para estabelecer as bases tecnológicas e agronômicas de uma agricultura capitalista altamente produtivista. Esse modelo de agricultura foi assentado em um conjunto de práticas descontínuas e parciais de apropriação e de exploração ambiental e do trabalho, com as alterações daquilo que era possível no momento e na imediata reincorporação de novos equipamentos, novos insumos e métodos. Esse processo, Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) denominam como *apropriacionismo*.⁵⁴ Dessa maneira, podemos assinalar que o *apropriacionismo* foi – e continua sendo – responsável por reestruturar os espaços rurais de todo o mundo em termos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Desse modo, para que possamos compreender a consolidação do atual modelo de agricultura capitalista – que foi amplamente estimulada por atores sociais e institucionais estadunidenses e europeus desde a racionalidade da modernidade-colonialidade – e sua consequente disseminação para distintos países, é necessário recorrer ao passado e analisar a formação das suas bases tecnológicas, que se encontram diretamente relacionadas aos interesses e controles político-sociais e econômicos de determinados atores sociais e institucionais. Convém lembrar que o nosso intuito não é esgotar as etapas das distintas trajetórias tecnológicas – em que

⁵⁴ Neste sentido, Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) relembra que é impossível reduzir totalmente a agricultura a uma prática capitalista industrial por conta das condições biológicas que estabelecem uma série de limitação para o processo de produção capitalista. Nesta mesma direção, Bartra (2014) destaca: “La agropecuaria es una producción incómoda para el gran dinero: las fluctuaciones de las cosechas por factores climáticos redundan en variaciones de los precios que, a diferencia de otras, reflejan las fluctuaciones del valor pues en los ciclos malos se incrementa la cantidad de trabajo social por unidad de producto y viceversa. El pausado y cíclico ritmo de la producción está determinado por factores naturales cuya modificación tiene límites biológicos, de modo que por lo general las cosechas se concentran en ciertos periodos que no necesariamente coinciden con los de consumo, por lo que los bienes agropecuarios deben conservarse por lapsos prolongados y dado que en muchos casos son perecederos su preservación tiene altos costos. El resultado de todo esto son precios cambiantes a lo largo del año pues lo que se consume ‘fuera de temporada’ supone mayores gastos financieros y de almacenaje. Por las mismas razones el tiempo de producción es más prolongado que el de trabajo y los requerimientos laborales se concentran en ciertas actividades y temporadas” (2014, p.130).

colocamos maior destaque na trajetória da biotecnologia agrícola – que foram responsáveis por formar esse modelo de agricultura capitalista, mas sim apontar seus principais elementos e direcionamentos.

Nesse caminho, é possível destacar que o primeiro passo dado foi o processo de mecanização de equipamentos e ferramentas de trabalho – para preparar o solo, para semear e para colher – durante o século XIX. Cabe lembrar que até aquele momento o aumento dos rendimentos produtivos ocorria somente com as mudanças nas técnicas agrônômicas ou por meio das ferramentas inventadas pelos próprios camponeses e camponesas. Contudo, com o impulso do capitalismo teve início um crescente processo de substituição dos equipamentos de madeiras – manuais ou de tração animal – primeiro por equipamentos de ferro e logo depois por equipamentos feitos de aço, que eram mais leves e mais simples de serem controlados pelos trabalhadores e trabalhadoras. Com isso foi estabelecido um novo mercado, o mercado de equipamentos e de ferramentas. Esse processo possibilitou não somente ampliar a velocidade do trabalho, como também aumentar a área de plantio – o que consequentemente acabou aumentando o tamanho dos estabelecimentos – elevando os rendimentos produtivos e econômicos e ao mesmo tempo, diminuiu o trabalho e o tempo aplicado para tal. Na esteira desse crescente processo inovador, também podemos destacar um salto tecnológico que ocorreu com a criação dos motores à combustão, uma inovação que possibilitou o aprimoramento dos equipamentos mecânicos e o surgimento dos tratores a combustão no início do século XX.⁵⁵ Assim, podemos compreender que como desdobramento do processo de mecanização, acabou-se eliminando um conjunto de ferramentas e de equipamentos manuais ao longo das décadas e impulsionando um novo modelo de agricultura, cada vez mais mecanizada e capitalizada (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008). Esse crescente processo de mecanização das ferramentas e equipamentos, iniciado no século XIX e acentuado durante o século XX, foi seguido pela apropriação dos demais fatores da produção agrícola, que passaram a ser cada vez mais complementares entre eles, como, por exemplo os insumos químicos e, mais recentemente, as biotecnologias (Salles Filho, 1993).

Nesse sentido, podemos assinalar que o próximo passo dado foi o aprimoramento do setor químico no período pós-Guerra durante o século XX. Até aquele momento os adubos eram obtidos dos animais, mas começaram a ser substituídos recorrentemente pelos adubos minerais

⁵⁵ O primeiro trator com motor a combustão foi o modelo Fordson da Ford e líder de vendas até 1925, nos Estados Unidos. Após aquele período, o modelo Farmall da International Harvester passou a ser o líder de vendas, até que na década de 1940, a Ford retomou a liderança com outro modelo: Ferguson, que possuía um sistema hidráulico, que era inovador para a época (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008).

– como o Guano do Peru e Salitre no Chile – até que rapidamente abriram caminho para os insumos químicos – possíveis com a técnica da síntese de amônia. Ademais, também tem início uma crescente elaboração, venda e uso de defensivos químicos para serem aplicados nas lavouras, os denominados agrotóxicos. Ambos processos acabaram estimulando o desenvolvimento do mercado de produtos químicos orientados para a agricultura, que estava diretamente associado com os interesses de realocar a produção de armas químicas – com o término da II Guerra Mundial –, possível desde uma série de mudanças nas estruturas dos componentes químicos. Como desdobramento, essa realocação acabou eliminando os adubos e insumos naturais que foram substituídos pelos insumos químicos, outro pilar que também estimulou a agricultura capitalista. Um processo que acabou reestruturando e impactando as agriculturas locais em termos metodológicos, político-sociais, culturais, econômicos, ambientais e também a saúde dos camponeses e camponesas com os altos índices de contaminações (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008).

Também podemos destacar um terceiro passo dado nesse sentido, o aprimoramento da biotecnologia agrícola, possível com a criação das sementes híbridas (milho) na primeira metade do século XX. Esse processo foi possível por conta das descobertas de hereditariedade de Johann Mendel na década de 1860, elaborando técnicas de selecionamento para o aumento da produtividade e também da resistência dos cultivos. Assim como os demais, esse processo abriu caminho para um novo mercado quando outras variedades começaram a ser criadas, e que passaram a ser denominadas como variedades de alto rendimento⁵⁶ (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008). No entanto, é necessário reconhecer que as variedades de alto rendimento além de serem limitadas em termos genéticos e de estarem associadas ao uso de insumos químicos e logicamente aos interesses de mercado, substituem as sementes crioulas, que além de possuírem uma alta biodiversidade, representam um patrimônio material e imaterial para os camponeses e camponesas (Shiva, 2003).

Embora essas tecnologias orientadas para a agricultura constituam trajetórias tecnológicas distintas, encontram-se diretamente relacionadas, sendo complementares entre si (Salles Filho, 1993).⁵⁷ Essa complementariedade estabeleceu o que hoje podemos reconhecer como um

⁵⁶ Shiva (2003) acentua que a denominação “variedades de alto rendimento” é em realidade enganosa. Essas variedades têm na verdade uma ampla capacidade de recepção de insumos que condiciona ao aumento de rendimento.

⁵⁷ Salles Filho (1993), neste sentido, esclarece: “O entorno deste padrão, que hoje é apresentado de forma clara e até ‘natural’, pelo fato de parecerem tão óbvias necessidades de uso de fertilizantes, de pesticidas químicos, de sementes melhoradas, de tratores, etc., não deve ser avaliado como o resultado inexorável do desenvolvimento das forças produtivas no campo, ou da evolução da combinação de preços relativos dos fatores de produção. Ele é um processo de desenvolvimento tecnológico cujas origens, desdobramentos, caminhos, estímulos e obstáculos só podem ser entendidos à luz dos momentos históricos em que se deram. O padrão tecnológico moderno é o resultado de uma combinação, no tempo, de diferentes trajetórias tecnológicas, que apresentaram elementos convergentes

pacote tecnológico direcionado para a agricultura, amplamente disseminado para o mundo. Desse modo, podemos compreender o processo de formação, disseminação e adoção desse pacote tecnológico como Revolução Verde, que durou ao redor de três décadas, de 1950 a 1980,⁵⁸ ou seja, representa um ambicioso projeto de transferência de tecnologias para o aumento da produtividade agrícola em países com potencial agrícola produtivo, que contou com o impulso de quatro protagonistas: governos nacionais; instituições internacionais – como o Banco Mundial –; o setor privado – como Rockefeller Foundation e Ford Foundation, que tiveram um papel-chave ao doarem recursos; e os próprios produtores e produtoras rurais (Parayil, 2003), ou em outras palavras, uma busca por “internacionalizar o processo de apropriação” (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008).

Generally, the Green Revolution involved the use of seeds of high-yielding varieties (HYVs), primarily of wheat and rice, and the adoption of a “modern” package of agricultural tools and practices involving chemical fertilizers, tractors, pesticides, controlled water, mechanical threshers, electric and diesel pumps, and so forth. These changes were instituted in place of the “traditional” agricultural practice involving the use of seeds whose genetic composition went back thousands of years (Parayil, 2003, p.975).

Desse modo, podemos compreender que a Revolução Verde representa um processo “bem-sucedido” de formação, disseminação e adoção de um pacote tecnológico orientado para a agricultura visando o aumento de rendimentos, sobretudo para seus e suas protagonistas, como indica Parayil (2003).⁵⁹ No caso brasileiro, esse relativo sucesso contou com o apoio e interesse do poder público e também das elites político-sociais e econômicas do país, que promoveram um discurso baseado na necessidade de estimular o crescimento econômico. No entanto, é preciso sinalizar que em termos político-sociais, econômicos e ambientais esse processo representa um fracasso total. Neste sentido, vale mencionar Alimonda (2011), que destaca:

fortes, mas que não estavam previamente identificadas, nem tampouco evoluíram a mesma época, com o mesmo ritmo e a mesma direção. Destarte, a ideia de padrão tem aqui uma conotação de um conjunto mais ou menos coerente, mas não intencional, constituído por partes cuja concepção não estava baseada na projeção deste todo, como hoje o conhecemos” (1993, p.35).

⁵⁸ Cabe mencionar que o estabelecimento e disseminação do pacote tecnológico foram associados aos pressupostos da economia neoclássica, em que as inovações tecnológicas têm um papel essencial. Neste sentido, podemos destacar que o neoclássico Theodore Schultz (1965), um reconhecido teórico da transformação da agricultura tradicional, indica que somente com a alteração das bases técnicas tradicionais por tecnologia moderna é possível aumentar os rendimentos.

⁵⁹ Os economistas agrícolas neoclássicos – no qual se destaca Theodore Schultz – indicam ser necessário um conjunto de medidas (como novas tecnologias) para tornar a produção agrícola rentável, processo que somente é possível com a consolidação de uma “agricultura moderna” e não tradicional, tendo o Estado um papel essencial nesse processo (Schultz, 1965).

Por ejemplo, una perspectiva ambiental, orientada a evaluar los balances de energía en la agricultura, llega a la conclusión de que el modelo agrícola de la Revolución Verde ha fracasado, ya que consume más energía de la que produce, especialmente la que se origina en fuentes fósiles no renovables. Y mucho más ha fracasado si incluimos en esta evaluación el punto de vista de una contabilidad de recursos que incorpore el costo de la erosión, de la pérdida de biodiversidad o de fertilidad de la tierra, contaminación por agroquímicos, etc. Todo esto sin considerar los costos sociales y humanos del proceso de implantación de la agricultura industrial, en la forma de desposesión de campesinos, pérdida de empleos y de posibilidades de mercado para la agricultura familiar, efectos sobre la salud de la población rural, éxodo rural, supercrecimiento de las ciudades, etc. (Alimonda, 2011, p.33).

De maneira que também é necessário mencionar a Bartra (2014), que esclarece:

Pero cuando la agronomía clásica, cuya clave está en el manejo de los agroecosistemas, es suplantada por la mecanización, los insumos de síntesis química y las semillas de fábrica, la tecnología se impone por completo sobre el agricultor y el campesino deja de usar el “paquete tecnológico” para ser usado por él (Bartra, 2014, p.136).

Em resumo, nós podemos compreender que a Revolução Verde foi um projeto ambicioso apoiado num conjunto de discursos e estratégias político-sociais, econômicas, tecnológicas e ambientais, indicando que teria capacidade de promover o desenvolvimento social e econômico dos países e de combater a fome do mundo. No caso do combate à fome, Porto-Gonçalves (2016) menciona haver – e continua havendo – um discurso de que a superação da fome no mundo só seria possível por meio de uma agricultura altamente tecnológica, desconsiderando assim todos os problemas político-sociais, culturais, econômicos e ambientais. Nota-se que aos poucos a racionalidade da modernidade-colonialidade foi se revelando e se impondo na agricultura de diferentes modos e promovendo o ocultamento das experiências sociais nos espaços rurais, por meio de controles, que passaram a ser acentuados no decorrer do caminho.

No entanto, durante a década de 1970, teve início um redirecionamento das pesquisas de biotecnologias agrícolas, que eram realizadas em grande medida em centros públicos de pesquisas, para as empresas privadas, um momento em que começaram a entrar em cena novos atores. Na década de 1980 os estímulos dos atores institucionais privados se ampliaram por meio de um expressivo aumento no total dos investimentos para as pesquisas e para o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, deslocando dessa maneira os domínios sobre as pesquisas e iniciando um novo processo, baseado nos interesses e controles de atores

institucionais privados e na inovadora técnica do DNA recombinante.⁶⁰ Cabe indicar que esse processo começou a ser reconhecido como revolucionário em distintos aspectos como tecnológico, político-social e também econômico, dessa maneira passou a ser denominando como Revolução Genética.⁶¹ Assim, em poucas palavras, é possível compreendê-la como um processo que está diretamente moldado por interesses privados – associados a distintos setores –, que passaram a ter amplo controle sobre pesquisas, processos produtivos, produtos (sementes) e comércio. Assim, ao contrário do que ocorreu na Revolução Verde, na Revolução Genética tomaram protagonismo as empresas multinacionais, num cenário mundial que está diretamente determinado pelo mercado e acordos internacionais. No entanto, cabe destacar que embora apresente elementos de continuidade, esses dois processos são distintos e não representam uma sequência, sobretudo quando analisamos o contexto político-social e econômico em que se promoveram e se estabeleceram (Parayil, 2003).

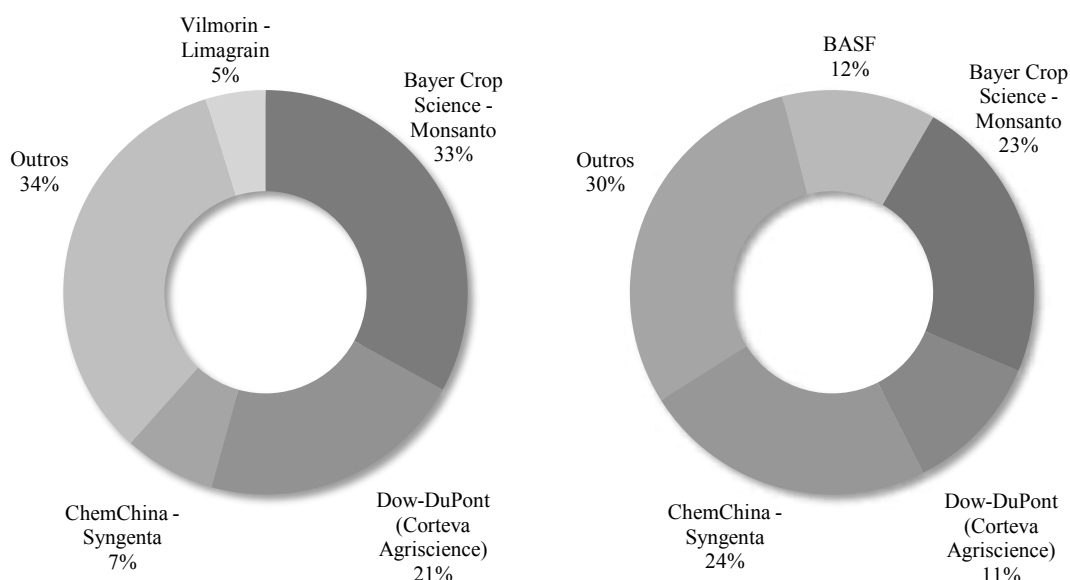
Dessa maneira, podemos acentuar que o número de novas sementes criadas e produzidas em laboratórios teve um expressivo salto durante as recentes décadas, o que sinaliza um mercado consolidado que, sabemos, está controlado majoritariamente pelo capital privado e pelos interesses neoliberais, e restrito a poucas empresas multinacionais. Neste sentido, nos parece essencial apontar os dados que revelam o controle que essas empresas exercem sobre o mercado mundial de sementes e de agrotóxicos, em que em 2017 somente quatro empresas possuíam ao

⁶⁰ Parayil (2003), neste sentido, destaca que com os conhecimentos adquiridos por meio dos estudos de Mendel sobre hereditariedade, somados à descoberta da dupla hélice do DNA por James Watson e Francis Crick em 1953 e o desenvolvimento da técnica de DNA recombinante por Stanley Cohen e Herbert Boyer em 1973, foi possível incluir um gene de um organismo vivo em outro organismo vivo, revolucionando a biotecnologia e aprimorando o melhoramento genético vegetal. Por sua vez, Bartra (2014) destaca: “Al descifrar el genoma, la biotecnología creyó haberse apropiado de las fuerzas productivas de la naturaleza, que ahora podían ser aisladas, reproducidas, y transformadas in vitro. Ya no con la hibridación entre especies de una misma raza o de razas emparentadas, procedimiento que replica lo que la naturaleza y los agricultores han hecho siempre, sino entre seres de razas y hasta reinos distintos, lo que da lugar a trans- génicos, mutantes presuntamente amables pero de comportamiento en gran medida imprevisible, seres vivos originales y de fábrica que, como una máquina o un material de origen industrial, pueden patentarse para lucrar con ellos” (2014, p.137-138).

⁶¹ Podemos destacar que somente em 1994 o primeiro produto GM conquistou as prateleiras, era um tomate com controle do período de maturidade de nome comercial: Flavr Savr. Um ano depois foi aprovado um produto com maior destaque e que impactou a agricultura amplamente: o evento GTS-40-3-2 ou como é mais conhecido: soja Roundup Ready da empresa multinacional Monsanto, tolerante ao Glifosato. Neste sentido, vale apontar o caso brasileiro, que atualmente possui seis culturas que contam com inúmeros eventos aprovados para uso comercial, como revelam os dados da (CTNBio, 2019) – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

redor de 66% de todo o mercado mundial de sementes, enquanto no caso do mercado de agrotóxicos – que é uma tecnologia complementar – a concentração é ainda maior, ao redor de 70% dividido somente entre quatro empresas multinacionais⁶² (ETC Group, 2018).⁶³

GRÁFICO 1 – CONTROLE DO MERCADO MUNDIAL DE SEMENTES E DE AGROTÓXICOS – 2017 (%)



Fonte: Adaptado de ETC Group (2018)

Assim, o que podemos perceber é que há um crescente aumento na disponibilidade dessas novas tecnologias, acima de tudo de agrotóxicos e sementes transgênicas. Consequentemente as áreas plantadas com sementes transgênicas e de agricultores e agricultoras que usam agrotóxicos também deram um salto durante as recentes décadas em inúmeros países. Com base em dados da ISAAA – representante da agricultura capitalista – podemos indicar que de 1996 a 2017 a área total plantada com sementes transgênicas passou de 1,7 milhões para 189,8 milhões de hectares no mundo. De maneira que vale destacar que quatro países juntos somaram

⁶² Com esse expressivo aumento da área plantada com sementes transgênicas no mundo, houve também o aumento na produção, na venda e no uso de agrotóxicos durante esse período, lembrando serem duas tecnologias complementares e dependentes na agricultura capitalista. Somente no ano passado foram aprovados 474 agrotóxicos para a venda no país, como revelam os dados do MAPA (2020). Como sabemos e o nome também indica esse insumo é tóxico, com isso, ao modo em que os números nas vendas e no uso têm aumentado, a quantidade de pessoas contaminadas também tem aumentado com o passar dos anos. Neste sentido, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Sinitox (2017) – que tem dados não disponíveis – somente em 2017 foram registrados 76.115 casos de intoxicação humana por agrotóxicos no país, com 200 óbitos.

⁶³ O ETC Group alerta em nota: “No hay certeza de la participación de mercado precisa de cada compañía ya que algunos activos de semillas están en venta a raíz de las recientes fusiones. Sin embargo, la mayoría se están vendiendo a las principales compañías de semillas” (ETC Group, 2018, p. 9-10).

85% desse total, onde há o predomínio de somente quatro culturas: soja, milho, canola e algodão.⁶⁴ No caso brasileiro – que é segundo país com mais hectares plantados no mundo – podemos indicar que em 2017 foram 50,2 milhões de hectares plantados, dos quais ao redor de 68% com soja e 32% com milho (ISAAA, 2017).⁶⁵ Com isso, nota-se que esse processo está diretamente associado a um mercado que está cada vez mais concentrado e controlado por empresas multinacionais, enquanto agricultores e agricultoras se encontram cada vez mais dependentes desse modelo.

2.3 AVANÇO DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO BRASIL

Um conjunto de elementos, como interesses e domínios político-sociais e econômicos – diretamente associados à racionalidade da modernidade-colonialidade – foram determinantes para impulsionar e estabelecer as bases tecnológicas e metodológicas de uma agricultura altamente produtivista e direcionada para o aumento de capital econômico – ou seja, uma agricultura capitalista – de maneira que também foram decisivos para disseminá-la para distintos países que apresentavam potencial agrícola produtivo, como no caso brasileiro. Esse processo de disseminação acabou promovendo a crescente territorialização desse modelo de agricultura e consequentemente, a desterritorialização de outras agriculturas, o que Harvey (2005) denomina como acumulação por espoliação. No entanto, como desdobramento desse processo, houve – e continua havendo – uma série de impactos em termos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais em todos aqueles espaços rurais onde a agricultura capitalista tem estado presente, sobretudo nos países do Sul Global. Neste sentido, podemos mencionar Giraldo (2018), que citando a Haesbaert (2011), destaca:

La ofensiva territorial y la desterritorialización de los pueblos rurales que se ha venido agudizando en el mundo desde los albores del milenio, requiere necesariamente de una conjugación de desterritorialización material e inmaterial, de asociación entre la dominación político-económica y la dominación cultural-simbólica, sin que ninguna de las dos pueda darse por separado (2018b, p.83).

⁶⁴ Estados Unidos, 40%; Brasil, 26%; Argentina, 12%; e Canadá, 7% (ISAAA, 2017).

⁶⁵ Os dados indicam que as outras culturas correspondem a uma porcentagem próxima a zero (ISAAA, 2017).

Analisando o caso brasileiro, nós podemos destacar que num período que durou ao redor de duas décadas, de 1965 a 1985 – e que coincide com o período da ditadura cívico-militar brasileira (estabelecida devido a aliança entre militares e a burguesia industrial e agrária) – impulsionou-se a agricultura capitalista, baseada no pacote tecnológico disseminado pela Revolução Verde, com o apoio e interesse do poder público e também das elites político-sociais e econômicas nacionais, em que juntos promoveram um discurso sustentado na necessidade de estimular o crescimento econômico no país e que a agricultura teria um papel essencial nesse processo (Delgado, 1985). Isso consequentemente promoveu mudanças e impactos político-sociais, culturais, tecnológicos, econômicos e ambientais nas distintas agriculturas praticadas e nos espaços rurais brasileiros, levando desse modo esse processo a ser reconhecido como modernização conservadora (Silva, 1996).⁶⁶ Como símbolo desse processo, podemos destacar o crescente aumento na compra e uso de tratores, como também de insumos químicos em estabelecimentos de todo o país, inclusive no estado do Paraná, como pode ser analisado na tabela abaixo:

TABELA 1 – TRATORES E ESTABELECIMENTOS COM USO DE INSUMOS QUÍMICOS NO BRASIL E PARANÁ – 1970 – 1980

	Ano		Aumento
	1970	1980	
Tratores – Unidades			
Brasil	165.870	545.205	379.335
Paraná	18.619	81.727	63.108
Estabelecimentos - Unidades			
Brasil	425.667	1.345.744	920.077
Paraná	56.424	201.011	144.587

Fonte: IBGE (1975; 1984)

Além das mudanças ocorridas nas bases tecnológicas e metodológicas da agricultura brasileira com o incentivo à adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, houve um conjunto de elementos político-sociais e econômicos que estiveram diretamente relacionados e que impulsionaram o processo de modernização da agricultura. Nesse aspecto é possível destacar o rápido crescimento populacional da sociedade brasileira – expandindo as cidades naquele período – o que acabou aumentando a demanda interna por produtos, somado às demandas do mercado internacional por novos produtos brasileiros; a disponibilidade de crédito rural pelo Estado

⁶⁶ De acordo com Delgado (2012), as transformações nas bases tecnológicas da produção agrícola em São Paulo antecederam esse período.

– com o lançamento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 –, mudando as políticas públicas adotadas até aquele momento, direcionadas para fomentar cadeias de produtos; e o estabelecimento de um modelo de controle social e econômico do setor rural também pelo Estado (Delgado, 1985).

Desse modo, podemos destacar que houve um pacto político-social e econômico para que fosse possível concretizar a modernização da agricultura brasileira, baseado essencialmente nos interesses do Estado nacional – que passou a desempenhar um papel cada vez mais de destaque por meio de apoio econômico e institucional e de controles⁶⁷ – e nos interesses do setor industrial associado ao setor rural tradicional. Cabe assinalar que esse conjunto de elementos acabaram impulsionando uma maior integração do setor agrícola tanto com a indústria produtora de insumos e de maquinários (a montante), como também com a indústria de processamentos (a jusante) – impulsionando assim a consolidação dos denominados complexos agroindustriais⁶⁸ (Delgado, 1985).

No entanto, é preciso recordar que o processo de modernização da agricultura está marcado por ter sido excludente em termos político-sociais e econômicos, ou seja, por ser um processo que esteve orientado acima de tudo para aqueles atores sociais que já possuíam capital e capacidade de investimento e que eram proprietários de terras. Além disso, também se caracterizou por excludente em termos geográficos, ao concentrar seus principais estímulos para a modernização na região Centro-Sul do país (Delgado, 1985). Ou seja, os estímulos dados para promover a modernização da agricultura brasileira não foram de nenhum modo homogêneos, ao contrário, os estímulos foram desiguais, o que acabou impactando de maneira variada as distintas classes de agricultores e agricultoras e assim, acentuando os problemas sociais e econômicos já existentes nos espaços rurais brasileiros e também nas cidades (Carneiro, 1998). Nesta mesma direção, cabe mencionar a Fernandes (2008) que pontua: “Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio de exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho,

⁶⁷ Neste sentido, Delgado (1985) indica quatro principais aspectos: (a) normativo, que estabelece as bases contratuais sobre as relações sociais no meio rural, que naquele momento (ditadura) passou a promover a empresa capitalista e a diminuir os direitos trabalhistas, ademais de desconsiderar o caráter social da terra; (b) financeira e fiscal, promovendo uma série de mecanismos que buscaram estimular e compensar o capital aplicado nas atividades rurais; (c) produtivo, criando e estimulando empresas públicas, como exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); (d) previdenciário; que foi necessário por conta das inúmeras consequências ocasionadas pelo projeto de modernização.

⁶⁸ De acordo com Silva (1996), no Brasil esse novo modelo de agricultura teve seu início marcado pela decomposição dos complexos rurais na segunda metade do século XIX, que deu início a separação dos processos de produção na agricultura que até aquele momento eram estreitamente vinculados e a constante integração da agricultura com a indústria, impulsionando a formação dos complexos agroindustriais e subordinando cada vez mais a agricultura ao capital.

desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas” (p.287). No caso do estado do Paraná é possível reconhecer essa realidade, em que num período de 10 anos houve uma crescente diminuição do trabalho familiar e um recorrente aumento do trabalho temporário, com uma consequente precarização das relações de trabalho, como nós podemos analisar abaixo (Ipardes, 1985):

TABELA 2 – PESSOAL OCUPADO TRABALHO FAMILIAR E TRABALHO TEMPORÁRIO NO PARANÁ – 1970 – 1980

Pessoal Ocupado	Ano		Variação
	1970	1980	
Trabalho Familiar	1.696.284	1.369.230	- 327.054
Trabalho Temporário	119.126	190.483	+ 71.357

Fonte: IBGE (1975; 1984)

A nova dinâmica estabelecida com o processo de modernização da agricultura também acabou impactando nos índices populacionais dos espaços rurais do estado do Paraná, que naquele período apresentou um crescente processo de esvaziamento – cabe destacar que em determinados locais onde a territorialização da agricultura capitalista teve maior intensidade, há maiores índices – ao contrário, houve um acelerado incremento nos índices populacionais nas cidades do estado, como podemos analisar abaixo:

TABELA 3 – POPULAÇÃO RURAL E NAS CIDADES DO PARANÁ – 1970 – 1980

Habitantes	Ano		Variação
	1970	1980	
Rural	4.425.490	3.156.831	- 1.268.659
Cidades	2.504.378	4.472.561	+ 1.968.183

Fonte: IBGE (1973; 1982)

No entanto, a conjuntura política e econômica da década de 1980 acabou interrompendo a continuação do projeto da agricultura capitalista naqueles moldes em que eram promovidos pelo poder público e elites político-sociais e econômicas, porém, cabe destacar que ainda não estavam colocados os dispositivos necessários que tiveram capacidade de estruturar um novo mecanismo de acumulação de capital econômico na agricultura, que se deram somente na década de 2000. Desse modo, é possível assinalar que esse período corresponde a um momento

de transição entre dois projetos de agricultura capitalista: do projeto de modernização da agricultura para o projeto do agronegócio (Delgado, 2012).

Nesta direção, podemos indicar dois fatores que ocorreram durante esse período de transição da década de 1980 e que foram decisivos para a alteração do modelo de crescimento econômico brasileiro – adotado até aquele período pela ditadura cívico-militar –, e que tiveram impacto direto sobre a agricultura nacional ao estabelecer as bases para o projeto do agronegócio: a crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição da República em 1988. A crise cambial criou a necessidade de estimular saídas para a economia, o que requeria adotar outros direcionamentos econômicos diferentes daqueles que haviam sido adotados até aquele momento e como escolha inicial – ainda durante a ditadura cívico-militar – foi realizado um ajuste econômico, até que durante a década de 1990, busca-se promover o neoliberalismo, processo que estimulou a produção de *commodities* agrícolas, que despontou durante a década de 2000 por meio de um conjunto de políticas econômicas. A promulgação da Constituição da República, permitiu alterar completamente um conjunto de aspectos políticos e jurídicos em que estavam apoiadas as políticas agrícolas e agrárias da ditadura cívico-militar (Delgado, 2012).

Posteriormente, já na década de 1990, e durante o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), podemos indicar que foi realizado um pacto político-social e econômico do poder público junto das elites político-sociais e econômicas com o setor privado, com o intuito de estabelecer uma nova estratégia de acumulação de capital para a agricultura capitalista, que se deu por meio do já denominando projeto do agronegócio – aqui cabe lembrar que no caso brasileiro o projeto do agronegócio está diretamente associado com o capital proprietário de terras. Assim, podemos destacar que comumente o agronegócio é entendido como um termo descritivo que representa a soma das operações a montante, durante e a jusante da produção, responsável por estabelecer um novo setor econômico,⁶⁹ contudo, quando reconhecemos o agronegócio desse modo, estamos somente colocando em destaque um sequenciamento de um conjunto de atividades e desconsiderando que o agronegócio é mais complexo do que isso – é um projeto político-social, tecnológico e econômico – e assim, limitam-se análises e entendimentos a uma perspectiva processual (Delgado, 2012). Neste mesmo sentido, Heredia, Palmeira e Leite (2010) assinalam que para examinar os processos relacionados ao agronegócio é necessário ir além dessa perspectiva processual e entender que há uma série de

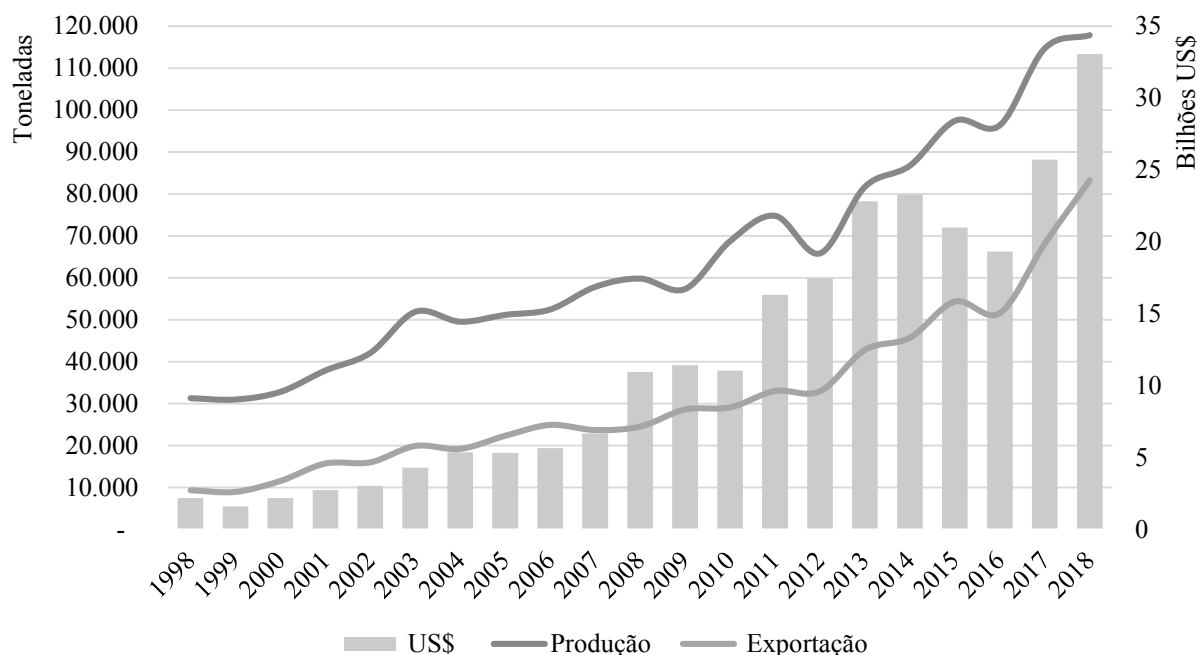
⁶⁹ A formulação do termo *agribusiness* comumente é reconhecida a John H. Davis, quando em 1955 ele o apresenta em uma conferência em Boston. Após dois anos daquela conferência, John H. Davis em coautoria com Ray A. Goldberg publicaram o livro intitulado *A concept of agribusiness*, impulsionando a circulação do termo. Em resumo, de acordo com esses autores: “Agribusiness means the sum total of operations involved in the manufacture and distribution of farm commodities and items made from them” (Davis; Goldberg, 1957, p.2).

elementos que também devem ser levados em conta como, por exemplo, os político-sociais, culturais, econômicos e ambientais.⁷⁰

Com isso, durante aquele período teve início um conjunto de estímulo que buscaram promover e consolidar o projeto do agronegócio, dos quais se destacaram: investimentos em infraestrutura; direcionamento do sistema público de pesquisa para trabalhar em conjunto com empresas multinacionais; redução do controle sobre o mercado de terras; mudanças na política cambial como um modo de promover a agricultura capitalista; e disponibilidade de créditos. Porém, é necessário ressaltar que essas medidas acabam impulsionando somente determinadas *commodities* agrícolas como, por exemplo, a soja, milho, cana-de-açúcar, carnes e celulose. Cabe indicar ainda que inúmeros desses estímulos dados para o fomento do projeto do agronegócio durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, também foram levados adiante durante os mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando começou a haver o crescente aumento da produção e exportação das *commodities* agrícolas (Delgado, 2012). Neste sentido, podemos lembrar e citar a Svampa (2012), que indica o estabelecimento do Consenso de *commodities*, ou seja, uma ordem político-social e econômica baseado nos bens primários, que passou a estimular a agricultura capitalista nos países latino-americanos. Embora a autora coloque em destaque a mineração, ela não deixa de marcar os produtos agrícolas. Com isso, abaixo destacamos esse crescente aumento da produção e da exportação da principal *commodities* agrícola brasileira num período de duas décadas – 1998 a 2018 –, que também é conhecido como *boom da soja*.

⁷⁰ Deste modo, podemos compreender que o agronegócio assume evidentemente uma dimensão política, em que cada vez mais tem conquistado poder e domínio e um intenso lobby. Regina Bruno (2010), nesse caso, acentua a noção política do agronegócio e procura analisar como seus e suas protagonistas o elaboram em termos de dominação.

GRÁFICO 2 – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SOJA NO BRASIL – 1998 – 2018



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2018a) e Comex Stat (s.d)

Como é possível notar, a série indicada acima tem início no ano de 1998, pois, consideramos o ano em que foi aprovado o primeiro evento transgênico no país, a soja *Roundup Ready* da empresa multinacional Monsanto. Contudo, cabe lembrar que sua produção comercial foi proibida pela justiça brasileira. Posteriormente, em 2003, como essa soja era cultivada no país de maneira ilegal, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva por meio de uma medida provisória – a MP nº 113 – libera a comercialização da produção da soja transgênica até janeiro de 2004 (Brasil, 2003a). Notoriamente essa medida provisória é estabelecida devido ao intenso *lobby* promovido pelos e pelas protagonistas do projeto do agronegócio em detrimento dos transgênicos⁷¹ – e que posteriormente passou a ser a Lei nº 10.688 (Brasil, 2003b). Poucos meses depois, o ex-presidente assinou uma nova medida provisória – a MP nº 131 – aumentando o período

⁷¹ Em 1998 a CTNBio aprova o primeiro evento transgênico no Brasil: a soja *Roundup Ready* de propriedade da empresa multinacional Monsanto. Cabe mencionar que a produção comercial de produtos transgênicos era proibida no país. Com isso, a Monsanto naquele mesmo ano pede uma licença para a CTNBio para a produção das sementes RR, um pedido que foi embargado pelo poder judiciário por meio de uma liminar aplicada com o princípio de precaução, liminar que foi solicitada pelo Greenpeace e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), proibindo o Governo Federal de liberar a produção comercial de produtos transgênicos sem as devidas pesquisas de impacto ambiental. Em meio a esse embate judicial, a soja transgênica era plantada no Sul do país de maneira ilegal, com as sementes contrabandeadas da Argentina. Em março de 2003, o Governo Federal publica uma medida provisória liberando o comércio daquela produção ilegal – cerca de 70% da produção de soja do Rio Grande do Sul era transgênica – com o intuito de evitar a perda de 1 bilhão de dólares. Com a aproximação do plantio da próxima safra, o Governo Federal publica uma segunda medida provisória liberando a produção comercial também daquela safra (Embrapa, 2003).

estabelecido para 2005 (Brasil, 2003c) – e que posteriormente passou a ser a Lei nº 10.814 (Brasil, 2003d).

Dois anos mais tarde, em 2005, depois de um conjunto de medidas provisórias e leis, aprova-se a Lei nº 11.105, denominada como Lei de Biossegurança. A lei liberou e estabeleceu normas de segurança e mecanismos de fiscalização para a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e descarte de sementes transgênicas no país (Brasil, 2005). Evidentemente as medidas provisórias e leis de 2003 e também a Lei de Biossegurança de 2005 – aprovadas com apoio do Governo Federal –, receberam duras contestações de inúmeros setores e atores sociais comprometidos com a agroecologia, revelando o desapontamento com o governo por visivelmente desconsiderar a pauta ambiental e soterrar as perspectivas de mudanças como eram esperadas (Poth, 2010).

Frente a isso, podemos compreender que embora o projeto do agronegócio corresponda a um processo de acumulação de capital econômico na agricultura assim como os demais projetos de agricultura capitalista estimulados anteriormente, evidentemente ele é paradigmático. Pois, desde os controles estabelecidos, pode-se redirecionar os caminhos da agricultura mundial em termos político-sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, produtivos, comerciais, entre outros, ou seja, um conjunto de elementos que acabaram estimulando uma nova dinâmica na agricultura capitalista e também para além dela, provocando assim uma série de impactos.

RESUMO DO CAPÍTULO

No capítulo procuramos descrever e analisar um conjunto de elementos político-sociais, econômicos e tecnológicos que impulsionaram o processo de formação, disseminação e consolidação da agricultura capitalista no mundo e no Brasil durante a segunda metade do século XX, que se associam diretamente e se orientam desde a racionalidade de modernidade-colonialidade, encontrando na noção de desenvolvimento um ambicioso dispositivo de promoção. Desse modo, buscamos marcar a noção de desenvolvimento como um discurso e estratégia capitalista que é vendida como uma solução dos problemas sociais, econômicos e ambientais do mundo contemporâneo, mas que, por sua vez, estabelece uma intensa estrutura de controles, como sinaliza Escobar (2007). Assim, nosso interesse foi chamar atenção para os controles que esse dispositivo possui e que se encontram sustentados em nome da inadiável necessidade de alcançar o “progresso”, estando presente inclusive na agricultura, orientando-a e estabelecendo suas

dinâmicas. Frente a isso, procuramos destacar os principais pontos associados às trajetórias tecnológicas – maquinários, insumos químicos e biotecnologia – que estabeleceram de maneira complementar, como indica Salles Filho (1993), as bases tecnológicas e metodológicas de uma agricultura capitalista altamente produtivista, processo reconhecido como Revolução Verde, que promoveu uma nova dinâmica para a agricultura e consequentemente aos espaços rurais de distintos lugares do mundo, provocando assim uma série de impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais, acentuado posteriormente com os impulsos dados pela Revolução Genética e pelo modelo neoliberal. Além disso, também relatamos e analisamos os principais fundamentos que estimularam o avanço do capital na agricultura brasileira, processo que contou com amplo apoio e interesse do poder público e também das elites político-sociais e econômicas, que juntos fomentaram um discurso sustentado na necessidade de estimular o crescimento econômico no país no qual a agricultura teria um papel-chave. Dessa maneira, podemos perceber que no caso da agricultura a noção de desenvolvimento foi usada – e continua sendo usada – como discurso e estratégia para as transformações das bases de produção agrícola e consolidação de uma agricultura capitalista altamente produtivista tomada como “moderna”, “tecnológica” e “sustentável”. Porém, sabemos que a agricultura capitalista está orientada exclusivamente para o aumento dos rendimentos econômicos de uma pequena parcela de produtores e produtoras e das grandes empresas multinacionais, de maneira que a sua territorialização provoca a desterritorialização de outras agriculturas e consequentemente uma série de impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais. No entanto, é possível destacar que em resposta aos reconhecidos impactos provocados pela agricultura capitalista, determinadas medidas têm sido tomadas por distintos atores, seja para questionar e promover alternativas ou somente para remediar ou maquiá-los. Posto isso, no próximo capítulo buscamos indicar e analisar a ecologização da agricultura, um processo que conta com atores e interesses diversos.

3 ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No presente capítulo descrevemos e analisamos o processo de ecologização da agricultura, procurando destacar a realidade brasileira. No primeiro item buscamos colocar em destaque e examinar os passos dados pelo movimento ambientalista europeu-estadunidense que surge em contraposição aos impactos provocados e aos possíveis riscos do capitalismo. Com o passar das décadas esse movimento é ampliado para os demais países, de modo que impulsiona a formação de uma agenda ambiental mundial de governança ambiental moldada por uma perspectiva neoliberal. No próximo item procuramos acentuar e analisar os passos dados para a ecologização da agricultura brasileira, processo impulsionado pela conjuntura mundial ao redor da questão ambiental, acima de tudo aos recorrentes questionamentos ao abundante uso de agrotóxicos na agricultura. Finalmente, no terceiro item buscamos ressaltar a agroecologia, sobretudo como uma perspectiva distinta dos demais modelos e práticas ecológicas, de modo que também procuramos diferenciar duas perspectivas de agroecologia: político-social e institucional.

3.1 GOVERNANÇA AMBIENTAL: JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL OU ESVERDEAMENTO DA ECONOMIA?

O crescente aumento da poluição do ar nas cidades e o desaparecimento de animais – por conta das práticas de caças – foram dois dos principais fatores que começaram a chamar a atenção de um conjunto de atores sociais na Inglaterra do século XIX, o que estimulou a criação dos primeiros grupos protecionistas do país e da Europa.⁷² Até aquele momento, em muitos países europeus, a natureza era entendida somente como um espaço de contemplação, representava uma distração da vida da cidade – e que para muitas pessoas ainda continua sendo. No entanto, conforme foram avançando os entendimentos e reconhecimentos sobre a degradação ambiental, foram aumentando os interesses e preocupações político-sociais em preservar a natureza, processo que impulsionou a criação de outros grupos protecionistas na Inglaterra e também nos demais países da Europa (McCormick, 1992).

⁷² O primeiro grupo ambientalista que surgiu do mundo foi o *Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*, em 1865, na Inglaterra. Suas primeiras atuações eram demandando a criação de espaços verdes nos centros das cidades inglesas (McCormick, 1992).

Podemos marcar que teve início naquele momento uma corrente ambiental denominada como protecionista, que está orientada à preservação total da natureza, em que a abordagem mais conhecida é a ecologia profunda. No entanto, com o passar das décadas começaram a aparecer novas correntes ambientalistas como, por exemplo, a conservacionista, que promove medidas de conservação ambiental, mas sem abandonar os interesses pelos processos de apropriação e exploração da natureza para fomentar o desenvolvimento, em que uma das suas principais abordagens é a economia ecológica (McCormick, 1992; Diegues, 2008), ou seja, encontra-se diretamente associada à racionalidade da modernidade-colonialidade e acaba por estimular atualmente o que Seoane (2017) destaca como tratamento neoliberal da questão ambiental. Frente a isso, podemos indicar que essas duas principais correntes ambientais – que se encontram inseridas num campo de disputas –, após uma série de pressões da sociedade civil, começaram a estar presentes em debates políticos e econômicos e a orientar atores sociais e institucionais no entendimento e tratamento da questão ambiental em distintos países e com isso, a compor a agenda de governos e instituições internacionais e nacionais – com um evidente protagonismo da segunda corrente mencionada.

Para descrever a trajetória desse processo em nível internacional, recorremos ao período do pós-Guerra – embora reconheçamos que medidas também foram tomadas antes desse período – quando o mundo passou por um ambicioso processo de mudanças em distintos aspectos, inclusive ambiental, nesse caso, impulsionado pela recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). Num primeiro momento, a ONU buscou recuperar duas iniciativas elaboradas ainda no início do século passado – e que eram disputadas entre protecionistas e conservacionistas – (McCormick, 1992):

- Conferência ambiental orientada para a conservação dos recursos ambientais – realizada em 1949 – denominada *United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources* (UNSCCURE);⁷³
- Organismo internacional orientado para a proteção da natureza – criado por um conjunto de entusiastas – denominado *International Union for the Protection of Nature* (IUPN).

⁷³ A UNSCCURE foi realizada nos Estados Unidos, com a participação de delegados e delegadas de 49 países. Os debates eram direcionados pelos aspectos técnicos da ciência – embora a política estivesse presente – com o intuito de trocar ideias e experiências sobre conservação, uma vez que não tinha poder para impor compromissos aos países, somente fazer recomendações (McCormick, 1992).

Quanto ao IUPN podemos destacar que seu intuito foi estimular a implementação de medidas de proteção ambiental, no entanto, com o passar dos anos, suas atividades se ampliaram para medidas de conservação, levando a uma mudança em sua denominação para *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), em 1956. Cabe assinalar também que, devido ao pouco recurso que recebeu, foi necessário buscar outros meios de ajuda, como tentativa se criou um organismo paralelo que seria responsável por obter recursos: o *World Wildlife Fund* (WWF), mas que, posteriormente, acabou tomando um caminho autônomo (McCormick, 1992).

No entanto, os governos só começaram a assumir compromissos ambientais durante a década de 1960, quando a questão ambiental começa a chamar mais atenção com o surgimento de uma série de protestos e demandas da sociedade civil nos Estados Unidos – impulsionados principalmente pela juventude de classe média e por aqueles e aquelas que compunham a denominada “contracultura” –, e em países da Europa – como os protestos de maio de 1968 na França –, colocando em questionamento o capitalismo, os impactos ambientais provocados e os possíveis riscos ambientais, embora seja necessário pontuar que o questionamento realizado naquele momento está diretamente relacionado à racionalidade da modernidade-colonialidade. Apesar disso, podemos destacar que esse descontentamento social se revelou como disparador para estimular o surgimento de uma “onda” ambientalista que, posteriormente, se espalhou pelo mundo (Saavedra, 2014).

Nesse aspecto, também podemos pontuar que uma série de publicações de grande alcance foram essenciais, normalmente representavam um conjunto de preocupações e denúncias sobre os impactos dos insumos químicos, dos testes nucleares – plena Guerra Fria – e do aumento populacional. Cabe lembrar que uma das obras mais conhecidas e referenciadas em todo o mundo naquele momento era *Silent Spring*, de Rachel Carson, publicada em 1962 nos Estados Unidos.⁷⁴ Além disso, também passou a receber destaque o Clube de Roma, um coletivo formado em 1968 com o intuito de doar recursos para pesquisar aqueles que eram considerados os principais problemas mundiais e propor soluções. Como resultado, o Clube de Roma lançou a publicação intitulada *The Limits to Growth*, uma pesquisa elaborada por pesquisadores e pesquisadoras do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), baseada numa linguagem de programação computacional – World I, World II e World III –, que projetaram os possíveis impactos ambientais por períodos e por locais do mundo. A publicação chama a atenção sobre

⁷⁴ Saavedra (2014) relembra publicações de autores e autoras como Barry Commoner, Paul e Anne Ehrlich, Eugene Odum, Dennis Meadows, Fritz Schümacher e Garrett Hardin.

o modelo de produção e consumo capitalista e assim, para a necessidade de diminuir a exploração ambiental. No entanto, a pesquisa foi amplamente contestada, acima de tudo por aqueles atores sociais que promoviam e defendiam o crescimento econômico, o que acabou levantando um grande debate acerca da questão ambiental (Saavedra, 2014).

Vale ressaltar que há um entendimento que os principais elementos que dispararam essa “onda” ambientalista sempre se encontram relacionados aos Estados Unidos e Europa, jamais nos países latino-americanos, por exemplo. Contudo, nós consideramos que a necessidade em destacar esses elementos está em marcar essa trajetória – que evidentemente é relevante –, mas acima de tudo, por terem notoriamente impulsionado um conjunto de atores sociais brasileiros e ao estabelecimento de uma série de medidas institucionalizadas no nosso país, inclusive para a agricultura nacional.

Frente a isso, embora a questão ambiental passou a estar mais presente na agenda mundial após a década de 1960, o interesse dos governos e instituições internacionais era encontrar uma maneira de continuar estimulando o capitalismo a todo vapor, porém, promovendo uma ou ainda duas medidas que buscassem conservar a natureza, e que passam a pautar as conferências e documentos produzidos pela ONU.

Com isso, os primeiros compromissos ambientais começaram a ser assumidos pelos governos na Conferência de Paris realizada em 1968 – também chamada de Conferência da Biosfera⁷⁵ (McCormick, 1992). No relatório está reconhecido o impacto humano sobre a “biosfera”, como também, que a poluição seria o maior problema a ser resolvido em conjunto pelos países durante as próximas décadas⁷⁶ – o que chama a atenção é que, embora a poluição seja um problema, evidentemente esta não é a prioridade para os países do Sul Global, que possuem outras questões – e para isso, seria preciso elaborar uma série de medidas⁷⁷ com o intuito de estimular o uso racional dos recursos da “biosfera” (Unesco, 1968).

⁷⁵ Nomeada oficialmente de *Intergovernmental Conference for Rational Use and Conservation of the Biosphere*.

⁷⁶ “Regarding man's past and present impacts biosphere even in his early food gathering, fishing and farming stages man had the capacity to modify drastically his local environmental. Depletion of natural resources has taken various paths such as deforestation, over-hunting and overfishing, drainage of wetlands and deliberate extinction of species. Special emphasis was given to the impact of present civilization on the biosphere by discussing the consequences of mining and other industrial processes and the consequences of human population crowding. Pollution was featured as a major international issue; it affects air, water and soils, and has consequent deleterious on vegetations, animals and man. The need to develop multidisciplinary teams to find satisfactory solutions to development problems was emphasized. As evidence of positive accomplishment and man's ability to improve his environment and his health, several examples were described in which man's activities have contributed to the maintenance of environmental quality and the guarding against unbalanced technology action” (UNESCO, 1968, p.4).

⁷⁷ As recomendações foram orientadas para o fomento da educação e de pesquisas de monitoramento e conservação dos recursos. Uma das primeiras ações foi a criação do programa *Man and the Biosphere* (McCormick, 1992).

Posteriormente, em 1972, foi realizada uma das mais famosas conferências ambientais da ONU: a Conferência de Estocolmo.⁷⁸ Ao contrário da Conferência de Paris, essa possuiu uma ampla promoção e com isso acabou contando com um maior número de lideranças. Assim, Seoane (2017) menciona:

De esta manera, podemos considerar a la realización de la Conferencia de Estocolmo como un significativo paso en la constitución de la dimensión global de la cuestión ambiental y su tratamiento institucional internacional y, en esta dirección, uno de los primeros ensayos y momentos en la construcción de la globalización (2017, p. 138).

De modo semelhante, Pierri (2005) destaca que Estocolmo marcou um antes e um depois da questão ambiental mundial. De acordo com a autora, Estocolmo teve a capacidade de colocar em destaque o tema ambiental, como também foi uma das primeiras tentativas de associar os interesses majoritários pelo crescimento econômico com medidas de conservação ambiental.⁷⁹ Porém, vale destacar que as tratativas sempre estiveram marcadas por disputas, lembrando que os países possuem prioridades distintas. Frente a isso, convém recordar o relatório Founex – elaborado no ano anterior – procurando estabelecer um consenso prévio para ser apresentado em Estocolmo, em que a maioria dos países do Sul Global colocaram em destaque que a questão ambiental deveria ser uma preocupação de todos os países (Seoane, 2017). Assim, é possível ressaltar que o relatório Founex:

[...] marcó una perspectiva propia del Sur del Mundo respecto de la cuestión ambiental inscripta en el reconocimiento de las relaciones asimétricas, coloniales, dependientes o imperialistas del orden internacional, así como en la estrecha vinculación entre la cuestión ambiental y la social presente en la citada frase de la mandataria india de la época que afirmaba que la peor contaminación era la pobreza (Seoane, 2017, p.138-139).

Nesse sentido, McCormick (1992) destaca o protagonismo dos países do Sul Global em Estocolmo, indicando que posteriormente as prioridades e necessidades desses países também começaram a ser consideradas para estabelecer políticas internacionais. No entanto, podemos reconhecer que as prioridades e necessidades eram consideradas somente até um determinado ponto, aquele em que também favorecia os países “desenvolvidos”. Desse modo, é possível indicar que, embora Estocolmo esteja marcado por impulsionar a questão ambiental e por colocá-la no centro dos debates, as disputas eram intensas e os consensos – para orientar o modelo

⁷⁸ Nomeada oficialmente de *United Nations Conference on the Human Environment*.

⁷⁹ Uma das medidas foi a criação do *United Nations Environment Programme* (UNEP).

de desenvolvimento no mundo – limitados. Por conta das disputas – embora, somado a um conjunto de demais elementos – a conferência marcada para 1982 acabou sendo cancelada. No entanto, posteriormente, numa tentativa de remediar o cancelamento e buscar um consenso, cria-se a *World Commission on Environment and Development* (WCED) com a responsabilidade de elaborar um documento para avaliar os principais problemas ambientais e propor medidas, mas evidentemente, sem esquecer de promover o desenvolvimento social e econômico, ou seja, continuava em marcha a procura por juntar desenvolvimento e meio ambiente. Como resultado, publica-se em 1987 o documento *Our Common Future*,⁸⁰ – também conhecido como Relatório *Brundtland*⁸¹ – que apresenta a noção de desenvolvimento sustentável⁸² (Saavedra, 2014).

Está en manos de la humanidad hacer que el desarrollo sea sostenible, duradero, a sea, asegurar que satisfaga las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer las propias. El concepto de desarrollo duradero implica límites – no límites absolutos, sino limitaciones que imponen a los recursos del medio ambiente el estado actual de la tecnología y de la organización social y la capacidad de la biósfera de absorber los efectos de las actividades humanas. Pero tanto la tecnología como la organización social pueden ser ordenadas y mejoradas de manera que abran el camino a una nueva era de crecimiento económico” (ONU, 1987, p.23).

Frente a isso, Seoane (2017) assinala que a noção de desenvolvimento sustentável dá início a um acordo para o entendimento e tratamento da questão ambiental pelos países. Nesse aspecto, Pierri (2005) menciona que, no momento em que é assumido que desenvolvimento e meio ambiente poderiam ser tomados de maneira conjunta, coloca-se em destaque uma pers-

⁸⁰ O documento foi fundamentado em quatro elementos: “(a) proponer unas estrategias medioambientales a largo plazo para alcanzar un desarrollo sostenido para el año 2000 y allende esta fecha; b) recomendar las maneras en que la preocupación por el medio ambiente pudiera traducirse en una mayor cooperación entre los países en desarrollo y entre los países a niveles diferentes de desarrollo económico y social y condujera al establecimiento de unos objetivos comunes y complementarios que tengan en cuenta la interrelación entre los hombres, los recursos, el medio ambiente y el desarrollo; c) examinar los cauces y medios mediante los cuales la comunidad internacional pueda tratar más eficazmente los problemas relacionados con el medio ambiente; d) ayudar a definir las percepciones compartidas sobre las cuestiones medioambientales a largo plazo y a realizar los esfuerzos pertinentes necesarios para resolver con éxito los problemas relacionados con la protección y mejoramiento del medio ambiente, así como ayudar a elaborar un programa de acción a largo plazo para los próximos decenios y establecer los objetivos a los que aspira la comunidad mundial” (ONU, 1987, p.10).

⁸¹ A norueguesa Gro Harlem Brundtland foi a presidenta da comissão, por isso, também passou a ser denominado como relatório Brundtland.

⁸² Gudynas (2003) indica que o termo surgiu nos países de língua inglesa – *sustainable development*. Em espanhol é traduzido como *sustentable* e *sostenible* e em português é traduzido como sustentável. No entanto, Enrique Leff destaca que “El concepto de sustentabilidad se ha vuelto difuso y confuso, no sólo por su ambigüedad polisémica sino por las estrategias de simulación y de cooptación del concepto en las estrategias discursivas de la geopolítica del desarrollo sostenible” (Leff, 2014, p.20).

pectiva antropocêntrica com um evidente intuito de impedir que o aumento dos impactos ambientais provocados pelo capitalismo limitem o próprio capitalismo e os planos de crescimento econômico dos países. Dessa maneira, podemos compreender que o desenvolvimento sustentável corresponde mais a uma medida para dar continuidade a um sistema político-econômico do que uma medida que possa se transformar num paradigma. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012) destaca o desenvolvimento sustentável como um novo modo de apropriação e exploração da natureza pelo capitalismo. Assim, é possível ressaltar que o tratamento da questão ambiental passa a ser tomado desde um viés economicista, em que predomina uma perspectiva de um ambientalismo moderado, como pontua Pierri (2005). Embora o Relatório *Brundtland* apresente um conjunto de pontos que podemos questionar, Pierri (2005) acentua dois elementos que são necessários reconhecer: a recuperação dos ânimos que haviam em Estocolmo e a promoção do desenvolvimento sustentável na agenda global.

Continuando nessa trajetória de governança ambiental, podemos destacar que após 20 anos da realização da primeira conferência ambiental da ONU – com uma conferência cancelada no meio e consensos ao redor do Relatório *Brundtland* –, começou a ser pensado uma segunda conferência ambiental, com o intuito de elaborar novas medidas para conter o crescente aumento da degradação ambiental.⁸³ a Rio 92 no Rio de Janeiro.⁸⁴ Contudo, cabe destacar que os interesses econômicos e preocupações ambientais dos países continuavam em caminhos opostos. Assim, os países latino-americanos e caribenhos elaboraram em conjunto um documento para ser apresentado durante a conferência, buscando marcar quais eram os entendimentos e orientações desde o continente sobre os impactos ambientais e como solucioná-los, que foi intitulado como *Nuestra Propia Agenda*.⁸⁵ Em suma, podemos indicar que o documento revela um entendimento de que os impactos ambientais são um problema mundial, mas que deveriam ser solucionados de maneira local, devido às características político-sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada país – considerando que os impactos afetam de maneira distinta as populações dos países do Sul Global e do Norte Global (Saavedra, 2014).

⁸³ “Profundamente preocupada por el continuo deterioro de la situación del medio ambiente y la grave degradación de los sistemas mundiales necesarios por la vida, así como por las tendencias que, si se permiten que continúen, podrían perturbar el equilibrio ecológico mundial, poner en peligro las cualidades de la Tierra necesaria para la vida y conducir a una catástrofe ecológica, y reconociendo que es importante adoptar medidas decisivas, urgentes y de alcance mundial para proteger el equilibrio ecológico de la Tierra” (ONU, 1989, p.161).

⁸⁴ Nomeada oficialmente de *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED), e conhecida popularmente também como Cúpula da Terra e Eco 92.

⁸⁵ Documento elaborado pela *Comisión de Desarrollo y Medio Ambiente de América Latina y Caribe*.

De acordo com Saavedra (2014), podemos compreender que:

Rio 92 dejó en claro que todos los seres humanos tenemos derecho a generaciones futuras y a una vida digna y no sólo el 20 por ciento de aquellos privilegiados que han alcanzado formidables estándares de vida. Pero, por otro lado, pese a los grandes avances y acuerdos que se alcanzaron en esta Cumbre, Río 92 también sirvió como antecedente directo para constatar que en el momento de pasar de las palabras a la acción, finalmente, los grandes actores internacionales siempre privilegian sus intereses tratando de sacar la mayor ganancia al más bajo costo posible. Y en esta ecuación, el Tercer Mundo y América Latina y el Caribe siguen estando en el lugar de los débiles y desfavorecidos del mundo (Saavedra, 2014, p.193).

No entanto, como resultado da Rio 92, a noção de desenvolvimento sustentável continuou sendo promovida como o modelo de crescimento econômico que deveria ser estimulado pelos países – que está destacado no documento Programa 21 –, sobretudo pelas chamadas economias em “transição” (ONU, 1993). Desse modo, Seoane (2017) destaca que na Rio 92 teve início uma busca por aproximar o entendimento e tratamento da questão ambiental da perspectiva neoliberal, que tomava o protagonismo econômico durante a década de 1990. Neste aspecto, podemos indicar que aqueles atores sociais e institucionais que procuraram por essa “alternativa”, não consideravam os impactos ambientais de uma maneira séria.

Após 20 anos, novamente uma conferência renovou as esperanças sociais ao redor do entendimento e tratamento da questão ambiental: a Rio +20.⁸⁶ No entanto, a Rio +20 pouco caminhou em relação à Rio 92, terminando sem que fossem assumidos os compromissos necessários para promover e assegurar um futuro sustentável para o mundo. Os desdobramentos da conferência revelam que os interesses dos governos sempre estiveram orientados pela continuidade da manutenção do modelo neoliberal e por conta disso, podemos indicar que houve pouco empenho em propor mudanças nos modelos de produção e consumo que atualmente predominam no mundo (Guimarães; Fontoura, 2012).

Dessa maneira, Guimarães e Fontoura (2012) consideram que a Rio +20 falhou em seu propósito, uma falha que ocorreu por conta da inação das lideranças no tratamento da questão ambiental e que está revelada em três principais pontos para os atores: a Rio +20 não foi promovida como um espaço de negociações e tomadas de decisões, o que acabou estimulando somente a uma série de debates; segundo, durante os encontros de preparação para a Rio +20 foram estabelecidos poucos acordos, possuindo mais um caráter burocrático; e terceiro, a falta de consenso dos países durante a Rio +20, e como exemplo é possível citar que a declaração da

⁸⁶ Nomeada oficialmente de *United Nations Conference on Sustainable Development*.

conferência – *The Future We Want* – foi iniciada com 300 páginas e aprovada com somente 61 páginas.

Neste aspecto, Guimarães e Fontoura (2012) apontam um conjunto de elementos que assinalam o que indicam como a “morte anunciada” da Rio +20:

Quando o texto se referia, por exemplo, ao “Direito de alimentação e nutrição adequadas”, prevaleceu uma forte disposição de alguns governos de simplesmente excluí-lo. O mesmo se aplicou à menção ao “Direito de todos a terem acesso a alimentos seguros, suficientes e nutritivos”. A ênfase, de acordo com algumas grandes potências, deveria estar apenas no ambíguo objetivo de “aumento da produtividade agrícola” e na politicamente interessada atenção em “melhorar o acesso dos pequenos agricultores aos mercados globais”. A inclusão explícita no texto para as necessidades especiais de mulheres e de povos indígenas foi sistematicamente rejeitada. De igual modo, decisões arduamente conquistadas em conferências anteriores foram objeto de intenso ataque e boicote por parte das grandes potências, tais como o Direito à Água Segura e Limpa e ao Saneamento ou a regulação dos mercados financeiros e de commodities. Temas como estes ainda permaneceram inaceitáveis para os donos do poder e fez-se uso da Rio +20 para dar um passo atrás e renegar acordos anteriores, com todas essas referências [...] suprimidas e substituídas por frases vazias de conteúdo prático como as “promover a eficiência” ou “aperfeiçoar o acesso” (2012, p.27).

Assim, ao invés de promover e assegurar um futuro sustentável para o mundo, a Rio +20 tomou um caminho oposto, impulsionando ainda mais os controles dos países ditos “desenvolvidos”, e evidentemente do setor privado, no entendimento e tratamento da questão ambiental (Guimarães; Fontoura, 2012), em que continuava sendo direcionada pela noção de desenvolvimento sustentável, como revelado no documento:

Nosotros, los Jefes de Estado y de Gobierno y los representantes de alto nivel, habiéndonos reunido en Río de Janeiro [...], con la plena participación de la sociedad civil, renovamos nuestro compromiso en favor del desarrollo sostenible y de la promoción de un futuro sostenible desde el punto de vista económico, social y ambiental para nuestro planeta y para las generaciones presentes y futuras. Por consiguiente, reconocemos que es necesario incorporar aún más el desarrollo sostenible en todos los niveles, integrando sus aspectos económicos, sociales y ambientales y reconociendo los vínculos que existen entre ellos, con el fin de lograr el desarrollo sostenible en todas sus dimensiones (ONU, 2012, p.1).

Embora a noção de desenvolvimento sustentável tenha continuado direcionando o entendimento e tratamento da questão ambiental mundial, entra em jogo uma noção que passou a ser complementar: a economia verde.⁸⁷ Podemos pontuar a economia verde como um entendimento e tratamento da questão ambiental diretamente associada à economia neoliberal – impulsionada com a crise de 2008, e elevando a capitalização dos bens comuns.⁸⁸ Com isso, a economia verde passou a ser assumida como um discurso e estratégia para operar o desenvolvimento sustentável ou ainda, para superar os limites apresentados por ele e, desse modo, podemos notar ser evidente a tentativa de se “enverdecer” a economia (Seoane, 2017). Neste aspecto, Giraldo e Rosset (2016) consideram que os estímulos a esse discurso e estratégia “verde” é um processo que coloca em destaque que as tecnologias consideradas como modernas levam à destruição suas próprias fontes de rentabilidade econômica.

Dessa maneira, podemos perceber que embora os entendimentos e tratamentos da questão ambiental tenham avançado com o passar das décadas, acima de tudo em termos de governança ambiental, a questão ambiental mundial continua orientada pela racionalidade da modernidade-colonialidade. Com isso, podemos indicar que esse processo ocorre por um desinteresse daqueles e daquelas que têm poder de atuarem como corresponde em relação à questão ambiental e propor mudanças, contudo, cabe lembrar que esse desinteresse não está posto pela simples indiferença desses atores sociais, mas sim como parte de um projeto, pois caso contrário, colocariam o capitalismo e seus e suas protagonistas numa situação delicada.

3.2 ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: DA AGRICULTURA ALTERNATIVA À AGROECOLOGIA

Podemos indicar que a ecologização da agricultura brasileira foi estimulada pelo cenário internacional da década de 1960 e 1970, quando eram colocados em pauta os impactos ambientais provocados pelo capitalismo no mundo, acima de tudo na agricultura, com a crescente

⁸⁷ Seoane (2017) menciona que o termo economia verde apareceu pela primeira vez no livro *Blueprint for a Green Economy* de autoria de David Pearce, Anil Markandya e Edward Barbier, publicado em 1989. Esses autores eram ligados a corrente denominada economia ambiental, que trata a questão ambiental desde a abordagem da economia neoclássica.

⁸⁸ Durante o encontro do G20 em 2009 foi apresentada a proposta *Global Green New Deal*. Dois anos depois foi publicado uma orientação sobre a implementação da economia verde, denominado como *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. Um guia que orientou os debates durante a Rio +20, baseado na noção de que essa perspectiva poderia resolver os impactos ambientais (Seoane, 2017).

disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde. Observando a trajetória da ecologização da agricultura brasileira é possível destacar que os primeiros passos nesse sentido foram dados por um conjunto de intelectuais e agrônomos-agrônomas, dos quais se destacam nomes como José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Maria Primavesi, Luís Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro, que viam naquele pacote tecnológico uma ameaça à sustentabilidade ambiental e, dessa maneira, começaram a questionar e denunciar as tecnologias e métodos agronômicos associados à agricultura capitalista. Com o passar dos anos e com a crescente territorialização da agricultura capitalista, novos atores sociais começaram a se somar a esse movimento incipiente, ampliando assim os questionamentos e denúncias, de maneira que também passaram a promover uma chamada agricultura alternativa⁸⁹ (Luzzi, 2007). Podemos entender que essa chamada agricultura alternativa surge como uma resposta, ou ainda um contramovimento, à agricultura capitalista e ajuda a impulsionar a ecologização da agricultura brasileira naquele momento (Brandenburg, 2002). Contudo, é necessário esclarecer que o uso do termo agricultura alternativa representava um modo de diferenciar as distintas práticas agrícolas ecológicas da agricultura capitalista e assim, podemos considerar que o termo começou a ser usado como um “guarda-chuva” por incluir um conjunto de práticas agrícolas ecológicas, das quais é possível destacar a agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura natural e agricultura orgânica (Ehlers, 1994).

Podemos indicar que o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) foi uma das primeiras iniciativas desse novo movimento que despontava no campo da agricultura brasileira. O primeiro EBAA foi realizado em Curitiba em 1981, um encontro que estava direcionado para intelectuais e agrônomos-agrônomas – aqueles e aquelas que deram os primeiros passos nesse caminho –, sobretudo por conta dos temas tratados, majoritariamente técnicos. O próximo encontro foi realizado em Petrópolis (Rio de Janeiro) em 1985, em que é possível ressaltar duas principais novidades, amplia-se o público passando a contar também com estudantes e políticos; e com isso, começou a abrir os debates aos temas político-sociais e econômicos, indo além dos temas técnicos.⁹⁰ O terceiro encontro foi realizado em Cuiabá em 1987,

⁸⁹ Os principais modelos agrícolas ligados à categoria agricultura alternativa são: agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura natural e agricultura permanente ou permacultura. Esses modelos têm práticas agrícolas em comum, contudo, possuem origem temporal e geográfica distintas (Ehlers, 1994; Petersen, 2012). Cabe destacar que adotados o termo no singular pela referência a uma categoria, porém, sem a intenção de excluir a diversidade de modelos e práticas agrícolas que a compõem.

⁹⁰ Em paralelo ao EBAA, Luzzi (2007) resalta que passou a ser colocado em pauta a ideia de criar uma associação nacional de agricultura alternativa. Uma ideia que era sustentada e promovida pela maioria daqueles e daquelas que eram reconhecidos como os pioneiros e pioneiras. No entanto, de acordo com a autora, houve uma intensa reação contrária, acima de tudo por membros da FAEAB, FEAB e PTA-FASE. A autora resalta que a reação era por distintos fatores, para a FAEAB e FEAB havia o receio de perder espaço político, enquanto a PTA-FASE era contra uma associação ser composta somente por engenheiras e engenheiros agrônomos. Nessa disputa, a proposta

momento em que se ampliam os debates político-sociais e econômicos, deslocando o questionamento técnico do pacote tecnológico do centro de debate para os questionamentos da dinâmica da agricultura capitalista – em que prevalece um debate sobre classes sociais – condicionando ao maior envolvimento dos movimentos sociais com o EBAA. Além disso, cabe indicar um ponto essencial colocado em debate naquele momento, o papel e dever das instituições públicas de ensino, de pesquisa e de assistência técnica – lembrando que esse encontro contou com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Mato Grosso –, que historicamente apoiam a agricultura capitalista, com a agricultura alternativa (Luzzi, 2007).

No entanto, como relata Luzzi (2007), o público e debates centrais no interior do EBAA passaram por mudanças com o tempo, um processo que ocorreu rodeado por disputas políticas que acabaram por impactar diretamente o EBAA e assim na sua continuação, como se tornou evidente no IV EBAA. Para o encontro, o Projeto Tecnologias Alternativas – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (PTA-FASE) tinha como proposta incluir camponeses e camponesas, porém, a proposta é derrotada pelos demais coordenadores e coordenadoras, que compreendiam que era necessário continuar mantendo um caráter “acadêmico” para os encontros. Desse modo, com o pouco consenso interno, começou a haver um crescente distanciamento dos membros o que, conseqüentemente, condicionou o encerramento do EBAA pouco tempo depois. Quanto às disputas – que se estenderam para além desses encontros – podemos destacar que se encontravam relacionadas a essas principais perspectivas: técnica, político-ideológica e social. A perspectiva técnica estava representada acima de tudo pelos chamados pioneiros e pioneiras da agricultura alternativa, que evidentemente tiveram um papel essencial no processo de formação e disseminação de conhecimentos técnicos naquele momento, e também por aqueles atores sociais – normalmente de classe média – que estavam associados aos mercados e que praticavam as distintas correntes da agricultura alternativa, o que ajudou a chamar a atenção de consumidores e consumidoras sobre a contaminação dos alimentos. A perspectiva político-ideológica estava representada acima de tudo pelos membros das federações e associações – como a FAEAB e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) – que atuavam politicamente tanto no interior do movimento, como também no poder público, onde os membros ocupavam espaços de destaque e promoviam o questionamento da agricultura capitalista e estímulos para a agricultura alternativa. Quanto à perspectiva

não foi levada adiante e a FAEAB e a FEAB passaram a ter maior atuação em relação à agricultura alternativa no país (Luzzi, 2007).

social, era representada principalmente pela PTA-FASE, que procurava estimular as tecnologias alternativas criadas pelos camponeses e camponesas, buscando ressaltar os conhecimentos e práticas populares (Luzzi, 2007).

Apesar dessas disputas, para Luzzi (2007), o EBAA cumpriu com um papel essencial naquele momento, tendo capacidade de juntar durante anos um conjunto de atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura – embora possuíssem interesses distintos – e por ter estimulado a agricultura alternativa no país, além de ter chamado a atenção para uma série de impactos político-sociais, culturais, econômicas e ambientais provocados pela agricultura capitalista.

Em conjunto ao EBAA, outra iniciativa também tinha destaque e teve um papel-chave no processo de transição da agricultura alternativa para a agroecologia, a PTA-FASE. De acordo com Luzzi (2007), a proposta inicial da PTA-FASE era apoiar os processos de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e ajudar para que os camponeses e camponesas pudessem continuar em seus territórios, naquele momento não estava na proposta trabalhar com as tecnologias alternativas. No entanto, esse redirecionamento teve início numa assessoria em Paraty, no Rio de Janeiro, quando seus coordenadores e coordenadoras notaram que os camponeses e camponesas estavam vendendo as terras conquistadas após muita luta e indo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Frente a isso, cria-se uma rede de apoio para reestruturar a produção e promover a comercialização dos produtos, que eram tomados naquele momento como dois dos principais problemas; contudo, evidentemente a realidade era mais complexa e necessitava de mudanças mais ambiciosas e, com isso, uma das propostas era promover tecnologias alternativas compatíveis com a realidade local. Dessa maneira, elabora-se um projeto técnico – que recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da FASE – com o intuito de mapear as tecnologias alternativas elaboradas desde as ciências – que ainda eram escassas – a partir das iniciativas sociais (Luzzi, 2007).

Em 1983, com o objetivo de ampliar aquele projeto técnico, realiza-se um evento em Campinas, interior do estado de São Paulo, que reuniu um conjunto de atores sociais de todo o país – como lideranças dos movimentos sociais, pesquisadores e pesquisadoras e técnicos e técnicas – que estavam comprometidos com as tecnologias alternativas e com outro saber-fazer agricultura (Luzzi, 2007; Brandenburg, 2008). Como desdobramento do evento, se estabelecem os coordenadores e coordenadoras para o projeto, de maneira em que são propostos os seguintes pontos de atuação – em que é possível reconhecer que revelam o procedimento sociológico

proposto por Santos (2002) –: o acompanhamento de cinco iniciativas com o intuito de compará-las com as tecnologias convencionais;⁹¹ a formação de uma rede de trocas de informações; e a criação dos denominados Centros de Tecnologias Alternativas (CTA), que teriam o objetivo de estimular a formação de conhecimentos e tecnologias adaptadas às realidades locais (Luzzi, 2007).

No entanto, com o passar dos anos a PTA-FASE passou por uma série de mudanças em sua estrutura interna, na qual a de maior impacto podemos destacar que ocorreu em 1988-1989 quando a PTA se separa da FASE e é criada uma rede para unir as iniciativas e atuar nesse sentido: a chamada Rede PTA. Como um dos desdobramentos desse processo, um conjunto de coordenadores e coordenadoras decide criar a denominada Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA),⁹² estabelecendo dois principais caminhos para atuar – que estavam diretamente relacionados com os que eram tomados pela PTA-FASE –: ajudar para que camponeses e camponesas pudessem continuar em seus territórios; e fomentar um novo modelo de desenvolvimento rural pautado na agroecologia, num momento em que ela começava a ter maior destaque. Porém, com o passar dos anos os coordenadores e coordenadoras da AS-PTA se deram conta que promover assessoria técnica era complicado por conta dos recursos escassos e, com isso, assumem um novo caminho orientado diretamente para promover projetos de desenvolvimento local (Luzzi, 2007). Neste aspecto, podemos destacar que a AS-PTA desempenhou um papel-chave no estímulo à formação do projeto agroecológico em Ponta Grossa, no estado do Paraná.

No entanto, apesar dos processos de disputas que ocorrem durante a década de 1980 e de uma série de demais elementos, como a Rio 92 – que estimulou o debate ambiental no país – e o aumento da produção e consumo de alimentos ecológicos durante a década de 1990, houve uma mudança conceitual e metodológica que levou a agricultura alternativa a perder destaque – quanto ao uso do termo, os seus modelos continuaram possuindo espaço – enquanto começou a tomar protagonismo a chamada agroecologia, como um termo e também uma prática, e junto um conjunto de atores sociais e institucionais. Com isso, esse conjunto de atores sociais e institucionais – como as ONGs e os movimentos sociais – passaram a assumir e rapidamente promover a agroecologia no país, iniciando um processo que nós poderíamos destacar como um

⁹¹ Luzzi (2007) indica as experiências que foram escolhidas: do Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (CAPA), em Santa Rosa – Rio Grande do Sul; do Instituto Vianei de Educação, em Lages – Santa Catarina; da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), em Francisco Beltrão – Paraná; do Movimento de Organização Comunitária (MOC), em Feira de Santana – Bahia; e do Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (PATAC), em Campina Grande – Paraíba.

⁹² Atualmente continua como AS-PTA, mas passou a ser denominada como Agricultura Familiar e Agroecologia.

segundo momento da ecologização da agricultura brasileira (Luzzi, 2007). Frente a isso, cabe assinalar que as ONGs e os movimentos sociais tiveram um papel essencial nesse momento ao ajudarem a promover a agroecologia para camponeses e camponesas e, nesse aspecto, é preciso destacar que em muitos casos a agroecologia passou a ser uma escolha essencial para os camponeses e camponesas por permitir a reprodução de suas vidas num momento em que havia um crescente aumento da territorialização da agricultura capitalista e consequentemente dos impactos provocados, além de possibilitar recuperar as relações tradicionais de tratamento da natureza (Brandenburg, 2002; 2008).

Assim, durante a década de 1990 quando a agroecologia começa a ter protagonismo, foi avaliado pelos membros da Rede PTA a necessidade de estimulá-la e para tanto, tem-se como proposta realizar um encontro nacional para debater a agroecologia. Com a proposta aprovada, em 2002 foi realizado no Rio de Janeiro o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que contou com um conjunto de atores sociais que estavam comprometidos com a agroecologia no país. Podemos destacar que o ENA naquele momento representou um marco para o debate da agroecologia no país, pela pluralidade dos atores sociais e também pela capacidade que teve de colocar em destaque os camponeses e camponesas e suas práticas e conhecimentos. Além disso, durante o encontro é colocado como proposta criar uma rede de agroecologia que pudesse unir todos aqueles atores sociais e institucionais comprometidos com a agroecologia no país. Com a proposta aprovada, é criada a chamada Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Com isso, a ANA se tornou um reconhecido espaço nacional de troca de conhecimentos e práticas em agroecologia, o que evidentemente representa uma conquista (Luzzi, 2007). Embora possa parecer que as trajetórias do ENA e da ANA tenham ocorrido de maneira linear desde o início, é necessário reconhecer que ambas também passaram – e passam – por uma série de disputas internas entre seus membros, em busca de protagonismo – contudo, como a análise dessas disputas vai além do nosso objetivo neste trabalho, nós optamos por somente destacá-los para que isso seja considerado.

Com isso, o que podemos notar é que aquele conjunto de disputas que ocorreram na década de 1980 ao redor da agricultura alternativa, evidentemente, acabou abrindo espaço para a agroecologia durante a década de 1990 e seu estabelecimento durante a década de 2000. Um processo que podemos compreender que também está associado ao envolvimento e esforços de um conjunto de atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura, e que levou ao surgimento de novos atores institucionais como, por exemplo, o ENA, a ANA e o próprio projeto agroecológico e, consequentemente, a promoção da agroecologia no país. Em paralelo aos

estímulos dados para essas iniciativas agroecológicas, que podemos reconhecer que se encontram diretamente associados a uma perspectiva político-social, é necessário destacar que na trajetória agroecológica da ecologização da agricultura brasileira também foi incentivada uma perspectiva desde a ciência, que acabou estimulando a institucionalização da agroecologia, como veremos no próximo item.

3.3 AGROECOLOGIA: ENTRE A PERSPECTIVA POLÍTICO-SOCIAL E A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

Para compreendermos a origem do termo agroecologia podemos retornar à década de 1920, quando o russo Basil Bensin publica, em 1928, o texto intitulado *Agroecological characteristics description and classification of the local corn varieties chorotypes*, em que o termo agroecologia apareceu pela primeira vez. Naquele momento, Bensin recorreu ao termo agroecologia para descrever o uso de um método de pesquisas ecológicas para o estudo de plantas comerciais (Wezel et al., 2009). Atualmente essa noção já está superada pelas novas noções que foram criadas e assumidas em distintos locais do mundo, embora, evidentemente, estejam associadas à ideia de uma prática agrícola ecológica que em maior ou menor medida é sensível em termos político-sociais, culturais e econômicos, o que revela uma polissemia ao redor do termo agroecologia (Norder et al., 2016), apesar disso, nós podemos assinalar que, de maneira consensual, a agroecologia é aceita como uma ciência, uma prática ecológica e um movimento social (Wezel et al., 2009).

Posto isso, é possível demarcar que o uso do termo agroecologia pode ser separado em dois principais períodos: o primeiro está relacionado com o seu início durante a década de 1930; enquanto o segundo está associado ao momento de sua disseminação durante a década de 1970 (Wezel et al., 2009), em que orientamos as nossas análises. Na década de 1970 houve o crescente aumento de uma literatura agronômica direcionada para a agroecologia, tomando-a como uma ciência que era proposta em oposição à agricultura capitalista (Hecht, 1999). Assim, a agroecologia passa a ser estimulada naquele momento como uma disciplina – uma ciência – que é estabelecida a partir de duas disciplinas: ecologia e agronomia (Wezel et al., 2009) – em resumo, podemos pontuar que, enquanto a ecologia está orientada aos estudos dos sistemas naturais, a agronomia está direcionada para a aplicação de métodos agrícolas (Gliessman, 2002) – e dessa maneira, passa a ser reconhecida e aceita por um conjunto de intelectuais como uma

ciência. Nesse sentido, podemos recorrer a Altieri e Nicholls (2000) e Altieri (2008), que indicam a agroecologia como uma disciplina que está orientada para o estudo da agricultura por meio de uma perspectiva ecológica, determinada como um marco teórico e metodológico para analisar o funcionamento dos processos agrícolas de uma maneira ampla, procurando aprimorar tanto um componente em especial, como também melhorar todo o agroecossistema. Para tanto, destacam que é preciso considerar os elementos ecológicos, bem como os elementos político-sociais, culturais e econômicos. Num entendimento parecido, Gliessman (2002) reconhece a agroecologia como a aplicação de um conjunto de conceitos e princípios ecológicos para o manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para o autor, desde a agroecologia é possível promover conhecimentos e métodos para estimular uma agricultura que seja ambientalmente sustentável e social e economicamente viável.

No entanto, entendemos que assinalando a agroecologia somente como ciência, a diminuimos a um conjunto de conceitos, noções, categorias e métodos ecológicos que, em muitos casos, se orientam desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, ocultando seu caráter político-social que possui capacidade de transformar a realidade. Desse modo, compreendemos que é necessário reconhecer a agroecologia como política antes de tudo.

Nesse aspecto, podemos recorrer a Giraldo e Rosset (2016) que assinalam que:

Asistimos a una disputa entre dos formas radicalmente distintas de concebir la agroecología, una, estrechamente técnica, cientificista e institucional, y la otra, la de los pueblos, profundamente política que aboga por la justicia distributiva y el replanteamiento total del sistema alimentario (Giraldo; Rosset, 2016, p.17).

Com isso, quando é assumida a perspectiva da agroecológica como ciência é necessário ter cuidado para evitar cair numa armadilha criada pela racionalidade da modernidade-colonialidade, que a leva ao caminho da sua apropriação. Assim, nós também podemos mencionar a Liderança Paraná C, que relata que a agroecologia somente se enraíza quando é tomada como um movimento político-social e cultural, de maneira que esse movimento deve ser levado adiante pelos camponeses e camponesas e que estes devem ser considerados os e as cientistas (Informação verbal).⁹³

No caso brasileiro, nós podemos destacar que a agroecologia apareceu, num primeiro momento, associada a uma perspectiva político-social; somente nos anos mais recentes é que a agroecologia passou a ser direcionada para institucionalização (Brandenburg, 2008), processo

⁹³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

que ocorreu na área da ciência – e acadêmica – que podemos ver revelado nos congressos, conferências, associações, pesquisas e publicações, além dos cursos de graduação e de pós-graduação em agroecologia (Norder et al., 2016; Petersen; Mussoi; Soglio, 2013),⁹⁴ como também na área das políticas públicas, em que é possível ver em determinadas políticas e projetos. Nesse caso, cabe destacar que essa é uma conquista dos movimentos sociais que, por meio dos processos de lutas e resistências, pressionaram os governos para estabelecerem melhores condições para a reprodução da vida social dos camponeses e camponesas e para promover a segurança alimentar e nutricional⁹⁵ – cabe lembrar que a maioria das políticas públicas elaboradas e direcionadas para os camponesatos buscam estimular o projeto do agronegócio (Lamine; Niederle; Ollivier, 2019).

Frente a isso, procuramos retomar essas duas perspectivas da agroecologia brasileira, evidentemente, sem um intuito de esgotá-las: político-social e institucional. No primeiro caso, recorremos ao processo de redirecionamento do MST à agroecologia, considerando que esse movimento social é paradigmático e protagonista da Jornada de Agroecologia; e no segundo caso, indicamos o processo de institucionalização da agroecologia como ensino e pesquisa, e também como política pública. É necessário pontuar que, embora indiquemos como processos separados, estão diretamente relacionados e juntos contribuem para o estabelecimento do campo agroecológico brasileiro.

A perspectiva político-social da agroecologia, promovida acima de tudo pelos movimentos sociais, passou a ter destaque durante a década de 2000 no país, contudo, é preciso recordar que a ecologização da agricultura brasileira já estava ocorrendo desde a década de 1970 por meio da agricultura alternativa (Luzzi, 2007), promovida como um contramovimento à agricultura capitalista (Brandenburg, 2002). Porém, cabe destacar que até aquele momento os movimentos sociais e sindicatos rurais orientavam suas lutas principalmente para o acesso a terra e aos créditos, como também para o reconhecimento do camponesato (Corrêa, 2012; Niederle et al., 2019), ou seja, no interior dos movimentos sociais e sindicatos rurais os debates eram pautados pelo processo de exclusão dos camponeses e camponesas das políticas públicas e não na necessidade de alterar o modelo produtivo da agricultura capitalista (Schmitt et al., 2017), embora, evidentemente, houvessem práticas ecológicas durante esse período. Nesse caso, podemos citar como exemplo o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP),

⁹⁴ Cabe acentuar que a institucionalização da agroecologia também ocorre desde outros campos, como das políticas públicas e das organizações e movimentos sociais.

⁹⁵ Lamine, Niederle e Ollivier (2019) destacam que passou a ter um encontro dos discursos, causas e atores sociais associados ao camponesato, à agroecologia e segurança alimentar e nutricional, aumentando o círculo de atores sociais, de disciplinas acadêmicas e de políticas públicas.

iniciativa criada no Sul do país na década de 1980, e que desempenhou um papel essencial para estimular a adoção das práticas ecológicas por camponeses e camponesas dos movimentos sociais (Corrêa, 2012).

Contudo, é preciso reconhecer que os movimentos sociais e sindicatos rurais iniciaram o processo de direcionamento para a agroecologia somente durante a década de 1990, contando ainda com poucas iniciativas; é apenas durante a década de 2000 que esse processo passou a ter mais intensidade como uma aliada aos processos de lutas dos camponeses e camponesas contra os impactos provocados pela agricultura capitalista no país. É possível destacar que o MST foi um dos primeiros movimentos sociais – ainda durante a década de 1990 – a estimular o redirecionamento para a agroecologia como um questionamento e como alternativa à agricultura capitalista. Nesse sentido, podemos indicar que devido ao aumento dos impactos provocados pela agricultura capitalista, somado às políticas públicas promovidas, que complicavam o acesso a terra, aos créditos e as estruturas mínimas para os camponeses e camponesas, o MST precisou reorientar os rumos tomados até aquele momento. Com isso, teve início um debate que, consequentemente, acabou levando ao questionamento sobre o modelo de assentamentos e acampamentos que eram promovidos pelo movimento e que estavam associados à agricultura capitalista, o que aumentava a dependência política, econômica e tecnológica, enquanto diminuía a capacidade de reprodução social, como o que podemos indicar como identidade camponesa. Dessa maneira, passou a ser ainda mais evidente que esse modelo era inadequado para os camponeses e camponesas, bem como para estimular o projeto popular e com isso teve início um conjunto de debates visando estabelecer novos caminhos para o movimento, momento em que a agroecologia começou a receber mais destaque no interior do MST (Corrêa, 2012).

Nesse sentido, Corrêa (2012) menciona que em 1996 tiveram início aquelas que seriam as primeiras iniciativas agroecológicas do MST – localizadas principalmente nos estados do Sul do país, onde o movimento estava melhor estruturado – que estavam orientadas para uma produção sem uso de insumos químicos e para a venda dos alimentos em feiras. Dessa maneira, o MST começou a orientar seus camponeses e camponesas, primeiro a promoverem a soberania alimentar dos assentamentos e acampamentos, e depois a direcionar os alimentos excedentes para o mercado, processo que acabou levando ao aumento no número de iniciativas em todo o país, que também contavam com o apoio da Rede PTA. Cabe indicar duas iniciativas pioneiras que tiveram destaque naquele momento: a BioNatur, que está localizada no estado do Rio Grande do Sul – uma empresa de produção de sementes agroecológicas criada pelo MST – e a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi), que está localizada no estado do Paraná. Assim, podemos destacar que essas duas iniciativas agroecológicas – como as demais que

havam⁹⁶ – acabaram possuindo um papel central para estimular os debates no interior do MST e promover outras iniciativas, como também para ajudar a impulsionar a agroecologia para os demais movimentos sociais e para a sociedade como um todo. Contudo, é necessário destacar que essas iniciativas ainda eram incipientes, na maioria dos assentamentos e acampamentos do MST ainda predomina a agricultura capitalista (Corrêa, 2012).

Dessa maneira, podemos entender que aos poucos a agroecologia passou a encontrar espaço no interior do MST durante a década de 1990, até que no ano de 2000, durante o seu IV Encontro Nacional, o movimento assume a bandeira ecológica e o compromisso com a agroecologia, estabelecendo um marco para o MST e também para o movimento ecológico brasileiro. É preciso mencionar que nesse processo a Vía Campesina desempenhou um papel central naquele momento ao colocar em pauta para os movimentos sociais a necessidade de se debater a questão ambiental e estimular a agroecologia – lembrando que são movimentos que se encontram em constante diálogo (Corrêa, 2012). Quanto à Vía Campesina, a Liderança Paraná A também menciona:

Eu acho que o primeiro debate que foi internalizado no MST foi mais em função da ofensiva e dos problemas que nós víamos no uso de agrotóxico e nas sementes transgênicas pelo agronegócio. Esse debate aqui no Brasil não tava tão internalizado, aqui no Brasil eu acho que quem levava mais era tipo a AS-PTA, que também foi precursora desse debate, mas não tava popularizado nem nos movimentos, nem nas faculdades de agronomia. Eu acho que no movimento também foi internalizado pelo debate que houve na Vía Campesina Internacional, como nós temos uma participação ativa e com muitas atividades conjuntas na Vía Campesina, na minha modesta opinião, eu acho que nós fomos influenciados por esse debate que houve na Vía Campesina Internacional e em que alguns países haviam um acúmulo de debate político e um acúmulo de conhecimento científico maior que no Brasil [sic] (Informação verbal).⁹⁷

Com o passar dos anos o MST aumentou os estímulos para a agroecologia em todo o país – principalmente no estado do Paraná, onde as lideranças promoveram a agroecologia amplamente (Borsatto; Carmo, 2013), em que a Jornada de Agroecologia é um exemplo disso. No entanto, em nível nacional, podemos reconhecer que um dos impulsos essenciais dados para esse processo foi a campanha promovida pela Vía Campesina para recuperar as sementes crioulas.⁹⁸ Impulsionado por essa campanha, o MST buscou elaborar um programa ambiental, indicando um conjunto de princípios e de medidas ecológicas que deveriam ser adotadas nos

⁹⁶ No entanto, é necessário destacar que essas experiências nem sempre possuíram sucesso, devido a pouca viabilidade econômica, política ou técnica que encontraram (Corrêa, 2012).

⁹⁷ Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista.

⁹⁸ “Sementes, patrimônio do povo a serviço da humanidade”.

assentamentos e acampamentos, dos quais é possível destacar os principais: o estabelecimento dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs); de uma Rede de Pesquisa em Agroecologia; e uma Rede de Formação em Agroecologia⁹⁹ (Corrêa, 2012).

Dessa maneira, é possível compreender que o MST, durante a década de 2000, começou a abrir caminho para a agroecologia, reconhecendo que a luta pelo acesso a terra está diretamente relacionada com a luta pela agroecologia. Um reconhecimento que acabou ampliando os processos de lutas e resistências para além da busca por acesso a terra e créditos, incluindo também a perspectiva ecológica. Com isso, teve início os debates e propostas ao redor da ideia de uma reforma agrária popular,¹⁰⁰ que apareceu durante o VI Encontro Nacional do MST:

Precisamos defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas dívida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial. [...]. O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. [...]. A reforma agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de coprodução homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2013, p. 32-33).

Com isso, podemos compreender que as iniciativas e os projetos agroecológicos procuram promover um conjunto de processos de lutas e resistências em contraposição à agricultura capitalista – e evidentemente à racionalidade da modernidade-colonialidade –, e que têm sido levados adiante principalmente por aqueles atores sociais historicamente silenciados. Dessa maneira, tomando a agroecologia desde a perspectiva político-social, podemos entendê-la como uma prática agrícola que está apoiada num manejo sustentável, direcionada a partir de um conjunto de ações político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, que procura promover a justiça em termos sociais e econômicos, o reconhecimento das identidades e a sustentabilidade ambiental (Sevilla Guzmán, 2011). Nesse aspecto, também podemos recorrer à Via Campesina,

⁹⁹ A Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) é um exemplo desse processo.

¹⁰⁰ Proposta que também é assumida e promovida pela Via Campesina: “En este sentido, consideramos la propuesta de nuestros compañeros y compañeras de Brasil de una Reforma Agraria Popular, una reforma agraria no sólo para los campesinos sin tierra, sino para la clase trabajadora y toda la sociedad. Este enfoque agroecológico y territorial de la reforma agraria sólo puede ser exitoso a través de la lucha de clases y del enfrentamiento directo al proyecto del capital, incluyendo sus ganancias, sus medios de comunicación y sus agentes nacionales e internacionales. Una reforma agraria para potenciar la agricultura, economía y territorios campesinos” (Via Campesina, 2018, p.89-90).

que indica a agroecologia como um modo de vida, expressada numa linguagem da própria relação sociedade-natureza que tem sido passada de geração em geração. Dessa maneira, é possível assinalar que essa perspectiva vai além de entender a agroecologia como um simples conjunto de técnicas ou de práticas de produção agrícola; é entendida e representa uma perspectiva política e ontológica (Vía Campesina, 2015).

Retomando o processo de institucionalização da agroecologia no nosso país, podemos assinalar como o exemplo que marca o início desse processo na área da ciência: o I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) em 2003. No trecho apresentado abaixo podemos analisar o objetivo que possuía naquele momento o congresso:¹⁰¹

O objetivo do I Congresso Brasileiro de Agroecologia, IV Seminário Internacional sobre Agroecologia e V Seminário Estadual sobre Agroecologia é contribuir no processo de construção paradigmática para orientar estilos de agricultura de base ecológica e estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tomando-se como referência a sustentabilidade e sua relação com a preservação de recursos naturais, com o manejo de agroecossistemas e com a ética socioambiental (ABA, 2006, p.4).

Com base no mesmo documento, podemos indicar como foi assumida a agroecologia pelo congresso, que evidentemente a apresenta como uma ciência:

A agroecologia é a disciplina científica que incorpora em seu marco teórico os princípios, conceitos e metodologias para fazer avançar processos de construção de estilos de agricultura sustentável e estratégias de desenvolvimento rural sustentável capazes de contemplar estes e outros aspectos de relevância para a sociedade do terceiro milênio (ABA, 2006, p.4).

É possível apontar que a realização do CBA, naquele momento, foi estimulada por uma série de eventos que ocorreram em anos anteriores no estado do Rio Grande do Sul – que foram realizados pela EMATER daquele estado –,¹⁰² como também pela crescente demanda para a formação de novos espaços que fossem direcionados para debater trabalhos científicos sobre

¹⁰¹ Que ocorreu em conjunto com o IV Seminário Internacional de Agroecologia e com o V Seminário Estadual de Agroecologia do Rio Grande do Sul (ABA, 2006).

¹⁰² I Seminário Estadual sobre Agroecologia (1999), II Seminário Estadual sobre Agroecologia (2000), III Seminário Estadual sobre Agroecologia (2001), IV Seminário Estadual sobre Agroecologia (2002). I Seminário Internacional sobre Agroecologia (2000), II Seminário Internacional sobre Agroecologia (2001), III Seminário Internacional sobre Agroecologia (2002). I Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia (1999), II Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia (2000), III Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia (2001), IV Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia (2002) (ABA, 2006).

agroecologia (ABA, 2006).¹⁰³ Pouco tempo após a realização do I CBA foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que assume a responsabilidade de manter e ampliar os espaços acadêmico-científicos orientados para a agroecologia, como também de estimular as pesquisas agroecológicas no país e para tanto, passou a editar e publicar a Revista Brasileira de Agroecologia e a Revista Cadernos de Agroecologia (Petersen; Mussoi; Soglio, 2013). Cabe ressaltar que, assim como nós destacamos a necessidade de se ter em conta as disputas ocorridas ao redor do ENA e da ANA, também é preciso reconhecer que houve – e há – disputas em torno do CBA e da ABA; o que queremos marcar com isso é que, embora possa parecer que sejam trajetórias lineares, elas não são, encontram-se rodeadas de disputas.

Nesta direção, nós também podemos destacar o direcionamento à institucionalização do ensino da agroecologia nas universidades públicas com a criação de inúmeros cursos de agroecologia no país. Também é preciso assinalar que a criação e o estabelecimento desses cursos passou por processos de disputas, acima de tudo quando reconhecemos o domínio de uma ciência associada à racionalidade da modernidade-colonialidade nas universidades (Walsh, 2008), principalmente no caso das denominadas ciências agrárias, em que há o predomínio de uma perspectiva convencional pautada por aquela racionalidade, como destaca Brandenburg (2002). O quadro abaixo apresenta os cursos *stricto sensu* em agroecologia criados no país durante as décadas recentes. É possível notar que foram criados, predominantemente, cursos de mestrado e somente dois cursos de doutorado. Após esse quadro, apresentamos outro, nesse caso, indicando os cursos de graduação em agroecologia – bacharelado e tecnológico –, que possuem metodologias e objetivos distintos. Cabe esclarecer que elaboramos esses quadros tendo como base os cursos de agroecologia no país e assim, a nossa busca compreende o termo agroecologia. Porém, estamos cientes e entendemos que também há no país cursos que possuem características e compromissos muito parecidos, mas que por uma série de razões se encontram intitulados de maneira distinta.

¹⁰³ Petersen, Soglio e Caporal (2009) apontam que, naquele momento, havia ausências de espaços acadêmicos, de congressos e de revistas especializadas orientados ao debate técnico-científico voltado à agroecologia. Que segundo os autores comprometia a legitimidade da agroecologia no campo científico.

QUADRO 5 – CURSOS DE STRICTO SENSU EM AGROECOLOGIA NO BRASIL

Instituição	Pós-Graduação	Nível		Início
		Mestrado	Doutorado	
UEMA	Agroecologia	Acadêmico		1996
UFSCar	Agroecologia e Desenvolvimento Rural	Acadêmico		2007
UFV	Agroecologia	Acadêmico		2011
UFPB	Ciências Agrárias (Agroecologia)	Acadêmico		2012
UEMA	Agroecologia		Acadêmico	2013
UERR*	Agroecologia	Acadêmico		2014
UFFS	Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	Acadêmico		2014
UEM	Agroecologia	Profissional		2014
IFES	Agroecologia	Profissional		2016
UNIVASF**	Agroecologia e Desenvolvimento Territorial		Profissional	2019

Fonte: Capes (2020)

Nota: * Em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e com a Embrapa.

** Em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

QUADRO 6 – CURSOS DE GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO BRASIL

Instituição	Nível		Início
Instituto Federal de Goiás		Tecnológico	-
Instituto Federal do Pará		Tecnológico	-
Universidade Estadual de Goiás		Tecnológico	-
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Bacharelado		-
Universidade Federal de Alagoas		Tecnológico	-
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Bacharelado		-
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Bacharelado	Tecnológico	2008
Universidade do Estado do Amazonas*		Tecnológico	2008
Universidade Estadual da Paraíba	Bacharelado		2008
Universidade Federal do Paraná		Tecnológico	2008
Instituto Federal Paraíba		Tecnológico	2009
Instituto Federal Paraíba		Tecnológico	2009
Universidade Federal Campina Grande		Tecnológico	2009
Universidade Federal de São Carlos	Bacharelado		2009
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia		Tecnológico	2009
Instituto Federal de Brasília		Tecnológico	2010
Instituto Federal de Sergipe		Tecnológico	2010
Instituto Federal do Amazonas		Tecnológico	2010
Instituto Federal de Pernambuco		Tecnológico	2011
Instituto Federal do Acre		Tecnológico	2011
Universidade Federal da Paraíba	Bacharelado		2011
Instituto Federal do Rio Grande do Norte		Tecnológico	2012
Universidade Federal Roraima		Tecnológico	2012
Instituto Federal da Bahia		Tecnológico	2013
Instituto Federal do Acre		Tecnológico	2013
Instituto Federal do Pará		Tecnológico	2014
Universidade Federal de Alagoas	Bacharelado		2014
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia		Tecnológico	2014
Universidade Federal do Rio Grande	Bacharelado		2014
Universidade do Estado de Mato Grosso		Tecnológico	2015
Instituto Federal do Paraná		Tecnológico	2016
Instituto Federal do Piauí		Tecnológico	2016
Instituto Federal do Paraná		Tecnológico	2017
Instituto Federal do Pará		Tecnológico	2018
Universidade Federal de Alagoas	Bacharelado		2018
Universidade Federal do Pará		Tecnológico	2018

Fonte: MEC (2020).

Notas: * Instituição com oito cursos iniciados em anos distintos. Data de início do primeiro curso.

Os quadros que apresentamos acima indicam os anos em que tiveram início os cursos de doutorado, mestrado e graduação em agroecologia no país e assim, podemos notar que a institucionalização do ensino da agroecologia é um processo relativamente recente, de maneira que também é preciso reconhecer que é um processo que está acompanhado de inúmeras barreiras. Neste sentido, Norder et al. (2016) avaliam que a institucionalização do ensino de agroecologia, que se deu por meio desses cursos, pode ser compreendida como uma medida necessária para promover uma contraposição à agronomia tradicional – pautada pela ciência orientada desde a racionalidade da modernidade-colonialidade – que é dominante nas universidades brasileiras, como é assinalado por Brandenburg (2002). Segundo Petersen, Soglio e Caporal (2009), o estabelecimento da agroecologia nessas instituições revela um claro sinal do redirecionamento de determinados atores sociais que atuam nessas instituições de ensino. Redirecionamento que está diretamente associado ao compromisso que esses atores sociais possuem em defender uma ciência que seja crítica e que nesse caso, tem colocado em questionamento a agricultura capitalista e denunciado os impactos que tem provocado, de modo que tem promovido alternativas contra a dependência político-social, econômica e técnico-científica. Contudo, evidentemente esses atores sociais encontram barreiras para deslocar as bases tradicionais – estabelecidas pela racionalidade da modernidade-colonialidade – que historicamente sustentam as instituições brasileiras (Petersen; Soglio; Caporal, 2009). No entanto, devemos compreender que nos espaços onde é possível encontrar atores sociais comprometidos com uma ciência crítica, há um amplo potencial para decolonizar e democratizar as ciências, como destaca Grosfoguel (2012) para o caso das ciências sociais, mas que nos parece evidente que podemos aplicar para outras ciências. Com base nisso, podemos considerar que é necessário estimular a agroecologia no interior das universidades, mas também é preciso ir além e pensar a agroecologia como uma ferramenta de decolonização da agronomia.

Quanto à assistência técnica e as pesquisas em agroecologia, é possível destacar o pioneirismo do estado do Paraná, um dos primeiros estados brasileiros a estimulá-las por meio dos coletivos de técnicos e técnicas e de pesquisadores e pesquisadoras, que promoviam – e promovem – a agroecologia no interior das instituições estaduais. Nesse caso, podemos citar o caso da EMATER do Paraná e também do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). No entanto, além disso, também cabe mencionar a criação do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) em 2005, uma instituição pioneira no país, direcionada exclusivamente para a agroecologia (Lamine; Niederle; Ollivier, 2019). Nacionalmente um exemplo que devemos apontar nesse sentido é a Embrapa – cabe lembrar que a Embrapa foi criada na década de

1970 com o intuito de promover a agricultura capitalista –, em que um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras e de técnicos e técnicas passaram a fomentar uma linha de pesquisa em agroecologia no interior da instituição (Embrapa, 2006). Nesse aspecto, podemos indicar que a publicação do “Marco Referencial em Agroecologia” em 2006 marcou, em termos materiais e simbólicos, o reconhecimento da agroecologia pela Embrapa, até que dois anos mais tarde foi lançado o projeto “Transição Agroecológica: construção participativa do conhecimento para a sustentabilidade” (Petersen; Soglio; Caporal, 2009). Atualmente a Embrapa conta com duas unidades temáticas que procuram estimular a agroecologia por meio de pesquisas: o Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia (CNPAB) ou Embrapa Agrobiologia;¹⁰⁴ e o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental (CNPMA) ou Embrapa Meio Ambiente.¹⁰⁵ O quadro abaixo indica as linhas temáticas promovidas nessas duas unidades da Embrapa, que contam com uma série de linhas de pesquisas.

QUADRO 7 – LINHAS DE PESQUISA DA EMBRAPA AGROBIOLOGIA E EMBRAPA MEIO AMBIENTE

Unidade	Linhas de Pesquisa
Embrapa Agrobiologia	Agroecologia e produção orgânica
	Aproveitamento de resíduos orgânicos
	Diversificação de sistemas de produção
	Inoculantes e insumos biológicos
	Sistema de produção de grãos
	Culturas energéticas
	Pastagens
	Recuperação de áreas degradadas
	Indicadores de sustentabilidade
Embrapa Meio Ambiente	Mudanças Climáticas Globais e Agricultura
	Bioprospecção e Biotecnologia Ambiental
	Avaliação de Impactos e Gestão Ambiental da Agricultura
	Qualidade Agroambiental e Sistemas Produtivos Sustentáveis

Fonte: Adaptado de Embrapa Agrobiologia (s.d.) e Embrapa Meio Ambiente (s.d.)

¹⁰⁴ “A Embrapa Agrobiologia é uma unidade temática e tem como missão institucional gerar conhecimento e viabilizar tecnologias e inovação apoiadas nos processos agrobiológico, em benefício de uma agricultura sustentável para a sociedade brasileira” (Embrapa, 2011a, p.18).

¹⁰⁵ “A Embrapa Meio Ambiente é uma unidade temática e tem como missão institucional gerar conhecimento e viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para promover uma agricultura sustentável e melhorar a qualidade ambiental em benefício da sociedade brasileira” (Embrapa, 2011b, 70).

Para Petersen, Mussoi e Soglio (2013), também é necessário criar novos caminhos e condições para que a Embrapa – e demais instituições de pesquisas e de assessoria técnica – possa ir além dos processos tradicionais de produção e disseminação de tecnologias, considerando que esses processos tradicionais criam e estabelecem barreiras para os estímulos à agroecologia. Com isso, revelam que é preciso superar o modelo que separa docência, pesquisa e assistência técnica, assim como promover mais espaços onde os camponeses e camponesas também possam se envolver e contribuir com as pesquisas e assistência técnica (Petersen; Mussoi; Soglio, 2013).

Quanto às políticas públicas, podemos indicar que suas elaborações para a agroecologia têm ocorrido de maneira descontínua durante os anos e passado por distintos espaços sociais e arenas de disputas, de modo que normalmente não são políticas públicas direcionadas diretamente à agroecologia, mas sim, uma linha que contempla a agroecologia dentro dela. Nesse caso, podemos compreender que, apesar da política pública não ter sido elaborada diretamente para estimular a agroecologia, ela acaba impulsionando-a. Cabe destacar que embora nosso objetivo não seja analisar políticas públicas orientadas à agroecologia, podemos indicar as principais. Nesse sentido, é possível citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado durante a década de 1990 como uma política de crédito. Somente durante a década de 2000, quando a agroecologia passou a se destacar nacionalmente e que era um período político favorável, é que o PRONAF começou a contar com medidas orientadas para a agroecologia e agricultura orgânica, embora os créditos disponibilizados para essa linha tenham sido pouco acessados. Durante a década de 2000, junto com a agroecologia, o tema da segurança alimentar e nutricional também começou a compor a agenda pública – com destaque para o Programa Fome Zero –, quando se ampliam os debates e as políticas públicas para o campesinato, agroecologia e segurança alimentar e nutricional. Nesse aspecto, podemos citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criado em 2009. Em resumo, é possível mencionar que por meio do PAA, o Estado adquire alimentos produzidos por camponeses e camponesas e os direciona para as entidades socioassistenciais que atendem as pessoas em situação de insegurança alimentar. Cabe destacar que para os alimentos agroecológicos e orgânicos há um acréscimo de até 30% no preço de compra pelo Estado – como também é possível comprar sementes crioulas. O PNAE é similar ao PAA, mas os alimentos adquiridos são direcionados para a alimentação de estudantes da rede pública, de modo que também contam com um incremento no preço de compra pelo Estado. Na década de 2010, a agroecologia passou a contar com uma política pública própria, que é resultado das pressões dos movimentos sociais e das organizações sociais:

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) criada em 2012, que desdobrou na elaboração e execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) em dois momentos, um de 2013-2015 e outro de 2016-2019, estabelecendo medidas para promover a agroecologia no país, associando os movimentos sociais e organizações sociais com atores públicos (Schmitt et al., 2017; Niederle et al., 2019).

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo procuramos retomar e analisar o processo de ecologização da agricultura, buscando destacar a realidade brasileira. Para tanto, recorreremos aos passos dados pelo movimento ambientalista europeu-estadunidense – que pela narrativa dominante é considerado como o início do movimento ambiental mundial –, e que surge em contraposição aos impactos provocados e aos possíveis riscos do capitalismo. Apesar disso, podemos considerar que esse movimento impulsionou, naquele momento, a formação de uma agenda ambiental mundial de governança ambiental que está diretamente moldada por uma perspectiva neoliberal. Com isso, apontamos um conjunto de processos e elementos expressados nas conferências promovidas e relatórios elaborados pela ONU durante a segunda metade do século XX e que foram direcionando essa agenda como uma possível saída para a crise ambiental. Além disso, também é possível considerar que esse contexto impulsionou para que um conjunto de atores sociais brasileiros, vinculados à agricultura, comessem a ver no pacote tecnológico da Revolução Verde uma ameaça à sustentabilidade ambiental e desse modo, passaram a questionar e a denunciar as tecnologias e métodos agronômicos associados à agricultura capitalista, sobretudo os agrotóxicos. Podemos compreender que esses foram os primeiros passos dados no caminho para se estabelecer um movimento ecológico na agricultura brasileira, que durante aquele momento promovia a chamada agricultura alternativa. Porém, com o passar dos anos ocorreram – e continuam ocorrendo – uma série de disputas no interior desse movimento que, cabe lembrar, está composto por atores sociais plurais. De outro modo, também indicamos que a agricultura alternativa começou a perder protagonismo e a abrir caminho para a agroecologia durante a década de 1990 e foi estabelecida na década de 2000, após uma série de lutas e demandas dos movimentos sociais que procuram, com base na agroecologia, promover iniciativas e projetos para estimular e estabelecer melhores condições para a reprodução da vida – social e biológica – nos espaços rurais para os camponeses e camponesas, destacando a perspectiva político-social da

agroecologia que buscamos marcar; como também cabe recordar os processos de institucionalização promovidos por atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura, como um elemento essencial nessa trajetória para o estabelecimento da agroecologia no país. No próximo capítulo, procuramos revelar e analisar um caso associado diretamente à agroecologia no estado do Paraná, o surgimento do projeto agroecológico na década de 2000, que impulsiona a Jornada de Agroecologia, processo que foi estimulado por esse movimento ecológico na agricultura brasileira durante aquele período, como descrito neste capítulo.

4 SURGIMENTO DO PROJETO AGROECOLÓGICO

A Jornada de Agroecologia foi um pouco essa primeira ideia de aglutinar tudo que tava em andamento, das iniciativas partidárias, do movimento social, do movimento sindical, do movimento agrário, do movimento da agricultura familiar, do movimento de pesquisa, universidades, redes, ONGs e tudo mais [sic].

Liderança Paraná C (Informação verbal).¹⁰⁶

Neste capítulo procuramos revelar e analisar os primeiros passos dados para a formação do projeto agroecológico, que tiveram início no princípio da década de 2000, em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, como também buscamos indicar e examinar a dinâmica que sustenta em termos materiais e simbólicos os eventos anuais da Jornada de Agroecologia, ou seja, a estrutura que é comum a todas as edições. Cabe destacar que a formação desse projeto agroecológico foi marcada pelo interesse em reunir ao redor de uma causa em comum, vários atores sociais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato no estado do Paraná. O projeto agroecológico revela como uma de suas maiores expressões a Jornada de Agroecologia, que a compreendemos como um espaço de formação pedagógica em termos político-social, cultural, econômico e ecológico que proporciona a recuperação, a elaboração e a troca de conhecimentos e de práticas entre camponeses e camponesas e entre diversos outros atores sociais comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná, criando uma aliança entre esses atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura. Assim, num primeiro item, recorremos e descrevemos as principais propostas e elaborações que foram responsáveis por conceber o projeto agroecológico. Num próximo item, retomamos e buscamos destacar as orientações político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas que estabeleceram suas bases, em que procuramos ressaltar o conteúdo do manifesto político, como também apresentar e analisar os principais símbolos que buscam expressá-lo. No terceiro item procuramos apontar e examinar os diferentes “momentos” que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia.

¹⁰⁶ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

4.1 DAS PROPOSTAS À ELABORAÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO

As primeiras propostas que abriram caminho para o projeto agroecológico e logo para a Jornada de Agroecologia ocorreram ainda no início do ano de 2001. Essas propostas foram impulsionadas pelo cenário político-social, econômico, ambiental e tecnológico internacional e nacional que predominava durante a década de 1990, que na agricultura estava marcado pelo crescimento do capital e consequentemente pela territorialização da agricultura capitalista, que evidentemente acabou contribuindo para acentuar a crise ambiental ao promover a crescente “desnaturalização” e “capitalização” da natureza, como pontua (Leff, 2004).

Dessa maneira, podemos destacar que o surgimento do projeto agroecológico, naquele momento, está associado a três principais etapas, como veremos. Segundo a Liderança Paraná B, a primeira etapa está relacionada ao interesse de uma equipe de técnicos e técnicas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Ponta Grossa,¹⁰⁷ – durante o mandato (2001-2004) do prefeito Péricles de Mello do Partido dos Trabalhadores (PT) – em estimular a agroecologia na comunidade rural de Itaiacoca, uma localidade que apresentava uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais naquele momento. Desse modo, houve o primeiro contato daquela equipe de técnicos e técnicas da Secretaria Municipal com a AS-PTA para que esta realizasse uma consultoria técnica indicando as possibilidades de estimular a agroecologia no município. Com isso, a Liderança Paraná B relata que teve início uma parceria entre esses dois atores institucionais visando elaborar uma política municipal de agroecologia, em que as primeiras medidas deveriam ser direcionadas para aquela comunidade rural. À medida que os trabalhos ao redor do estímulo à agroecologia estavam avançando no município, a Liderança nos revela que uma série de diálogos sobre a conjuntura da agroecologia no estado do Paraná iam aparecendo, em que o tema central era a necessidade de se ampliar as experiências agroecológicas do estado, bem como de colocar em diálogo aquelas que já possuíam uma trajetória (Informação verbal).¹⁰⁸ No trecho abaixo, a Liderança reproduz uma parte desse diálogo:

¹⁰⁷ Atualmente denominada como Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁰⁸ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

‘ – A gente tem um acúmulo incrível no Paraná né, mas, o que acontece nesse acúmulo? Ele é um acúmulo que não se unifica, que não se articula. É um conjunto de iniciativas que tem um forte impacto a nível local e regional, mas a gente nunca conseguiu no Paraná criar uma expressão unificada a nível estadual. Quem sabe vocês poderiam pensar a prefeitura ser um ponto de aglutinação de uma dinâmica de diálogo e debate das organizações’. E eles, como equipe, agarraram na hora né [sic] (Informação verbal).¹⁰⁹

Desse modo, nos parece necessário destacar, com base no que a Liderança acima mencionada relembra daquele período, início da década de 2000, que as experiências agroecológicas no estado do Paraná ainda eram escassas, localizadas e pouco estruturadas, embora mencione o valor que possuíam localmente. Nesse mesmo sentido, a Liderança Paraná A menciona que as experiências de “agricultura alternativa” – maneira como a Liderança descreve – eram, durante aquele período, pontuais e que, na maioria dos casos, estavam orientadas por um caráter técnico,¹¹⁰ ou seja, não possuíam um caráter popular e massivo (Informação verbal)¹¹¹ – ou uma perspectiva político-social que poderíamos indicar.

Para a Liderança Paraná B, o interesse em comum que possuíam aqueles atores sociais da Secretaria Municipal e da AS-PTA em promover a agroecologia no estado do Paraná, passou a ser um catalisador para lançar as bases de uma proposta que pudesse reunir e colocar em diálogo atores sociais comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato no estado, assim como para estimular o surgimento de experiências agroecológicas – nota-se que esse processo revela a sociologia das emergências proposta por Santos (2002), ao procurar ampliar as experiências sociais possíveis. Desse modo, quando revelado o intuito desses atores sociais, somado ao amplo apoio do governo municipal, tornou-se possível dar um novo passo no caminho do surgimento do projeto agroecológico: que representa a ampliação das parcerias. Nesse caminho, a Liderança acima citada nos indica que um novo ator entra em jogo e passou a ter um papel essencial: o PT do Paraná. O PT do Paraná uniu representantes de distintos organismos e movimentos sociais paranaenses ao redor de uma bandeira em comum: a agroecologia e o campesinato (Informação verbal).¹¹² Quanto ao PT do Paraná, a Liderança Paraná D relembra que naquele período já havia uma série de debates no seu interior sobre o contexto do avanço do capital na agricultura e as condições dos camponeses

¹⁰⁹ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹¹⁰ Luzzi (2007) menciona as duas experiências pioneiras de agricultura alternativa no país, ambas com origem na década de 1970 no interior de São Paulo: a primeira surge em 1972, em Botucatu, levada adiante por jovens europeus a partir da agricultura biodinâmica; a segunda surge em 1973, em Cotia, promovida pelo agrônomo formado no Japão, Yoshio Tsuzuki, a partir da agricultura orgânica.

¹¹¹ Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista.

¹¹² Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

e camponesas paranaenses. Processo que evidentemente se tornou decisivo para o envolvimento do PT nessa ambiciosa proposta de se criar um projeto agroecológico no estado do Paraná. Além disso, a Liderança recorda que as eleições municipais de 2000 também tiveram impacto sobre esse processo, quando um conjunto de candidatos e candidatas petistas se elegeram como prefeitos e prefeitas e começaram a indicar pessoas ligadas às demandas camponesas para comporem as secretarias municipais (Informação verbal).¹¹³

A Liderança Paraná B nos revela que com o envolvimento dos novos atores sociais com a proposta, tornou-se possível dar um terceiro passo no caminho do surgimento do projeto agroecológico: estabelecer um método de atuação. Desse modo, apresentam-se duas propostas: criar um evento acadêmico de agroecologia¹¹⁴ – assumindo assim uma perspectiva acadêmica sobre a agroecologia; e criar um projeto popular para reunir organismos sociais e movimentos sociais de base agroecológica estabelecidos no estado do Paraná (Informação verbal).¹¹⁵

Um processo que nos narrou a Liderança:

Foi estabelecido nessa reunião dois caminhos possíveis: aquele que era defendido pelo [...] para nós realizarmos no Paraná um congresso de agroecologia, um congresso acadêmico que priorizaria mais esse nível da elaboração da agroecologia; e eu que defendi a ideia de que nós deveríamos gerar um processo de articulação massiva do movimento camponês de base agroecológica. Aí é lógico que na Secretaria Agrária [do PT] todo mundo aderiu a essa proposta. Mas de qualquer maneira, a gente manteve [esboçar a proposta]. O [...] elaborou uma proposta do congresso e eu da Jornada de Agroecologia. Eu já propunha como Jornada de Agroecologia mesmo, para dar essa ideia de processo permanente e contínuo e que o encontro estadual seria um momento, não é como um congresso que é um evento. O que que aconteceu? Eles levaram [as propostas] para uma reunião do Diretório Estadual do PT que aconteceu em Londrina e apresentaram as duas, e a proposta da Jornada de Agroecologia venceu [sic] (Informação verbal).¹¹⁶

Para a Liderança Paraná C, naquele momento, havia um entendimento em comum de que a melhor proposta para unir os atores sociais comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná era estabelecer um projeto popular e massivo. Entendia-se que criar mais um evento acadêmico seria uma maneira de limitar a agroecologia somente para um conjunto determinado de atores sociais (Informação verbal).¹¹⁷ Abaixo podemos analisar o relato dessa Liderança sobre a necessidade de

¹¹³ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹¹⁴ Cabe recordar que na década de 1990 e início da década de 2000 foram realizados inúmeros congressos acadêmicos em torno do tema da agroecologia, como detalhado anteriormente.

¹¹⁵ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹¹⁶ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹¹⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

adotar esse caráter popular e massivo, em que destaca uma série de pontos para se pensar a agroecologia:

Ela tinha que ser a expressão de todas as forças de trabalhadores do campo. A Jornada de Agroecologia tinha que ser das diversas frações da classe camponesa, essa era a ideia. Desde o começo teve uma questão de princípio, que era muito importante. Na sua fase inicial, a Jornada de Agroecologia tinha um pouco o embate: A agroecologia é de quem? Quem tem que fazer a agroecologia? Tinha um debate: É possível fazer uma agroecologia massiva ou a agroecologia é de alguns produtores, de alguns agrônomos, de alguns sabidos, de alguns cientistas? Tinha esse debate que no fundo representava o período que vinha, porque tinha algumas experiências pontuais de agroecologia [sic] (Informação verbal).¹¹⁸

Ainda neste sentido, a Liderança acima citada indica que a agroecologia só se enraizaria se tomada como um movimento político-social e cultural e que tivessem em sua dianteira camponeses e camponesas, ou seja, que estes atores sociais fossem os e as protagonistas desse processo:

A Jornada de Agroecologia vem um pouco com essa filosofia: “– Não! Para gente derrotar a matriz transgênica das grandes empresas tem que ser uma ação massiva, tem que ser um fenômeno de massa, aderido pelos camponeses, camponeses diversos; camponeses da reforma agrária, familiar, todo mundo”. Tem que ser um movimento massivo, não pode ser um movimento de meia dúzia ou de alguns. Isso entrou no debate da Jornada de Agroecologia como uma questão central. No seu período histórico, esse foi o grande acerto, do ponto de vista de ter historicamente madurado, amadurecido e visualizado de que para enraizar uma matriz tem que ser parte do desejo, da vontade dos camponeses. Por que se não como você vai fazer a agroecologia? De certa forma isso foi muito positivo, no sentido de que a agroecologia só se enraizaria se fosse um movimento social, político, cultural, que essencialmente quem? Os agricultores. Eles que têm que ser os cientistas no sentido de praticar a agroecologia [sic] (Informação verbal).¹¹⁹

Com isso, podemos compreender que a proposta de se criar um projeto que fosse popular e massivo, que pudesse reunir e representar a diversidade de atores sociais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato no estado do Paraná, em que os camponeses e camponesas fossem os e as protagonistas, tornou-se a proposta responsável por impulsionar e dar início ao projeto agroecológico no modelo que nós conhecemos atualmente, que é expressado como Jornada de Agroecologia. Nota-se nesse caso que, ao colocar em destaque a diversidade, a proposta reconhece e coloca em prática a ecologia dos reconhecimentos, que é mencionada por Santos

¹¹⁸ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹¹⁹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

(2002), ou seja, coloca em questionamento e procura desconstruir a hierarquia social determinada pela racionalidade da modernidade-colonialidade.

Dessa maneira, é possível destacar que essas representam as principais etapas que antecederam o surgimento do projeto agroecológico e que marcaram as suas bases. No entanto, cabe reconhecer que, embora os passos descritos possam passar uma ideia de simplicidade e linearidade, sabemos das complexidades e disputas em torno desse processo. Com isso, em suma, nós podemos lembrar que esse processo esteve associado ao interesse da Secretaria Municipal de Ponta Grossa em promover a agroecologia no município em parceria com a AS-PTA; ampliação das parcerias para reunir atores sociais comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná; e o estabelecimento de um método de atuação para o projeto agroecológico. Cabe ainda destacar dois pontos que, para a Liderança Paraná B, foram essenciais: o amplo apoio da prefeitura municipal de Ponta Grossa para que fosse possível levar adiante a proposta do projeto agroecológico; e o caráter simbólico das primeiras edições da Jornada de Agroecologia, realizadas num território do projeto do agro-negócio, o Centro-Oriental paranaense (Informação verbal).¹²⁰

Finalmente, podemos considerar que essa é uma proposta pioneira e uma resposta político-social, cultural, econômica e ambiental à agricultura capitalista, em que catalisa as capacidades dos atores sociais historicamente silenciados de estabelecerem alternativas que possam garantir melhores condições para a reprodução da vida – social e biológica. Desse modo, devemos reconhecer que a proposta está diretamente relacionada às sociologias propostas por Boaventura Sousa Santos e a ecologia política, ao procurar recuperar e promover experiências sociais – em agroecologia – e também ao estimular um entendimento e tratamento da questão ambiental que valoriza a natureza.

4.2 MANIFESTO POLÍTICO E SÍMBOLOS: OS VALORES DO PROJETO AGROECOLÓGICO

Com as bases do projeto agroecológico estabelecidas, era necessário compor uma coordenação para realizar a primeira edição do que seria a Jornada de Agroecologia, a maior expressão do projeto agroecológico, e poder levá-lo adiante. Dessa maneira, a Liderança Paraná B nos relata que a primeira medida tomada pela coordenação recém-estabelecida foi elaborar

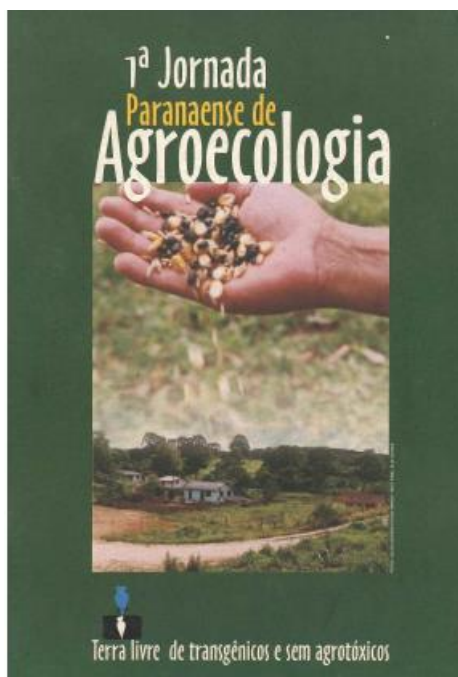
¹²⁰ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

um manifesto político com o objetivo de delimitar politicamente o projeto agroecológico e representar sua unidade e diversidade, como também dar publicidade para os seus objetivos (Informação verbal).¹²¹

O manifesto político foi publicado pela primeira vez na primeira edição do caderno da Jornada de Agroecologia, depois também publicado nos cadernos de outras edições. Os cadernos junto a uma mochila e também outros materiais – como canetas, bloco de anotações, camisetas – são dados para todas as pessoas presentes no evento. Podemos apontar que os cadernos cumprem com dois aspectos pedagógicos essenciais: político e técnico. Quanto ao político, apresentam-se conceitos e perspectivas que marcam uma oposição ao projeto do agronegócio – que, devemos reconhecer, tem levado ao desperdício de experiências sociais – e em detrimento da agroecologia e do campesinato. Quanto ao técnico, indicam-se um conjunto de procedimentos em torno do manejo agroecológico, que possui como objetivo promover práticas agrícolas ecológicas para os camponeses e camponesas e obviamente, para as pessoas interessadas. Abaixo podemos observar a capa do caderno da primeira edição da Jornada de Agroecologia que, naquele momento, ainda era denominada como Jornada Paranaense de Agroecologia. Essa denominação durou somente até a segunda edição, quando se constata que o evento passou a também receber camponeses, camponesas e simpatizantes dos demais estados do país e até mesmo de outros países latino-americanos e com isso, decide-se em alterar para Jornada de Agroecologia do Paraná – embora comumente seja chamada somente de Jornada de Agroecologia.

¹²¹ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

FIGURA 3 – CAPA DO CADERNO DA PRIMEIRA JORNADA PARANAENSE DE AGROECOLOGIA



Fonte: Adaptado de Jornada Paranaense de Agroecologia (2002)

Podemos compreender que o manifesto político revela a maneira como os e as protagonistas do projeto agroecológico entendiam a conjuntura político-social e ambiental daquele período. Nesse aspecto, é possível reconhecer dois principais pontos que se encontram presentes e estruturam o manifesto político: a oposição ao projeto do agronegócio, a valorização e promoção da agroecologia e o reconhecimento do campesinato. Ou seja, coloca em destaque as disputas entre dois projetos para a agricultura, evidentemente opostos. A oposição ao projeto do agronegócio está clara no manifesto político, principalmente quando busca questionar os interesses dos e das protagonistas da agricultura capitalista, a dinâmica que a sustenta e os impactos provocados por esse processo, colocando em destaque o crescente uso de maquinários pesados e de insumos químicos e como a territorialização da agricultura capitalista acentua as desigualdades sociais e econômicas nos espaços rurais brasileiros e o aumento da degradação ambiental, da contaminação dos alimentos e das pessoas. Além de colocar em destaque e questionar a agricultura capitalista, tem-se promovido a necessidade de se pensar e estimular outro saber-fazer agricultura no estado do Paraná, que esteja baseado em narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais que promovam uma justiça social e econômica, e a sustentabilidade ambiental. Dessa maneira, ao colocar em destaque essa necessidade, o manifesto político publicita internamente e também para a sociedade a perspectiva na qual está pautado o projeto agroecológico e que o orientará em seus processos de lutas e resistências

(Jornada Paranaense de Agroecologia, 2002). Assim, podemos considerar que o manifesto político procura revelar o objetivo do projeto agroecológico e o realiza tendo-o como um valor essencial a diversidade que, como apontamos anteriormente, vai ao encontro da ecologia dos reconhecimentos destacada por Santos (2002). Frente a isso, o trecho abaixo, retirado do manifesto político, revela esse pressuposto que passou a ser um dos pilares que sustentam o projeto agroecológico:

As entidades promotoras da primeira Jornada Paranaense de Agroecologia, em uma conjuntura marcada por premissas de intolerância e reducionismos, querem manifestar a diversidade como valor a ser promovido na busca por uma sociedade mais justa e solidária. Esta diversidade, que é celebrada em um meio ambiente equilibrado, deve ser conquistada através da inclusão e valorização da pessoa humana, da igualdade de oportunidades, da construção da cidadania, da busca da qualidade da vida para todos e todas, da democratização do acesso a terra, à renda, ao trabalho, aos bens de serviços, na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional, no fortalecimento da agricultura familiar e nas formas cooperadas e solidárias de produção e distribuição de riquezas. A implantação de políticas públicas voltadas ao interesse da maioria excluída econômica e socialmente, será o meio para garantirmos essa diversidade [...] (Jornada Paranaense de Agroecologia, 2002, p.3).

Finalmente, cabe indicar seus principais objetivos, que ao todo correspondem a 11. No entanto, nos parece necessário destacar e com isso reconhecer que, embora todos esses objetivos tenham sido elaborados no início da década de 2000, quando teve início o projeto agroecológico, a maioria das demandas apresentadas ainda continuam atuais e motivam os processos de lutas e resistências dos camponeses e camponesas e de todos aqueles atores sociais comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato.

QUADRO 8 – OBJETIVOS DO PROJETO AGROECOLÓGICO APRESENTADOS NO MANIFESTO POLÍTICO

Objetivos	
1ª	Articular em torno da proposta da agricultura familiar ecológica, as organizações e instituições do campo democrático popular comprometidas com a construção de um processo de desenvolvimento rural sustentável;
2ª	Estreitar as relações entre os processos de promoção da agricultura familiar ecológica em andamento no Paraná, fortalecendo-os a partir de suas dinâmicas locais e regionais;
3ª	Favorecer o intercâmbio técnico e político-organizativo entre as agricultoras e agricultores familiares e suas organizações;
4ª	Ampliar a capacidade de expressão política da agricultura familiar ecológica junto ao grande público rural e urbano paranaense e junto aos organismos estatais de caráter técnico, científico e de ensino, de pesquisa e extensão rural, de saúde e educação;
5ª	Intervir, de forma crítica e propositiva, na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e estímulo à produção e consumo de produtos agroecológicos;
6ª	Dinamizar a ação da sociedade civil pela manutenção do Brasil livre de transgênicos;
7ª	Coibir, através de legislação apropriada, o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos;
8ª	Contribuir na formação da consciência ecológica da população em geral e da ética na relação produtor-consumidor;
9ª	Apresentar a agricultura familiar ecológica como alternativa viável ao projeto neoliberal de desenvolvimento agrícola, valorizando sua vocação e capacidade insubstituível para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, do abastecimento alimentar da população brasileira e da geração de excedentes exportáveis;
10ª	Propiciar oportunidades de aproximação e organização entre agricultoras e agricultores e consumidores, com vistas ao desenvolvimento de vínculos de solidariedade e de sistemas socialmente justos de abastecimento alimentar;
11ª	Contribuir para a divulgação e efetivação do Projeto Fome Zero e similares, apresentando a agricultura familiar ecológica como um dos atores fundamentais para a produção de alimentos saudáveis.

Fonte: Adaptado de Jornada Paranaense de Agroecologia (2002)

Como é possível notar, do primeiro ao quarto objetivo há um elemento em comum que é o interesse em valorizar e promover a agroecologia e o campesinato no estado do Paraná por meio de uma contínua troca de conhecimentos e práticas ou em outras palavras: um diálogo de saberes; do quinto ao sétimo objetivo há o evidente direcionamento para a promoção de estratégias teóricas e práticas contra o projeto do agronegócio; enquanto do oitavo ao 11º objetivo, o direcionamento está orientado para a promoção de estratégias teóricas e práticas para a agroecologia. Assim, podemos considerar que tem sido delimitado pelo projeto agroecológico um conjunto de estratégias para se repensar a agricultura promovida nas recentes décadas, colocando em destaque dois projetos opostos.

Finalmente, retomando a trajetória do projeto agroecológico, nós podemos indicar que depois de elaborado e aprovado o manifesto político era necessário apresentá-lo para a sociedade, um modo de também marcar o lançamento do projeto agroecológico. Para o lançamento, a Liderança Paraná B nos menciona que se realizou um imenso encontro de agroecologia na comunidade rural de Itaiacoca, em Ponta Grossa – cabe lembrar que por conta dessa comunidade é que teve início uma proposta agroecológica no município, desdobrando no projeto agroecológico como descrito anteriormente – onde o lançamento representou um ato simbólico que contou com a presença de um conjunto de atores sociais associados às ONGs e movimentos sociais unidos para construir esse projeto agroecológico. Durante o ato foi destacado o compromisso com a valorização e promoção da agroecologia, com o reconhecimento do campesinato e com o próprio projeto agroecológico. Além disso, também houve o anúncio de que seria realizada a primeira edição de um pioneiro evento de agroecologia: a Jornada Paranaense de Agroecologia – depois do anúncio, cria-se um coletivo para tratar do evento, e que seria responsável por toda sua estrutura¹²², como veremos adiante (Informação verbal).¹²³

¹²² Quanto a esse coletivo a Liderança Paraná B destaca: “Aí a gente então define fazer o primeiro encontro, esse coletivo vai se reunido com uma certa periodicidade para construir a metodologia, o programa, os conferencistas. Esse coletivo aqui que vem se reunido em 2001 e ele passa a ter representantes, um ou dois de cada organização, que vai criar o que a gente nomina de coordenação da Jornada de Agroecologia. Esse grupo tem reuniões periódicas, depois do lançamento do manifesto, ele passa a ter reuniões mais ou menos mensais, para discutir o programa, a metodologia, o local, a formação das equipes, arrumar dinheiro, infraestrutura. O coletivo se reunia mesmo, eram reuniões todas em Ponta Grossa, porque aí o evento iria ser lá, a gente tinha que se deslocar lá onde fosse para ir para lá. Aí monta o programa, a mobilização social de cada organização, cada uma era responsável né, encher o ônibus de gente, arrumar semente, toda a atividade que iria ter na Jornada, cada um tinha as suas obrigações. As reuniões eram de dois dias cara – era muito legal os debates, as propostas vinham de um lado, vinham de outro, fazia trabalho de grupo, voltava, era um processo muito bonito de construção coletiva. Então, quando a gente realiza o primeiro encontro em Ponta Grossa em 2002, esse grupo se firma mais porque a gente reuniu muito mais gente do que esperava, tinha umas 4 mil pessoas, baita de um acampamento, enorme, enorme, lá em Ponta Grossa” [sic] (Informação Verbal, Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista).

¹²³ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

Além do já retratado manifesto político, desde o projeto agroecológico, também se estabeleceu uma série de símbolos de caráter permanente como modo de representá-lo. Podemos indicar dois símbolos relatados pelas lideranças como sendo essenciais para comunicar os entendimentos e valores associados e que passaram a compor todos os materiais do projeto agroecológico: identidade visual e lema. Quanto ao valor que possuem os símbolos, nós podemos recorrer a Stédile que relata para Fernandes, que em qualquer movimento social os símbolos possuem a capacidade de criar uma unidade entre os atores sociais e estabelecer uma identidade (Stédile; Fernandes, 2005). Frente a isso, quanto ao projeto agroecológico, a Liderança Paraná B nos destaca que a identidade visual é criada com o objetivo de promovê-lo num aspecto visual e assim, criar uma associação à imagem e, desse modo, nos descreve que a ideia que deu origem a atual identidade buscou manter uma relação com a natureza e com os símbolos do estado do Paraná (Informação verbal),¹²⁴ como podemos ver narrado no trecho abaixo:

A outra discussão importante é a simbologia. Para nós chegarmos nessa gralha aqui foi um negócio muito legal. Nós falamos: “– Ó, nós temos que criar um símbolo. Como é que nós vamos reportar simbolicamente?” Aí a gente começou as discussões na coordenação e aparece essa ideia: “– O Paraná tem o pinheiro e tem a gralha azul como símbolos. A gralha azul e o pinheiro são parte de um fenômeno ecológico importante”. E aí começa a discussão e vai, vai, e aí aprova, com a representação da araucária e a representação da gralha [sic] (Informação verbal).¹²⁵

Abaixo nós podemos visualizar a identidade visual criada para o projeto agroecológico que, como destaca a Liderança Paraná B, procurou representar um jogo de imagens com o intuito de criar um aspecto “contemporâneo”: “A gente falou: ‘– Vamos fazer um desenho mais estilizado, mais contemporâneo, em que a gralha a princípio você olha e vê um pinhão; e quando você olha o pinhão você vê a gralha’. Era para dar essa coisa mesmo do mutualismo que eles realizam na natureza” [sic] (Informação verbal).¹²⁶

¹²⁴ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹²⁵ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹²⁶ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

FIGURA 4 – IDENTIDADE VISUAL DO PROJETO AGROECOLÓGICO



Fonte: Adaptada de <https://jornadadeagroecologia.org.br>

Outro símbolo criado com o intuito de comunicar os entendimentos e valores associados ao projeto agroecológico foi o lema. Nesse caso, o interesse era criar e estabelecer um lema que pudesse ter capacidade de associar a oposição ao projeto do agronegócio com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato, como também de incluir a luta pelo acesso a terra, que é uma demanda histórica dos camponeses e camponesas. Somado a isso, a Liderança Paraná B nos comenta que no início da década de 2000, os debates sobre os transgênicos ainda estavam em seus primeiros passos – eram proeminentes os debates sobre os agrotóxicos –, mas já davam sinais e começavam a ter espaços nos debates sobre a questão ambiental. Frente a isso, nos indica que as lideranças do projeto agroecológico compreendiam ser necessário colocar em destaque e questionar essas duas tecnologias de maneira conjunta e recordar a complementariedade que possuem e assim, elabora-se o lema: “Jornada de Agroecologia: terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos” (Informação verbal).¹²⁷ Para a Liderança Paraná D, embora esse lema tenha sido criado há duas décadas, sempre manterá sua atualidade – tanto é que ainda continua presente –, contudo, relembra que naquele momento havia uma relutância de determinados atores sociais em compreender e aceitar o caráter político do projeto agroecológico, acima de tudo quanto à necessidade dos camponeses e camponesas terem acesso a terra, acentuando que sem a terra é impossível promover a agroecologia (Informação verbal).¹²⁸ Ponto também destacado pela Liderança Paraná A, ao mencionar que atualmente há um entendimento que a reforma agrária só se sustentaria se fosse combinada com a agroecologia (Informação verbal).¹²⁹

¹²⁷ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹²⁸ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹²⁹ Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista.

Ainda nesse sentido, cabe mencionar o relato da Liderança Paraná B, em que destaca que da primeira para a segunda edição da Jornada de Agroecologia um coletivo de atores sociais colocou como proposta criar um lema para cada uma das edições do evento, no entanto, a Liderança recorda que após essa proposta ser debatida se deliberou em manter aquele lema como um lema permanente do projeto agroecológico (Informação verbal).¹³⁰ Contudo, o que podemos notar é que foram criados outros lemas no decorrer desses 18 anos do projeto agroecológico, mas, sempre adotados de maneira complementar ao lema permanente. Como exemplo, podemos indicar que da terceira edição em diante também foi incluído o lema: “Construindo um projeto popular e soberano para a agricultura camponesa”, em que há uma busca por destacar também a necessidade de estimular um projeto popular, o que evidentemente o projeto agroecológico estimula desde a sua primeira edição, contudo, era preciso expressá-lo. Assim como, da sexta edição em diante quando se inclui o lema: “Cuidando da terra, cultivando biodiversidade e colhendo soberania alimentar”, nota-se que com esse lema o projeto agroecológico passou a dar destaque para outros elementos, como o cuidado com a terra, a biodiversidade e a soberania alimentar. Assim, é possível compreender que desde o projeto agroecológico se estabelece um conjunto de símbolos materiais e imateriais que representam e comunicam os valores associados, como sua unidade e o compromisso que possui com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato, de maneira que evidentemente também correspondem a uma série de representações e estímulos para as estratégias de lutas e resistências contra o projeto do agronegócio.

4.3 DINÂMICA E CARACTERÍSTICAS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA

Neste item indicamos e analisamos a dinâmica que sustenta em termos materiais e simbólicos os eventos anuais da Jornada de Agroecologia, ou seja, a estrutura que é comum a todas as edições. Dessa maneira, em cada subitem procuramos descrever e examinar um “momento” que constitui a dinâmica da Jornada de Agroecologia, a saber: marcha; conferências e seminários temáticos; oficinas agroecológicas; trocas de sementes crioulas; valorização das identidades e das expressões camponesas e ecológicas; feira; e elaboração da carta e ato político. Cabe destacar que, embora assinalemos esses momentos numa ordem, eles não ocorrem necessariamente nessa ordem ou em qualquer ordem durante os eventos, assim como também é necessário

¹³⁰ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

pontuar que cada um desses momentos possui uma temporalidade, ou seja, podem ocorrer durante toda a edição ou somente em horários estabelecidos, como veremos adiante. Nosso intuito em apresentar esses momentos dessa maneira é essencialmente didático, além de ir ao encontro com os relatos das lideranças. Também nos parece ser preciso esclarecer que todos esses momentos estão conectados com as denominadas místicas, que possuem a capacidade de recuperar memórias e sentimentos e com isso revelar os processos de lutas e resistências dos camponeses e camponesas num plano emocional, como nos acentua a Liderança Paraná B. Essa é uma prática adotada no projeto agroecológico como herança direta do MST, como revela a Liderança acima citada, que destaca: “Isso todo mundo sabe e reconhece, porque é o movimento que assimilou na sua funcionalidade, de sempre iniciar seus eventos pela mística” [sic] (Informação verbal).¹³¹

4.3.1 Marcha

Em termos práticos, podemos acentuar que a marcha possui um roteiro pré-estabelecido que procura ir de um ponto a outro do município que recebe a edição da Jornada de Agroecologia, terminando com um ato político. Cabe lembrar que a marcha é um método adotado pelo MST de maneira recorrente, como um modo de ação política do movimento, como é destacado por Christine Chaves (2000) – e vale lembrar que esse é um dos principais atores do projeto agroecológico.¹³² Frente a isso, é possível destacar que normalmente a marcha ocorre durante o primeiro dia do evento – como pudemos notar na pesquisa de campo – com intuito de anunciar o projeto agroecológico para a sociedade local. Esse momento coloca em questionamento os discursos dominantes estimulados desde a racionalidade da modernidade-colonialidade e em destaque um conjunto de elementos que são recorrentemente desconsiderados por tal racionalidade da modernidade-colonialidade, ajudando a dar visibilidade para os conhecimentos e práticas ocultas. Além disso, podemos reconhecer e acentuar que durante esse momento há um estímulo para a solidariedade, como também por reiterar a identidade coletiva dos atores sociais

¹³¹ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹³² Chaves (2000) descreve e analisa a Marcha Nacional do MST que ocorreu na década de 1990. Nesta direção, a autora indica que as marchas num primeiro momento possuíam uma associação religiosa, como as peregrinações e romarias. Porém, elas passaram a assumir também um caráter político ao longo dos anos, como uma manifestação de massa. Desta maneira, as propostas de chegada começaram a ser alteradas, dos santuários para espaços de poder nos centros das cidades ou para outras cidades, destaca a autora.

por meio de um conjunto de símbolos e causas em comuns que têm sido evidenciadas desde as demandas até os processos de lutas e resistências camponesas.

Com isso, é possível acentuar que a marcha corresponde a um ato político, em que um conjunto de atores sociais plurais comprometidos com uma sociedade justa em termos sociais e econômicos e também sustentável ambientalmente, colocam em questionamento e denunciam os discursos promovidos até os impactos provocados desde o projeto do agronegócio, como também reclamam por outro saber-fazer agricultura que esteja baseado na agroecologia. No trecho abaixo nós podemos ver revelado no relato da Liderança Paraná D esse caráter político que possui a marcha:

Você abre com uma manifestação de rua, porque a gente entende que o problema da agroecologia não se resolve só da porteira para dentro, ele tem um problema político. A disputa para construir esse projeto ela se dá no campo político, a sociedade tem que entender que os agricultores e agricultoras vão indo para a rua porque eles querem construir algo diferenciado, baseado na agroecologia [sic] (Informação verbal).¹³³

Frente a isso, podemos reconhecer esse momento como um ato político que é adotado durante as edições da Jornada de Agroecologia, um ato que está orientado para colocar em questionamento e denunciar o projeto do agronegócio, mas também para anunciar e aproximar o projeto agroecológico da sociedade local. Com isso, é possível assinalar que a marcha é uma maneira de chamar a atenção da comunidade local para os impactos provocados pelo projeto do agronegócio, bem como para a inadiável necessidade de se valorizar e promover a agroecologia e reconhecer o campesinato, o que acaba colocando em destaque as questões ambientais, sociais e rurais. Um processo que ocorre tanto pela quantidade de pessoas que marcham, como pelas características simbólicas representadas nos cantos entoados em coro, nas bandeiras tremulando, no uso de camisetas e bonés de um só tom e estampados com símbolos dos movimentos sociais que comunicam as bases do projeto agroecológico e ressaltam a identidade camponesa. No entanto, nos parece necessário apontar que nem sempre o projeto agroecológico foi bem recebido nos municípios que contaram com as edições da Jornada de Agroecologia, o que notoriamente tem um impacto direto sobre a marcha, por esta ocorrer nas vias públicas. Cascavel, que é um reconhecido polo de disputas entre os e as protagonistas desses projetos de agricultura opostos, representa um desses casos, como veremos adiante.

¹³³ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

Desse modo, podemos entender que esse momento revela, por meio de uma ação coletiva e pública – que ocorre no centro dos municípios que recebem a edição –, um conjunto de elementos que colocam em questionamento e denunciam o projeto do agronegócio enquanto um produtor de ausências, de maneira que também procura dar visibilidade aos conhecimentos e práticas ocultadas e aos processos de lutas e resistências dos camponeses e camponesas contra essa realidade, tendo a agroecologia como ponto central. Com isso, é preciso reconhecer o caráter simbólico que possui a marcha enquanto estratégia política para o projeto agroecológico – e evidentemente para os próprios camponeses e camponesas – ao procurar ressaltar suas bases para a sociedade local por meio de um conjunto de questionamentos, denúncias e anúncios realizados publicamente.

4.3.2 Conferências e seminários temáticos

O propósito desse momento está em revelar para os camponeses e camponesas, assim como a todas aquelas pessoas presentes nos eventos, estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados a partir do projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, além disso, também procura colocar em destaque o projeto agroecológico e um conjunto de temas relacionados à agroecologia e ao campesinato. Ao contrário dos demais momentos que veremos adiante, como oficinas agroecológicas ou ainda as trocas de sementes crioulas, esse momento conta com uma série de atividades que possui como protagonistas as lideranças dos movimentos sociais e do projeto agroecológico, intelectuais, professores e professoras e técnicos e técnicas de inúmeras áreas do conhecimento, muitos dos quais marcaram presença em inúmeras edições e que possuem notoriamente um comprometimento com a causa agroecológica e com os camponeses e camponesas. No entanto, por esse momento estar composto principalmente por esses protagonistas, devemos reconhecer que apresenta uma distinção com os demais processos de construção do conhecimento no interior do projeto agroecológico em que os e as protagonistas são os camponeses e camponesas, embora seja necessário esclarecer que todos esses conhecimentos possuem validade para o projeto agroecológico. Porém, nos parece preciso destacar que mesmo que as trocas de conhecimentos sejam necessárias e tenham validade, é necessário tomar cuidado com os domínios e hierarquias que as ciências e seus e suas protagonistas insistem em sustentar, mesmo os mais progressistas.

Assim, embora os atores sociais que participam desse momento sejam, na maioria dos casos, os mesmos dos outros momentos, os objetivos são distintos. Nesse sentido, podemos acentuar que esse momento conta com uma estrutura mais clássica no processo de construção do conhecimento, em que os atores sociais possuem mais uma condição de expectadores do que de interação. Nesse aspecto, convém destacar que os espaços onde ocorreram as conferências e seminários temáticos durante as edições foram muito parecidos, com um palco para apresentação das análises e cadeiras dispostas a sua frente. Porém, como nós veremos, essa realidade é alterada nas últimas edições com a ocupação de novos espaços, onde as conferências e seminários temáticos foram realizados também em teatros e universidade, num claro ato para decolonizar esses espaços.

Quanto ao momento em si, é possível assinalar que esse está composto por dois principais blocos temáticos – como nós pudemos notar com base nas programações. Contudo, cabe esclarecer que foram tratados distintos aspectos e temas que variaram de acordo com a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, como o contexto político-social de cada uma das 18 edições. No quadro abaixo podemos analisar os principais temas tratados nas conferências e seminários temáticos no decorrer desses anos:

QUADRO 9 – PRINCIPAIS TEMAS DAS CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Temas		
A. Familiar – Camponesa	Criminalização	Políticas Públicas
Agroecologia	Cuidado Meio Ambiente	Projeto Agronegócio
Agrotóxicos	Golpe – Democracia	Questão Ambiental
Alimentos	Direitos Sociais	Reforma Agrária
Análise Capital	Disputas e Lutas Terras	Saúde
Autonomia Camponesa	Educação	Segurança Alimentar
Biodiversidade	Gênero	Semente Crioula
Campo – Cidade	Comer. – Renda – E. Solidária	Soberania Alimentar
Ciência – Cultura	Juventude	Soberania Popular
Contaminação Alimentos	Lutas Camponesas	Solidariedade
Contaminação Genética	Mercantilização Natureza	Trabalho Escravo
Contaminação Humana	Mercantilização Sementes	Transgênicos
Contaminação Natureza	Orgânicos	
Crédito Rural	Organização Popular	

Fonte: Jornada de Agroecologia (2007a, 2008a, 2019a, 2009a, 2010a, 2011a, 2013a, 2014a, 2015a, 2016a, 2018a)

Desse modo, podemos notar que há, de um lado, uma procura por analisar a dinâmica e impactos provocados a partir do projeto do agronegócio e a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, em que se busca colocar em questionamento e denunciar um conjunto de aspectos promovidos pela agricultura capitalista e os discursos que os validam na sociedade; enquanto há, de outro lado, uma busca por recuperar e promover os conhecimentos e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas, baseadas na agroecologia, bem como colocar em destaque os processos de lutas e resistências dos camponeses e camponesas por melhores condições de vida nos espaços rurais, ressaltando a agroecologia e sua capacidade para estimular outro saber-fazer agricultura. Dessa maneira, podemos reconhecer a agroecologia como representação do pós-desenvolvimento, nos termos propostos por Escobar (2005a), ao procurar recuperar e promover um conjunto de conhecimentos e práticas que por si só denunciam a insustentabilidade do projeto do agronegócio, ao mesmo tempo que estimula alternativas a essa dinâmica capitalista da agricultura.

Embora nos pareça que seja evidente para todos e todas a presença de um bloco temático que retome temas ambientais e rurais num evento que tem no nome a agroecologia, devemos reconhecer que o primeiro bloco temático também possui um papel-chave para o projeto agroecológico, principalmente quando entendemos que é necessário compreender para então, poder contestar. Dessa maneira, a partir do nosso ponto de vista, um bloco temático que procura analisar a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio e a conjuntura político-

social, econômica e ambiental do país, possui capacidade de conceder um conjunto de elementos político-pedagógicos e epistemológicos que ajudam a entender o movimento do capital na agricultura, bem como o processo de territorialização do projeto do agronegócio e os impactos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais que esse processo provoca. Assim, o intuito em promover esse bloco temático nos parece claro, está associado ao interesse em conhecer e entender o projeto do agronegócio e como tem sido operado, ou como nos mencionou a Liderança Paraná C: conhecer o inimigo e, com isso, a Liderança acima citada ainda nos relata que o projeto agroecológico desde o seu início teve esse compromisso de estudar o capitalismo e seu movimento na agricultura (Informação verbal).¹³⁴ Ou seja, ao colocar em debate o capitalismo e o seu movimento na agricultura, é possível colocar em questionamento o projeto do agronegócio e os impactos que tem provocado, o que evidentemente acaba por também colocar em questionamento a racionalidade da modernidade-colonialidade que sustenta toda essa estrutura e assim, ajuda a promover as condições para descolonizar o conhecimento.

Dessa maneira, é possível destacar que os dois blocos – cada um de uma maneira – colocam em pauta aspectos que questionam a racionalidade dominante, concedendo aos atores sociais presentes um conjunto de análises que os estimulam a recorrer, a elaborar e a promover alternativas aos discursos e práticas impulsionadas pelo projeto do agronegócio, incentivando assim o que poderíamos entender como outra perspectiva de análise que coloca em destaque os conhecimentos e práticas de atores sociais silenciados e lançam as condições para realizar um giro decolonial (Maldonado-Torres, 2008). Frente a isso, podemos entender que esse momento possui um caráter político-pedagógico relevante, tendo capacidade de promover uma atividade epistemológica coletiva ao redor de interesses e propostas em comum.

4.3.3 Oficinas agroecológicas

Cabe indicar que, embora as oficinas agroecológicas tenham uma base teórica essencial, elas cumprem predominantemente com um papel prático em que buscam recuperar e promover um conjunto de conhecimentos e práticas agroecológicas e camponesas. Com isso, podemos destacar que nesse momento há um processo recorrente de trocas de saberes, que ocorre entre todas aquelas pessoas que ali se encontram presentes, que colaboram e ajudam a criar um conhecimento coletivo. Dessa maneira, podemos reconhecer que nesse momento é revelada a

¹³⁴ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

ecologia dos saberes, proposta por Santos (2002), que além de revelar um conjunto de saberes, também destaca que todos esses saberes possuem validade. No entanto, além disso também é possível destacar que, nesse caso, opera diretamente o trabalho de tradução, ao buscar colocar em contato distintos conhecimentos e práticas que acabam se enriquecendo mutuamente (Santos, 2002). Nesse aspecto, podemos mencionar a Liderança Paraná C, que relembra que nas primeiras edições teve início uma proposta de estimular os camponeses e camponesas a relatarem os conhecimentos e práticas, como também os tipos de insumos, de equipamentos e dos demais elementos que eram usados em suas comunidades rurais, um modo de estimular as trocas de saberes entre camponeses e camponesas, que atualmente já está assimilada (Informação verbal).¹³⁵

Para destacar o método adotado durante esse momento, retomamos aos pressupostos de Ander-Egg (1994). Inicialmente, podemos indicar que tem sido estimulado um sistema de ensino-aprendizado coletivo que estabelece um conjunto de elementos que possui capacidade de promover a criatividade e também a pesquisa. Contudo, cabe esclarecer que esse é um processo que varia mediante as propostas apresentadas em cada uma das atividades. Assim, quanto a esse método de ensino-aprendizado, o autor citado destaca oito principais pontos:

¹³⁵ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

- Um processo de aprender-fazendo, em que os conhecimentos são adquiridos com as práticas concretas, isto é, promove a prática como modo de aprendizado;
- Uma metodologia participativa, em que há uma necessidade do envolvimento ativo de todos e todas nas atividades, num sentido de cooperação, ao contrário da ideia de competição;
- Uma pedagogia da contestação, em que o conhecimento é adquirido a partir das respostas às perguntas, havendo um incentivo para criar perguntas;
- Um trabalho que tende à interdisciplinaridade como uma intenção de assumir perspectivas distintas para compreender a realidade;¹³⁶
- A relação docente e estudante está estabelecida desde trabalhos comuns, isto é, tanto docentes como estudantes são protagonistas, buscando superar as hierarquias e competições;
- O caráter globalizante e integrador das práticas, procurando criar condições para ensinar e aprender e assim, superar as dicotomias dos ensinamentos tradicionais;
- Implica em um trabalho coletivo, com o uso de técnicas adequadas para alcançar os objetivos propostos;
- Possibilita unir a docência com a pesquisa e a prática em somente um processo (Ander-Egg, 1994).

Com base nesses pontos podemos destacar que esse é um método de aprender-fazendo coletivo e participativo que está apoiado em práticas concretas disseminadas para um conjunto de atores sociais plurais. Considerando isso, é possível reconhecer que esse método tem sido adotado no projeto agroecológico – assim como por inúmeras iniciativas em todo o continente latino-americano, como a chamada *campesino a campesino* –¹³⁷ como um modo de romper com conhecimentos e práticas dominantes da racionalidade da modernidade-colonialidade e recuperar e promover aqueles conhecimentos e práticas ocultadas por tal racionalidade, ou seja, encontra-se operando a sociologia das ausências e emergências. Assim, tornou-se possível dar um passo adiante e ir além dos elementos político-pedagógicos concedidos durante as conferências

¹³⁶ Ander-Egg (1994) destaca que a noção de interdisciplinaridade é usualmente adotada na promoção das oficinas, porém, menciona que na realidade o que é feito é um trabalho multidisciplinar e interprofissional.

¹³⁷ Vale destacar o movimento “campesino a campesino” que tem início na América Central, como um movimento camponês de resistência sustentado em princípios agroecológicos e centrado na promoção de práticas pedagógicas de educação popular, orientadas pelos próprios camponeses e camponesas (Holt-Giménez, 2008).

e seminários temáticos – que reconhecemos o valor – ao estabelecerem as condições para estimular um conjunto de aspectos em termos epistemológicos e práticos sobre o saber-fazer agroecológico. Nesse sentido, podemos mencionar a Liderança Paraná C, que nos revela:

Para não ficar só naquela conferência pesada ou ao contrário: uma boa oficina, mas daí é muito técnico. [...]. Porque daí a base teórica, duas, três grandes falas já supre e aqui vira uma gasolina interna. É por isso que nós dedicamos um dia inteiro, um dia inteiro só para visitar as comunidades, porque depois estabelece um intercâmbio permanente né e cria dinâmica entre eles [sic] (Informação verbal).¹³⁸

Essa capacidade e necessidade de ir além dos elementos político-pedagógicos concedidos durante as conferências e seminários temáticos também é destacado pela Liderança Paraná D, que nos menciona que, caso contrário, os camponeses e camponesas acabariam abandonando os eventos e até mesmo o projeto agroecológico. Se esse abandono acontecer, acentua que há uma ampla possibilidade desses atores sociais acessarem ou retornarem ao pacote tecnológico dominante promovido pelo projeto do agronegócio, ou ainda, para aqueles e aquelas que continuam adotando esse pacote, o desinteresse em superá-lo (Informação verbal).¹³⁹ Frente a isso, é possível esclarecer que as oficinas agroecológicas também têm um papel-chave em termos político-pedagógicos para decolonizar o conhecimento, pois, têm capacidade de recuperar conhecimentos e práticas ocultadas pela racionalidade da modernidade-colonialidade e promovê-las, e evidentemente estimular para que novos conhecimentos e práticas possam ser criadas, ou seja, esse momento cria uma série de possibilidades para que camponeses e camponesas mantenham ou ainda adquiram interesses pela agroecologia. Como desdobramento é necessário reconhecer que esses conhecimentos e práticas têm sido replicados nas comunidades rurais do estado do Paraná onde vivem esses atores sociais, ajudando a valorizar e promover a agroecologia enquanto uma alternativa ao projeto do agronegócio. Contudo, cabe mencionar que muitos dos camponeses e camponesas no estado do Paraná continuam respondendo aos discursos e domínios da racionalidade da modernidade-colonialidade ao adotarem as bases tecnológicas e agronômicas promovidas pelo projeto do agronegócio, como nos revelam os dados IBGE (2019a). Podemos compreender que esse processo ocorre por um conjunto de elementos, em que se destacam a relativa simplicidade de acessar e operar as tecnologias e métodos agronômicos associados à agricultura capitalista e mercados já estabelecidos, mesmo que esses atores

¹³⁸ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹³⁹ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

sociais saibam dos riscos e impactos associados, como pudemos apreciar nos relatos dos camponeses e camponesas durante a pesquisa de campo. Dessa maneira, embora destaquemos que a Jornada de Agroecologia promova um espaço político-pedagógico para camponeses e camponesas, é necessário que o poder público faça mais pela agroecologia e pelo campesinato, para que os camponeses e camponesas possam adotar e manter as práticas agroecológicas, uma demanda que está pontuada na maioria das cartas políticas apresentadas às autoridades.

Desse modo, reconhecendo o valor desse momento para o projeto agroecológico e principalmente para os camponeses e camponesas, ele passou a receber maior destaque edição após edição. Assim, podemos assinalar que durante a quinta edição em Cascavel esse destaque estava claro, quando as atividades foram ampliadas para mais de 50 oficinais, contando com melhores locais, novos atores sociais e saberes (Terra de Direitos, 2006). No entanto, um dos aprimoramentos mais destacados que ocorreu durante esses 18 anos, foi durante a primeira edição da Lapa em 2016, quando as atividades foram realizadas nas comunidades rurais dos camponeses e camponesas – lembrando que no município da Lapa está localizado o Assentamento Contestado e no interior do assentamento, a Escola Latino-americana de Agroecologia – ajudando a aumentar o contato e as trocas de saberes entre camponeses e camponesas e entre estes e os denominados *oficineiros* e *oficineiras*, ou seja, técnicos e técnicas ou os próprios camponeses e camponesas. Segundo a Liderança Paraná C, ao receberem e promoverem as oficinas agroecológicas, as comunidades rurais, além de vivenciarem dias de trocas de saberes e de práticas, como é revelado no trecho abaixo, também colaboraram para que o projeto agroecológico possa dar um “salto metodológico” (Informação verbal).¹⁴⁰

Aplicamos esse método na última Jornada de Agroecologia e foram 30 ônibus, você imagina 30 ônibus com pessoas que passaram um dia de campo conhecendo um conjunto de experiências diferentes, é uma riqueza que vira um dia de intercâmbio. Foi muito bonito, muitas trocas nas comunidades, e ficou um dia de convívio com essa experiência aqui (Informação verbal).¹⁴¹

Para a Liderança Paraná C, esse é um momento que é sempre muito disputado pelos camponeses e camponesas, por saberem que por meio dele é possível acessar um conjunto de conhecimentos e práticas e assim, nos destaca que há um anseio por esse momento por ser uma atividade em que é possível dar e receber, e vai além ao nos indicar que troca é o melhor método para poder aprender, comentando: “Na dúvida vai conversar com quem já praticou para te dar

¹⁴⁰ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹⁴¹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

os elementos: ‘– ó, aqui deu certo, aqui errado, pode ser assim...’ [...]” [sic] (Informação verbal).¹⁴² Nesse relato, nos parece evidente o papel que desempenha esse momento para o projeto agroecológico e principalmente para os camponeses e camponesas, em que podemos considerar que concede elementos, a partir do saber-fazer agroecológico, que ajudam a estimular o giro decolonial e a promover a justiça social e econômica, como também a sustentabilidade ambiental.

No quadro abaixo indicamos os principais temas das oficinas agroecológicas realizadas na primeira edição de Curitiba – cabe mencionar que em cada edição foram realizadas dezenas de oficinas agroecológicas e pontuar a todas vai além da proposta desta tese. Com base no quadro, podemos notar a diversidade de temas que foram trabalhados e que compreendem desde a aquaponia até o uso sustentável do bambu, desse modo, é possível reconhecer que foram promovidas uma série de conhecimentos, de métodos e de práticas de manejo e de produção para os camponeses e camponesas, como também foram avaliadas e destacadas a qualidade desses processos e caminhos para a venda dos produtos.

QUADRO 10 – PRINCIPAIS TEMAS DAS OFICINAS AGROECOLÓGICAS DA PRIMEIRA EDIÇÃO DE CURITIBA

Temas		
Aquaponia	Meliponicultura	Produção – Leite
Avaliação – Solo	Minhocultura	Produção – Cidades
Bioenergia	Olericultura	Sementes Crioulas
Bioinsumos	Plantas Medicinais	Sistema Irrigação – Hortaliças
Comercialização Solidária	Plantas Não Convencionais	Sistemas Agroflorestais
Enxertia	Plantio Direto	Uso Sustentável – Bambu
Fruticultura	Políticas Públicas	
Homeopatia	Produção – Animal	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2018b)

Desse modo, podemos reconhecer que as oficinas agroecológicas possuem um papel essencial ao estimular para que sejam recuperados, criados e promovidos conhecimentos e práticas agroecológicas e camponesas por meio de um recorrente diálogo de saberes. Com isso, é possível destacar que esse momento tem colaborado para colocar em questionamento o projeto do agronegócio e os seus dispositivos de controles, em que podemos considerar que operam as

¹⁴² Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

ecologias de contestações propostas por Santos (2002), dando acesso aos camponeses e camponesas a conhecimentos e práticas outras que estimula um conjunto de mudanças em termos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais no campo da agricultura.

4.3.4 Valorização das identidades e expressões camponesas e ecológicas

O primeiro ponto que devemos considerar é que os espaços rurais correspondem a espaços de vida para muitos camponeses e camponesas (Wanderley, 2009). Dessa maneira, para Brandenburg (2010), é preciso reconhecê-los como espaços de reproduções sociais e culturais, onde se encontram presentes um conjunto de identidades e expressões camponesas – ruralidades –, como também outros entendimentos e tratamentos da natureza, que é reconhecida pelos camponeses e camponesas como uma aliada por condicionar os meios para promover a reprodução de suas vidas e assim, há uma constante busca por acompanhá-la. Frente a isso, é necessário retirar da centralidade os pressupostos capitalistas que consideram que os espaços rurais representam somente espaços de produção econômica. Nesse caso, é possível destacar que aqueles e aquelas que reconhecem os espaços rurais somente dessa maneira, acabam reproduzindo os discursos e práticas dominantes impulsionadas desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, que condiciona a um intenso desperdício de experiências sociais, como sinaliza Santos (2002).

Quanto ao projeto agroecológico, podemos destacar esse momento como aquele em que há uma busca por recuperar, valorizar e promover um conjunto de memórias, costumes, tradições, saberes e patrimônios culturais dos camponeses e camponesas em termos materiais e simbólicos. Frente a isso, a Liderança Paraná C nos relata que a dimensão cultural começou a ter maior destaque nas edições quando houve um reconhecimento de que o projeto agroecológico também deveria ser um projeto cultural e com isso, aos poucos, as identidades e expressões camponesas e ecológicas passaram a ser representadas desde as práticas cotidianas até aos costumes alimentares camponeses, e que podem ser notadas em distintos ambientes e por meio das decorações (Informação verbal).¹⁴³

Posto isso, neste item destacamos três principais expressões que ajudam a compor a dinâmica das edições e que buscam recuperar, valorizar e promover as identidades e expressões camponesas e ecológicas: as apresentações culturais, as místicas e o Túnel do Tempo.

¹⁴³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

As apresentações culturais possuem um espaço bem demarcado na trajetória do projeto agroecológico e nas edições anuais da Jornada de Agroecologia, em que procuram recuperar e colocar em destaque as identidades e expressões camponesas e ecológicas por meio de memórias, costumes, tradições, saberes, etc. Cabe destacar que essas identidades e expressões têm sido recorrentemente pressionadas e também ocultadas pela racionalidade da modernidade-colonialidade, mas em muitos casos continuam resistindo dia a dia. Assim, nos parece essencial relembrar o papel-chave que possui a cultura na tarefa de estimular e revelar os sentimentos e emoções e, no caso do projeto agroecológico, para também fomentar a defesa e reconhecimento das identidades e expressões camponesas e ecológicas, acentuando que os camponeses e camponesas são atores sociais produtores de cultura e conhecimento. Podemos indicar que as apresentações culturais – que ocorrem nos mesmos palcos das conferências e seminários temáticos – variam de acordo com os eventos, contudo, normalmente ocorrem, em sua maioria, durante o período da noite. Em termos práticos representam um conjunto de atividades que comumente são promovidas pelos próprios camponeses e camponesas, com destaque para a música, dança, teatro e poemas, que além de proporcionarem lazer e interação para os camponeses e camponesas e para todas aquelas pessoas presentes no evento, independentemente da idade, também são atos de resistência contra a ocultação das identidades e expressões camponesas e ecológicas pela racionalidade modernidade-colonialidade. Cabe destacar que as edições de Curitiba – como veremos adiante – abriram caminho e estabeleceram um novo enfoque para as apresentações culturais com a colaboração de artistas consolidados fora dos espaços rurais – dos quais muitos e muitas possuem reconhecimento em nível nacional, e levantam a bandeira da agroecologia e do campesinato – promovendo um novo canal de comunicação e intercâmbio do projeto agroecológico com o público da cidade. Finalmente, um ponto que nos parece essencial recordar é que durante essas duas edições de Curitiba, os camponeses e camponesas ocuparam espaços tradicionais da cultura elitista, como é o caso dos teatros, onde se pôde realizar inúmeras apresentações, Teatro Guaíra e no Teatro da Reitoria, num claro ato que representa o descolonizar os espaços.

Quanto à mística, podemos compreender que normalmente está associada ao aspecto espiritual, contudo, desde outras perspectivas também tem recebido outras interpretações como, por exemplo, uma prática social e cultural da luta política, com uma busca por revelar expressões e valores sociais e culturais, como acentua Bogo (2012). Este autor destaca que os movimentos sociais passaram a compreender que a luta política também está vinculada com o plano emocional e que assim a política se recria como arte e a arte passa a ter um compromisso político – além de evidentemente estar relacionada aos modos de ver e viver o mundo. Com isso, para

o autor citado, a mística passa a dar ânimo para todos aqueles e aquelas que lutam, como também sustenta a solidariedade; caso contrário, sem a mística, indica que os processos de luta passam a ser ainda mais complicados.

A Liderança Paraná B nos relembra o valor que possui a mística para os camponeses e camponesas do projeto agroecológico. Assim, relata que a partir dessa prática social e cultural da luta política é possível recuperar as memórias e sentimentos camponeses, além de traduzir os contextos das lutas, das vitórias e também das derrotas desses atores sociais para um plano emocional (Informação verbal),¹⁴⁴ como podemos ver revelado no trecho abaixo:

Você pela mística atrai a força da individualidade de cada um ali, naquele processo que é coletivo, você reforça pela mística a vitalidade da coletividade, as pessoas se enxergam nela porque ela emociona profundamente e isso foi absorvido e é permanente em todas as Jornadas de Agroecologia [sic] (Informação verbal).¹⁴⁵

A Liderança citada nos descreve ainda que a mística no projeto agroecológico está diretamente associada aos distintos momentos e atividades promovidas durante os eventos da Jornada de Agroecologia e desse modo, nos relata a mística que ocorre ao redor das conferências e seminários temáticos (Informação verbal),¹⁴⁶ que podemos analisar abaixo:

O que dá o horizonte da mística de cada dia é o bloco das conferências, entende? Então, no primeiro dia como é o bloco de análise da conjuntura do capital, a primeira mística sempre vai mostrar esse confronto, entende? E aí a segunda mística o tema foco é a agroecologia. O segundo dia já é mostrando o nosso projeto, como é que a gente fala né. Assim é como que a gente traz pela mística o acúmulo da agroecologia nas várias dimensões, aí no último dia, no sábado, tem a mística para sensibilizar os políticos né, que é para dar o recado também pra eles através da nossa expressão mais subjetivada da mística e que pega os cara, a gente percebe na hora, eles também entram num estado de comoção assim né [sic] (Informação verbal).¹⁴⁷

Com isso, é possível reconhecer que por meio das místicas apresentadas durante os eventos da Jornada de Agroecologia, os camponeses e camponesas revelam um retrato de seus espaços rurais destacando as identidades e expressões camponesas e ecológicas. Atividades que possuem a capacidade de comover as pessoas presentes, inclusive os políticos, como nos destaca a Liderança Paraná B (Informação verbal).¹⁴⁸

¹⁴⁴ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁴⁵ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁴⁶ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁴⁷ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁴⁸ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

FIGURA 5 – MÍSTICA DE ABERTURA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA



Fonte: O autor (2019)

O Túnel do Tempo também cumpre com a função de recuperar, valorizar e promover as identidades e expressões camponesas e ecológicas ao narrar as trajetórias dos processos de lutas e resistências camponesas. Compreendemos que essa atividade é uma verdadeira imersão nessas identidades e expressões camponesas e ecológicas, que se dá por meio de distintos elementos que formam um cenário decorado com fotos, sementes, ferramentas, maquetes, etc., e apresentações narradas e comentadas pela juventude camponesa, que é a responsável por essa atividade, o que acaba estimulando interações e trocas entre estudantes e as pessoas que percorrem o Túnel do Tempo.

Com base nos relatos das lideranças, nas programações e também na pesquisa de campo, podemos indicar que o túnel do tempo aparece como uma novidade em Cascavel, na sua última edição. Embora essa ideia tenha aparecido anos antes com a visita de estudantes, professores e professoras de São João do Triunfo, no estado do Paraná, na 1ª edição da Jornada de Agroecologia, como é mencionado por Ernst (2015), que destaca que naquela edição havia um cenário que representava processos de lutas e resistências camponesas, o que estimulou a criação da iniciativa do Túnel do Tempo para contar a história do município e sua relação com a agricultura, até que posteriormente foi levada para a Jornada de Agroecologia como uma proposta pedagógica para narrar a história da agricultura pela juventude, destacando a agroecologia e os processos de lutas e resistências camponesas.

Com isso, podemos marcar que há o envolvimento direto da juventude camponesa – de distintas escolaridades –, ao ser a responsável por promover essa atividade pedagógica e coletiva de educação popular que requer comprometimento por compreender desde a pesquisa até a apresentação durante os eventos, ou seja, uma preparação que dura meses. Em termos estruturais, podemos apontar que o Túnel do Tempo é montado em uma enorme tenda, num local predeterminado, no espaço do evento da Jornada de Agroecologia. O interior da tenda é separado em espaços compostos por temas ou períodos distintos que procuram revelar e colocar em questionamento a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, como a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país e contá-los a partir de outras perspectivas. São processos narrados e comentados pela juventude camponesa ali presente, que nesse caso passa a ser produtora e reprodutora de conhecimento. Nota-se que o Túnel do Tempo, enquanto uma atividade pedagógica e coletiva de educação popular, coloca em prática distintas ecologias propostas por Santos (2002) ao colocar em questionamento as lógicas de produção de ausências promovidas pela racionalidade da modernidade-colonialidade.

Assim, podemos destacar que essas atividades estimuladas a partir do projeto agroecológico e que têm sido reveladas durante as edições da Jornada de Agroecologia, possibilitam recuperar, valorizar e promover um plano cultural com memórias, costumes, tradições, saberes e patrimônios em termos materiais e simbólicos associados às identidades e expressões camponesas e ecológicas, o que tem colocado em questionamento a racionalidade da modernidade-colonialidade.

4.3.5 Feira

A feira está presente desde o início do projeto agroecológico, mas passou a ter mais destaque com o passar das edições. Todavia, foi nas mais recentes, na capital do estado do Paraná, o seu momento de maior notoriedade – como veremos adiante no item sobre as edições de Curitiba. Esse processo ocorreu porque ela passou a ser compreendida como um espaço social e econômico de venda de produtos e alimentos agroecológicos e de troca de saberes com a população da cidade, além de ser um espaço de apresentação da proposta do projeto agroecológico. Em Curitiba a feira teve uma área exclusiva destinada para a alimentação, denominada como Culinária da Terra, onde era possível consumir uma ampla variedade de comidas típicas do estado do Paraná. Cabe apontar que a feira naquelas duas edições na capital paranaense ocorreu no centro da cidade, aumentando a circulação e interação das pessoas, o que ajudou a chamar a atenção para a feira e para os produtos e alimentos agroecológicos ali vendidos, como também para a proposta do projeto agroecológico.

FIGURA 6 – FEIRA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA



Fonte: O autor (2019)

Podemos destacar que a feira proporciona um conjunto de elementos que favorecem os camponeses e camponesas, como também os consumidores e consumidoras das cidades. Um ponto essencial que é necessário assinalar é que ela estimula o comércio solidário, justo em termos sociais e econômicos, e sustentável ambientalmente, com a venda de produtos e alimentos agroecológicos in natura e minimamente processados. Esses produtos e alimentos agroecológicos são produzidos e comercializados pelos próprios camponeses e camponesas e com isso,

poderíamos pontuar que os consumidores e consumidoras comprem produtos e alimentos agroecológicos que levam as identidades e expressões camponesas e ecológicas, ou seja, a essência desses atores sociais somado ao cuidado com a natureza e com a vida.

Dessa maneira, a feira acaba promovendo os denominados circuitos curtos e a venda direta, aproximando produtores e produtoras com consumidores e consumidoras – ao contrário daquelas tradicionais vendas indiretas promovidas pelas redes de mercados multinacionais. Para os camponeses e camponesas, a venda direta é um canal essencial de comercialização que permite excluir os possíveis intermediários e desse modo ajuda a aumentar o lucro; já para os consumidores e consumidoras, permite o acesso a alimentos agroecológicos das estações, locais, justos em termos sociais e econômicos e, sustentáveis ambientalmente, além de ter conhecimento sobre suas procedências.¹⁴⁹

Com isso, a feira ajuda a colocar em debate na sociedade a necessidade de repensar o atual modelo dominante de produção e consumo de alimentos, o sistema agroalimentar contemporâneo orientado desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, colocando em prática a ecologia da produtividade, indicada por Santos (2002), que além de questionar o modelo de produção capitalista, procura revelar o valor dos sistemas alternativos de produção, como é o caso dos produtos e alimentos agroecológicos e assim, a agroecologia passa a ser tomada e reconhecida como uma alternativa ao projeto do agronegócio e à racionalidade da modernidade-colonialidade. Além disso, acaba chamando atenção para a necessidade de criar mecanismos, como políticas públicas, para defender a segurança alimentar e nutricional e promover a soberania alimentar dos povos, assim como para valorizar e reconhecer os campesinatos e suas identidades e expressões.

¹⁴⁹ Cabe destacar que, embora esteja colocada a necessidade de se promover um espaço que seja totalmente agroecológico, há uma série de barreiras nesse aspecto e uma mínima quantidade de produtos e alimentos acabam não cumprindo com esta necessidade, o que estabelece um impasse na promoção de uma feira completamente agroecológica, mas que não retira o seu valor. Podemos ressaltar que os principais motivos estão relacionados à disponibilidade e ao acesso a determinados alimentos que sejam agroecológicos para a elaboração de comidas vendidas na culinária da terra por exemplo; como também, ao fato de que muitos camponeses e camponesas ainda se encontram num processo de transição agroecológica e excluí-los não é uma opção, de modo que há o entendimento de que abrir espaço para aqueles camponeses e camponesas que não produzem de maneira agroecológica também possui um caráter pedagógico.

4.3.6 Trocas de sementes crioulas

Esse momento tem um caráter simbólico para os camponeses e camponesas, devido ao fato das sementes crioulas estarem diretamente associadas com a reprodução da vida – social e biológica – para esses atores sociais e dessa maneira, as reconhecem como um bem material em que, por meio delas, é possível produzir uma diversidade de alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional e conquistar a soberania alimentar, de maneira que as sementes crioulas também representam as memórias, os saberes, os cuidados, os trabalhos, entre outros elementos. Em outras palavras, podemos destacá-las como aquelas sementes melhoradas por meio de um conjunto de conhecimentos e técnicas de selecionamentos criadas e aprimoradas pelos camponeses e camponesas com o tempo, representando o encontro da seleção natural com a seleção social (Petersen, 2007). Desse modo, devemos reconhecer os valores associados às sementes crioulas para os camponeses e camponesas que incluem aspectos político-sociais, culturais e ecológicos que possibilitam a manutenção e a reprodução da vida – social e biológica – desses atores sociais.

Assim como, devemos relembrar que as sementes crioulas possuem um alto valor genético, que é essencial para manter a biodiversidade. Nesta direção, Altieri e Nicholls (2003) acentuam que as distintas práticas agrícolas camponesas e indígenas promovem e estabelecem grande variedade genética devido aos cuidados que esses atores sociais possuem com essas sementes e, assim, esclarecem que naqueles espaços rurais com maior número de camponeses e camponesas ou indígenas há também maior biodiversidade – estabelecendo os denominados abrigos genéticos. Ao mesmo tempo que, por possuírem uma alta diversidade genética, as sementes crioulas oferecem para os camponeses e camponesas maior adaptação às distintas condições naturais, como maior segurança contra as intempéries¹⁵⁰ (Altieri; Nicholls, 2003).

Nesse aspecto, ainda nos cabe ressaltar que por conta da grande variedade genética que possuem as sementes crioulas, há uma recorrente tentativa por suas apropriações, ou seja, uma biopirataria, que revela a colonialidade da natureza (Alimonda, 2011). Essa é uma prática cada vez mais comum que tem sido levada adiante por uma parcela dos e das protagonistas da racionalidade da modernidade-colonialidade que, após a apropriação, criam novos produtos em

¹⁵⁰ Bartra (2014), neste sentido, relembra: “Porque la liberación de semillas genéticamente transformadas es potencial causa de pérdida de germoplasma pues de haber se lección positiva a favor de la transgénica en competencia con una criolla se irán perdiendo razas, cada una adaptada a condiciones específicas, y con ello se erosionarán de modo irreversible los recursos genéticos con que contamos para enfrentar sustentablemente futuros retos agrotecnológicos” (2014, p.139).

laboratórios e buscam protegê-los por meio de direitos de propriedade intelectual, como apontam Altieri e Nicholls (2003), ou seja, acabam por privatizar as sementes e a vida.¹⁵¹ Ao contrário das sementes crioulas que se encontram diretamente relacionadas à reprodução da vida – social e biológica –, as sementes transgênicas criadas em laboratórios por empresas multinacionais têm como escopo aumentar os rendimentos produtivos na agricultura e, desse modo, os rendimentos econômicos dos produtores e produtoras que adotam essa tecnologia e, evidentemente, os lucros das empresas capitalistas detentoras dos direitos sobre esses produtos, colocando a reprodução da vida – social e biológica – sobre o controle e proveito do capital. Cabe pontuar ainda que as sementes transgênicas compõem um sistema que promove uma dieta alimentar mundial padronizada – com alimentos processados – conduzindo inúmeras pessoas a uma situação de insegurança alimentar.

De outro modo, reconhecendo o valor das sementes crioulas em termos político-sociais, culturais e ecológicos para os camponeses e camponesas, como também para estimular a agroecologia, essas sementes receberam um papel central no projeto agroecológico e um espaço de destaque durante os eventos da Jornada de Agroecologia. Neste sentido, a Liderança Paraná D nos menciona: “Eu vejo que sem as sementes não dá para fazer agroecologia e sem ter feira de sementes não dá para fazer a Jornada de Agroecologia. Porque não é só o conhecimento [...]” [sic] (Informação verbal).¹⁵² Um aspecto que também é relatado pela Liderança Paraná C, como podemos analisar abaixo:

Hoje não tenho dúvida nenhuma que é uma questão central, de certa forma está como uma parte de uma cultura e justamente nós queríamos que transformasse numa cultura consciente no sentido de que tudo que é movimento vai partilhar os componentes que tem da biodiversidade, principalmente sementes e mudas [sic] (Informação verbal).¹⁵³

Assim, podemos acentuar que as trocas de sementes crioulas estimuladas pelo projeto agroecológico têm ido além dos dias dos eventos da Jornada de Agroecologia, elas estabelecem uma dinâmica permanente de trocas entre camponeses e camponesas, denominados também como guardiões e guardiãs da vida, o que evidentemente é essencial para preservá-las, como é possível notar no relato da Liderança Paraná D:

¹⁵¹ Cabe destacar que há uma série de processos de lutas e de resistências de camponeses e camponesas que buscam denunciar e evitar que a biopirataria ocorra.

¹⁵² Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹⁵³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

Tem uma história de uma mulher vizinha da minha família lá em Santa Catarina... que eu sabia que ela tinha uma cebola, que ela produzia umas cebolas grandes, roxa e coisa assim, mas, que ela não passava a semente para ninguém. Eu fui lá visitar e aí ela me deu a cebola e eu plantei para fazer a semente em casa, aqui na horta. Era a cebola que a gente tinha quando era criança, que fazia semente... muda de cebola. Você plantava uma cebola e fazia 10, mas hoje você não acha mais semente ou muda. Esse processo só vai conseguir fazer se alguém levar para Jornada de Agroecologia, senão você não recupera mais isso, por isso que eu acho que na Jornada de Agroecologia a semente é central [sic] (Informação verbal).¹⁵⁴

Dessa maneira, além desse reconhecimento pelo projeto agroecológico que é essencial, é estabelecido nos eventos da Jornada de Agroecologia um momento orientado para as trocas de sementes crioulas, que passou a ser um dos momentos mais esperados pelos camponeses e camponesas, como nos relata a Liderança Paraná B, devido ao simbolismo ao redor desse ato (Informação verbal).¹⁵⁵ Um ato simbólico que compreendemos que vai além da simples ação que possa parecer uma troca, está associado com a troca de patrimônios que possuem e amparam a vida. Assim, ao contrário daquelas sementes criadas em laboratórios, correspondem a sementes selecionadas e cuidadas por camponeses e camponesas – guardiões e guardiãs – durante décadas e que, em cada uma dessas sementes, contém um pouco das memórias, dos saberes, dos cuidados, dos trabalhos, da soberania e do futuro da agricultura.

Cabe assinalar que durante as trocas de sementes crioulas é realizada a mística das sementes e um pronunciamento, em que os camponeses e camponesas assumem o compromisso de cuidar das sementes para que durante as próximas edições possam trocá-las novamente, estabelecendo assim um ciclo de reprodução das sementes e da vida, como podemos reconhecer no relato da Liderança Paraná B (Informação verbal).¹⁵⁶ Priscila Santos (2019), num estudo sobre as místicas no projeto agroecológico, destaca a mística das sementes e busca retratar as principais características e o valor associado a esse processo para os camponeses e camponesas, assim como para o projeto agroecológico, e que devemos reconhecer que está repleto de elementos simbólicos, que a mística tem buscado revelar.

A Liderança Paraná C nos relata que com o interesse em estimular as trocas de sementes crioulas foi decidido que no início dos eventos da Jornada de Agroecologia cada pessoa receberia uma mochila (Informação verbal)¹⁵⁷ – que continha bloco de anotações, canetas e cadernos didáticos com informações políticas e técnicas sobre agroecologia, como podemos analisar no trecho abaixo:

¹⁵⁴ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹⁵⁵ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro 2016, entrevista.

¹⁵⁶ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro 2016, entrevista.

¹⁵⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

Criou toda uma ideia que a Jornada de Agroecologia sempre tinha uma mochila e qual era a ideia da mochila? Que tudo que é militante que fosse para a Jornada de Agroecologia deveria ganhar uma mochila com um conjunto de sementes para ele ser um andarilho da agroecologia e distribuir as sementes, como também, experimentar e praticar na sua comunidade para no outro ano levar para a Jornada de Agroecologia. É um pouco essa a ideia, de enraizar mesmo “– Ó, você leva e traz de volta no outro ano” [sic] (Informação verbal).¹⁵⁸

Além do caráter simbólico associados às sementes crioulas para os camponeses e camponesas e características genéticas que elas possuem, compreendemos que há um caráter político essencial vinculado a tais sementes e que o projeto agroecológico promove. Assim, entendemos que todos os elementos estimulados ao redor das sementes crioulas durante o momento das trocas – como as memórias, cuidados, defesas, cultivos, trabalhos e os demais – revelam a ecologia política. Ou seja, estimula-se ações político-ecológicas em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio e aos seus controles, promovendo conscientização e processos de lutas e resistências contra a apropriação e capitalização das sementes pelas multinacionais, ou seja, contra a colonialidade da natureza. Neste aspecto, devemos lembrar dois acontecimentos emblemáticos – que detalhamos posteriormente quando analisamos as etapas e disputas do projeto agroecológico –: a ocupação da área da Monsanto em 2003 e a ocupação da área da Syngenta em 2006. Cabe assinalar que a área da Monsanto ocupada foi transformada naquele momento pelos camponeses e camponesas no Centro Chico Mendes de Agroecologia onde, de acordo com Tardin e Jantara (2004), foram cultivadas com base nos princípios agroecológicos 24 variedades de feijão, sete variedades de batata, sete variedades de mandioca, seis variedades de arroz, quatro variedades de milho, duas variedades de soja, 13 de adubos verdes, além das hortaliças, frutas e espécies nativas, ou seja, um estímulo por descolonizar aquele espaço e os conhecimentos e práticas que ali eram aplicados.

4.3.7 Elaboração da carta e ato político

Esse momento, na maioria das edições, compreende o encerramento do evento, quando se busca apresentar um balanço do projeto agroecológico e as demandas camponesas e agroecológicas para o conjunto da sociedade e para as autoridades políticas. Podemos assinalar que esse momento está dividido em duas etapas: a primeira ocorre no dia anterior ao ato político e

¹⁵⁸ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

consiste no debate e na redação da carta política, atividade realizada pelos membros da coordenação, reunidos por uma ou duas horas, para colocar em pauta o balanço do evento e o conteúdo a ser incluído na carta política; a segunda etapa ocorre no dia do encerramento e consiste na leitura do documento na plenária para todas aquelas pessoas presentes no evento e no ato político, incluindo as autoridades públicas.

O documento elaborado e apresentado em nome do projeto agroecológico tem um valor simbólico e político que é essencial, pois, coloca em manifesto o questionamento da racionalidade da modernidade-colonialidade e cobra medidas do Estado em detrimento de uma sociedade justa em termos sociais e econômicos, e sustentável ambientalmente. Esse valor é revelado no trecho abaixo:

Esse documento é importante porque a Jornada de Agroecologia sempre atacava o agronegócio e as transnacionais na sua ação direta, ela dialogava com a sociedade nas manifestações públicas, como na marcha da Jornada de Agroecologia, mas ela incidia sobre o Estado quando fazia os documentos. A Jornada de Agroecologia não tinha essa perspectiva de somente mudar o jeito de fazer agricultura no campo, mudar as práticas de agricultura para passar para a agroecologia e acabar aí, ela tinha essa dimensão política de incidir sobre o Estado [sic] (Informação verbal).¹⁵⁹

Assim, para a Liderança Paraná D a carta política possui um papel-chave por colocar em destaque para o Estado os questionamentos aos discursos e práticas dominantes promovidas desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, como também as demandas em detrimento dos camponeses e camponesas e da agroecologia. Com isso, podemos reconhecer que esse documento possui um aspecto de manifesto que complementa as demais ações político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas promovidas pelo projeto agroecológico (Informação verbal).¹⁶⁰

Ao analisarmos as 18 cartas políticas podemos considerar que elas possuem um padrão, embora evidentemente apresentem elementos distintivos que variam de acordo com a conjuntura político-social de cada ano em que ocorreu uma edição da Jornada de Agroecologia. Com isso, é possível destacar que elas buscam revelar um conjunto de questões amplamente tratadas durante as edições, mas também procuram indicar questões que, embora não tenham sido tratadas diretamente durante as edições, encontram-se presentes na pauta do projeto agroecológico. Podemos considerar que essas questões se encontram relacionadas às seguintes categorias: questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do

¹⁵⁹ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

¹⁶⁰ Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

neoliberalismo; e, narrativas em busca de valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, e os compromissos e propostas do projeto agroecológico.

RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo revelamos e analisamos os primeiros passos que levaram ao surgimento e formação do projeto agroecológico, iniciados no princípio da década de 2000, em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio. Frente a isso, apresentamos três etapas que podemos reconhecer que foram responsáveis por lançar a proposta do projeto agroecológico e para estimular sua formação como o conhecemos atualmente, ou seja, o interesse da Secretaria Municipal de Ponta Grossa em promover a agroecologia no município em parceria com a AS-PTA; a ampliação das parcerias para reunir atores sociais comprometidos com a valorização e promoção da agroecologia e com o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná; e o estabelecimento de um método de atuação para o projeto agroecológico. Além disso, pudemos analisar as principais orientações político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas que estabeleceram as suas bases, em que procuramos destacar o conteúdo do manifesto político, como também os principais símbolos que buscam expressar a unidade e o compromisso dos atores sociais com o projeto agroecológico e estimular suas estratégias de lutas e resistências. De outro modo, destacamos um conjunto de momentos que, juntos, formam a dinâmica que sustenta, em termos materiais e simbólicos, os eventos da Jornada de Agroecologia e que é comum em todas as edições, em que pudemos reconhecer sete principais momentos: a marcha; as conferências e seminários temáticos; as oficinas agroecológicas; as trocas de sementes crioulas; a valorização das identidades e das expressões camponesas e ecológicas; a feira; e a elaboração da carta e ato político. Retratados esses principais passos que levaram ao surgimento do projeto agroecológico e impulsionaram sua formação, como também a dinâmica da Jornada de Agroecologia, buscamos no próximo capítulo apresentar e analisar a formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia, indicando as etapas e disputas pelas quais o projeto agroecológico passou durante esses anos e procurando revelar as principais características e novidades dessas edições e suas contribuições na construção do projeto agroecológico.

5 A FORMAÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO A PARTIR DA JORNADA DE AGROECOLOGIA

A metodologia a ser desenvolvida é que a gente possa de fato fazer da Jornada de Agroecologia esse espaço metodológico, pedagógico, formativo, mas também de integração, de intercâmbio, de celebração da importância da agroecologia para o povo do campo e para o conjunto da sociedade [sic].

Liderança Paraná H (Informação verbal).¹⁶¹

O projeto agroecológico passou por distintos territórios, períodos e disputas no decorrer das 18 edições da Jornada de Agroecologia no estado do Paraná. O caminho foi traçado de acordo com uma série de fatores como, por exemplo, o contexto político-social de cada um dos locais, as possibilidades em termos estruturais e políticos de receber uma edição do evento e o interesse dos atores sociais locais em assumirem a responsabilidade do projeto agroecológico. Com isso, neste item apresentamos aquilo que podemos entender como as intenções locais do projeto agroecológico, que categorizamos e apresentamos no quadro abaixo. Porém, é necessário destacar que essas intenções locais possuem um caráter dinâmico, ou seja, no decorrer dessa caminhada muitas dessas propostas ocorreram em mais de uma edição, ou seja, em muitos casos elas se justapõem. Frente a isso, o que procuramos apontar é que em determinadas edições essas intenções apareceram com maior destaque.

QUADRO 11 – PRINCIPAIS INTENÇÕES LOCAIS DO PROJETO AGROECOLÓGICO

Intenções
Surgimento do projeto agroecológico;
Disputas com protagonistas do projeto do agronegócio;
Valorização e promoção da agroecologia;
Reconhecimento do campesinato;
Acentuação da dimensão educacional;
Criminalização dos camponeses e camponesas;
Aproximação campo e cidade.

Fonte: O autor (2020)

¹⁶¹ Liderança Paraná H. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

Como já mencionamos, os eventos da Jornada de Agroecologia começaram em 2002 e a partir de então tiveram uma periodicidade anual. Durante esses 18 anos o projeto agroecológico passou por oito municípios em seis distintas mesorregiões geográficas do estado do Paraná, sendo necessário reconhecer que possuem características históricas, político-sociais, culturais, econômicas e ambientais singulares, o que motivou o seu direcionamento ao longo dos anos, seja pela territorialização do projeto do agronegócio ou pela presença do campesinato e da agroecologia.¹⁶² No quadro abaixo indicamos os oito municípios onde ocorreu uma edição da Jornada de Agroecologia, como as respectivas mesorregiões geográficas onde se encontram localizados, além disso, destacamos o ano de cada edição e o número de participantes.

¹⁶² É necessário destacar que esse método de divisão geográfica denominada como mesorregiões e microrregiões foi adotado em 1989 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, há três anos o IBGE alterou esse método para regiões geográficas intermediárias e imediatas, redefinindo a divisão. No caso desta tese, como os dados usados também remetem a um período anterior a essas alterações, nós optamos por continuar adotando a divisão geográfica anterior.

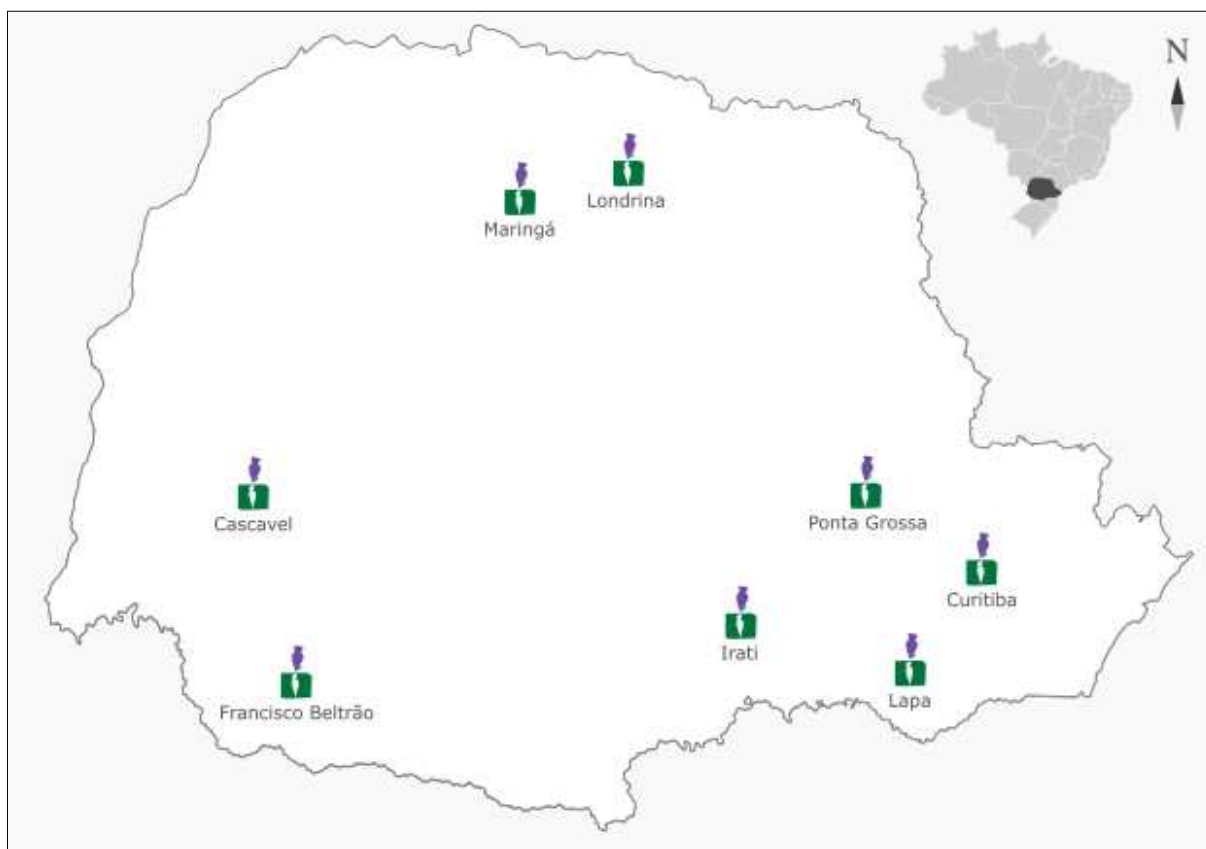
QUADRO 12 – MUNICÍPIOS ONDE OCORRERAM EVENTOS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA

Edição	Município	Mesorregião Geográfica	Ano	Participantes
1ª	Ponta Grossa	Centro Oriental Paranaense	2002	3 mil
2ª	Ponta Grossa	Centro Oriental Paranaense	2003	4 mil
3ª	Ponta Grossa	Centro Oriental Paranaense	2004	5 mil
4ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2005	6 mil
5ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2006	5 mil
6ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2007	5 mil
7ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2008	3,5 mil
8ª	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	2009	3,5 mil
9ª	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	2010	3 mil
10ª	Londrina	Norte Central Paranaense	2011	4 mil
11ª	Londrina	Norte Central Paranaense	2012	4 mil
12ª	Maringá	Norte Central Paranaense	2013	3 mil
13ª	Maringá	Norte Central Paranaense	2014	2 mil
14ª	Irati	Sudeste Paranaense	2015	4 mil
15ª	Lapa	Metropolitana de Curitiba	2016	3 mil
16ª	Lapa	Metropolitana de Curitiba	2017	-
17ª	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	2018	10 mil
18ª	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	2019	-

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010b; 2011b; 2012; 2013b; 2014b; 2015b; 2016b; 2017a; 2018c; 2019b)

Para complementar o que indicamos no quadro acima, destacamos a seguir o mapa do estado do Paraná, que revela a localização dos municípios onde ocorreram as edições da Jornada de Agroecologia, de maneira que também é possível visualizar as mesorregiões geográficas.

FIGURA 7 – MUNICÍPIOS ONDE OCORRERAM EVENTOS DA JORNADA DE AGROECOLOGIA NO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: O autor (2020)

Dessa maneira, na sequência, ao apresentarmos as etapas pelas quais passou o projeto agroecológico durante esses anos, nós procuramos descrever e analisar sua formação a partir da Jornada de Agroecologia, considerando as suas propostas e orientações políticas-sociais, culturais, econômicas e ambientais.

5.1 PONTA GROSSA: SURGIMENTO DO PROJETO AGROECOLÓGICO E DISPUTAS COM PROTAGONISTAS DO PROJETO DO AGRONEGÓCIO – MONSANTO

Em Ponta Grossa se deu início ao projeto agroecológico como proposta para valorizar e promover a agroecologia e reconhecer o campesinato no estado do Paraná, que surge em oposição e como alternativa ao dominante projeto do agronegócio. Ponta Grossa é um município localizado na mesorregião geográfica denominada Centro-Oriental paranaense – composta por

14 municípios –, onde o projeto agroecológico permaneceu por três anos: 2002, 2003 e 2004. Esses anos estiveram marcados pelos primeiros passos dessa pioneira proposta e pelas disputas político-sociais e também ambientais entre os e as protagonistas de dois projetos de agricultura opostos, que levou ao embate direto com a empresa multinacional Monsanto em 2003, como o ápice desse período. No mapa abaixo indicamos a localização dessa mesorregião geográfica no estado do Paraná.

FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA CENTRO-ORIENTAL PARANAENSE



Fonte: O autor (2020)

O Centro-Oriental paranaense constitui o chamado Paraná Tradicional em conjunto com outras mesorregiões: Metropolitana de Curitiba, Sudeste paranaense e o Centro Sul paranaense. O Paraná Tradicional é o local onde se iniciou a ocupação populacional de imigrantes – considerando a presença anterior dos povos autóctones – no estado do Paraná durante o século XVII. Com a metade do território possuindo um relevo plano e levemente ondulado, esse local passou a ser denominado como Campos Gerais, onde se estabeleceu com o passar do tempo um modelo agrário e agrícola associado às grandes propriedades de terras – concentrando terras, dinheiro e

também poder. Esse processo acabou criando as bases de uma sociedade essencialmente tradicional e patriarcal apoiada na racionalidade da modernidade-colonialidade.¹⁶³ Frente a isso, podemos indicar que num período mais recente, com o avanço do capital na agricultura brasileira, os agricultores e agriculturas do Centro-Oriental paranaense também começaram a adotar as tecnologias e métodos agronômicos estimulados a partir da Revolução Verde e, posteriormente, desde a Revolução Genética, onde encontraram nos Campos Gerais características político-sociais, culturais, econômicas, agrárias e agrícolas vantajosas para poder impulsionar a agricultura capitalista (Ipardes, 2004a).

Com isso, podemos mencionar que essas características ajudaram a consolidar as bases da estrutura agrária e agrícola do Centro-Oriental paranaense, que atualmente se mantêm, como é possível analisar com base nos dados do IBGE (2019a). De acordo com os dados, essa localidade possui 11.148 mil estabelecimentos agropecuários descritos como familiares, o que é equivalente a 67% do total, o menor índice quando comparamos com os demais locais por onde passou o projeto agroecológico. Contudo, o que chama a atenção é que esses estabelecimentos ocupam somente 10% da área total de 1.588.956 hectares, o que evidentemente nos revela uma grande concentração de terra no Centro-Oriental paranaense, a maior quando também comparamos com os demais locais por onde o projeto agroecológico esteve. Abaixo podemos observar o número de estabelecimentos familiares presentes de acordo com a sua área total, com destaque para o grupo com menos de 5 hectares (IBGE, 2019a).

¹⁶³ Cabe destacar que em um período mais recente, o Centro-Oriental paranaense começou a receber imigrantes de origem alemã, russa, polonesa e holandesa, dos quais muitos formaram colônias, como a Colônia Witmarsum e a Colônia Castrolanda.

TABELA 4 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL
– CENTRO ORIENTAL PARANAENSE

Grupo de Área Total	Centro-Oriental		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 ha	3.822	34,28	67.881	29,66
De 5 ha a menos de 10 ha	1.930	17,31	43.100	18,83
De 10 ha a menos de 20 ha	2.479	22,24	57.488	25,12
De 20 ha a menos de 50 ha	2.405	21,57	48.782	21,31
De 50 ha a menos de 100 ha	456	4,09	10.836	4,73
Mais de 100 ha	3	0,03	135	0,06
Sem Área	53	0,48	666	0,29
Total	11.148	100	228.888	100

Fonte: IBGE (2019a)

Também podemos reconhecer o processo de territorialização da agricultura capitalista considerando a produção agrícola nessa localidade. Diante disso, nós podemos indicar que atualmente essa mesorregião é uma das maiores produtoras estaduais de duas principais *commodities* do projeto do agronegócio: soja e trigo – cf. Anexo 1¹⁶⁴ (IBGE, 2018a). Portanto, é possível mencionar que o Centro-Oriental paranaense, atualmente, é um território do projeto do agronegócio, uma realidade que leva a inúmeras disputas político-sociais e ambientais, como pudemos notar ao analisar a trajetória do projeto agroecológico nessas edições e que é pontuado e reconhecido pela Liderança Paraná F, que nos menciona que a presença histórica desse modelo agrário e da agricultura capitalista nesse território condiciona a uma constante disputa entre os e as protagonistas desses dois projetos opostos de agricultura, descrevendo como uma reconhecida luta de classes (Informação verbal),¹⁶⁵ como podemos analisar no trecho abaixo:

É a luta de classe! De um lado, nós querendo a terra, querendo um novo modelo para agricultura e, de outro lado, eles, querendo manter um modelo de monocultivo, de produção em escala, de agricultura transgênica. Então, esse foi o enfrentamento que se deu ali em Ponta Grossa. Isso custou depois a eleição do prefeito do PT [sic] (Informação verbal).¹⁶⁶

Desse modo, vendo a conjuntura do Centro-Oriental paranaense, podemos indicar que o projeto agroecológico recebeu, em Ponta Grossa, o apoio de um conjunto de atores sociais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, que viam no projeto agroecológico

¹⁶⁴ Em anexo apresentamos os principais produtos agropecuários produzidos em 2018 no Centro-Oriental paranaense.

¹⁶⁵ Liderança Paraná F. Curitiba, maio de 2019, entrevista.

¹⁶⁶ Liderança Paraná F. Curitiba, maio de 2019, entrevista.

uma alternativa ao projeto do agronegócio que pudesse estimular um saber-fazer agricultura baseado na justiça social e econômica, e ambientalmente sustentável. Esse apoio condicionou para que em 2002 pudesse ser realizada a primeira edição da Jornada de Agroecologia no centro de eventos do município – cedido pela prefeitura municipal especialmente para o projeto agroecológico – que conseguiu reunir ao redor de 3 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2002) que vieram de 23 municípios paranaenses para o evento que ocorreu de 17 a 20 de abril (Jornal Sem Terra, 2002), uma data escolhida em homenagem ao ocorrido em Eldorado dos Carajás, como relembra a Liderança Paraná B (Informação verbal).¹⁶⁷

No entanto, a Liderança Paraná F recorda que essa edição foi modesta, descrevendo-a como um grande encontro de atores sociais plurais para debater e repensar a dinâmica da agricultura no estado do Paraná, como é revelado no trecho abaixo (Informação verbal):¹⁶⁸

Foi uma Jornada de Agroecologia muito modesta, muito modesta porque nós sem-terra entramos com as nossas estruturas mesmo, trouxemos nossa comida, alocamos nosso ônibus, fizemos nosso acampamento e aí fizemos essa grande reunião zona que foi dado o nome de Jornada Paranaense de Agroecologia para debater o modelo de produção. Na verdade, foi como se fosse um grande encontrão de acampado, de pequeno agricultor e de assentado, para discutir o que nós precisávamos fazer em termos de produção para nós resistirmos nos assentamentos e conseguir sensibilizar a sociedade também [sic] (Informação verbal).¹⁶⁹

Embora esta Liderança tenha nos mencionado que a primeira edição tenha sido modesta em termos estruturais, nós precisamos reconhecer que mesmo assim foram realizados aqueles principais momentos e atividades que indicamos anteriormente, com destaque para a conferência de Sebastião Pinheiro – “Agrotóxicos e transgênicos: armas químicas e manipulação da vida, os descaminhos na agricultura” – e de Silvio Diniz Gomes – “Agroecologia: desafios sociais, técnicos e políticos para a conversão ecológica da agricultura brasileira” – assim como, a feira de alimentos e sementes – contando com 10 barracas nessa primeira edição (Jornal Sem Terra, 2002).

Quanto à carta política da 1ª Jornada de Agroecologia, podemos apontar que houve uma busca por destacar os principais pontos tratadas durante essa edição e que se encontram diretamente relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo – indicando seis principais pontos nesse sentido – e marcando as disputas com os seus e suas protagonistas, evidenciando que outro mundo é possível;

¹⁶⁷ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁶⁸ Liderança Paraná F. Curitiba, maio de 2019, entrevista.

¹⁶⁹ Liderança Paraná F. Curitiba, maio de 2019, entrevista.

assim como as narrativas e estratégias à procura de valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também os compromissos e propostas do projeto agroecológico – nesse caso indicando quatro principais pontos –, acentuando que desde a década de 1980 iniciativas têm sido promovidas no estado do Paraná visando uma sociedade mais justa social e economicamente e, ambientalmente sustentável. Ademais, apresenta uma série de ações tomadas como imediatas para conter medidas que procuravam estimular o projeto do agronegócio durante aquele momento (Jornada de Agroecologia, 2002). No quadro abaixo é possível analisar os principais pontos indicados na carta política dessa edição:

QUADRO 13 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 1ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração da terra e renda; • Contaminação dos alimentos e pessoas com agrotóxicos; • Degradação ambiental; • Empobrecimento dos camponeses e camponesas; • Êxodo rural e concentração populacional nas cidades; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e promoção da agroecologia e do campesinato; • Defesa da reforma agrária; • Fim da violência e da impunidade no campo; • Combate ao uso de agrotóxicos e transgênicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2002)

A segunda edição, realizada entre os dias 7 e 10 de maio de 2003, com a presença de cerca de 4 mil pessoas – um aumento que evidencia o destaque que recebeu essa edição (Jornada de Agroecologia, 2003) –, procurou ampliar a proposta do projeto agroecológico e o compromisso de seus e suas protagonistas em valorizar e promover a agroecologia e com o reconhecimento do campesinato, destacando a necessidade de se lutar por uma “terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”. Dessa maneira, os questionamentos ao projeto do agronegócio passaram a ser realizados por mais atores sociais e também aumentaram em quantidade, de modo que começaram a ser direcionados mais às empresas multinacionais. Por sua vez, podemos citar que durante essa edição também foram realizados os principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, com destaque para as conferências de Plínio de

Arruda Sampaio, de Peter Rosset e também de Jean Marc von der Weid (Jornal Sem Terra, 2003).

Embora tenham sido realizadas inúmeras atividades durante essa edição, o episódio que recebeu maior destaque foi o protesto e ocupação de uma área de 48 hectares da empresa multinacional Monsanto, em Ponta Grossa, um campo experimental onde eram realizadas pesquisas e testes com soja e milho transgênicos. Nesse sentido, podemos indicar que no dia 10 de maio de 2003, inúmeros apoiadores e apoiadoras do projeto agroecológico foram protestar contra a Monsanto, acampando em frente ao campo experimental, até que foi determinado pelos atores sociais que ali protestavam, a ocupação daquela área, que ocorreu seis dias após o início dos protestos, por um coletivo de sem-terra com o apoio do projeto agroecológico (Tardin; Jantara, 2004).¹⁷⁰

Esse episódio teve ampla repercussão na mídia nacional e internacional e na própria sociedade, acabando por ampliar as disputas entre os e as protagonistas desses dois projetos opostos para a agricultura. No entanto, de acordo com a Liderança Paraná D, o apoio para a ocupação do campo experimental da Monsanto em Ponta Grossa não foi um processo consensual no interior do projeto agroecológico e, dessa maneira, destaca que com a ocupação, determinadas organizações e movimentos sociais acabaram abandonando o projeto agroecológico naquele momento¹⁷¹ (Informação verbal).¹⁷²

Cabe apontar que o protesto e a consequente ocupação tiveram um caráter claro de questionamento e oposição ao projeto do agronegócio que estava avançando – e continua avançando – no estado do Paraná. Com isso, demandaram não somente o acesso a terra e melhores condições para os camponeses e camponesas nos espaços rurais, como também buscavam destacar a

¹⁷⁰ Vale destacar que a ocupação do campo experimental da Monsanto em Ponta Grossa não foi a primeira em áreas da multinacional no país. Um caso que também foi emblemático e que estimulou essa ação de 2003, foi a ocupação de uma área também de pesquisa e testes e a destruição de uma plantação de soja transgênica no município de Não-Me-Toque, no estado do Rio Grande do Sul, em 2001, durante o Primeiro Fórum Social Mundial. Quanto à ocupação em Ponta Grossa, a Liderança Paraná F menciona: “A ocupação daquela área foi em 2003 [...], a conjuntura era essa: o transgênico que vinha tentando ser introduzido no Brasil. O Rio Grande do Sul tava já com a soja transgênica pra todo canto e daí naquela Jornada de Agroecologia, nós tínhamos que fazer uma ação, uma ação até pra marcar a Jornada de Agroecologia, uma ação que fosse pra cima das transnacionais. Nós já tínhamos tido um evento no Fórum Social Mundial, não sei se foi em 2002 ou 2001, quando foi queimado – não sei se foi queimado, foi arrancado acho – uma lavoura de soja transgênica. E daí nós tentamos replicar essa mesma ação aqui no Paraná, até para dizer ó: – Nós vamos reagir à implantação dos transgênicos” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná F. Curitiba, maio de 2019, entrevista).

¹⁷¹ Nesta direção, a Liderança Paraná D menciona o caso da AS-PTA: “A partir da ocupação da Monsanto, criou no segundo ano da Jornada, em 2003 para 2004, uma situação de tensão muito grande. Na época os diretores lá vieram conversar, eles me chamaram para almoçar, que eles estavam muito preocupados porque isso podia criar problemas para eles e coisa assim, eles não estavam querendo seguir nesse caminho de enfrentamento. Em Cascavel eles ainda vão em uma Jornada de Agroecologia e aí depois eles decidem realmente sair” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2018, entrevista).

¹⁷² Liderança Paraná D. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

perspectiva agroecológica e as lutas contra os transgênicos e agrotóxicos. Questões que foram marcadas pela denúncia às pesquisas e testes com sementes transgênicas levados adiante pela Monsanto – que, vale mencionar, eram ilegais naquele momento. Cabe lembrar ainda que a Monsanto é uma reconhecida empresa multinacional do setor de biotecnologia e do setor químico – recentemente comprada pela Bayer, empresa alemã do setor farmacêutico e do setor químico.¹⁷³

Assim, no Centro-Oriental paranaense as disputas entre os e as protagonistas, do projeto agroecológico e do projeto do agronegócio, eram tanto com atores locais – os detentores e detentoras das terras –, como com um ator internacional, a Monsanto, com quem as disputas foram acentuadas naquele momento devido à ocupação do campo experimental da multinacional, numa clara e emblemática ação em oposição aos transgênicos e ao projeto do agronegócio. Para a Liderança Paraná F, essa ocupação foi também uma maneira de revelar para a sociedade as consequências dos transgênicos e com isso nos menciona: “Foi um processo que eu acho que nós demos uma demonstração para a sociedade, para a transnacional, à altura, porque nós defendemos o território” [sic] e, ainda nos relata: “Por bem ou mal, a Jornada de Agroecologia, os camponeses organizados, pegaram o touro pelo chifre como diz o outro” [sic] (Informação verbal).¹⁷⁴

Como temos mostrado, as distintas disputas que ocorreram com os e as protagonistas do projeto do agronegócio estão acompanhadas pelo compromisso dos e das protagonistas do projeto agroecológico em valorizar e promover a agroecologia e com o reconhecimento do camponato no estado do Paraná. Portanto, com a ocupação da área da Monsanto pelos camponeses e camponesas não foi diferente e nela foi criado o denominado Centro Chico Mendes de Agroecologia. Um processo que podemos compreender como a materialização dos processos de lutas e resistência dos camponeses e camponesas, como também, do projeto agroecológico.¹⁷⁵ Frente

¹⁷³ Neste sentido, a Liderança Paraná C comenta: “No começo, o clima tava tão polarizado na sociedade que não teve dúvida nenhuma, descobriram e falaram: – Vamos fazer o diferencial aí. Nessa luta, eu me lembro que a repercussão foi grande, veja bem, era no início do governo Lula, nós estávamos no Paraná com mais de 15 mil famílias acampadas – tinha toda uma expectativa positiva da reforma agrária – e que no fundo nós estávamos num represamento histórico de 15, 20 anos e em 3 meses acamparam 15 mil famílias no estado e automaticamente essas 15 mil famílias iam identificando onde tinha lavoura transgênica. Era algo de enfrentamento direto de dois modelos, que ficou bem visível, porque os inimigos nossos, da luta pela reforma agrária, são as grandes empresas transnacionais que são proprietárias das terras ou têm o controle da tecnologia e o que elas tão fazendo aqui é ilegal, é crime” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista).

¹⁷⁴ Liderança Paraná F. Curitiba, maio de 2019, entrevista.

¹⁷⁵ Em paralelo à ocupação da área da Monsanto e da criação do Centro Chico Mendes, as lideranças do projeto agroecológico promoveram sucessivos encontros com os deputados e deputadas estaduais do PT com o intuito de elaborar um Projeto de Lei proibindo os transgênicos no estado do Paraná – “Paraná Livre de Transgênicos”. Naquele ano de 2003, foi aprovada a Lei nº 14.162, estabelecendo uma série de medidas de controle, como o cultivo, a manipulação, a importação, a industrialização e a comercialização de transgênicos no estado do Paraná, com destaque para a proibição do uso do Porto de Paranaguá para importação e exportação de transgênicos (Paraná,

a isso, é possível destacar que houve a conquista de um espaço para estimular práticas agroecológicas e populares pelos camponeses e camponesas, onde antes era propriedade da Monsanto, que promovia nesse mesmo espaço um conjunto de pesquisas e de testes com transgênicos, numa evidente ação de mercantilização da vida, para atender exclusivamente aos interesses dos e das protagonistas do projeto do agronegócio.

Todo esse processo que condicionou a criação e operação do Centro Chico Mendes, podemos entender que revelou um conjunto de conhecimentos e de práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais ocultas pela racionalidade da modernidade-colonialidade, indo ao encontro com a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, pois, de um lado, ajudou a recuperar experiências sociais ocultas a partir do impulso a um conjunto de conhecimentos e práticas –, ou seja, as chamadas ecologias –; de outro lado, procurou ampliar as experiências sociais desde as possibilidades (Santos, 2002). Ao mesmo tempo, nós podemos destacar que também estava operando a ecologia política, quando consideramos que esses processos condicionam a reapropriação social da natureza pelos camponeses e camponesas (Leff, 2004). Processos que podemos ver revelados no relato da Liderança Paraná G, que nos destaca que o projeto agroecológico coloca em disputa, tanto o modelo como o futuro da agricultura, ao questionar e denunciar o projeto do agronegócio e suas tecnologias, como os transgênicos e agrotóxicos. E ainda destaca que o projeto agroecológico surge indicando as possibilidades, ao conquistar a área da Monsanto e estimular a criação do Centro Chico Mendes, um centro popular de agroecologia e, com isso, nos pontua: “O que a gente tá apresentado aqui é a construção da agroecologia. O emblema ali fica essa construção do Chico Mendes” [sic] (Informação verbal).¹⁷⁶

Assim, a área da Monsanto, onde foi criado o Centro Chico Mendes, deixou de ser um espaço privado de mercantilização da vida para se transformar num espaço popular destinado à agroecologia. Uma ação que destaca os compromissos dos atores sociais do projeto agroecológico com as lutas por uma “terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”. No trecho abaixo, a Liderança Paraná B comenta esse processo de ecologização da área que, como já mencionamos,

2003). Porém, naquele mesmo ano essa Lei foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como medida cautelar, e dois anos depois foi declarada por unanimidade como inconstitucional por esse Tribunal (STF, 2005), colocando em destaque o poder do lobby dos transgênicos. Outra lei proposta foi a Lei nº 14.861 de 2005, que determinava o direito à informação aos consumidores e consumidoras quanto aos produtos que contenham transgênicos em sua composição (Paraná, 2005). Posteriormente ela também foi declarada como inconstitucional pelo STF, depois do Tribunal ser acionado pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente Democratas (DEM) (STF, 2006).

¹⁷⁶ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

foram produzidas inúmeras variedades de feijão; batata; mandioca; arroz; milho; soja; adubos verdes; hortaliças; frutas e espécies nativas, de acordo com Tardin e Jantara (2004).

Nesse lugar, uma equipe começa a trabalhar permanentemente. E o que a gente faz? Os mutirões agroecológicos. São 48 hectares que tem aqui nessa área. Primeiro é feita toda a limpeza do que tinha de resíduos de transgênicos e a denúncia para fiscalização – a Secretaria da Agricultura vai lá, faz uma fiscalização e lança uma multa contra a Monsanto; vem a CTNBio, fez um levantamento geral e um relatório condenando a Monsanto; o Ibama fez uma fiscalização, aplicou uma multa de 1 milhão de reais em cima da Monsanto. Tudo isso é vitória que a gente vai realizando! – E aí começamos a fazer os mutirões de agroecologia para regenerar a área ecologicamente. Reunia 200 camponeses, trabalhava durante três dias, tinha uma carga horária de estudos e uma carga horária de trabalho. Essa área virou um grande centro de multiplicação, a gente encheu a área e periodicamente tinham os mutirões, com trabalho e estudo, trabalho e estudo... mutirão das mulheres camponesas, mutirão da juventude camponesa e mutirão da agroecologia. O centro era mantido com esse tipo de trabalho coletivo e os acampados lá dentro que davam a manutenção periódica [sic] (Informação verbal).¹⁷⁷

Porém, após quase dois anos com um conjunto de estímulos para recuperar e promover conhecimentos e práticas agroecológicas, como as sementes crioulas – que evidencia a reapropriação social da natureza (Leff, 2004) e a liberação social do modelo dominante – foi determinado que os camponeses e camponesas deveriam deixar aquela área arrendada pela Monsanto, o que consequentemente levaria ao término dos estímulos e ao encerramento do Centro Chico Mendes. Mediante o acordo, os camponeses e camponesas saíram daquela área, mas, esclareceram que a área deveria ser destinada para um novo propósito, caso contrário a ocupariam novamente em protesto, como descreve a Liderança Paraná B:¹⁷⁸

¹⁷⁷ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁷⁸ Nesta direção, a Liderança Paraná F comenta a seguinte anedota: “Ela (Monsanto) conseguiu uma reintegração de posse – a área não era propriedade dela, era arrendada – foi botando grana para conseguir a reintegração, até que conseguiu – hoje ela não tem aquele campo experimental. Nós ocupamos a área da Monsanto depois de uma semana da Jornada de Agroecologia e depois de mais uma semana nós tomamos a área da Embrapa em Ponta Grossa, que hoje é o Emiliano Zapata, a área da Embrapa também tava nessa ideia de arrendamento e de começar a produzir transgênico. Também na Embrapa nós tínhamos a proposta da produção agroecológica e daí é uma área maior, 630 hectares de uma empresa de pesquisa que deveria tá pesquisando pra agricultura camponesa e nunca fez isso né, então, esse era o discurso que nós fazíamos pra sustentar nossa ocupação. A sociedade começou a entender várias questões, começou a entender que a comida estava contaminada com agrotóxico. Então, essa ocupação da Monsanto, essa ação que foi feita antes lá no Rio Grande do Sul da destruição do campo de soja, isso tudo foi repercutindo né e mostrando para sociedade que tava com problema a agricultura brasileira, de contaminação e tal. E ao mesmo tempo foi sendo uma forma de nós começarmos a comercializar nosso produtor e aí tem uma curiosidade também das pessoas em conhecer os assentamentos” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná F. Curitiba, 2019, entrevista).

Aí nós tivemos que sair, quando a gente sai – a gente já tava lá há 1 ano e 6 meses – tava tudo plantado, a mata bonita, nós fizemos um mutirão enorme pra reflorestar a mata ciliar, plantamos frutas, e aí a polícia tirou. Mas aí a gente fez um acordo com a proprietária, nós falamos ó: “– A política tirou nós, mas se a Monsanto entrar aqui, a gente ocupa de novo, a senhora tá proibida de arrendar essa área pra ela”. Aí ela não arrendou mais [sic] (Informação verbal).¹⁷⁹

Quanto à carta política da 2ª Jornada de Agroecologia, podemos indicar que houve uma busca por destacar os principais pontos tratadas durante essa edição – que, vale lembrar, ocorreu antes da ocupação da área da Monsanto – e assim como a 1ª edição, houveram questionamentos e denúncias quanto aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo – nesse caso indicando três principais pontos –, como as narrativas e estratégias à procura de valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como os compromissos e propostas do projeto agroecológico – indicando nesse sentido uma questão principal – que podem ser analisadas no quadro abaixo. De outra maneira também podemos pontuar que o projeto agroecológico se somava, naquele momento, ao movimento mundial de lutas e resistências que tem buscado lançar e estabelecer as bases para as novas relações sociais e ambientais num mundo que está marcado pelos interesses econômicos. Assim como, relembra que a eleição de Lula foi determinada, principalmente, pelo apoio de setores populares com a esperança por mudanças, estabelecendo um governo de base popular, mas, que não correspondia a um poder popular. Frente a isso, mostra as contradições que foram expressadas na continuação de políticas públicas orientadas para o projeto do agronegócio, como a liberação de transgênicos, destacando que essa liberação representa uma das maiores conquistas do lobby dos e das protagonistas desse projeto dominante e que coloca em risco a biodiversidade e a soberania alimentar dos povos. Assinala ainda que, como alternativa ao projeto do agronegócio e mesmo sem o apoio de políticas públicas, milhares de camponeses e camponesas promovem a agroecologia e produzem alimentos, lançando as bases de uma agricultura justa em termos sociais e econômicos, e sustentável em termos ambientais (Jornada de Agroecologia, 2003).

¹⁷⁹ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

QUADRO 14 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 2ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Liberação dos transgênicos no Brasil; • Privatização da vida; • Supressão da soberania alimentar dos povos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2003)

A terceira edição, além de continuar ampliando a proposta do projeto agroecológico com trocas de conhecimentos e práticas agroecológicas e o compromisso de uma “terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”, também colocou em pauta a proposta de “construir um projeto popular e soberano para a agricultura camponesa”. Essa edição foi realizada do dia 12 a 15 de maio de 2004, num contexto orientado para o estímulo ao Centro Chico Mendes e que contou com a presença de cerca de 5 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2004). Cabe destacar que seu encerramento foi feito no Centro Chico Mendes, procurando marcar também a inauguração desse espaço, que contou com o ato político, mística, troca de sementes e um almoço comunitário. Nesse aspecto, a Liderança Paraná B relata que todas as sementes crioulas que foram recuperadas e multiplicadas durante aquele período pelos camponeses e camponesas, foram doadas para as trocas de sementes, toneladas de sementes crioulas, relembra a Liderança (Informação verbal).¹⁸⁰ Cabe mencionar que assim como nas edições anteriores, os principais momentos e atividades também foram realizados, como pudemos analisar mediante os relatos das lideranças e da pesquisa de campo, tendo em vista que não tivemos acesso à programação completa, como das edições posteriores.

Sobre a carta política da 3ª Jornada de Agroecologia, podemos indicar que, assim como nas anteriores, buscou-se destacar os principais pontos tratados em relação aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo – nesse caso indicando sete principais pontos –, como as narrativas e estratégias à procura de valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, bem como os compromissos e propostas do projeto agroecológico – indicando nesse sentido três principais pontos – que podem ser analisadas no quadro a seguir. Ademais, busca recuperar a trajetória e acentuar a dinâmica da agricultura capitalista e sua territorialização, marcando as consequências desse

¹⁸⁰ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

processo sobre os campesinatos e sobre a natureza, de maneira que destaca sua presença no Brasil (Jornada de Agroecologia, 2004).

QUADRO 15 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 3ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração da terra e renda; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Crescente exclusão social e acumulação da riqueza; • Degradação ambiental; • Privatização da vida; • Retirada e violação dos direitos; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Conquistar a implementação de um Projeto Popular Soberano para a agricultura camponesa.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2004)

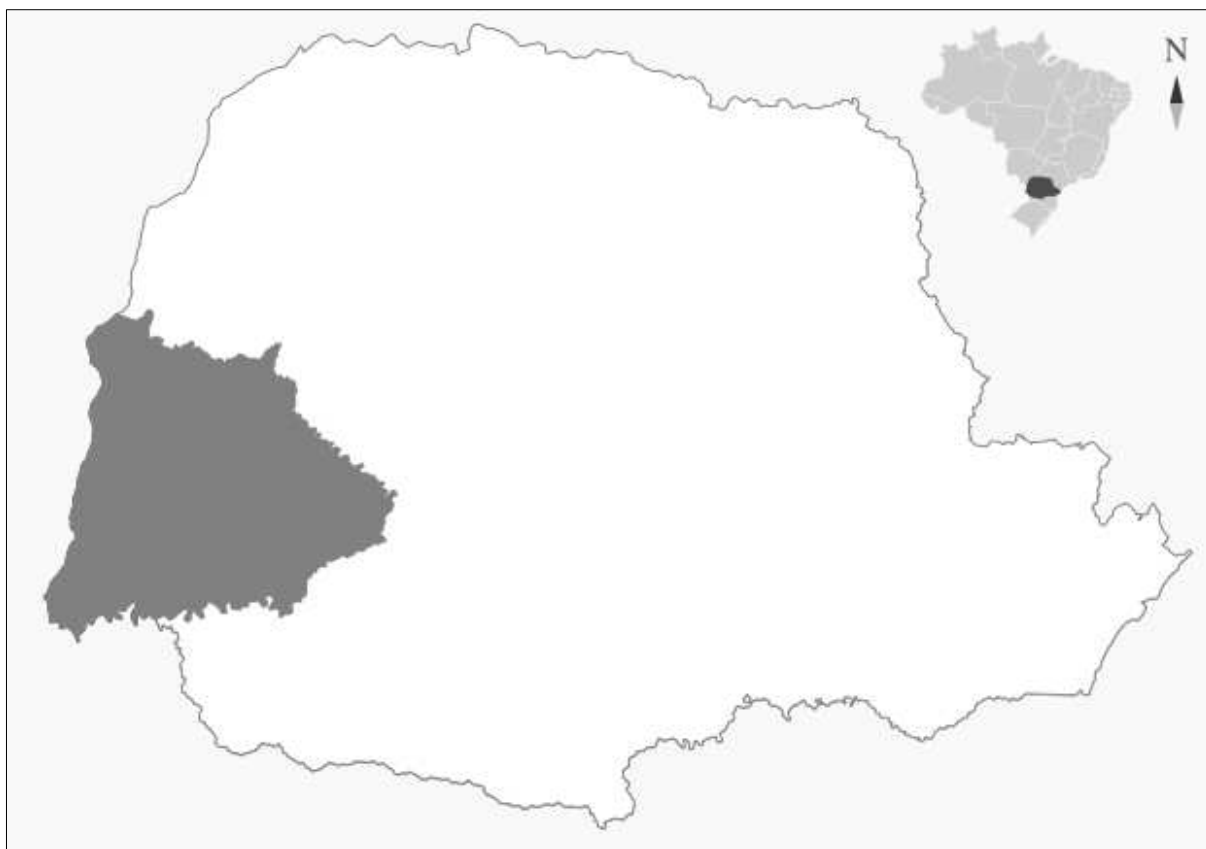
Frente a isso, podemos destacar que essas três edições em Ponta Grossa foram marcadas pelo pioneirismo desses atores sociais plurais em levar adiante o projeto agroecológico com o compromisso de valorizar e promover a agroecologia e, também, o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná. Compromisso que se desdobrou em disputa com os e as protagonistas do projeto do agronegócio, tendo como estímulo naquele momento a luta contra os transgênicos, que também estava cada vez mais presente nos espaços acadêmicos e na sociedade, buscando destacar a necessidade de pensarmos em conjunto numa nova agricultura que possa superar a agricultura capitalista, que se revela insustentável ambientalmente e injusta em termos sociais e econômicos. Assim, como balanço dessas edições a Liderança Paraná C nos menciona que “[...] a luta social deu um salto do ponto de vista da leitura, compreensão e da identificação do inimigo: – Quem que é o inimigo estratégico da agricultura? [...], as grandes empresas que estão se apropriando da nossa riqueza interna, da biodiversidade [...]” [sic] (Informação verbal).¹⁸¹

¹⁸¹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

5.2 CASCAVEL: DISPUTAS COM PROTAGONISTAS DO PROJETO DO AGRONEGÓCIO – SYNGENTA

Após passar três anos no Centro-Oriental paranaense, onde o projeto agroecológico pôde dar os seus primeiros passos como uma proposta agroecológica pioneira no estado do Paraná, promovida em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, e que estiveram marcados por disputas entre dois projetos opostos para a agricultura – alcançando o ápice com o embate direto com a empresa multinacional Monsanto em 2003 –, o projeto agroecológico foi deslocado para Cascavel, município localizado na mesorregião geográfica denominada Oeste paranaense – composta por 50 municípios – onde permaneceu por quatro anos: 2005, 2006, 2007 e 2008. No mapa abaixo indicamos a localização dessa mesorregião geográfica no estado do Paraná.

FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA OESTE PARANAENSE



Fonte: O autor (2020)

O Oeste paranaense teve uma ocupação populacional recente, por imigrantes – considerando a presença anterior de povos autóctones – processo que está relacionado ao distanciamento com o Paraná Tradicional, por onde teve início o povoamento do estado do Paraná. Nesse sentido, podemos indicar que se destacaram duas correntes migratórias durante o século XX: uma, constituída por camponeses e camponesas de origem alemã e italiana – os denominados colonos – procedentes dos outros dois estados do Sul do país, em busca de terras livres; outra, por trabalhadores e trabalhadoras liberados das grandes fazendas quando as plantações começaram a serem substituídas por outras produções capitalistas no estado do Paraná e também no estado de São Paulo (Ipardes, 2004b). Essas duas correntes foram determinantes para o estabelecimento de uma estrutura político-social, econômica e agrária, formada por pequenos e médios estabelecimentos familiares que, em muitos casos, encontram-se associados atualmente com uma lógica e práticas tecnológicas de um modelo empresarial.

Tomando como base os dados do IBGE (2019a), nós podemos indicar a ampla presença de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários familiares no Oeste paranaense, num

total de 32.152 mil, o que é equivalente a 75,64% do total. No entanto, cabe ressaltar que esses estabelecimentos familiares ocupam somente 30,21% da área total de 1.744.653 hectares, o que revela a ampla concentração de terra no Oeste paranaense, embora um pouco menor do que aquela presente no Centro-Oriental paranaense.¹⁸² Na tabela abaixo podemos notar a quantidade de estabelecimentos familiares presentes nessa localidade de acordo com sua área total, com destaque para o grupo com menos de 5 hectares e para aquele de 10 hectares a menos de 20 hectares (IBGE, 2019a).

TABELA 5 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – OESTE PARANAENSE

Grupo de Área Total	Oeste		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 ha	8.482	26,38	67.881	29,66
De 5 ha a menos de 10 ha	6.221	19,35	43.100	18,83
De 10 ha a menos de 20 ha	8.148	25,34	57.488	25,12
De 20 ha a menos de 50 ha	7.432	23,12	48.782	21,31
De 50 ha a menos de 100 ha	1.800	5,60	10.836	4,73
Mais de 100 ha	2	0	135	0,06
Sem Área	67	0,21	666	0,29
Total	32.152	100	228.888	100

Fonte: IBGE (2019a)

Também podemos notar o processo de territorialização do projeto do agronegócio quando reconhecemos que muitos dos agricultores e agricultoras familiares, inclusive camponeses e camponesas, adotam discursos e tecnologias do projeto do agronegócio. Como exemplo, podemos destacar o uso dos agrotóxicos nos estabelecimentos familiares – um dos principais símbolos do projeto do agronegócio –, que é usado em 23.871 mil dos estabelecimentos familiares do Oeste paranaense (IBGE, 2019a). Ademais, é possível destacar a territorialização do projeto do agronegócio recorrendo à produção agrícola e, nesse sentido, podemos indicar que atualmente o Oeste paranaense é o maior produtor estadual de três das principais *commodities* do agronegócio: milho, soja e trigo – cf. Anexo 1¹⁸³ (IBGE, 2018a). A expressiva produção dessas *commodities* – que também são a base das rações animais – cabe destacar, estimula a

¹⁸² Cabe destacar que essa mesorregião geográfica possui solos férteis, de maneira que metade de sua área total compreende um relevo plano ou levemente ondulado, que é adequado para a prática de uma agricultura em escala e com uso de maquinários, como é promovido pelo projeto do agronegócio, o que facilitou a sua territorialização nessa mesorregião geográfica. Porém, na outra metade da área, há o predomínio de um relevo ondulado (40%), onde prevalece nesse caso, uma agricultura promovida sem o emprego de grandes maquinários – onde há, desse modo, uma ampla presença de camponeses e camponesas (Ipardes, 2004b).

¹⁸³ Em anexo apresentamos os principais produtos agropecuários produzidos em 2018 no Oeste paranaense.

criação de pequenos animais para produção de carne, uma prática que está diretamente associada aos pequenos produtores e produtoras familiares e que, como já mencionamos, tem uma presença marcante no Oeste paranaense.

Tomando essa conjuntura do Oeste paranaense, podemos indicar que o projeto agroecológico também recebeu em Cascavel o apoio de um conjunto de atores sociais comprometidos com a agroecologia, que viam no projeto agroecológico uma alternativa ao projeto do agronegócio que pudesse estimular um saber-fazer agricultura baseado na justiça social e econômica, e ambientalmente sustentável, com destaque para o MST, Vía Campesina, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e prefeitura municipal, como nos menciona a Liderança Paraná B, que ainda nos assinala que o interesse e apoio dos atores sociais locais foi essencial para poder deslocar o projeto agroecológico para outro grande território do projeto do agronegócio (Informação verbal).¹⁸⁴ Abaixo podemos ver revelada a avaliação realizada pelas lideranças do projeto agroecológico para promover esse deslocamento, que acentua a necessidade do interesse e apoio dos atores sociais locais:

Depois que a gente realiza o terceiro ano – e estávamos com essa coisa toda da Monsanto mais encaminhada – a gente decide mudar de base e falamos: “– Vamos continuar, mas, num outro território do agronegócio” e escolhe Cascavel. Porque para nós mudarmos de um lugar para outro a gente sempre avaliava: “– Você tem que aliados lá?” A gente fazia esse mapa primeiro, porque se você não tiver um grupo local, com força de segurar o processo, você não faz. E em Cascavel, a grande força popular é o MST [sic] (Informação verbal).¹⁸⁵

Consideramos que esse primeiro deslocamento do projeto agroecológico, saindo de Ponta Grossa para Cascavel, combinou um conjunto de fatores dos quais podemos destacar os principais: o questionamento do projeto do agronegócio – principalmente dos transgênicos –; as condições dadas para estimular a valorização e promoção da agroecologia e o reconhecimento do campesinato em outros espaços rurais do estado do Paraná; e os interesses, apoios e a capacidade dos atores sociais locais em receber o projeto agroecológico. Nessa ida para Cascavel também podemos somar a disposição para as disputas contra os e as protagonistas do projeto do agronegócio, que revela um processo muito similar àquele que ocorreu com a Monsanto em Ponta Grossa. Contudo, em Cascavel essas disputas tomaram maior intensidade e contaram com uma série de embates diretos que acabaram se desdobrando em atos de violência contra os camponeses e camponesas – como veremos adiante, além de uma constante campanha

¹⁸⁴ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

¹⁸⁵ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

pela criminalização dos camponeses e camponesas, fomentada pelos e pelas protagonistas do projeto do agronegócio, como destaca a Vía Campesina (2006), um processo evidente tanto em Ponta Grossa como em Cascavel.

Nesta direção, a Liderança Paraná C nos lembra que embora esse período em Cascavel tenha sido marcado pelas disputas com outra empresa multinacional do setor de biotecnologia – recentemente comprada pela ChemChina, empresa estatal chinesa do setor químico – o Oeste paranaense sempre foi uma arena de embate direito com detentores e detentoras do capital que controlam as terras – e que em muitos casos usam a violência (Informação verbal).¹⁸⁶ Frente a esse cenário apresentado no Oeste paranaense, evidentemente em Cascavel o projeto agroecológico assume uma postura política de disputa com os e as protagonistas do projeto do agronegócio, sejam eles locais ou internacionais e, com isso, começou a promover um questionamento em relação às tecnologias da agricultura capitalista, bem como a concentração de terra; de maneira que passou a destacar o papel da agroecologia como uma aliada na luta político-social, cultural, econômica e ambiental para os camponeses e camponesas e para todas aquelas pessoas comprometidas com a justiça social e econômica, e com a sustentabilidade ambiental. No entanto, cabe destacar que o acirramento das disputas fez com que diversos atores sociais acabassem abandonando de vez o projeto agroecológico, muitos dos quais estavam desde a primeira edição em 2002, o que levou a uma diminuição da base político-social, mas que em contrapartida aumentou o protagonismo dos movimentos sociais associados à Vía Campesina – inclusive ela mesma – no direcionamento do projeto agroecológico, como nos relata a Liderança Paraná G (Informação verbal).¹⁸⁷

Frente a isso, nos parece essencial destacar que a agroecologia vai além dos processos de transformações de modelos de agriculturas convencionais para um modelo agroecológico, é necessário compreender que representa uma luta político-social, cultural, econômica e ambiental por melhores condições de reprodução da vida – social e biológica –, principalmente para os camponeses e camponesas. Com isso, podemos reconhecer que esses impulsos, direcionados aos processos de luta e resistência em defesa da justiça social e econômica, e da sustentabilidade ambiental, encontram-se diretamente relacionados à ecologia política, que orienta a construção do projeto agroecológico.

Como citado, as disputas se acirram durante o período em que o projeto agroecológico esteve em Cascavel. Nesse sentido, podemos indicar que o ápice desse processo foi a ocupação do campo experimental da empresa multinacional Syngenta, localizado em Santa Tereza do

¹⁸⁶ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

¹⁸⁷ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

Oeste – próximo a Cascavel – onde também eram realizadas pesquisas e testes com sementes transgênicas (Vía Campesina, 2006). Contudo, é importante ressaltar um agravante, o campo experimental da Syngenta estava localizado numa área próxima ao Parque Nacional do Iguaçu, um patrimônio ambiental nacional transformado numa unidade de conservação. Dessa maneira, a operação da Syngenta representava um ataque direto à biodiversidade nacional e estava caracterizada como um crime ambiental nos termos legais. A ilegalidade estava descrita na Lei nº 10.814 de 2003, que vetava o plantio de sementes transgênicas em unidades de conservação e nas suas respectivas zonas de amortecimento¹⁸⁸ – que, contraditoriamente, é a mesma lei que liberou o plantio e a comercialização da soja transgênica da safra de 2004 (Brasil, 2003d). Assim, a ocupação do campo experimental pelos camponeses e camponesas representava, evidentemente, um método de luta e resistência em oposição ao projeto do agronegócio e que era amparada no questionamento dos transgênicos e na denúncia da ilegalidade das atividades promovidas e executadas pela Syngenta.¹⁸⁹

Na trajetória desse processo, podemos destacar que a primeira ocupação foi realizada em março de 2006 e em novembro daquele mesmo ano o Governo Estadual determinou – a favor das lutas e resistências camponesas e agroecológicas – a desapropriação do campo experimental da Syngenta por meio de um decreto.¹⁹⁰ Evidentemente esse decreto foi contestado e levado à Justiça pela empresa multinacional, que recebeu uma suspensão provisória, contudo, os camponeses e camponesas continuaram ocupando a área, onde eram promovidas trocas de conhecimentos e práticas agroecológicas, com mais de 60 hectares plantados com alimentos agroecológicos. Em 2007, após 16 meses de ocupação, com uma ordem judicial e de um constante quadro de ameaças e de violências, os camponeses e camponesas decidiram sair da área.

¹⁸⁸ A Liderança Paraná B destaca que o projeto agroecológico passou por uma derrota, quando poucos meses após o término da ocupação do campo experimental foi aprovada uma medida provisória, a MP nº 327, liberando a pesquisa e cultivo de sementes transgênicas em área de preservação ambiental e zonas de amortecimento (Brasil, 2006), alterada posteriormente para Lei nº 11.460 de 2007 (Brasil, 2007). Neste sentido, a liderança menciona: “Só que aí nós sofremos uma derrota grave, que é bom vocês saberem, vai entrar no período da segunda eleição do Lula e o que vai acontecer? A cúpula aqui do Paraná faz uma reunião em Foz do Iguaçu, a cúpula do agronegócio e da indústria se reúne em Foz do Iguaçu e o porta-voz que vem do Lula para conversar com eles é o Paulo Bernardo. Aí o que que nós ficamos sabendo lá dentro dessa reunião, o Paulo Bernardes fez um acordo de mudar a lei do entorno dos parques, deixou de ser 10 km e passou a ser 500 m [...]” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista).

¹⁸⁹ Vale destacar que naquele momento a empresa multinacional foi multada pelo Ibama em R\$ 1 milhão pelo crime contra a biossegurança, comprovando a ilegalidade de suas atividades (Terra de Direitos, 2007).

¹⁹⁰ Para a liderança Paraná C, os e as protagonistas do projeto agroecológico compreendendo que a disputa contra os e as protagonistas do projeto do agronegócio traria grandes embates, as lideranças procuraram estabelecer uma aliança com o governo estadual, que teve papel essencial na mediação dessa disputa e assim, relata: “No decorrer da luta histórica e tendo consciência de que seria uma grande luta com o capital transnacional, se fez toda uma aliança com o governo do estado, só o movimento camponês era impossível derrotar a Syngenta. O Governo do estado entendendo o que tava em jogo foi audacioso do ponto de vista de desapropriar a área para o interesse público, isso foi muito positivo, o que sinalizou que o Estado poderia fazer políticas que preservassem os interesses da agricultura familiar” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista).

No entanto, meses depois ocuparam a área novamente e esse episódio de reocupação foi marcado pelo assassinato, em outubro de 2007, do camponês Valmir Mota de Oliveira (Keno) pelos seguranças de uma empresa privada contratada pela Syngenta (Vía Campesina, 2007b; Terra de Direitos, 2007). Um episódio que é revelado e destacado pela Vía Campesina:

Durante un ataque de una milicia armada con alrededor de 40 pistoleros al acampamento de trabajadores rurales de la Vía Campesina en el campo experimental de la multinacional Syngenta, en Santa Tereza do Oeste, a las 13:30 de hoy, 21 de octubre, el militante de La Vía Campesina Valmir Motta, de 32 años de edad, padre de 3 niños, fue ejecutado con dos disparos a quema ropa en el pecho. Otros seis trabajadores rurales resultaron gravemente heridos (Vía Campesina, 2007, p.1).

É necessário reconhecer que o assassinato de um camponês não é um fato isolado no país, é o resultado da histórica violência adotada pelos e pelas protagonistas do projeto do agro-negócio. No entanto, o que fez a diferença naquele momento foi o modo como se deu essa disputa, que envolveu uma empresa multinacional que, aliás, praticava um crime ambiental. Nesse aspecto, a Liderança Paraná C nos relata: “Assim como a ação violenta foi bárbara, desumana, a reação a ela foi enorme no mundo todo. No mundo todo teve uma reação tão grande de condenar a atitude da Syngenta, que ela começou a perder negócios no mundo” [sic]. Dessa maneira, de acordo com a Liderança, foram realizadas inúmeras denúncias pelos e pelas protagonistas do projeto agroecológico até que a Syngenta concordou em doar a área do campo experimental para o Estado, e não para os movimentos sociais – buscando evitar que isso fosse um estímulo para outras ocupações ao redor do mundo,¹⁹¹ – devido à constante pressão e desgaste que foi se estabelecendo com o episódio. Um processo que, embora tenha sido doloroso devido ao assassinato do Keno, representou uma conquista para todos os camponeses e camponesas, como também para o projeto agroecológico, como é reconhecido pela Liderança (Informação verbal),¹⁹² e revelado no trecho abaixo:

¹⁹¹ Nesta direção, a Liderança Paraná F comenta a seguinte anedota: “Só que ela estabeleceu a seguinte condição no acordo: que jamais ela repassaria essa área para a Vía Campesina ou para o MST. Porque poderia servir de estímulo pro mundo todo e aí nós alternativamos: entrega para o governo do Estado. Nós achamos que fomos vitoriosos também, porque o objetivo não era a área para nós, nós queríamos que aquele espaço fosse um centro de produção agroecológica. Ali foi o ápice da luta política da Syngenta” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista).

¹⁹² Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

Por um lado, representa uma luta que foi dura para nós, fomos vítimas de violência, perdemos o companheiro Keno, mas, por outro lado, politicamente foi vitoriosa. Foi a primeira vez que o movimento camponês, primeira vez na história, no caso específico ali da Revolução Verde, onde os camponeses são vitoriosos e, de certa forma, ganham uma área de experimentação de uma grande empresa [sic] (Informação verbal).¹⁹³

Desse modo, podemos destacar que a trajetória do projeto agroecológico em Cascavel está diretamente relacionada com as disputas e, obviamente, com o embate direto decorrente do processo de ocupação do campo experimental da Syngenta – e a sua conquista. Frente a isso, podemos reconhecer que os temas tratados nas edições de 2006, 2007 e 2008, procuraram revelar essa conjuntura de processos de disputas que estava ocorrendo.

A primeira edição de Cascavel ocorreu de 25 a 28 de maio de 2005 – antes do início do embate direto com a Syngenta – reunindo ao redor de 6 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2005), em que o tema central eram os debates sobre as políticas públicas direcionadas para a agroecologia. Podemos indicar que estavam incluídos nessa edição aqueles principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, como a marcha que ocorreu pelas ruas da cidade e as conferências e seminários temáticos – com as presenças de Sílvia Ribeiro, João Pedro Stédile, Valter Bianchini, Sebastião Pinheiro e Ana Maria Primavesi. De modo que podemos apontar que foram realizadas ao menos 10 oficinas agroecológicas e 17 oficinas orientadas diretamente para debater políticas públicas, uma série de atividades culturais e a elaboração da carta e o ato político (Terra de Direitos, 2005).

No quadro abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da 4ª Jornada de Agroecologia, que se encontram relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também os compromissos e propostas do projeto agroecológico. Além disso, assim como na edição passada, busca recuperar a trajetória e acentuar a dinâmica da agricultura capitalista e sua territorialização, marcando as consequências desse processo sobre os campesinatos e sobre a natureza, de modo que também destaca sua presença no Brasil. Contudo, nesse caso vai além ao comparar a agricultura capitalista com a agricultura de base agroecológica e camponesa (Jornada de Agroecologia, 2005).

¹⁹³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

QUADRO 16 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 4ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração da terra e renda; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Crescente exclusão social e acumulação da riqueza; • Degradação ambiental; • Privatização da vida; • Retirada e violação dos direitos; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Conquistar a implementação de um Projeto Popular Soberano para a agricultura camponesa.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2005)

A segunda edição de Cascavel reuniu ao redor de 5 mil pessoas em maio de 2006 (Jornada de Agroecologia, 2006) – meses após a primeira ocupação do campo experimental da empresa Syngenta – colocando em destaque os temas que vinham sendo tratados pelo projeto agroecológico. Como na edição anterior, podemos indicar que estavam incluídos aqueles principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, contudo, podemos dizer que a maior novidade nesse caso foram as oficinas agroecológicas que naquele momento, passaram a contar com 50 atividades, um aumento substancial (Terra de Direitos, 2006).

Os principais pontos indicados na carta política da 5ª Jornada de Agroecologia, assim como nas demais, estão relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também os compromissos e propostas do projeto agroecológico, e que podem ser analisadas no quadro abaixo. Além disso, também marca que o projeto agroecológico se consolidou como um aliado aos movimentos sociais na construção de um projeto popular e soberano para a agricultura, de maneira que tem revelado a multiplicidade de experiências sociais baseadas na agroecologia no estado do Paraná. Ademais, procura destacar as consequências do projeto do agronegócio sobre os campesinatos e sobre a natureza, principalmente aqueles provocados desde os transgênicos e agrotóxicos impulsionados pelas empresas multinacionais, dessa maneira denuncia a territorialização dessas empresas no país (Jornada de Agroecologia, 2006).

QUADRO 17 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 5ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação, exploração e mercantilização da natureza; • Contaminação dos alimentos e pessoas com agrotóxicos; • Degradação ambiental; • Êxodo rural e concentração populacional nas cidades; • Expansão das monoculturas; • Trabalho escravo; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Conquistar a implementação de um Projeto Popular Soberano para a agricultura camponesa; • Impulsionar a adesão de novas famílias a agroecologia; • Ampliar as iniciativas de formação de camponeses e camponesas e especialmente da juventude do campo.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2006)

A terceira edição de Cascavel também reuniu ao redor de 5 mil pessoas durante os dias do evento, que ocorreu em julho de 2007 (Jornada de Agroecologia, 2007b). No quadro que indicamos abaixo, que apresenta a programação dessa edição, destacam-se os principais temas, momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia promovidas nessa edição. Nota-se, no entanto, que de todos aqueles momentos e atividades mencionadas, a marcha e o túnel do tempo não se encontram nessa programação. Quanto à marcha, embora não esteja na programação, ela ocorreu, aliás podemos indicar que ela está presente desde as primeiras edições da Jornada de Agroecologia; ao contrário, o Túnel do Tempo somente irá aparecer na próxima edição de Cascavel – 7ª edição da Jornada de Agroecologia – embora as ideias já estivessem presentes. Contudo, como podemos analisar, foi promovido um conjunto de conferências e seminários temáticos,¹⁹⁴ com destaque para duas conferências apresentando estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país: uma, de João Pedro Stédile, destacando as estratégias do capital multinacional para controlar as agriculturas e as consequências desse processo; outra, de Sebastião Pinheiro, que buscou analisar o projeto do agronegócio e a relação com a questão ambiental. Ademais, também podemos notar que foram apresentados estudos e análises sobre a agroecologia, campesinato e projeto agroecológico, com destaque para as conferências de Frei Betto em conjunto com Moema Viezzer, que analisaram temas que

¹⁹⁴ Podemos notar que os seminários aparecem na programação, porém, não foram indicados os temas tratados.

se encontram diretamente relacionados, como o cuidado com a terra, a biodiversidade e a soberania alimentar; de José Maria Tardin, acentuando a estratégia para a autonomia camponesa; de Nildo Ouriques, destacando processos de lutas e resistências dos povos latino-americanos; de Egídio Brunetto, que indicou o papel das sementes crioulas para a soberania alimentar; de Fernando Lugo, descartando o processo de integração dos povos latino-americanos; e de Leonardo Boff, acentuando a ética do cuidado (Jornada de Agroecologia, 2007a).

QUADRO 18 – PROGRAMAÇÃO DA 6ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 11 de julho	
Manhã	Recepção das caravanas
	Ato Político
	Abertura Feira “Feira de alimentos e sementes agroecológicas”
Noite	Conferência “Cuidando da terra, cultivando biodiversidade e plantando soberania alimentar” - Frei Betto e Moema Viezer
Quinta-Feira – 12 de julho	
Manhã	Conferências “Análise da estratégia do capital transnacional para dominar a agricultura e suas consequências” - João Pedro Stédile “Agronegócio e as questões ambientais dos nossos tempos” - Sebastião Pinheiro
	Conferência “A estratégia e o projeto para a autonomia camponesa” - José Maria Tardin
	Seminários
Noite	Conferência “Análise política da luta e resistência dos povos da América Latina” - Nildo Ouriques

Sexta-Feira – 13 de julho	
Manhã	Ato Político “Apresentação da Carta Política”
	Conferência “As sementes e a soberania alimentar” - Egídio Brunetto
	Oficinas agroecológicas
Tarde	Oficinas agroecológicas
Noite	Apresentações culturais
Sábado – 14 de julho	
Manhã	Conferências “Integração dos povos: a construção da nossa américa” - Fernando Lugo “A ética do cuidado” - Leonardo Boff
	Mística de Encerramento
	Troca de Sementes

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2007a)

Desse modo, podemos reconhecer que essa edição colocou em destaque temas essenciais, dos quais muitos já haviam aparecido nas edições anteriores e continuavam em pauta nesse ano. Frente a isso, podemos destacar os principais temas tratados, como o capital na agricultura, questão ambiental, sementes crioulas, soberania alimentar, solidariedade e integração dos povos, luta e resistência camponesa, autonomia camponesa e cuidado (Jornada de Agroecologia, 2007a).

No quadro abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da 6ª Jornada de Agroecologia, que se encontram relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também os compromissos e propostas do projeto agroecológico. Ademais, busca destacar a diversidade de atores sociais que compõem o projeto agroecológico, marcando que esse projeto está situado num movimento de luta coletiva contra a mercantilização da vida,

processo estimulado pelo projeto do agronegócio, que tem nos transgênicos um dos seus principais instrumentos nesse sentido. Ademais, procura destacar um conjunto de conquistas políticas obtidas junto ao Estado até aquele momento que, em muitos casos, acabaram inviabilizadas posteriormente (Jornada de Agroecologia, 2007b).

QUADRO 19 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 6ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação e imposição tecnológica; • Concentração da terra e renda; • Contaminação dos alimentos e pessoas com agrotóxicos; • Degradação ambiental; • Êxodo rural e concentração populacional nas cidades; • Trabalho escravo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2007b)

A quarta edição de Cascavel reuniu ao redor de 3,5 mil pessoas durante os quatro dias do evento, que ocorreu no mês de julho de 2008 (Jornada de Agroecologia, 2008b). No quadro que indicamos abaixo, que apresenta sua programação, destacam-se os principais temas, momentos e atividades, que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, promovidas durante essa edição. Com base nisso, podemos analisar que se realiza uma marcha procurando recuperar e destacar a memória recente da disputa dos e das protagonistas do projeto agroecológico com a empresa Syngenta, com isso, busca-se denunciar “as milícias do agronegócio”, os crimes da Syngenta e da OMC, assim como chamar a atenção para a reforma agrária, a soberania alimentar, a agroecologia, as sementes crioulas e a biodiversidade, de maneira a estimular as lutas por um projeto popular para o país. Também podemos notar que foram realizadas conferências, com destaque para João Pedro Stédile que, assim como na edição anterior, destacou as estratégias do capital multinacional para controlar as agriculturas e os impactos provocados por esse processo; para Sílvia Ribeiro que chamou a atenção para o poder das multinacionais sobre as sementes – processo que revela a colonialidade da natureza como analisamos anteriormente –; para Horácio Martins que, também caminhando por essa linha, analisou o domínio das

multinacionais do projeto do agronegócio no estado do Paraná. De outro lado, é possível destacar a Adelar Pizetta, acentuando a necessidade de organização e da formação da consciência; a Sivone Ernest Silva, destacando a educação popular por meio do Túnel do Tempo – que apareceu como uma novidade nessa edição –; a Izabel Grein, também destacando a educação, assinalando como uma estratégia de mudança; a Sebastião Pinheiro, destacando a agroecologia e a cooperação enquanto estratégia popular para alcançar a soberania alimentar; a Ademar Bogo, buscando relacionar a mística com a semente crioula e biodiversidade; e a Aleida Guevera, que procurou destacar o Che Guevara e os valores da militância (Jornada de Agroecologia, 2008a).

QUADRO 20 – PROGRAMAÇÃO DA 7ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 23 de julho	
Manhã	Recepção das caravanas
	Mística de abertura
Tarde	Conferência “Análise da estratégia do capital transnacional para dominar a agricultura e suas consequências” - João Pedro Stédile “As transnacionais e o domínio das sementes e suas consequências” - Sílvia Ribeiro
	Documentário “Nenhum minuto de silêncio – Fora Syngenta do Brasil”
Noite	Debate “A estratégia de criminalização dos movimentos sociais”

Quinta-Feira – 24 de julho	
Manhã	Mística
	Conferência “As transnacionais do agronegócio na agricultura paranaense: cana de açúcar, grãos, pecuária, eucaliptos, pinus, agrocombustíveis e o controle da água” - Horácio Martins
	Oficinas Agroecológicas
Tarde	Marcha “Denúncia as milícias do agronegócio, os crimes da Syngenta e OMC” “Defesa da reforma agrária, soberania alimentar, agroecologia, sementes crioulas e biodiversidade” “Por um projeto popular para o Brasil”
	Apresentações culturais
Noite	
Sexta-Feira – 25 de julho	
Manhã	Conferência “A necessidade da organização e a formação da consciência” - Adelar Pizzeta “A experiência da educação popular de São João do Triunfo com o túnel do tempo” - Sivone Ernest Silva “A educação como uma ferramenta que mobiliza, organiza e forma consciência libertadora” - Izabel Grein
	Ato político
Tarde	Conferência “Agroecologia e a cooperação como estratégia popular para construir a soberania alimentar” - Sebastião Pinheiro
	Oficinas Agroecológicas
Noite	Apresentações culturais
	“Jornada Socialista - Keno e Eli vivem!”

Sábado – 26 de julho	
Manhã	Conferência
	“Mística, sementes e biodiversidade” - Ademar Bogo
	“O legado de Che e os valores socialistas da militância” - Aleida Guevara
	Troca de Sementes
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo	
“O desenvolvimento da agricultura na história da humanidade”	
Feira	
“Produtos agroecológicos da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa”	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2008a)

Nota-se que na programação dessa edição os seminários temáticos não aparecem, contudo, também podemos notar que foi indicado um debate que procura colocar em destaque um processo recorrentemente vivenciado pelos camponeses e camponesas: a criminalização. Além desse debate, também é possível notar na programação a apresentação do documentário “Nenhum minuto de silêncio – Fora Syngenta do Brasil”, que procura revelar a disputa dos e das protagonistas do projeto agroecológico com a Syngenta. Frente a isso, podemos reconhecer que essa edição também colocou em destaque temas essenciais que continuavam atuais naquele momento, muitos dos quais também já haviam aparecido nas edições anteriores. Nesse sentido, podemos destacar os principais temas tratados, como o capital na agricultura, organização popular, educação popular, agroecologia, cooperação, mística, sementes crioulas, biodiversidade e criminalização. Contudo, o que ainda continua chamando a atenção é que em nenhuma conferência houve, de maneira direta, o questionamento aos transgênicos ou aos agrotóxicos, embora obviamente estes se encontrem associados aos demais temas tratados durante a edição, bem como ao projeto agroecológico em sua trajetória (Jornada de Agroecologia, 2008a).

No quadro abaixo apontamos os principais pontos indicados na carta política da 7ª Jornada de Agroecologia, que se encontram relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do neoliberalismo; assim como as narrativas e estratégias que procuram valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também os compromissos e propostas do projeto agroecológico. Assim

como na edição passada, procura destacar a diversidade de atores sociais que compõem o projeto agroecológico, marcando que esse projeto está situado num movimento de luta coletiva contra a mercantilização da vida estimulada pelo projeto do agronegócio, apontando dessa maneira as consequências do projeto do agronegócio sobre os campesinatos e sobre a natureza, contudo, vai além e busca destacar a situação de insegurança alimentar e nutricional no mundo, acentuada com o aumento dos preços naquele ano (Jornada de Agroecologia, 2008b).

QUADRO 21 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 7ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação e imposição tecnológica; • Apropriação, exploração e mercantilização da natureza; • Concentração da terra e renda; • Criminalização dos movimentos sociais; • Degradação ambiental; • Expansão das monoculturas; • Exploração do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2008b)

Dessa maneira, é possível destacar que a trajetória do projeto agroecológico em Cascavel esteve diretamente marcada pelas disputas político-sociais e ambientais, tendo embate direto com os e as protagonistas locais do projeto do agronegócio e também com a Syngenta, um protagonista internacional desse projeto, quando então alcançou o ápice dessas disputas, que resultou na conquista da área onde a multinacional realizava de maneira ilegal pesquisas e testes com sementes transgênicas, como destacado pela Vía Campesina (2006), o que representou uma conquista para todos os camponeses e camponesas, assim como para o projeto agroecológico, apesar da situação dolorosa do assassinato do Keno, como nos menciona a Liderança Paraná C (Informação verbal).¹⁹⁵

¹⁹⁵ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

5.3 FRANCISCO BELTRÃO: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E RECONHECIMENTO DO CAMPESINATO

Após três anos no Centro-Oriental paranaense e quatro anos no Oeste paranaense, que estiveram marcados por disputas político-sociais e ambientais e que se desdobraram em embates diretos com os protagonistas e as protagonistas locais do projeto do agronegócio e com duas empresas multinacionais, Monsanto e Syngenta, que realizavam pesquisas e testes com sementes transgênicas de maneira ilegal naquele momento, o projeto agroecológico foi deslocado para Francisco Beltrão, município que está localizado na mesorregião geográfica denominada Sudoeste paranaense – composta por 37 municípios – onde permaneceu por dois anos: 2009 e 2010. No mapa abaixo indicamos a localização dessa mesorregião geográfica no estado do Paraná.

FIGURA 10 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDOESTE PARANAENSE



Fonte: O autor (2020)

Assim como ocorreu no Oeste paranaense, o Sudoeste paranaense também teve uma ocupação populacional recente, por parte de imigrantes – considerando a presença de povos autóctones – recente, sobretudo pelo distanciamento com o Paraná Tradicional, por onde teve início o povoamento do estado do Paraná, como mencionamos, e que se assemelha ao processo ocorrido no Oeste paranaense, acima de tudo quanto à imigração dos denominados “colonos” – camponeses e camponesas de origem alemã e italiana – provenientes dos dois outros estados do Sul do país (Ipardes, 2004c).

Por sua vez, cabe destacar que a ocupação populacional do Sudoeste paranaense também teve o impulso das chamadas companhias de “colonização”, que eram tanto privadas quanto públicas. Essas companhias, na qual se destacava a Companhia Agrícola General Osório (CANGO), foram determinantes para o estabelecimento de uma nova estrutura social, econômica e agrária no Sudoeste paranaense, formada por pequenos e médios estabelecimentos familiares direcionados para uma produção agropecuária mercantil (Alves, 2008). Ademais, com o predomínio de áreas acidentadas e solos de menor qualidade, o avanço da agricultura capitalista ocorreu de maneira mais lenta no Sudoeste paranaense e, conseqüentemente, a territorialização do projeto do agronegócio décadas depois, também. Características essas, que ajudaram a consolidar o predomínio do pequeno e médio estabelecimento agropecuário (Ipardes, 2004c), que normalmente se encontram diretamente associados às tecnologias e métodos agronômicos da agricultura capitalista e a lógica empresarial, assim como também ocorre no Oeste paranaense.

Nesse sentido, podemos recorrer aos dados do IBGE (2019a) para destacar essa expressiva presença de pequenos e médios estabelecimentos familiares no Sudoeste paranaense, que atualmente conta com 29.779 mil estabelecimentos agropecuários descritos como familiares, o que corresponde a 81,60% do total. Porém, cabe assinalar que esses estabelecimentos familiares ocupam menos da metade da área total, isto é, 48,94% da área total de 981.753 hectares. Embora os dados nos revelem que os estabelecimentos familiares no Sudoeste paranaense ocupam mais área quando comparamos com os do Centro-Oriental paranaense e do Oeste paranaense; podemos notar que ainda assim há uma ampla concentração de terra nessa localidade. Na tabela abaixo podemos observar o número de estabelecimentos familiares presentes no Sudoeste paranaense de acordo com sua área total, em que se destaca o grupo de 10 hectares a menos de 20 hectares (IBGE, 2019a).

TABELA 6 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – SUDOESTE PARANAENSE

Grupo de Área Total	Sudoeste		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 ha	7.081	23,78	67.881	29,66
De 5 ha a menos de 10 ha	6.410	21,53	43.100	18,83
De 10 ha a menos de 20 ha	8.255	27,72	57.488	25,12
De 20 ha a menos de 50 ha	6.446	21,65	48.782	21,31
De 50 ha a menos de 100 ha	1.555	5,22	10.836	4,73
Mais de 100 ha	1	0	135	0,06
Sem Área	31	0,10	666	0,29
Total	29.779	100	228.888	100

Fonte: IBGE (2019a)

Contudo, também podemos indicar a territorialização do projeto do agronegócio quando reconhecemos que muitos agricultores e agricultoras, inclusive camponeses e camponesas, adotam os discursos e tecnologias do projeto do agronegócio. Dessa maneira, destacamos novamente o uso dos agrotóxicos nos estabelecimentos familiares – que é um dos principais símbolos do projeto do agronegócio – e que é usado em 23.588 mil estabelecimentos agropecuários familiares no Sudoeste paranaense (IBGE, 2019a). Frente a isso, podemos reconhecer que o projeto agroecológico desempenha um papel-chave ao valorizar e promover a agroecologia no estado do Paraná, de modo que possui um grande desafio nesse sentido, devido à hegemonia da agricultura capitalista.

A Liderança Paraná C nos menciona que quando o projeto agroecológico foi deslocado para o Sudoeste paranaense – processo que está diretamente associado com uma série de fatores político-sociais e com os interesses e possibilidades locais, como destacado –, houve uma busca por recuperar a memória e também destacar o campesinato, assim como por estimular a agroecologia num território que possui uma presença expressiva de camponeses e camponesas que têm uma base política estruturada e consolidada, por conta dos históricos processos de lutas e resistências contra as tentativas de expropriações de suas terras (Informação verbal).¹⁹⁶ Neste aspecto, cabe abrir um parêntese e pontuar que um dos episódios de maior destaque foi a denominada Revolta dos Posseiros ou dos Colonos que ocorreu em 1957, quando colonos ocuparam várias cidades do Sudoeste paranaense para protestar e expulsar a Clevelândia Industrial e Territorial (CITLA), uma companhia privada que começou a atuar e cobrar pelas áreas doadas pela

¹⁹⁶ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

CANGO. Um episódio que pode ser entendido como uma sucessão de disputas territoriais promovidas por equívocos jurídicos e políticos (Alves, 2008).

Ao modo que, somado a essa base política que já estava estruturada e consolidada, também havia no Sudoeste paranaense uma série de experiências agroecológicas, das quais se destacam aquelas iniciativas orientadas para recuperar as sementes crioulas, como assinala a Liderança Paraná C (Informação verbal).¹⁹⁷ Contudo, cabe recordar também as históricas iniciativas de assessoramento para os camponeses e camponesas que buscavam promover as “tecnologias alternativas” – que antecederam às experiências agroecológicas –, com destaque para o papel-chave desempenhado pela denominada Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar).¹⁹⁸ Nesse caso, podemos apontar que uma das primeiras iniciativas para a agroecologia era o denominado Projeto Vida na Roça, que teve início em 1996 e que passou a estimular a agroecologia no Sudoeste paranaense a partir de um discurso de autonomia (Alves, 2008).

Dessa maneira, compreendemos que o propósito dos e das protagonistas do projeto agroecológico naquele momento era expandir a agroecologia num território que contava historicamente com uma base camponesa que estava estruturada e consolidada politicamente, como também, que possuía experiências agroecológicas essenciais, como destaca a Liderança Paraná C (Informação verbal).¹⁹⁹ Abaixo podemos ver revelado esse intuito:

A Jornada de Agroecologia vai para lá naquela ideia de enraizar na base camponesa a agroecologia – uma experiência importantíssima que eles têm lá é de acúmulo de sementes e práticas agroecológicas. A intencionalidade era justamente isso, o campesinato do Sudoeste se sentir motivado, atraído a potencializar o que tem. Nós achávamos que era muito bom [sic] (Informação verbal).²⁰⁰

Somado a essas características descritas, podemos entender que o projeto agroecológico também buscou diminuir a intensidade das disputas que vinham ocorrendo com aqueles e aquelas protagonistas do projeto do agronegócio durante os seus primeiros sete anos. Processo que acabou condicionando naquele momento o recuo dos embates diretos, embora as disputas entre os e as protagonistas desses dois projetos sempre tenham permanecido latentes durante toda

¹⁹⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

¹⁹⁸ A Assesoar é uma ONG criada na década de 1960 no Sudoeste paranaense por um conjunto de camponeses e camponesas com o apoio de padres, que buscou promover uma série de trabalhos orientados a partir de uma perspectiva político-social e ecológica com o campesinato, com um amplo apelo da doutrina católica. Com isso, podemos compreender que a Assesoar desde seu estabelecimento até os dias atuais tem sustentado suas atividades como ONG orientadas para o apoio aos camponeses e camponesas no contexto das mudanças técnicas, sociais, econômicas e ecológicas nos espaços rurais (Alves, 2008).

¹⁹⁹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²⁰⁰ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

essa trajetória. Para a Liderança Paraná G, essa ruptura com o que era promovido, ou essa “re-cuada” como menciona, estava diretamente relacionada ao desgaste que aqueles sete anos de disputas promoveram, somado obviamente ao assassinato do Keno e os embates diretos com as empresas multinacionais e também com a Sociedade Rural de Cascavel. Dessa maneira, nos destaca que no Sudoeste paranaense o projeto agroecológico acabou retomando temas como o campesinato, a agroecologia, a solidariedade e as sementes e começou a promover questões relacionadas mais ao plano simbólico (Informação verbal),²⁰¹ como revela abaixo:

De fato ela dá uma medida no impulso quando vem para cá e retoma muito essa característica mesmo do campesinato, da solidariedade, da semente, um momento muito forte – hoje a Janete chamava atenção para isso... com a semente, com a troca, com a solidariedade, é aqui que ela vai retornar. Ela sempre teve, mas aqui ela vai começar a ter uma expressão maior especialmente pela cultura da Feira e tudo mais – e não só da semente, mas da rama, do porco, essas coisas assim. A Feira vai começar a ter outro horizonte sobre isso, uma região de muito colono, de muita agricultura familiar e muito forte com essa questão da biodiversidade, com as sementes e tudo mais, então ela fica bem simbólica aqui por conta disso [sic] (Informação verbal).²⁰²

Desse modo, podemos reconhecer que teve início outra etapa do projeto agroecológico, em que se buscou valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato. No entanto, é necessário destacar que, evidentemente, esses elementos estavam presentes durante as edições anteriores, quando houve disputas político-sociais e ambientais, assim, na realidade, o que ocorreu durante esse período foi uma tentativa de acentuá-los, uma estratégia que buscou aproximar o projeto agroecológico da base camponesa e agroecológica presente no Sudoeste paranaense. Podemos destacar que para esse processo de redirecionamento do projeto agroecológico, revelaram-se um conjunto de conhecimentos e práticas durante os momentos e atividades da Jornada de Agroecologia que marcaram sua passagem pelo Sudoeste paranaense. Ou seja, aquilo que também podemos compreender como um conjunto de conquistas em relação ao que estava posto no projeto agroecológico que era a valorização e promoção da agroecologia e o reconhecimento do campesinato. Em síntese, a Liderança Paraná C nos destaca que nesse processo de redirecionamento, o projeto agroecológico pôde passar das análises e disputas para as práticas concretas, disponibilizando para os camponeses e camponesas um conjunto de fer-

²⁰¹ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²⁰² Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

ramentas que estimulam a agroecologia por meio de conhecimentos e práticas (Informação verbal).²⁰³ Dessa maneira, podemos reconhecer que se revela nesse momento a sociologia das ausências, assim como a sociologia das emergências, ao haver os impulsos necessários para poder recuperar e promover um conjunto de conhecimentos e práticas baseados na agroecologia (Santos, 2002).

Frente a essa nova etapa do projeto agroecológico, a Liderança Paraná G nos relata que determinados atores sociais que haviam se distanciado durante aquele período inicial, quando as disputas estavam latentes, começaram a se reaproximar do projeto agroecológico, inclusive outros atores sociais também começaram a se aproximar, ampliando o coletivo para além da Vía Campesina. Com isso, podemos assinalar especialmente que um ator social passou a ter destaque durante as edições realizadas no Sudoeste paranaense, e que está relacionado diretamente com sua histórica presença e com o seu reconhecimento local: a Assesoar (Informação verbal).²⁰⁴

A primeira edição da Jornada de Agroecologia no Sudoeste paranaense ocorreu de 27 a 30 de maio de 2009, reunindo nesses dias ao redor de 3,5 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2010b). Como ocorreu nas edições passadas, nessa 8ª edição também estavam incluídos aqueles principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados temas essenciais, como: agricultura familiar e camponesa; agroecologia; análise do capital; biodiversidade; contaminação de alimentos; gênero; projeto popular; reforma agrária; segurança alimentar; semente crioula e soberania alimentar. Também cabe destacar que apareceu como novidade na programação dessa edição a formatura do curso de agronomia da Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA (Jornada de Agroecologia, 2009a). Abaixo expomos o quadro com a programação da respectiva edição.

²⁰³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²⁰⁴ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

QUADRO 22 – PROGRAMAÇÃO DA 8ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 27 de maio	
Manhã	Recepção das caravanas
	Mística de abertura
Tarde	Marcha
	“Reforma agrária, soberania alimentar, agroecologia, sementes crioulas e biodiversidade” “Construção de um projeto popular e soberano para a agricultura”
Noite	Reunião Coordenação
Quinta-Feira – 28 de maio	
Manhã	Mística
	Conferências
	“O movimento do capital transnacional na agricultura e suas consequências” - Ariovaldo Umbelino
	“Análise do projeto de integração empresas e consequências para a população” - Dinarte Belato
Tarde	“Exportações de frangos brasileiros e consequências para os povos africanos” - Francisco Mari
	Oficinas agroecológicas
Noite	Seminários
	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 29 de maio	
Manhã	Mística
	Conferências “A contaminação dos alimentos e suas consequências para a população” - Alfredo Benatto “As sementes e a soberania alimentar” - Frei Sergio Gorgen
	Apresentações culturais Festa das Sementes
Tarde	Debate “Gênero e preparação para o lançamento da campanha contra a violência às mulheres”
	Formatura Turma “Mata Atlântica” da ELAA
	Ato Político
Noite	Apresentações culturais
Sábado – 30 de maio	
Manhã	Mística
	Conferências “O projeto popular e soberano para a agricultura brasileira” - Marcos Rochinski “O processo de construção do projeto popular para o povo brasileiro” - Milton Viário “O projeto de integração soberana dos povos” - João Pedro Stédile
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo “O desenvolvimento da agricultura na história da humanidade”	
Feira “Produtos da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa” - “Sementes crioulas”	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2009a)

Com base na programação indicada, podemos notar que foi realizado um conjunto de conferências e seminários temáticos,²⁰⁵ que apresentaram estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, com destaque para Ariovaldo Umbelino, que procurou revelar o movimento do capital na agricultura e os impactos provocados por esse processo; para Dinarte Belato, revelando o processo de integração das empresas e os impactos desse processo para as pessoas; para Francisco Mari, discorrendo sobre a exportação de frango brasileiro e seus impactos para a população africana – cabe recordar que o Sudoeste é o maior produtor de frangos do estado do Paraná (Cf. Anexo 1) –; para Alfredo Benatto, destacando a contaminação dos alimentos e os impactos para a população. Além desses, também foi apresentado um conjunto de estudos e análises ao redor da agroecologia, campesinato e projeto agroecológico, com destaque para Frei Sergio Gorgen, que assinalou a relevância das sementes crioulas e da soberania alimentar; para Marcos Rochinski e para Milton Viário, apontando a necessidade de se promover um projeto popular e soberano para a agricultura brasileira; e para João Pedro Stédile, destacando o projeto de integração dos povos. Podemos notar que além das conferências e seminários temáticos, realizou-se também um “debate”, como é mencionado, que buscou colocar em destaque um tema que é essencial para o conjunto da sociedade e que tem recebido mais atenção dos movimentos sociais, que é a questão de gênero, que ajudou a preparar o lançamento da campanha contra a violência às mulheres. Nota-se que o tema aparece como uma novidade na programação do projeto agroecológico (Jornada de Agroecologia, 2009a).

No quadro adiante podemos observar os principais pontos indicados na carta política da 8ª Jornada de Agroecologia, que se encontram relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

²⁰⁵ Podemos notar que os seminários aparecem na programação, porém, não foram indicados os temas tratados.

QUADRO 23 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 8ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Acentuação do desemprego; • Acumulação e concentração de capital e poder; • Alterações em leis agrárias; • Alterações em leis ambientais; • Aumento da fome no mundo; • Subordinação de camponeses e camponesas ao agronegócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Denúncia a contaminação genética das sementes crioulas e convencionais pelos transgênicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2009b)

A segunda edição da Jornada de Agroecologia no Sudoeste paranaense ocorreu de 19 a 22 de maio de 2010, reunindo ao redor de 3 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2010b). Como nas edições passadas, nessa 9ª edição também estavam incluídos aqueles principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados temas essenciais. Abaixo apresentamos um quadro com a programação da respectiva edição.

QUADRO 24 – PROGRAMAÇÃO DA 9ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 19 de maio	
Manhã	Recepção das caravanas
Tarde	Marcha “Reforma agrária, soberania alimentar, agroecologia, sementes crioulas e biodiversidade” “Construção de um projeto popular e soberano para a agricultura”
Noite	Reunião Coordenação
Quinta-Feira – 20 de maio	
Manhã	Conferência “Análise do movimento do capital na agricultura e suas consequências” - Plínio de A. Sampaio “O papel do Estado e as políticas públicas” “Os agrotóxicos e a contaminação dos alimentos” - Letícia Silva
	Depoimentos
Tarde	Conferência “Como organizamos nosso projeto popular e soberano para a agricultura para resistir e acumular forças nesse período histórico?” -José Maria Tardin “Direito dos Agricultores: das práticas de melhoramento da agrobiodiversidade à construção de novos direitos” -Larissa Packer
	Depoimentos – “Sobre a construção do projeto popular” “Sementes e soberania alimentar” “Relação comercialização cidade e campo” “Educação e formação” “Intercambio e solidariedade entre os povos”
Noite	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 21 de maio	
Manhã	Seminários “Segurança e soberania alimentar” “Criminalização” “Crédito para a Agricultura Familiar”
	Oficinas Agroecológicas
Tarde	Seminários “Legislação de orgânicos” “Gênero” “Soberania energética”
	Oficinas Agroecológicas
	Conferência “Análise do período histórico atual e as tarefas da militância” - João Pedro Stédile
	Apresentações culturais
Sábado – 22 de maio	
Manhã	Conferência “As sementes e a soberania alimentar dos povos” - Ademar Bogo
	Ato político “Apresentação da Carta Política”
	Mística das Sementes
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo	
“O desenvolvimento da agricultura na história da humanidade”	
Feira	
“Produtos agroecológicos da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa”	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2010a).

Com base na programação indicada, podemos notar que foi realizado um conjunto de conferências e seminários temáticos,²⁰⁶ que apresentaram estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, com destaque para Plínio de Arruda Sampaio, analisando o movimento do capital na agricultura e suas consequências – assim como Ariovaldo Umbelino durante a primeira edição –; e para Letícia Silva, destacando as contaminações dos alimentos pelos agrotóxicos – assim como Alfredo Benatto durante a primeira edição. Além desses estudos e análises, também foi apresentado um conjunto de estudos e análises ao redor da agroecologia, campesinato e projeto agroecológico, com destaque para José Maria Tardin, que destacou a relevância do projeto popular como modelo de resistência – Marcos Rochinski e Milton Viário durante a primeira edição –; para Larissa Packer, indicando os direitos dos camponeses e camponesas quanto às práticas de melhoramento de sementes; para Ademar Bogo, destacando a relevância das sementes crioulas e da soberania alimentar – assim como Frei Sergio Gorgen durante a primeira edição –; e de João Pedro Stédile, destacando a conjuntura atual e acentuando o papel da militância nesse contexto (Jornada de Agroecologia, 2010a).

Quanto aos seminários temáticos, podemos notar que foram tratados uma série de temas como: segurança e soberania alimentar; criminalização; crédito para o campesinato; questões ambientais; legislação de orgânicos; gênero e soberania energética. Além disso, também foram promovidos em dois períodos um conjunto de depoimentos de camponeses e camponesas sobre distintos temas, o que podemos compreender como uma novidade durante essa edição, dos quais aparecem quatro: sementes e soberania alimentar; comercialização campo e cidade; educação e formação; e, intercambio e solidariedade entre povos (Jornada de Agroecologia, 2010a).

No quadro abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da 9ª Jornada de Agroecologia, que se encontram relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; como também as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

²⁰⁶ Podemos notar que os seminários aparecem na programação, porém, não foram indicados os temas tratados.

QUADRO 25 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 9ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do uso de agrotóxicos; • Contaminação dos alimentos e pessoas com agrotóxicos; • Contaminação genética das sementes crioulas e convencionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Denúncia às manobras da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Agricultura; • Denúncia à criminalização dos movimentos sociais.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2010b)

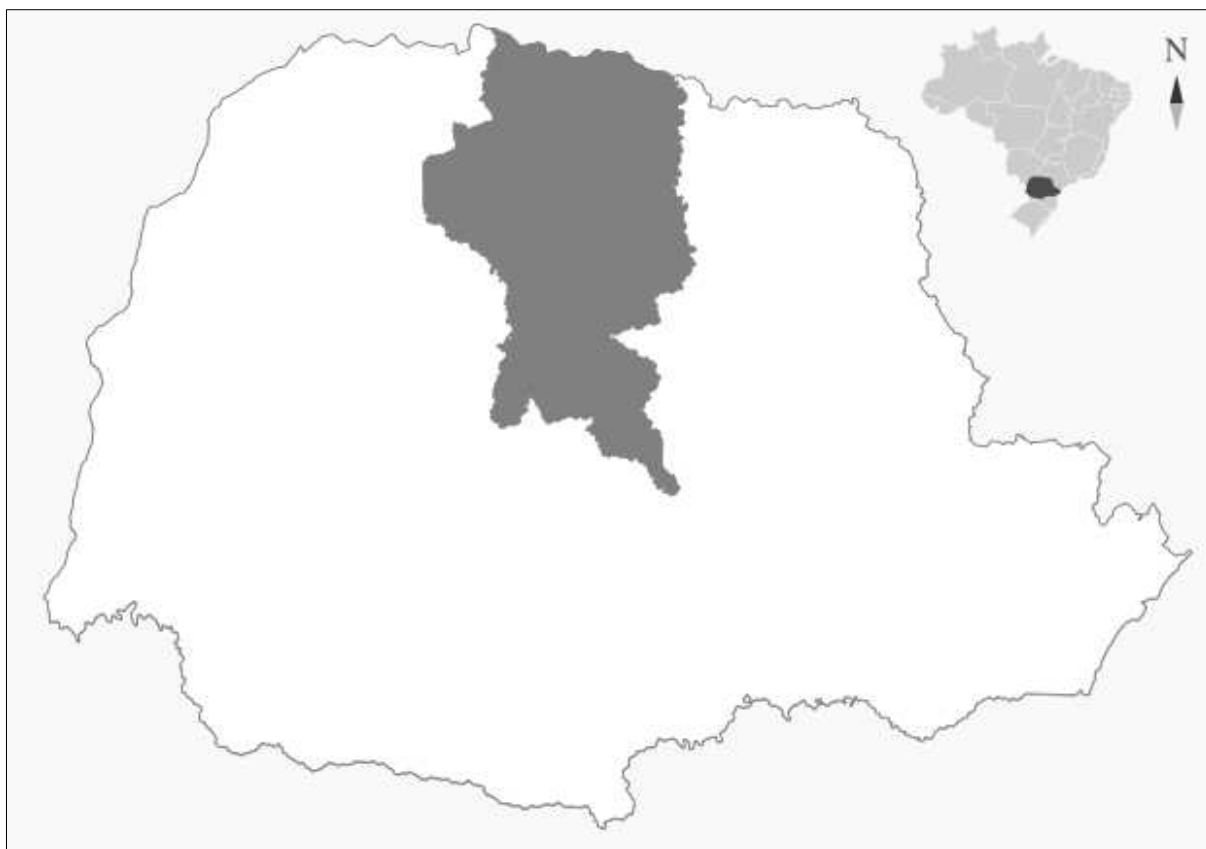
Frente a isso, podemos destacar e entender que o deslocamento do projeto agroecológico para o Sudoeste paranaense cumpria com o interesse em valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato para outros espaços rurais no estado do Paraná, combinando nesse caso, com a presença de uma base agroecológica e camponesa, historicamente estruturada e consolidada politicamente no Sudoeste paranaense. Dessa maneira, podemos reconhecer que houve um processo de transição no projeto agroecológico, passando das análises e disputas para as práticas concretas, disponibilizando desse modo um conjunto de ferramentas para promover a agroecologia aos camponeses e camponesas, o que revela uma grande conquista (Informação verbal).²⁰⁷

5.4 LONDRINA: ACENTUAÇÃO DA DIMENSÃO EDUCACIONAL – UNIVERSIDADES

Após dois anos no Sudoeste paranaense, buscando valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, o projeto agroecológico foi deslocado para Londrina, um município com um alto índice populacional, localizado na mesorregião geográfica denominada Norte Central paranaense – composta por 79 municípios – onde permaneceu por dois anos: 2011 e 2012. No mapa abaixo indicamos a localização dessa mesorregião geográfica no estado do Paraná.

²⁰⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE CENTRAL PARANAENSE



Fonte: O autor (2020)

Assim como ocorreu no Oeste paranaense e no Sudoeste paranaense, o início da ocupação populacional por parte de imigrantes – considerando a presença de povos autóctones – no Norte Central também foi recente. Esse povoamento também esteve baseado num procedimento de “colonização” por companhias públicas e privadas que lotearam as terras em pequenos e médios estabelecimentos e os venderam a preços baixos. Somado a isso, os investimentos para poder estruturar uma malha ferroviária e rodoviária para criar novos canais de escoamento da produção agropecuária, acabou atraindo uma onda de imigração, composta principalmente por paulistas, mineiros e os próprios paranaenses. Porém, ao contrário do Oeste paranaense e do Sudoeste paranaense, esse processo esteve diretamente relacionado ao crescimento da fronteira cafeeira paulista, que caminhava em direção ao território paranaense durante a primeira metade do século XX e que, até aquele momento, possuía um índice de ocupação populacional baixo (Ipardes, 2004d).²⁰⁸

²⁰⁸ Quanto ao crescimento territorial do complexo cafeeiro paulista cabe destacar o reconhecido trabalho de Pierre Monbeig denominado: *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, publicado primeiro em francês em 1952 e depois em português em 1984.

Dessa maneira, a produção cafeeira, durante um grande período, era a produção de maior destaque e sustentava toda estrutura político-social, econômica, agrária e agrícola do Norte Central paranaense. Porém, com o constante avanço do capital na agricultura brasileira durante a segunda metade do século XX, aquela produção passou a ser substituída pelas *commodities*, o que a revela como um território do projeto do agronegócio. Nesse aspecto, é pertinente indicar que, atualmente, essa mesorregião possui uma relevante produção de três *commodities* que se encontram diretamente associados ao projeto do agronegócio: cana-de-açúcar, soja e milho – cf. Anexo 1²⁰⁹ (IBGE, 2018a).

Também podemos reconhecer esse processo de territorialização do projeto do agronegócio no Norte Central paranaense com base nos dados do IBGE (2019a). De acordo com esses dados, o Norte Central paranaense possui 27.154 mil estabelecimentos agropecuários descritos como familiares, o que é equivalente a 70,42% do total de estabelecimentos. Contudo, vale ressaltar que esses estabelecimentos familiares ocupam somente 19,15% da área total de 1.977.114 hectares, o que corresponde ao segundo menor índice quando comparamos com os demais locais por onde passou o projeto agroecológico, e que evidentemente revela a ampla concentração de terra no Norte Central paranaense.²¹⁰ Na tabela abaixo é possível observar a quantidade desses estabelecimentos familiares presentes no Norte Central paranaense de acordo com sua área total, com destaque para o grupo com menos de 5 hectares e para aquele de 10 hectares a menos de 20 hectares (IBGE, 2019a).

²⁰⁹ Em anexo apresentamos os principais produtos agropecuários produzidos em 2018 no Oeste paranaense.

²¹⁰ Cabe apontar que essa mesorregião geográfica possui solos férteis em aproximadamente 65% da sua área total, em que o maior problema para as práticas agrícolas está no controle das erosões, que decorre dessa própria prática e do alto volume de chuvas. Mais da metade do relevo é plano e levemente ondulado (60%), contando também com relevo ondulado (25%), relevo amplamente ondulado (10%) e relevo montanhoso (5%). Vale ainda destacar o alto índice de desmatamento que possui o Norte Central paranaense – com 95% da sua área total – que está diretamente associado à intensa prática agropecuária (Ipardes, 2004d).

TABELA 7 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – NORTE CENTRAL PARANAENSE

Grupo de Área Total	Norte Central		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 ha	8.929	32,88	67.881	29,66
De 5 ha a menos de 10 ha	5.133	18,90	43.100	18,83
De 10 ha a menos de 20 ha	6.482	23,87	57.488	25,12
De 20 ha a menos de 50 ha	5.404	19,90	48.782	21,31
De 50 ha a menos de 100 ha	937	3,45	10.836	4,73
Mais de 100 ha	0	0,00	135	0,06
Sem Área	269	1,00	666	0,29
Total	27.154	100	228.888	100

Fonte: IBGE (2019a)

Além disso, também podemos marcar o processo de territorialização do projeto do agronegócio quando reconhecemos que muitos dos agricultores e agricultoras familiares, inclusive camponeses e camponesas, também adotam discursos e tecnologias do projeto do agronegócio. Como exemplo desse processo podemos destacar que 16.982 mil estabelecimentos familiares usam agrotóxicos (IBGE, 2019a).

Com isso, quando o projeto agroecológico foi deslocado para o Norte Central paranaense, – processo que está diretamente associado a uma série de fatores político-sociais e com os interesses e possibilidades locais, como pontuado, continuou a busca por valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, contudo, soma-se a isso a procura por destacar e promover a dimensão educacional, que passará a ter o apoio da universidade pública. Neste sentido, podemos assinalar que houve ao menos três pontos que estimularam diretamente esse deslocamento para Londrina e que marcaram a trajetória do projeto agroecológico durante essas edições, tomando como base os relatos realizados pela Liderança Paraná H (Informação verbal),²¹¹ que indicamos adiante.

O primeiro ponto era o interesse em valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato em outros espaços rurais no estado do Paraná; além do que esse é um território onde o projeto do agronegócio tem presença marcante, de modo que havia menor quantidade de experiências agroecológicas quando comparado com os outros municípios onde se realizaram a Jornada de Agroecologia. Frente a isso, havia nesse momento um entendimento de que era necessário destacar essas experiências agroecológicas, assim como promover a agroecologia, estimulando para que aqueles camponeses e camponesas que continuavam adotando

²¹¹ Liderança Paraná H. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

as tecnologias e método agronômicos associadas à agricultura capitalista e dependentes desse modelo, pudessem se aproximar de uma alternativa (Informação verbal).²¹² Aqui, cabe lembrar que o Assentamento Eli Vive, criado em 2010 com mais de 500 famílias – maior assentamento em área metropolitana do país – está localizado no município de Londrina e, portanto, estimular a agroecologia era um passo essencial para ajudar a promover o debate sobre o projeto de assentamento, como nos relata a Liderança Paraná I (Informação verbal).²¹³ Assim, é possível reconhecer que nesse ponto é revelado um interesse em promover possibilidades, o que evidentemente caminha ao encontro da sociologia das emergências (Santos, 2002).

O segundo ponto – que cabe marcar que foi amplamente acentuado pelas lideranças em nossas entrevistas – era o interesse em consolidar os vínculos com os atores educacionais, nesse caso associados às universidades e, dessa maneira, promover uma dimensão educacional (Informação verbal).²¹⁴ Nesse aspecto, a Liderança Paraná I nos destaca que a agroecologia naquele período estava presente – e continua atualmente – na agenda de um conjunto de coletivos comprometidos – compostos por professores, professoras, pesquisadores, pesquisadoras e estudantes – no interior das universidades do estado do Paraná,²¹⁵ ajudando a estimulá-la nesses espaços acadêmicos, como também a promover o projeto agroecológico (Informação verbal).²¹⁶

No entanto, a Liderança Paraná G nos menciona que no caso do projeto agroecológico, a maioria desses coletivos se encontram associados às áreas da educação e ciências sociais, embora evidentemente hajam atores sociais associados as demais áreas do conhecimento. Com isso, a Liderança procura nos chamar a atenção para que, em determinadas áreas que possuem um papel essencial para a agroecologia e para o campesinato, há ainda pouco comprometimento (Informação verbal).²¹⁷ Nesse caso, podemos considerar que esse processo está diretamente relacionado com o controle realizado sobre as ciências – como sobre seus e suas protagonistas – desde a racionalidade da modernidade-colonialidade, em que historicamente está presente nas universidades, como destacamos. Assim, é preciso reconhecer que ao mesmo tempo em que há atores sociais comprometidos em promover uma ciência que tenha compromisso social, econômico e ambiental, há atores sociais que estimulam uma ciência que está direcionada para lidar somente com os interesses associados à racionalidade da modernidade-colonialidade.

²¹² Liderança Paraná H. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²¹³ Liderança Paraná I. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²¹⁴ Liderança Paraná H. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²¹⁵ A Liderança Paraná H nos relata que as universidades aparecem como entidades, mas na prática, são os coletivos de atores sociais que estão comprometidos: “[...] quando a gente diz a academia ou Universidade [...] são pessoas né, são pessoas que têm a sensibilidade, que se aproximam, que acreditam e vão fortalecendo, é nessa perspectiva” [sic] (Informação Verbal, Liderança Paraná H. Curitiba, outubro de 2019, entrevista).

²¹⁶ Liderança Paraná I. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²¹⁷ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

Frente a isso, a Liderança Paraná C assinala que esses espaços acadêmicos, composto por esses atores sociais comprometidos, começaram a desempenhar um papel-chave para com o projeto agroecológico – espaços em que, para Grosfoguel (2012), possui amplo potencial para decolonizar e democratizar as ciências – indicando, nesse caso, que é preciso ter as bases técnicas e as bases materiais – como as sementes e a terra –, mas também é preciso ter a base educacional e cultural, para que seja possível estabelecer sua estrutura e impulsionar o projeto agroecológico (Informação verbal).²¹⁸ Dessa maneira, a Liderança Paraná H nos indica que esse encontro entre esses atores sociais (acadêmicos) com o projeto agroecológico ajudou a promover um conjunto de elementos, dos quais se destacam desde os aspectos teóricos, passando por estudos e análises, até os aspectos práticos, o que condicionou aprimorar e ampliar conhecimentos e práticas relacionadas com a agroecologia (Informação verbal).²¹⁹

Desse modo, no caso de Londrina, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) enquanto instituição, assim como o coletivo de atores sociais estabelecidos nessa universidade e comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, possuíram um papel essencial na passagem do projeto agroecológico por Londrina²²⁰ – cabe lembrar que as duas edições se realizaram no campus da UEL.²²¹ Além disso, a Liderança Paraná B nos recorda que durante essas edições houve o apoio e envolvimento do movimento estudantil, o que estimulou a juventude a pensar a agroecologia e assim, nos relata: “O que foi um marco importante dessa Jornada de Agroecologia – não que nas outras não tivessem – mas foi a Jornada de Agroecologia em que, pela primeira vez, aparece em grande quantidade o movimento estudantil da universidade, e passou a ser uma referência” [sic] (Informação verbal).²²²

Frente a isso, podemos retomar a Liderança Paraná G, que nos menciona que o apoio das universidades para com o projeto agroecológico se revelou como um ponto essencial e de sumo destaque em sua trajetória. Desse modo, também nos indica que, embora as universidades desempenhem mais um papel local para o projeto agroecológico, continuam apoiando-o mesmo

²¹⁸ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²¹⁹ Liderança Paraná H. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²²⁰ Também é preciso recordar o apoio da Unioeste para o projeto agroecológico durante sua passagem pelo Oeste paranaense e Sudoeste paranaense, como também de outras universidades do estado do Paraná nas demais edições da Jornada de Agroecologia.

²²¹ Neste sentido, a Liderança Paraná E comenta a seguinte anedota: “Quando realizamos a primeira edição da Jornada de Agroecologia aqui em Londrina, ela ocorreu no espaço do campus da UEL e nos surpreendeu ao passo que nós tivemos diretamente mais de 4 mil pessoas inscritas e participando. Teve um momento que a gente teve que parar e fechar a entrada porque era tanto interesse em participar, tantas oficinas, seminários, os trabalhos de grupo, as oficinas de experiência, as experiências inclusive que foram visitadas no município de Londrina e região metropolitana, foram dando essa envergadura e respondeu àquele objetivo que nós tínhamos ao trazer a Jornada de Agroecologia para Londrina. Foi uma experiência bastante exitosa, que ainda realizamos mais uma né” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista).

²²² Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

quando há seu deslocamento para outro município (Informação verbal),²²³ como podemos ver revelado abaixo:

[...] a presença da universidade vai perpassar por tudo isso, independente do peso político que a gente vai colocar. Localmente a gente sempre vai ter uma presença muito forte da universidade. [...] essa cultura foi se criando também na medida que a gente foi passando pelos locais e as universidades locais foram se incorporando, boa parte delas seguem até hoje no fluxo da Jornada de Agroecologia. Mas, ao acontecer a Jornada de Agroecologia em determinado local, a presença da universidade se deu muito forte, isso foi bastante determinante [...] [sic] (Informação verbal).²²⁴

Finalmente, o terceiro ponto era o interesse em aproximar campo e cidade, recordando que Londrina é o segundo município mais populoso do estado do Paraná. Desse modo, deram-se os primeiros passos para aproximar o projeto agroecológico dos consumidores e consumidoras da cidade – o que depois é retomado em Curitiba com maior peso, como veremos adiante – o que ajudou a colocar em destaque a necessidade de pensar e promover a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar (Informação verbal).²²⁵

A primeira edição da Jornada de Agroecologia em Londrina ocorreu de 22 a 25 de junho de 2011, reunindo ao redor de 4 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2011b). Como também ocorreu nas edições anteriores, durante essa edição estavam incluídos os principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados uma série de temas essenciais (Cf. Quadro 42). Abaixo apresentamos um quadro com a programação da respectiva edição.

²²³ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²²⁴ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²²⁵ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

QUADRO 26 – PROGRAMAÇÃO DA 10ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 22 de junho	
Manhã	Recepção das caravanas
Tarde	Marcha “Pela agroecologia e integração campo e cidade”
	Mística de Abertura
Quinta-Feira – 23 de junho	
Manhã	Mística
	Conferências “A matriz do capital e a matriz soberana: a agroecologia” - Sebastião Pinheiro “Agrotóxicos e suas consequências ao ambiente a saúde pública” - Raquel Rigoto
	Ato Político “Lançamento campanha contra o uso dos agrotóxicos”
Tarde	Oficinas agroecológicas
	Seminários “Sistema participativo de garantia de orgânicos” “Agrotóxico é veneno!” “Sementes e agroecologia” “Educação do campo” “Gênero e classe” “Método de trabalho de base no processo de transição à agroecologia”
	Conferência “Agronegócio e o modelo dependente da agricultura brasileira” - João Pedro Stédile
Noite	Lançamento de livros
	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 24 de junho	
Manhã	Mística
	Conferências “Como organizar a produção de alimentos e a geração de renda na agricultura familiar, agrária e camponesa” - Álvaro Delatorre “Desafios da educação popular na construção do projeto da classe trabalhadora” - Conceição Paludo “A necessidade da organização popular para avançar” - Ademar Bogo
	Lançamento de livros
Tarde	Oficinas agroecológicas
	Seminários “Novas tecnologias e a mercantilização da natureza” “O papel da pesquisa na Universidade” “Mística” “Agroecologia e políticas públicas” “Código Florestal e a agricultura camponesa” “Agroenergia e soberania dos povos”
	Conferência “Os impérios da biomassa contra a soberania alimentar” - Pat Mooney
Noite	Apresentações culturais
Sábado – 25 de junho	
Manhã	Mística
	Troca de Sementes
	Ato Político - Carta Política
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo “Experiência de educação popular em agroecologia”	
Feira “Feira dos produtos agroecológicos da reforma agrária e da agricultura familiar camponesa”	

Com base na programação indicada, podemos notar que foi realizado um conjunto de conferências e seminários temáticos, que apresentaram estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, com destaque para Raquel Rigoto, que buscou destacar os impactos dos agrotóxicos para a natureza e para a saúde humana; para João Pedro Stédile, que procurou apontar a dependência da agricultura brasileira do projeto do agronegócio; para Pat Mooney, destacando os controles sobre os alimentos e como esse processo impede alcançar a soberania alimentar; para Sebastião Pinheiro, marcando a oposição da agricultura capitalista e da agroecologia. Além desses estudos e análises, também foram apresentados um conjunto de estudos e análises ao redor da agroecologia, campesinato e projeto agroecológico, com destaque para Álvaro Delatorre, indicando a estruturação da produção de alimentos e geração de renda para o campesinato; para Conceição Paludo, acentuando os desafios da educação popular na construção do projeto popular; e para Ademar Bogo, destacando a necessidade da organização popular (Jornada de Agroecologia, 2011a).

Na carta política da 10ª Jornada de Agroecologia é destacado que os camponeses e camponesas e demais atores sociais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, lutam e resistem diariamente para valorizar e promover a agroecologia, compreendendo-a como a base da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar dos povos, contudo, não contam com o apoio necessário do Estado e, desse modo, demanda por políticas públicas para a agroecologia. De outra maneira, denuncia o apoio dado pelo Estado para o projeto do agronegócio, que estimula uma agricultura que provoca impactos sociais, econômicos e ambientais (Jornada de Agroecologia, 2011b).

No quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, e que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

QUADRO 27 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 10ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação, exploração e mercantilização da natureza; • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Concentração da terra e renda; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Criminalização dos movimentos sociais; • Degradação ambiental; • Expansão das monoculturas; • Trabalho escravo; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2011b)

A segunda edição da Jornada de Agroecologia em Londrina ocorreu de 11 a 14 de julho de 2012, reunindo ao redor de 4 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2012). Não obtivemos a programação dessa edição, no entanto, com base nos relatos das lideranças podemos destacar que os principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia também estavam incluídos nessa edição.

A carta política da 11ª Jornada de Agroecologia recupera os principais pontos indicados na carta política da edição passada, destacando que os camponeses e camponesas e demais atores sociais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, lutam e resistem diariamente para valorizar e promover a agroecologia, mas ainda não contam com o apoio necessário do Estado e, assim, demandam por políticas públicas para a agroecologia e para o campesinato, de maneira que denunciaram o apoio do Estado para o projeto do agronegócio. Contudo, vai mais além da edição anterior e coloca em destaque a economia verde, apontando como uma estratégia capitalista que promove falsas soluções – processo que está associado a Rio +20, que ocorreu naquele mesmo ano (Jornada de Agroecologia, 2012).

No quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, que se encontram relacionadas aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como

as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

QUADRO 28 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 11ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação, exploração e mercantilização da natureza; • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Concentração da terra e renda; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Criminalização dos movimentos sociais; • Degradação ambiental; • Expansão das monoculturas; • Trabalho escravo; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2012)

Em resumo, podemos entender que o projeto agroecológico em Londrina buscou valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, novamente num território do projeto do agronegócio. No entanto, além disso, procurou colocar em destaque a dimensão educacional se aproximando e contando com o apoio da universidade e de um conjunto de atores sociais que ali se encontram comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, que cumpriu com um papel essencial para com o projeto agroecológico. Como veremos adiante, essa dimensão educacional continua nas próximas edições, porém, desloca-se para uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia promovida pelos movimentos sociais.

5.5 MARINGÁ: ACENTUAÇÃO DA DIMENSÃO EDUCACIONAL – MOVIMENTOS SOCIAIS

Após passar dois anos em Londrina, procurando valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também colocar em destaque a dimensão educacional, aproximando-se e contando com o apoio da universidade, o projeto agroecológico foi deslocado para Maringá, município que também está localizado no Norte Central paranaense, onde permaneceu por mais dois anos: 2013 e 2014.

De maneira semelhante ao que ocorreu em Londrina, podemos destacar que em Maringá o projeto agroecológico também esteve associado à dimensão educacional, porém, ao contrário, houve a procura em estimular uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia a partir dos movimentos sociais, que possuem uma ampla trajetória nesse sentido. No entanto, é necessário reconhecer que a universidade, nesse caso a Universidade Estadual de Maringá (UEM), continuou concedendo apoio para o projeto agroecológico, como nos relatam as lideranças.

Frente a isso, podemos assinalar que a partir dessa perspectiva pedagógica popular da agroecologia, o projeto agroecológico procurou recuperar e destacar o acúmulo de conhecimentos e práticas agroecológicas e camponesas, como suas validades, o que acabou colocando em questionamento o que Santos (2002) denomina como monocultura do saber. Assim como, buscou ressaltar as lutas, resistências e conquistas dos camponeses e camponesas associadas à agroecologia e ao campesinato. Além disso, cabe apontar um aspecto que ajudou a estimular esse processo e que marcou a trajetória do projeto agroecológico: pela primeira vez a Jornada de Agroecologia foi realizada dentro de um território do campesinato, na Escola Milton Santos de Agroecologia.²²⁶ Contudo, a Liderança Paraná G nos revela que realizar essas edições nesse espaço do campesinato foi um processo complexo, porém, condicionou para que o projeto agro-

²²⁶ Toná (2016), que descreve o processo de criação da Escola Milton Santos, indica que o MST, com o intuito de criar um centro de educação em agroecologia, recorreu ao apoio da Prefeitura Municipal de Maringá – que naquele momento possuía um Governo do PT – que doou uma área de aproximadamente 80 hectares para a instalação do estabelecimento de ensino. No entanto, com o passar do tempo, a posse do terreno foi recorrentemente contestada juridicamente, prejudicando o funcionamento da escola. Nesta direção, nos parece essencial o relato da Liderança Paraná B, que nos menciona que a realização da Jornada de Agroecologia na escola colocou a atenção sobre ela: “A escola nossa lá é uma área não resolvida juridicamente, ela pertence à prefeitura e o prefeito queria despejar nós, despejar a escola. E aí era o momento também de reforçar e obrigar o prefeito a voltar atrás. [...] no dia da Jornada de Agroecologia ele foi obrigado a subir lá e fazer uma fala pública dizendo que não ia mais fazer o despejo, ele falou lá no palanque. A Jornada de Agroecologia [...] e reverteu o despejo. É uma vitória importante para a escola, nós estávamos sob ameaça o tempo todo” [sic] (Informação Verbal, Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista).

ecológico pudesse dar um passo a mais enquanto projeto popular, assim como na própria qualidade da Jornada de Agroecologia (Informação verbal).²²⁷ Para a Liderança Paraná C, realizar a Jornada de Agroecologia dentro de um território do campesinato possui um valor simbólico que é essencial para os camponeses e camponesas e também para o próprio projeto agroecológico, mas, destaca que também possui um caráter prático que é estimular as trocas de conhecimentos e práticas agroecológicas e camponesas num espaço de formação político-pedagógica já consolidado pelos camponeses e camponesas, onde há o entendimento de que os espaços tradicionais de conhecimentos estão controlados por uma perspectiva dominante e limitada – da racionalidade da modernidade-colonialidade – orientada a responder diretamente aos interesses dos e das protagonistas do projeto do agronegócio (Informação verbal).²²⁸

Dessa maneira, torna-se necessário criar e consolidar espaços político-pedagógicos que possam romper com os domínios impostos desde a racionalidade da modernidade-colonialidade e que tenham capacidade de promover uma ciência comprometida com os interesses, principalmente, dos atores sociais silenciados, como têm buscado os centros e as escolas de agroecologia dos movimentos sociais, ou como nos acentua a Liderança Paraná C, promover uma “revolução educacional plural” (Informação verbal).²²⁹ Uma perspectiva que podemos ver revelado abaixo:

Ó, vamos potencializar, vamos reconhecer, vamos valorizar as iniciativas de cursos de nível médio e nível superior. [...]. Ou seja, para que a ciência seja apropriada pelos camponeses e multiplicar iniciativas para formar uma geração de técnicos, cientistas e militantes, que assumissem a agroecologia como uma perspectiva de transferência de tecnologia. Para ser uma base... para ir se enraizando no movimento agroecológico [sic] (Informação verbal).²³⁰

Nesse sentido, podemos entender que desde esses espaços político-pedagógicos se torna possível criar e promover as condições necessárias para poder recuperar as experiências sociais ocultadas e estimular o surgimento de outras experiências sociais, operacionalizando nesse caso a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, revelada por Santos (2002). Também é possível indicar que tais espaços político-pedagógicos cumprem com uma histórica demanda dos camponeses e camponesas, que é a assistência técnica. Toná (2016), ao analisar o papel que desempenha a Escola Milton Santos para os camponeses e camponesas, pontua que a assistência técnica estimulada atualmente está pautada num constante repasse das tecnologias e métodos

²²⁷ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²²⁸ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²²⁹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²³⁰ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

agronômicos da agricultura capitalista para os camponeses e camponesas, possuindo pouco ou nenhum compromisso com os assentamentos rurais.²³¹ Com isso, é preciso considerar a necessidade e o valor dos centros e escolas de agroecologia dos movimentos sociais e das universidades, para promover a agroecologia.²³²

Desse modo, podemos reconhecer que, da mesma maneira que o projeto agroecológico revela e promove narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais que têm base na perspectiva agroecológica, os centros e escolas de agroecologia também. Frente a isso, é possível destacar que, embora o projeto agroecológico e a Escola Milton Santos sejam iniciativas com trajetórias distintas, são complementares e, com isso, acabaram por se encontrar naquele momento, não por acaso. Neste sentido, a Liderança Paraná I relata que a Escola Milton Santos, ao receber essas duas edições da Jornada de Agroecologia e juntar essas duas trajetórias, acabou se revelando como um palco de conhecimentos e de práticas acumuladas (Informação verbal),²³³ como podemos ver descrito abaixo:

A Escola Milton Santos acabou sendo um palco com as oficinas, seminários temáticos, enfim, que teve durante a Jornada de Agroecologia. As experiências da escola foram bastante significativas para quem participou diretamente naquele período, cerca de 3 mil pessoas. Quem teve a experiência de poder passar por aquelas oficinas ali com certeza teve algo que acumulou na experiência prática que a escola pode oferecer naquele período [sic] (Informação verbal).²³⁴

Ademais, ao serem realizadas essas duas edições da Jornada de Agroecologia nas próprias dependências da escola, seus atores sociais puderam adquirir conhecimentos promovidos desde a pluralidade que está presente no projeto agroecológico, como nos menciona a Liderança Paraná I.²³⁵

²³¹ Toná (2016), nesse mesmo estudo, indica que após o término dos cursos na Escola Milton Santos, mais de 73% dos e das estudantes contribuíram em atividades coletivas ou internas nos assentamentos rurais, cumprindo com a expectativa.

²³² Neste aspecto, nos parece necessário apontar um relato da Liderança Paraná C que vai nessa direção: “Um outro componente que é central no processo da Jornada de Agroecologia é que nós precisamos preparar gente, que sentido de preparar gente? Preparar os cientistas, preparar os militantes, preparar os dirigentes, em todas áreas do conhecimento. Como que a gente gera um conhecimento massivo e científico para essa nova geração que vai abraçar para si uma ciência numa perspectiva coletiva e comunitária e não pessoal? Hoje, tanto a Via Campesina com o MST, a gente tem uma rede de escolas de nível médio e de nível superior em parceria com as universidades. Escolas que têm milhares e milhares de gente estudando, justamente esses seres que estudam e se formam serão os que vão assumir essas tarefas de multiplicar esse conhecimento. Tem muito espaço, nós precisamos de tudo hoje, desde médico ao veterinário” [sic] (Informação Verbal, Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista).

²³³ Liderança Paraná I. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²³⁴ Liderança Paraná I. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

²³⁵ Um ponto destacado pela Liderança Paraná I, e que merece destaque, é a constante diminuição de repasses para a educação popular do campo, sobretudo para o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera) – uma conquista dos movimentos sociais – prejudicado as atividades em todo o país. Assim, a liderança nos relata:

[...] experiência da Jornada de Agroecologia foi como um ambiente de pesquisa e de estudo das turmas, os eventos da Jornada de Agroecologia em si, todas as turmas de agroecologia que aconteciam na Escola Milton Santos e em todas essas outras escolas os educandos participavam ou da construção indireta do evento, indo nos dias da Jornada de Agroecologia que são ambientes de trocas de experiências, ambientes de formação, ambientes de ensino e aprendizagem [sic] (Informação verbal).²³⁶

Dessa maneira, podemos destacar que ao serem realizadas essas duas edições da Jornada de Agroecologia, procurando estimular uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia, dentro do território do campesinato, houve um intercâmbio que favoreceu tanto a Escola Milton Santos como o projeto agroecológico, mas, principalmente, aos camponeses e camponesas.

Quanto à edição, podemos destacar que a primeira edição da Jornada de Agroecologia em Maringá ocorreu de 7 a 10 de agosto de 2013, reunindo ao redor de 3 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2013b). Como também aconteceu nas edições anteriores, durante a 12ª edição estavam incluídos aqueles principais momentos e atividade que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados um conjunto de temas essenciais (Cf. Quadro 42). Apresentamos abaixo um quadro com a programação da respectiva edição.

“Vou abrir um parêntese aqui. [...] nessa conjuntura atual nós temos bastante dificuldades de tá tocando os cursos [...]. Há uma lei que garante recursos específicos para as turmas de beneficiários da reforma agrária, mas, como não avança a reforma agrária nesse período histórico [...], também não temos acesso a novos cursos, principalmente para a agroecologia. Há outros cursos que acontecem, mas que já foram articulações políticas anteriores a esse processo e são bem menos. Se a gente tivesse autonomia financeira e não dependesse do Pronera, nós poderíamos tá continuando os cursos, com as relações que temos com as Universidades, mas, como isso é uma coisa complexa né requer bastante recurso. Precisa ter um recurso que hoje nós não temos previsto, então, os cursos acabam não acontecendo. Por exemplo, nesse momento, nós não estamos com turma na Escola Milton Santos, nós tivemos até 2018. Nós tínhamos uma turma, só que 2019 ficou um ano paralisado no sentido de ser uma turma permanente do curso de agroecologia, fecha esse parêntese” [sic] (Informação Verbal, Liderança Paraná I. Curitiba, outubro de 2019, entrevista).

²³⁶ Liderança Paraná I. Curitiba, outubro de 2019, entrevista.

QUADRO 29 – PROGRAMAÇÃO DA 12ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 07 de agosto	
Manhã	Recepção das caravanas
	Mística de Abertura
Tarde	Marcha “Agroecologia, reforma agrária e agricultura camponesa”
Noite	Ato de Solidariedade
Quinta-Feira – 08 de agosto	
Manhã	Mística
	Conferências “O projeto do capital para a agricultura. O agronegócio: análise e denúncia” - João Pedro Stédile “Klabin: monocultura de eucaliptos” - Roberto Martins
	Seminários “Denúncia em relação ao uso de agrotóxicos: caso Nortox” “Campanha contra o agrotóxico” “Situação da cana-de-açúcar” “Hidrelétricas e MAB” “Transgenia – novos casos”
Tarde	Oficinas agroecológicas
	Seminário “Bio(in)segurança e os 10 anos de transgênicos no Brasil: promessas não cumpridas” - Marcelo Silva, Leonardo Malgarejo e Darci Frigo
	Abertura do Túnel do Tempo “Histórico da Jornada de Agroecologia e da Escola Milton Santos”
Noite	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 09 de agosto	
Manhã	Mística
	Conferência “A construção do nosso projeto popular e soberano para a agricultura”
	Oficinas agroecológicas
Tarde	Oficinas agroecológicas
	Seminários “Direito dos agricultores e agricultoras ao livre uso da biodiversidade: a questão das sementes” - Ana Carolina Brolo de Almeida, Luciano Riberio e Anderson Munarini
	Visita a Feira
Noite	Apresentações culturais
Sábado – 10 de agosto	
Manhã	Mística
	Conferência “Soberania alimentar”
	Ato Político e Carta Política

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2013a) e Terra de Direitos (2013).

Nota: Os títulos dos seminários do dia 08/08 e do dia 09/08 foram adicionados com base nas informações da Terra de Direitos, tendo em conta que os títulos não apareciam na programação que tivemos acesso.

Com base na programação, podemos notar que foram realizadas conferências e seminários temáticos que apresentaram estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, com destaque para João Pedro Stédile, que analisou o avanço da agricultura capitalista e seus impactos para a sociedade; e para Roberto Martins, que destacou os impactos sociais, econômicos e ambientais da monocultura de eucalipto. Além desses estudos e análises, também foram apresentados estudos e análises sobre a agroecologia, campesinato e projeto agroecológico, com destaque para duas conferências: uma, indicando os caminhos para a construção do projeto popular para a agricultura e outra, destacando o valor da soberania alimentar. Nesse sentido, os seminários temáticos também trataram de aspectos essenciais, com destaque para a análise do avanço dos transgênicos, apontando seus impactos sociais e ambientais, além

das “promessas não cumpridas” pelo Estado e o controle das empresas multinacionais sobre as sementes; como o direito dos camponeses e camponesas ao acesso e uso das sementes crioulas, buscando desse modo estimular experiências de resgate e manutenção dessas sementes (Jornada de Agroecologia, 2013a; Terra de Direitos, 2013).

No quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, e que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

QUADRO 30 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 12ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Ataque aos direitos territoriais; • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Bloqueio da Reforma Agrária; • Contaminação genética das sementes crioulas e convencionais; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Degradação ambiental; • Expansão das monoculturas; • Subordinação de camponeses e camponesas ao agronegócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2013b)

Assim como nas edições passadas se realizou um ato político que contou com a presença de autoridades, contudo, durante essa edição, houve uma distinção em relação às anteriores por conta do lançamento do Planapo – desdobramento da Pnapo aprovada em 2012 – considerado como uma conquista dos camponeses e camponesas e de todos os atores sociais comprometidos com a agroecologia, além de ser uma demanda histórica, como nos relembra a Liderança Paraná C (Informação verbal).²³⁷ Nesse aspecto, há também uma menção na carta política, destacando

²³⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

que somente em 2012 o Governo Federal atendeu a essa demanda histórica, e recorda que, embora não contemple em sua totalidade as necessidades dos camponeses e camponesas, para poder promover a agroecologia era preciso executá-lo o quanto antes (Jornada de Agroecologia, 2013b).

A segunda edição da Jornada de Agroecologia em Maringá ocorreu de 04 a 07 de junho de 2014, reunindo ao redor de 2 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2014b). Assim como ocorreu nas edições anteriores, durante a 13ª edição estavam incluídos os principais momentos e atividade que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados uma série de temas essenciais (Cf. Quadro 42). Apresentamos abaixo um quadro com a programação da respectiva edição.

QUADRO 31 – PROGRAMAÇÃO DA 13ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 04 de junho	
Manhã	Recepção das caravanas
	Mística de Abertura
Tarde	Conferência “O projeto do capital para a agricultura – agronegócio: análise e denúncia” - Darci Frigo
	Lançamento Documentário “O veneno está na mesa II” - Sílvio Tandler
Noite	Assembleia Juventude
Quinta-Feira – 05 de junho	
Manhã	Mística
	Conferências “As bases fundamentais de um projeto popular e soberano para a agricultura” - Ademar Bogo
	“As dimensões da educação e das escolas na construção da agroecologia” - Edgar Kolling
Tarde	Marcha “Agroecologia e alimentos saudáveis”
Noite	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 06 de junho	
Manhã	Mística
	Oficinas agroecológicas
	Seminários
	“Reforma agrária, agroecologia e meio ambiente” “O plebiscito popular por uma Constituinte exclusiva” “A construção da reforma agrária popular no território”
Tarde	Oficinas agroecológicas
	Seminários
	“Políticas públicas para a agroecologia” “Os desafios da agricultura camponesa” “Juventude camponesa na reforma agrária popular”
	Apresentações culturais
Sábado – 07 de junho	
Manhã	Mística
	Troca de Sementes
	Ato Político e Carta Política
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo	
“30 anos de luta!”	
Feira	
“Feira da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa”	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2014a)

Com base na programação, podemos notar que foram realizadas conferências e seminários temáticos, porém, ao contrário da edição anterior houve somente uma conferência tratando sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país, apresentada por Darci Frigo, que analisou o projeto do agronegócio. De outro modo, foram apresentados dois estudos e análises

ao redor da agroecologia, do campesinato e do projeto agroecológico, com destaque para Ademir Bogo, indicando as bases fundamentais para a construção do projeto popular para agricultura; e para Edgar Kolling, destacando o papel da educação e das escolas para a construção da agroecologia. Por sua vez, uma atividade que também é necessário destacar foi o lançamento do documentário “O veneno está na mesa II” de Silvio Tandler. Um documentário que busca colocar em questionamento o modelo dominante de produção e consumo de alimentos, destacando a agroecologia como um caminho para sua superação (Jornada de Agroecologia, 2014a).

No quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, e que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

QUADRO 32 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 13ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Concentração da terra e renda; • Contaminação dos alimentos e pessoas com agrotóxicos; • Contaminação genética das sementes crioulas e convencionais; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Criminalização dos movimentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2014b)

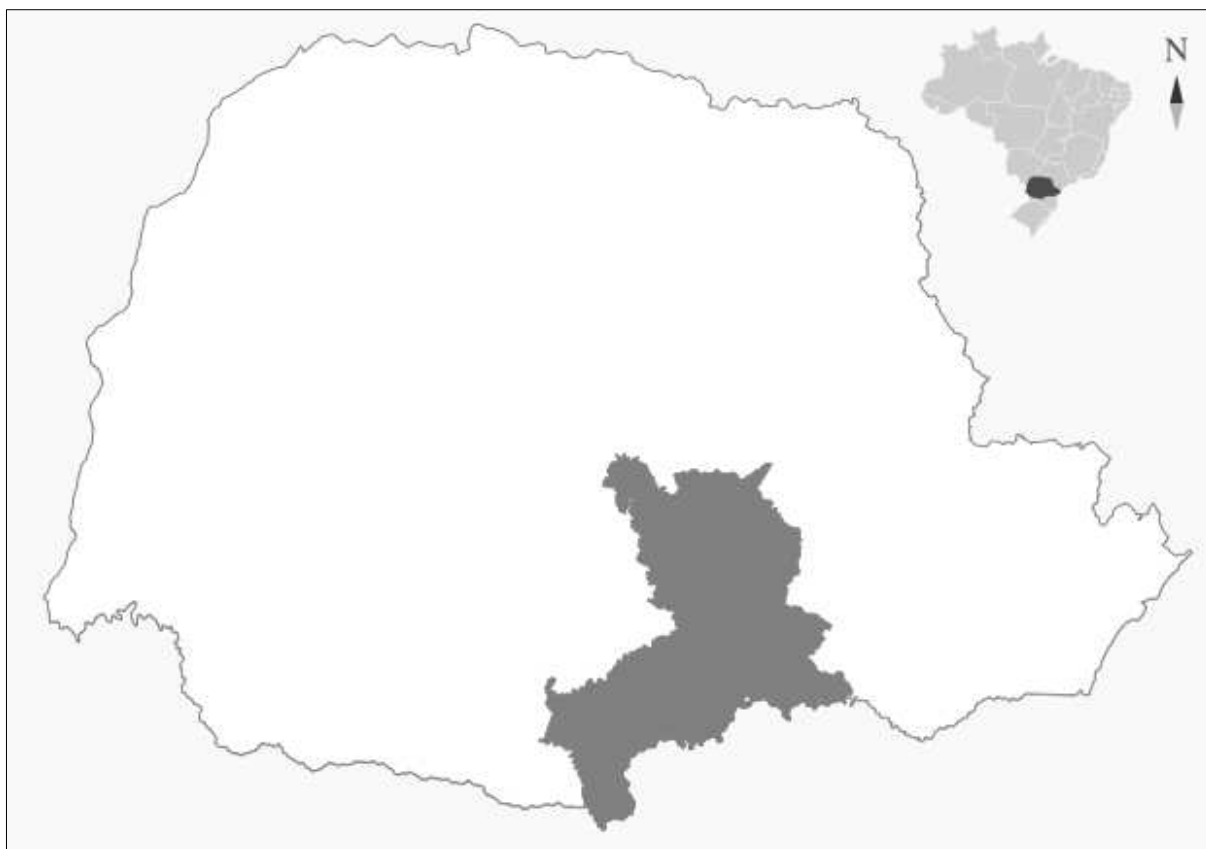
Dessa maneira, podemos reconhecer que durante essas edições, marcadas por serem realizadas dentro de um território do campesinato, o projeto agroecológico continuou procurando valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato desde uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia. Frente a isso, buscou recuperar e destacar o acúmulo de conhecimentos e práticas agroecológicas e camponesas, como as conquistas dos camponeses e

camponesas associadas à agroecologia, possíveis devido aos históricos processos de lutas e resistências.

5.6 IRATI: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA, RECONHECIMENTO DO CAMPESINATO TRADICIONAL E CRIMINALIZAÇÃO DOS CAMPONESES E CAMPONESAS

Após passar dois anos em Londrina e dois anos em Maringá, quando se buscou valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, como também, colocar em destaque a dimensão educacional, aproximando-se e contando com o apoio da universidade e estimulando uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia a partir dos movimentos sociais, o projeto agroecológico foi deslocado para Irati, um município localizado na mesorregião geográfica denominada Sudeste paranaense – composta por 21 municípios –, onde permaneceu somente por um ano: 2015. No mapa abaixo indicamos a localização dessa mesorregião geográfica no estado do Paraná.

FIGURA 12 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA SUDESTE PARANAENSE



Fonte: O autor (2020)

O Sudeste paranaense apresenta duas principais características que ajudaram a estimular o deslocando do projeto agroecológico: possui uma série de experiências agroecológicas, como também uma relevante presença do campesinato tradicional em suas diversas expressões – com destaque para os faxinalenses.²³⁸ Podemos revelar essa presença tomando como base os dados do IBGE (2019a), que indicam que atualmente o Sudeste paranaense possui 29.695 mil estabelecimentos agropecuários descritos como familiares, o que é equivalente a 83,18% do total. No entanto, cabe destacar que esses estabelecimentos familiares ocupam somente 41,13% da área

²³⁸ Podemos compreender os faxinais como uma estrutura social, cultural e econômica camponesa que está caracterizada, sobretudo, pelo uso comum da terra. Tavares (2008), numa detalhada análise sobre os faxinais no estado do Paraná, indica que a formação dos faxinais se deu por meio do encontro de indígenas – escapando dos jesuítas e dos bandeirantes – como os negros e negras – escapando da escravidão. O autor ainda ressalta que com o passar do tempo os faxinais também foram compostos por imigrantes europeus – camponeses e camponesas ucranianas e polonesas – e camponeses e camponesas presentes na Guerra do Contestado.

total de 1.161.198 hectares, o que está próximo aos índices de concentração de terra apresentados no Sudoeste paranaense.²³⁹ Na tabela abaixo é possível observar a quantidade desses estabelecimentos familiares presentes no Sudeste paranaense de acordo com a sua área total, com destaque para o grupo com menos de 5 hectares (IBGE, 2019a).

TABELA 8 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – SUDESTE PARANAENSE

Grupo de Área Total	Sudeste		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 há	8.592	28,95	67.881	29,66
De 5 ha a menos de 10 ha	6.208	20,90	43.100	18,83
De 10 ha a menos de 20 ha	6.836	23,02	57.488	25,12
De 20 ha a menos de 50 ha	6.738	22,69	48.782	21,31
De 50 ha a menos de 100 ha	1.236	4,16	10.836	4,73
Mais de 100 ha	55	0,18	135	0,06
Sem Área	30	0,10	666	0,29
Total	29.695	100	228.888	100

Fonte: IBGE (2019a)

Além dessas duas características presentes no Sudoeste paranaense, que estimularam o deslocamento do projeto agroecológico, é preciso destacar também o apoio dado pelo governo municipal, um aspecto decisivo naquele momento, como nos relata a Liderança Paraná B, que ainda menciona: “O prefeito era do PT e o vice-prefeito era um camponês agroecológico que trabalhou para expandir a agroecologia” [sic] (Informação verbal).²⁴⁰

Quanto à edição, podemos apontar que houve uma procura por recuperar a memória da criminalização dos movimentos sociais, um processo que infelizmente está presente na vida dos camponeses e camponesas e daquelas pessoas que lutam pela justiça social, econômica e ambiental em nosso país e que, no Sudoeste paranaense teve um episódio marcante com a “Operação Agro-fantasma”. Desse modo, durante essa edição estava em destaque essa operação, que além de criminalizar os camponeses e camponesas, comprometeu as associações e cooperativas camponesas e ajudou a desestruturar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do

²³⁹ Cabe ressaltar o predomínio no Sudeste paranaense de áreas inaptas para a atividade agrícola, sobretudo, devido à declividade – relevo plano (55%), relevo ondulado (25%) e relevo amplamente ondulado e montanhoso (20%) – e a baixa qualidade dos solos que somados às estruturas político-sociais e econômicas locais, acabaram limitando o avanço da agricultura capitalista (Ipardes, 2004e).

²⁴⁰ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

Paraná, uma das principais políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de estímulo à agroecologia no país²⁴¹ (Informação verbal).²⁴²

Quanto à operação, podemos indicar que se iniciou como um processo criminal em 2011 – contando com uma ampla cobertura da mídia nacional – sob competência da Polícia Federal. O intuito da operação era buscar por supostos desvios de recursos públicos vinculados ao PAA em 15 municípios do estado do Paraná, um município do estado de São Paulo e um município do estado do Mato Grosso do Sul. As autoridades relatavam uma má condução do PAA, de 2009 até 2013, por um conjunto de camponeses e camponesas, apontando que adulteravam notas ao declararem uma determinada quantidade de alimentos enviados, porém, enviavam uma menor quantidade, o que segundo as autoridades, representava uma simulação na operacionalização do programa e que corresponde a uma irregularidade. Contudo, na realidade essas supostas irregularidades eram um mal-entendido ocasionado pela burocracia e impossibilidade de substituir os alimentos, desconsiderando que eram alimentos perecíveis, como as intempéries que impactam a produção agrícola (Pimentel et al., 2017).

Contudo, como a Polícia Federal não conseguiu esclarecer os supostos delitos dos camponeses e camponesas durante a investigação, acabou recorrendo à justiça para que esta pudesse decretar medidas cautelares, como a busca e apreensão e a prisão preventiva dos camponeses e camponesas – três eram associados à Associação dos Grupos de Agricultores Ecológicos São Francisco de Assis (Assis)²⁴³ – que estavam sendo acusados por associação criminosa, falsidade de documentos públicos, falsidade ideológica e estelionato (Pimentel et al., 2017).²⁴⁴

Com isso, em setembro de 2013, ocorreu uma operação policial em Irati cumprindo com aquele decreto que, para Pimentel et al. (2017), representou um evidente ato de violência estatal para com os camponeses e camponesas. Após toda essa operação que ocasionou danos sociais, morais e econômicos para os acusados e acusadas, as denúncias foram declaradas como impro-

²⁴¹ Como ressaltam Grisa et al. (2010), o PAA foi criado em 2003 como uma das iniciativas estruturantes do chamado Programa Fome Zero e como resultado de dois debates que estavam na pauta pública durante a década de 1990: a segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento da agricultura familiar no país. Para as autoras e autores acima mencionados, o PAA une as demandas de acesso aos alimentos às necessidades do mercado. Isto é, por meio desse programa o Estado adquire alimentos produzidos por camponeses e camponesas e os direciona para as entidades socioassistenciais que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar. Deste modo, por meio do PAA tem sido promovido um duplo movimento, com a integração de uma política de segurança alimentar e nutricional com uma política agrícola (Grisa et al., 2010).

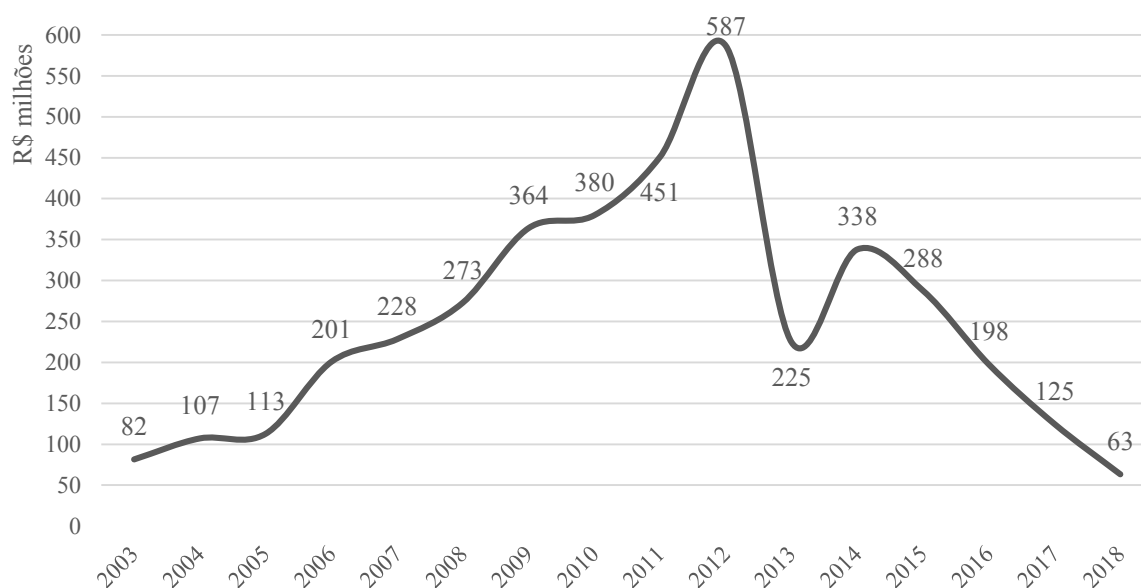
²⁴² Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²⁴³ A Assis foi criada em 2003 com o intuito de acessar os programas públicos de financiamento e comercialização. Em 2013, contava com 120 famílias de Irati e de outras quatro cidades, como destacam Pimentel et al. (2017).

²⁴⁴ Pimentel et al. (2017) relembram que o decreto foi assinado pelo então juiz Sérgio Moro, o mesmo da “Operação Lava-jato” e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Bolsonaro.

cedentes por não haver provas para condenação e os camponeses e camponesas foram absolvidos (Pimentel et al., 2017). Desse modo, revela-se uma tentativa de criminalização desses atores sociais por meio dessa operação, como também é possível reconhecer que essa operação ajudou a desestruturar o PAA no estado do Paraná e no país, que já vinha recebendo recorrentes reduções nos repasses de recursos (Informação verbal).²⁴⁵ Nesse aspecto, nós podemos destacar com base nos dados da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab (2019), que é a responsável por operar o PAA, que no ano de 2018 foram destinados R\$ 63.330,078 milhões, que representavam apenas metade dos recursos aplicados no ano anterior, mas que contemplavam 533 associações e cooperativas fornecedoras e centenas de camponeses e camponesas. Abaixo, podemos comparar os recursos destinados pelo governo federal para o PAA entre 2003 e 2018 e assim observar a drástica diminuição dos repasses de recursos ao longo dos anos.

GRÁFICO 3 – RECURSOS DESTINADOS – PAA



Fonte: Conab (2019)

Podemos reiterar o papel-chave que possui o PAA – que tem sido excessivamente analisado a partir de diversos estudos – para as pessoas que se encontram numa situação de insegurança alimentar e nutricional e que recebem esses alimentos, sejam convencionais ou agroecológicos, como também para todos os camponeses e camponesas que acessam essa política pública. Nesse sentido, Grisa et al. (2010) acentuam que o PAA tem colaborado com a alteração

²⁴⁵ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

das bases de produção e consumo ao criar e estabelecer um mercado e ao elevar os preços para os agricultores e agricultoras e ao recuperar e promover costumes e práticas associadas a alimentos tracionais e locais. Desse modo, Pimentel et al. (2017) indicam que essa política pública em Irati possui um papel essencial por ajudar a gerar renda para os camponeses e camponesas, como a substituir o cultivo de fumo por cultivo de alimentos agroecológicos, cabe lembrar que o PAA prevê preços mais altos para os produtos agroecológicos.

A Liderança Paraná C também menciona o valor dessa política pública, em especial para a classe camponesa, e relata que as disputas também ocorrem no campo das políticas públicas. Assim, nos indica que aquela operação, somada à diminuição dos repassas, foram decisivas para desestruturar o PAA no estado do Paraná (Informação verbal),²⁴⁶ como descrito abaixo:

Na agroecologia, não foi esse enfrentamento igual se dá na terra, mas, na política pública. A tentativa, a tentativa não, a destruição do PAA foi uma coisa bem visível dos setores que controlavam o aparelho para destruir essa política pública, que, querendo ou não, ajudava na ponta e dialogava com o mundo urbano. Ela tava no cenário como um componente importante dos bloqueios e das possibilidades [sic] (Informação verbal).²⁴⁷

Frente a todos esses aspectos, houve durante essa edição, realizada entre 22 a 25 de julho de 2015 e que reuniu ao redor de 4 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2015b), uma procura por recuperar a memória da criminalização dos movimentos sociais, assim como por valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, colocando em destaque o valor das políticas públicas. Além disso, como também ocorreu nas edições anteriores, durante a 14ª edição estavam incluídos aqueles principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados um conjunto de temas essenciais (Cf. Quadro 42). Apresentamos abaixo um quadro com a programação da respectiva edição.

²⁴⁶ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²⁴⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

QUADRO 33 – PROGRAMAÇÃO DA 14ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 26 de junho	
Manhã	Recepção das caravanas
Tarde	Marcha
Noite	Apresentações culturais
Quinta-Feira – 25 de junho	
Manhã	Mística
	Conferência: “Agricultura moderna, o capital e suas consequências” - João Pedro Stédile
	Depoimentos – “Sobre as consequências do projeto do agronegócio” “Deserto verde” “Agrotóxico” “Transgênicos” “Trabalho escravo” “Criminalização das organizações” “Conflitos agrários”
Tarde	Oficinas agroecológicas
	Seminários “Educação no campo” “Sementes” “Agrotóxicos”
Noite	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 26 de junho	
Manhã	Mística
	Conferência “Elementos filosóficos e políticos para a construção de uma sociedade socialmente justa e igualitária, culturalmente diversas e ecologicamente sustentável” - Leonardo Boff
	Depoimentos - Que expressam a construção de um projeto popular de sociedade “Educação” “Produção comunitária de alimentos agroecológicos” “Políticas públicas” “Sementes crioulas” “Experiências de luta e resistência”
	Oficinas agroecológicas
	Seminários “Políticas públicas para a agroecologia” “Educação no campo”
Noite	Apresentações culturais
Sábado – 27 de junho	
Manhã	Mística
	Troca de Sementes
	Ato Político e Carta Política
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo “100 anos da Guerra do Contestado”	
Feira “Feira de sementes e produtos da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa”	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2015a)

Podemos perceber com base na programação indicada, que foram realizadas conferências e seminários temáticos que apresentaram estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, bem como, sobre a conjuntura político-social, econômica e ambiental do país; como também estudos e análises sobre a agroecologia, campesinato e projeto agroecológico. Além disso, é possível notar que foi realizada uma série de depoimentos que buscaram destacar inúmeros temas relacionados aos estudos e análises das conferências e seminários temáticos (Jornada de Agroecologia, 2015a).

Ademais, de acordo com Moreira et al. (2018) foram realizadas ao redor de 50 oficinas agroecológicas que trataram sobre um conjunto de temas, de maneira que determinadas oficinas foram realizadas em escolas públicas próximas ao local do evento, ajudando assim a fortalecer o diálogo de saberes com a comunidade. Cabe mencionar que naquele momento, eu participei de uma oficina sobre políticas públicas, coordenada pela professora Islândia Bezerra. Durante a oficina houve uma busca por destacar o valor das políticas públicas para o campesinato, como também as principais perspectivas e demandas dos camponeses e camponesas quanto às políticas públicas, processo que ocorreu por meio de um constante diálogo entre todos e todas que ali estavam presentes, ao redor de 15 pessoas.

Também podemos destacar que foram realizadas as trocas de sementes crioulas entre os camponeses e as camponesas presentes. Neste aspecto, a Liderança Paraná E relembra que tanto esse momento, como durante a feira – com seu espaço destinado para as sementes – contou com o envolvimento direto da chamada Rede Puxirão, assim como das organizações e movimentos sociais que compõem a ReSA, a Rede de Sementes Agroecológicas do Paraná (Informação verbal).²⁴⁸ A Rede Puxirão foi formada em 2008 como uma rede dos povos e das comunidades tradicionais do estado do Paraná, compostas por um conjunto de atores sociais, como indígenas, faxinalenses, quilombolas, cipozeiros, pescadores artesanais, ilhéus, detentores de trabalhos tradicionais e comunidades de terreiro. Assim, é possível considerar que a Rede Puxirão representa um espaço de encontro e apoio para serem debatidas pautas em comum e fomentadas estratégias de lutas e resistências em prol dos povos tradicionais (Wedig, 2020). A ReSA foi formada em 2015 como espaço de encontro de iniciativas e experiências com sementes crioulas no estado do Paraná, buscando promover trocas de sementes, práticas e conhecimentos agroecológicos e com isso estimular a agroecologia, com o intuito de promover a autonomia dos camponeses e camponesas e a soberania alimentar (Passos et al., 2018).

²⁴⁸ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

Finalmente, no quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

QUADRO 34 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 14ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Concentração da terra e renda; • Contaminação dos alimentos e pessoas com agrotóxicos; • Contaminação genética das sementes crioulas e convencionais; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Criminalização dos movimentos sociais; • Subordinação de camponeses e camponesas ao agronegócio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Agroecologia como contribuição a superação da crise econômica, política, social e ambiental.

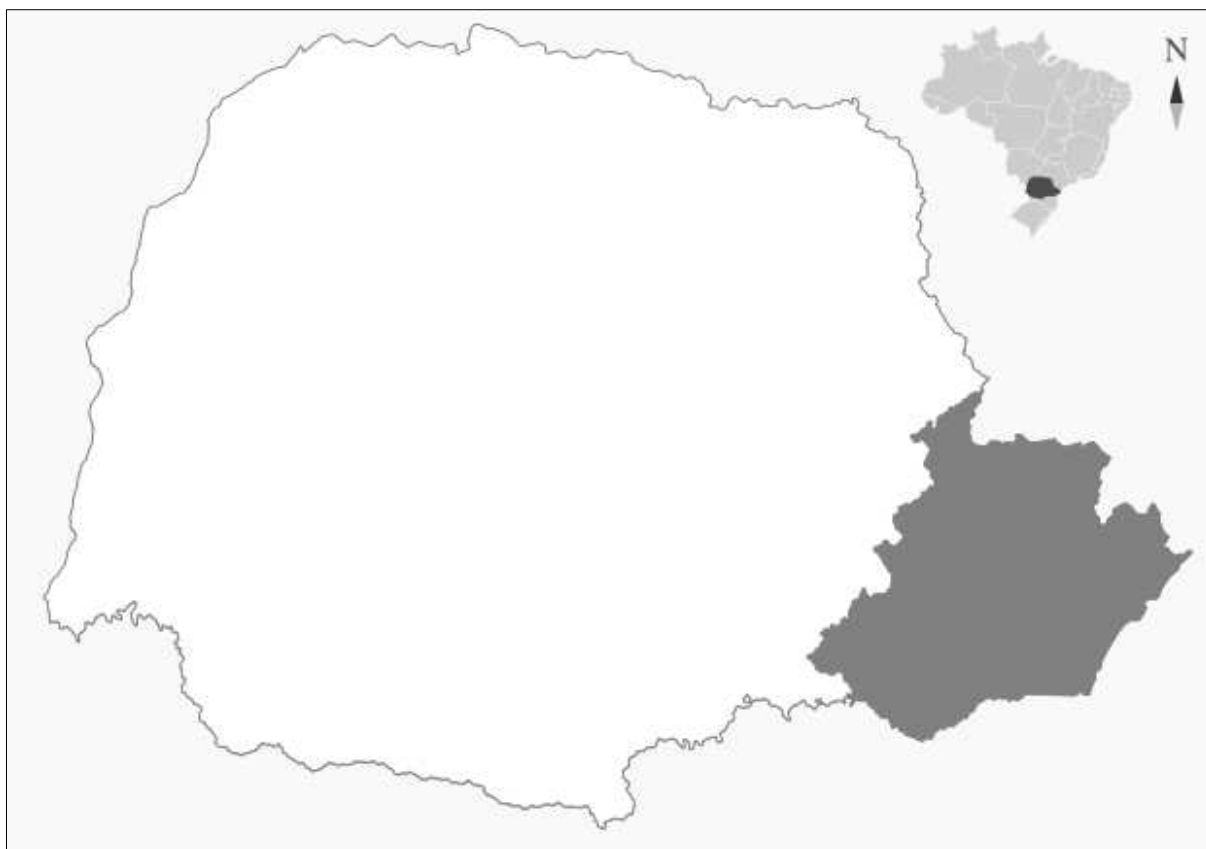
Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2015b)

Dessa maneira, podemos destacar que nessa edição houve uma procura por recuperar a memória da criminalização dos movimentos sociais, como também por valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, colocando em destaque o valor das políticas públicas. Lembrando que o Sudeste paranaense é um território que conta com uma expressiva presença do campesinato e com uma série de experiências agroecológicas, características que acabaram por orientar os rumos dessa edição.

5.7 LAPA: VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E RECONHECIMENTO DO CAMPESINATO

Após permanecer por uma edição no Sudeste paranaense – território que conta com uma expressiva presença camponesa e com uma série de experiências agroecológicas – procurando recuperar a memória da criminalização dos movimentos sociais e também valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além de destacar a necessidade das políticas públicas, o projeto agroecológico foi deslocado para a Lapa, município localizado na mesorregião geográfica denominada Metropolitana de Curitiba – composta por 37 municípios – onde permaneceu por dois anos: 2016 e 2017. Assim, depois de 13 edições, o projeto agroecológico começou a aproximar, em termos territoriais, da capital. No mapa abaixo indicamos a localização dessa mesorregião geográfica no estado do Paraná.

FIGURA 13 – LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA



Fonte: O autor (2020)

A Liderança Paraná C nos relembra que no Sul da Metropolitana de Curitiba, onde está localizado o município da Lapa, há também uma expressiva presença do campesinato em suas mais diversas expressões, como ocorre no Sudeste paranaense (Informação verbal).²⁴⁹ Frente a isso, podemos recorrer aos dados do IBGE (2019a) para indicar que a Metropolitana de Curitiba possui 19.529 mil estabelecimentos agropecuários descritos como familiares, que é equivalente a 75,47% do total de estabelecimentos. Contudo, cabe destacar que esses estabelecimentos ocupam somente 24,79% da área total de 912.785 hectares e do mesmo modo que os demais locais por onde passou o projeto agroecológico, revela uma ampla concentração de terra.²⁵⁰ Na tabela

²⁴⁹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²⁵⁰ Os modos de uso e ocupação da terra na Metropolitana de Curitiba são diversos devido às características sociais, econômicas e ambientais que estão presentes, de maneira que três quartos de sua extensão são consideradas como inaptas para a prática agrícola. A maior extensão territorial está situada nos Planaltos (primeiro e segundo) – com relevo plano a montanhoso e próxima à capital do estado – com predomínio de produções agrícolas de culturas alimentares para abastecer a população das cidades. Conta também com a Serra do mar – relevo montanhoso (15%) – e com a Planície litorânea – relevo plano (15%), mas que possui baixa fertilidade devido seu caráter arenoso (Ipardes, 2004f).

abaixo podemos observar a quantidade de estabelecimentos familiares presentes na Metropolitana de Curitiba segundo a sua área total, com destaque para o grupo com menos de 5 hectares (IBGE, 2019a).

TABELA 9 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES POR GRUPO DE ÁREA TOTAL – METROPOLITANA DE CURITIBA

Grupo de Área Total	Metropolitana de Curitiba		Paraná	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 ha	8.369	42,85	67.881	29,66
De 5 ha a menos de 10 ha	3.927	20,11	43.100	18,83
De 10 ha a menos de 20 ha	3.727	19,08	57.488	25,12
De 20 ha a menos de 50 ha	2.993	15,33	48.782	21,31
De 50 ha a menos de 100 ha	454	2,32	10.836	4,73
Mais de 100 ha	20	0,11	135	0,06
Sem Área	39	0,2	666	0,29
Total	19.529	100	228.888	100

Fonte: IBGE (2019a)

Frente a isso, do mesmo modo como ocorreu no Sudeste paranaense, o projeto agroecológico buscou destacar a expressiva presença camponesa e as experiências agroecológicas presentes nessa região Sul da Metropolitana de Curitiba, um reconhecido berço de iniciativas agroecológicas, de modo que há comunidades inteiras que praticam e promovem a agroecologia, que tiveram envolvimento direto com a Jornada de Agroecologia, como nos relata a Liderança Paraná E (Informação verbal).²⁵¹ Nesse aspecto, cabe lembrar que no município da Lapa está localizado o Assentamento Contestado, conquistado pelo MST em 1999 e exemplo na produção de alimentos agroecológicos para todo o país, assim como, é nesse assentamento que está a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA) que, desde 2005, é um dos principais espaços pedagógicos orientados para a agroecologia no nosso continente.²⁵²

²⁵¹ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

²⁵² A Liderança Paraná A nos relata os primeiros passos para a criação da ELAA: “Aí deu a coincidência com essa nossa parceria com o Chávez lá na Venezuela, o Requião tava como Governador aqui, e nós aproveitamos em um evento de Foro Social Mundial e lançamos como uma espécie de campanha né, essa ideia generosa que todo país deveria ter seus Institutos de Agroecologia. Nós lançamos num assentamento lá perto de Porto Alegre com a presença muito significativa do Chávez, do Requião, o ministro da agricultura do Chávez e com o reitor da Universidade Federal do Paraná, se não me equivoco era o Moreira. Então, no assentamento lá de Patos é que nós lançamos essa ideia, que nós tínhamos que preparar os nossos jovens e os nossos agrônomos com uma outra leitura. E aí, digamos, lá foi fundado o que hoje nós conhecemos como o Instituto da Lapa, ao mesmo tempo uma escola parecida lá em Barinas – que é um estado agrícola da Venezuela –, depois no Paraguai, e assim foi multiplicando essas escolas de agroecologia. E o Chávez até por uma sensibilidade – que nem nós tínhamos nos dado conta – ele queria que essa rede de Institutos de Agroecologia se chamasse Paulo Freire, porque eles gostavam muito do Paulo Freire como pedagogo, como pedagogo popular” [sic] (Informação verbal, Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista).

Dessa maneira, podemos reconhecer que o Assentamento Contestado e a ELAA tiveram um papel essencial para estimular o deslocamento e também de apoio ao projeto agroecológico, indo além dessas edições realizadas na Lapa. Além disso, é necessário recordar também a expressiva presença do campesinato e das experiências agroecológicas na Metropolitana de Curitiba como aspectos determinantes, considerando que havia naquele momento o intuito em dar continuidade à busca por valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná, como é revelado pela Liderança Paraná C:

[...] depois para a Lapa. Acho que é um pouco nessa dinâmica, que também tem um pouco do Sudoeste. [...]. Uma grande região camponesa ainda, onde o modelo agrário não conseguiu padronizar tudo nesse modelo agroconservador. Então, tem ainda muita biodiversidade, tem muito recurso natural, tem muita presença camponesa, tem muita cultura da agricultura familiar, diversas expressões do campesinato, justamente o que nós queríamos, enraizar e preservar [sic] (Informação verbal).²⁵³

Além desses aspectos indicados, também é necessário lembrar que o deslocamento do projeto agroecológico sempre esteve associado ao contexto político-social local, às possibilidades em termos estruturais e políticos e aos interesses dos atores sociais locais. Dessa maneira, a Liderança Paraná E nos menciona que na Lapa houve um apoio decisivo do governo municipal – que era do PT – para com o projeto agroecológico e que o ajudou a permanecer na Lapa por dois anos (Informação verbal).²⁵⁴ Porém, cabe assinalar que essas duas edições ocorreram durante uma conjuntura político-social complicada em nível nacional, quando o país passava por uma ruptura institucional com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e que colocava no horizonte do país uma série de retrocessos. A carta política da 15ª edição nos revela esse período ao destacar: “Nesta Jornada, vivemos um momento de grande mudança na conjuntura brasileira, que nos coloca novos e grandes desafios, pois estamos em meio a uma ruptura democrática” (Jornada de Agroecologia, 2016b, p.1).

Quanto à edição, podemos assinalar que a primeira edição da Jornada de Agroecologia na Lapa ocorreu entre o dia 27 e 30 de julho de 2016 e reuniu ao redor de 3 mil pessoas naquele momento (Jornada de Agroecologia, 2016b). Assim como ocorreu nas edições anteriores, nessa 15ª edição estavam incluídos aqueles principais momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além de terem sido tratados um conjunto de temas essenciais (Cf. Quadro 42). Abaixo, apresentamos um quadro com a programação da respectiva edição.

²⁵³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2018, entrevista.

²⁵⁴ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

QUADRO 35 – PROGRAMAÇÃO DA 15ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 27 de julho	
Manhã	Recepção das caravanas
	Mística de Abertura
Tarde	Conferências “Análise do projeto da classe dominante para a agricultura e consequências para a população brasileira” - João Pedro Stédile “Os desafios atuais da agricultura familiar frente ao cenário político atual” - Vanderlei Ziegler
	Apresentações culturais
Quinta-Feira – 28 de julho	
Manhã	Oficinas agroecológicas
Tarde	Oficinas agroecológicas
Noite	Apresentações culturais
Sexta-Feira – 29 de julho	
Manhã	Mística
	Conferência “O processo de construção do projeto popular e soberano na agricultura para a sociedade brasileira” “Agricultura e cultura da resistência” - Ana Chã
	Seminários “Agrotóxicos” “Sementes” “Educação e agroecologia”
Tarde	Conferência “O cuidado com a casa comum” - Leonardo Boff
Noite	Apresentações culturais

Sábado – 30 de julho	
Manhã	Mística
	Troca de Sementes
	Ato Político e Carta Política
Atividades permanentes	
Túnel do Tempo	
“100 anos da Guerra do Contestado”	
Feira	
“Feira da biodiversidade camponesa e popular”	

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2016a)

Podemos notar, com base na programação indicada, que foram realizadas conferências e seminários temáticos que apresentaram estudos e análises sobre a dinâmica e impactos provocados desde o projeto do agronegócio, nesse caso com destaque para João Pedro Stédile, analisando o projeto dominante de agricultura e seus impactos; e para Vanderlei Ziegler, analisando os problemas encontrados pela agricultura familiar no cenário político daquele momento. Além desses estudos e análises, também foram apresentados uma série de estudos e análises ao redor da agroecologia, campesinato e projeto agroecológico, com destaque para Ana Chã, analisando a agricultura e a cultura da resistência; e para Leonardo Boff, destacando a necessidade dos cuidados com o planeta, ou ainda a casa comum. Ademais, é possível assinalar que durante essa edição as oficinas agroecológicas tiveram um destaque essencial, nota-se nesse aspecto que um dia inteiro foi direcionado para esse momento (Jornada de Agroecologia, 2016a). A Liderança Paraná C, nesse sentido, nos relata que durante essa edição se adotou um novo método para esse momento, quando a maioria das atividades ocorreram nas comunidades camponesas, principalmente no Assentamento Contestado que, de acordo com a Liderança, possibilitou para que o projeto agroecológico pudesse dar um “salto metodológico” (Informação verbal).²⁵⁵ Cabe destacar também o reconhecimento e valor do momento das trocas de sementes crioulas durante essa edição, que puderam movimentar mais de 100 variedades e uma tonelada e meia de sementes, de acordo com Pacheco e Torinelli (2016).

²⁵⁵ Liderança Paraná C. Curitiba, maio de 2016, entrevista.

No quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, e que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

QUADRO 36 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 15ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal Impeachment	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Concentração da terra e renda; • Contaminação genética das sementes crioulas e convencionais; • Desestruturação de políticas públicas para o campesinato. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a agroecologia; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; • Construção de espaços de resistência e autonomia frente ao projeto do capital.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2016b)

A segunda edição da Jornada de Agroecologia na Lapa ocorreu entre os dias 20 e 23 de setembro de 2017, reunindo ao redor de 2 mil pessoas (Jornada de Agroecologia, 2017a). Aqui, cabe relembrar que nessa 16ª edição completava uma década de um dos episódios mais triste pelo qual passou o projeto agroecológico, o assassinato de Valmir Mota de Oliveira (Keno) pelos seguranças de uma empresa privada contratada pela Syngenta, durante a reocupação do campo experimental da empresa em Santa Tereza do Oeste (Via Campesina, 2007b; Terra de Direitos, 2007). Desse modo, nessa 16ª edição da Jornada de Agroecologia foi realizada uma homenagem para o Keno, a começar pelo lema da edição que foi denominada: 16ª Jornada de Agroecologia – Keno Vive! Abaixo, apresentamos o cartaz criado em sua homenagem.

FIGURA 14 – CARTAZ DA JORNADA DE AGROECOLOGIA EM HOMENAGEM AO KENO



Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2017b)

De outro modo, podemos recordar que essa edição também esteve atravessada pela conjuntura político-social complicada em nível nacional, com uma ruptura institucional com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e início do desmoronamento de conquistas históricas para o campesinato e para a agroecologia. Frente a isso, o projeto agroecológico, em conjunto com demais setores progressistas da sociedade, procurou colocar em destaque as lutas, resistências e conquistas dos camponeses e camponesas, como também dos atores sociais comprometidos com a justiça social, econômica e ambiental, assim como, um conjunto de demandas e compromissos para com o campesinato e a agroecologia, considerando os obstáculos colocados por essa conjuntura que, evidentemente, requeria ampliar os processos de lutas e resistências.

No quadro apresentado abaixo podemos analisar os principais pontos indicados na carta política da respectiva edição, e que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além de compromissos e das propostas do projeto agroecológico, considerando também a conjuntura do período.

QUADRO 37 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 16ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação, exploração e mercantilização da natureza; • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Concentração de riqueza; • Controle das tecnologias agropecuárias pelas multinacionais; • Criminalização dos movimentos sociais; • Exploração do trabalho; • Exploração dos bens comuns; • Expropriação de terras; • Retirada e violação dos direitos; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução da democracia; • Elaboração de políticas públicas para o campo; • Agroecologia como contribuição a superação da crise econômica, política, social e ambiental.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2017a)

Dessa maneira, podemos destacar e reconhecer que essas duas edições foram realizadas durante um período complicado da história do país, com uma ruptura institucional que também levou a uma série de retrocessos em distintas áreas, um processo que foi lembrado e debatido durante os momentos e atividades que constituem a dinâmica da Jornada de Agroecologia, além dos espaços de interações durante os eventos. No entanto, apesar disso, podemos entender que em cenários complicados como aquele pelo qual o país atravessava, espaços como a Jornada de Agroecologia revelam ser espaços essenciais de lutas e resistências, e que permitem recarregar os estímulos e esperanças para continuar o enfrentamento dos obstáculos impostos pelos protagonistas da racionalidade da modernidade-colonialidade e pelas elites locais, assim como para construir uma sociedade que esteja baseada na justiça social e econômica, e na sustentabilidade ambiental.

5.8 CURITIBA: APROXIMAÇÃO CAMPO E CIDADE

Curitiba conta com um expressivo índice populacional, estimado em 1.933.105 habitantes em 2019, como destacam os dados do IBGE (2019b). Podemos reconhecer que houve um aumento populacional e uma crescente urbanização do município com o passar das décadas, que condicionou a uma diminuição da área rural em termos populacionais e territoriais. Frente a isso, podemos assinalar que a agricultura já não representa a principal atividade econômica dos estabelecimentos rurais que podemos encontrar no município. Geralmente, os estabelecimentos correspondem às chácaras ou aos sítios, constituindo aquilo que Brandenburg (2010) denomina como um novo rural, que está direcionado mais ao reencontro com a natureza do que a produção agrícola. Porém, é necessário destacar que os municípios localizados ao redor da capital contam com uma relevante produção agrícola, predominantemente familiar, que representa mais de 75% dos estabelecimentos de acordo com os dados do IBGE (2019a) – considerando nesse caso, toda a Metropolitana de Curitiba – e que desempenham um papel-chave no abastecimento da capital com distintos alimentos e produtos, inclusive orgânicos e agroecológicos.

Nesse caso, podemos destacar que nas recentes décadas, acompanhando um crescimento mundial de produção e consumo de alimentos e produtos orgânicos – em 2018 foram cultivados mais de 71,5 milhões de hectares (cerca de 3% a mais do que em 2017), movimentando mais de 95 bilhões de euros no mundo (Willer et al., 2020) –, inúmeras cidades brasileiras também apresentaram crescimento nesse aspecto, embora o país tenha tido um ritmo mais lento comparado a outros países (Lima et al., 2020).

No caso da capital do estado do Paraná e dos municípios localizados no seu entorno, podemos entender que esse aumento está associado a um conjunto de elementos, como: os incentivos dados para promover as agriculturas ecológicas, principalmente pelos chamados novos atores sociais – como neorurais, técnicos e técnicas agrícolas, agricultores e agricultoras familiares – que ajudaram a estruturar um movimento ecológico na agricultura paranaense (Brandenburg, 2011); as políticas públicas e a institucionalização da agricultura orgânica e agroecológica em nível nacional, estadual e municipal; e a criação de centros e de redes direcionadas à produção, certificação, comercialização e consumo, permitindo aumentar essa produção e também a criar e estabelecer novos circuitos de comercialização como as compras online, cestas de alimentos, restaurantes, vendas diretas em feiras ou em mercados públicos – com destaque para o Mercado Municipal de Curitiba, que possui um setor exclusivo para produtos

orgânicos desde 2009 – ou ainda as grandes redes de varejo ou os pequenos comércios (Lamine; Maréchal; Darolt, 2018).

Contudo, é necessário reconhecer que o mercado de alimentos e produtos orgânicos está direcionado a um setor da sociedade que possui maior poder de compra, como é destacado pelo Ipardes (2007), num estudo realizado no estado do Paraná. Por sua vez, também podemos destacar uma pesquisa realizada em 2017 e repetida em 2019, em nível nacional, pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), que representa as entidades do setor, sobre o acesso e consumo de alimentos e produtos orgânicos. Ambas pesquisas revelaram que um impeditivo para acessar e consumir esses alimentos e produtos está relacionado diretamente ao preço, aspecto relatado por pessoas que os consomem periodicamente e também por aquelas que os consomem excepcionalmente (Organis, 2017; 2019). Porém, ainda é preciso considerar que, embora os preços dos alimentos e produtos orgânicos sejam reconhecidamente mais altos e em muitos casos, esse seja um empecilho para o consumo, Retière e Izidoro (2015) ressaltam que há distintos canais para comercialização, normalmente os circuitos curtos, como associações de consumidores e consumidoras ou ainda as feiras – sobretudo aquelas agroecológicas – que possuem preços mais acessíveis e democráticos quando comparado com grandes redes de varejo, como são mais vantajosos para os produtores e produtoras, considerando que há poucos ou nenhum intermediário. Ainda cabe destacar que, tanto no estudo realizado pelo Ipardes (2007) como nessas pesquisas realizadas pela Organis (2017; 2019), o principal interesse em consumir alimentos e produtos orgânicos está diretamente associado à preocupação com a saúde.

Por sua vez, nós podemos assinalar que o deslocamento do projeto agroecológico para a capital do estado estava relacionado com uma busca por retomar um aspecto que já havia sido estimulado em Londrina, que era a aproximação campo e cidade, mas procurando ampliá-la. O intuito era, desse modo, apresentar o projeto agroecológico, além de estabelecer um diálogo entre os camponeses e camponesas com os consumidores e consumidoras por meio dos alimentos, como nos menciona a Liderança Paraná E (Informação verbal),²⁵⁶ ou em outras palavras:

²⁵⁶ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

Aqui a gente percebe que depois desse longo caminhar, com essa trajetória, com esse acúmulo e com a conjuntura política que a gente nacionalmente se inseria, não tinha mais para onde ir se não trazer a Jornada de Agroecologia para Curitiba, com uma capacidade de dialogar com um grande centro urbano. Precisava vir para cidade para expor o projeto e apresentar de uma forma mais concreta o que de fato estamos fazendo nesse caminhar todo aí [sic] (Informação verbal).²⁵⁷

Desse modo, a Liderança Paraná A nos destaca que houve um “descobrimento” dos alimentos como um meio de “comunicação” essencial para aproximar campo e cidade. Com isso, podemos assinalar que esse meio acabou ajudando a promover outros entendimentos sobre a questão social, rural e ambiental para muitos consumidores e consumidoras. Como exemplo é possível indicar que passou a ser entendida a necessidade do acesso a terra para os camponeses e camponesas, quando associam o acesso a terra à garantia da reprodução da vida – social e biológica – desses atores sociais, e também à garantia de produção de alimentos – principalmente quando é considerado que os camponeses e camponesas produzem alimentos para 70% da população do mundo e com somente 25% dos recursos, como indica o ETC Group (2017). Assim, podemos recorrer a Liderança Paraná A, que nos menciona:

Impressionante, ou seja, de uns três anos para cá nós descobrimos que a principal forma de você dialogar com a população urbana, mesmo com a classe trabalhadora, que ideologicamente poderia ser considerada a mesma classe da nossa – mas, ela vê a luta pela reforma agrária... quando ela vê a ação da luta pela terra, vê como a luta de índio: “– Ah! É a luta de vocês”. Agora, quando você diz que a reforma agrária é a única maneira de você comer de uma maneira saudável, aí ela pensa, porque é isso mesmo, o agronegócio nunca vai produzir sem veneno, por tanto ele vai te envenenar sistematicamente até que um dia você morre de câncer. Então, a agroecologia, a produção de alimento saudável, tem sido nos últimos três anos a principal maneira de nós dialogarmos com a população da cidade e é impressionante a simpatia, a sinergia e o debate [sic] (Informação verbal).²⁵⁸

Dessa maneira, podemos reconhecer que em Curitiba o projeto agroecológico encontrou um novo campo de ação político-social e ambiental, como também com novos aliados e aliadas: consumidores e consumidoras da cidade. No entanto, ainda sim nos parece necessário destacar que muitos desses consumidores e consumidoras possuem determinados costumes relacionados ao chamado consumo consciente e práticas ambientais cotidianas que visam promover um tratamento da questão ambiental que deve ser valorizado, mas, é preciso considerar que em muitos casos esses costumes ou práticas ainda se encontram inseridos na perspectiva capitalista de

²⁵⁷ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

²⁵⁸ Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista.

entendimento e tratamento da questão ambiental. Nesse aspecto, entendemos que é necessário ir adiante e colocar em questionamento essa perspectiva e promover uma que incentive também a justiça social e econômica.

Assim, na capital do estado, o projeto agroecológico teve necessidade de se adaptar em inúmeros aspectos, como a própria maneira de comunicar a proposta para um novo público, que em muitos casos, desconhecem a realidade camponesa e as disputas nos espaços rurais. Desse modo, havia um entendimento comum de que as narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais adotadas até aquele momento, bem como a dinâmica da Jornada de Agroecologia, já não dariam conta de promover o projeto agroecológico nesse novo território e, com isso, seria preciso adaptá-las a sua nova realidade, como nos destaca a Liderança Paraná G (Informação verbal),²⁵⁹ que nos descreve:

Se for olhar a programação das edições da Jornada de Agroecologia, por vários anos são muito parecidas. O formato vai ser muito parecido ao longo de todos os anos, o que vai mudar radicalmente é a partir do ano passado e desse ano, mas a programação da Jornada de Agroecologia era sempre a mesma, desde os dias da semana até o roteiro que era desenvolvido nesses dias. Ela mais ou menos surge com esses debates, esse formato já no início. Se a gente for pegar [...] é o mesmo formato, a gente vai observar, acho que muito provável, elementos como oficinas, sementes, as cartilhas vão existir desde a primeira, então, no geral, esse formato não vai mudar até que a gente chega em Curitiba [sic] (Informação verbal).²⁶⁰

A Liderança Paraná E também revela a necessidade de adequar o projeto agroecológico e a dinâmica da Jornada de Agroecologia para poder cumprir com a realidade que se apresentava em Curitiba. A Liderança menciona que ao mesmo tempo em que era preciso rever as narrativas e práticas para alcançar um novo público, era necessário revelar o acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas com o projeto agroecológico, durante as 16 edições anteriores da Jornada de Agroecologia, para o conjunto da sociedade. Dessa maneira, podemos reconhecer que houve um redirecionamento do projeto agroecológico considerando que, até aquele momento, narrativas e práticas eram direcionadas quase que exclusivamente para os camponeses e camponesas (Informação verbal),²⁶¹ como podemos ver revelado no trecho abaixo:

²⁵⁹ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²⁶⁰ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²⁶¹ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

A gente entendeu também que o formato até a 16ª Jornada de Agroecologia não contemplava o que a gente tava pautando para Curitiba, que é um formato muito mais de expor o projeto e de apresentar as alternativas construídas e aquilo que a gente tá conseguindo aglutinar nesse coletivo. Era mais para anunciar do que promover para nós mesmo né [sic] (Informação verbal).²⁶²

Dessa maneira, durante essas edições se revelaram outras narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, além de ser assumida outra dinâmica para a Jornada de Agroecologia, adequada à realidade de Curitiba. Porém, é necessário destacar que o projeto agroecológico, nesse processo, jamais perdeu de vista suas principais propostas, ou seja, valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, marcando sua oposição ao projeto do agronegócio.

Além disso, cabe lembrar que em 2018 a capital do estado do Paraná era o palco de uma das piores crises políticas e econômicas do país com a midiática “Operação Lava-jato”. Com isso, em uma das entrevistas nós levantamos esse ponto para compreender se o deslocamento do projeto agroecológico para Curitiba naquele momento também estava vinculado àquele cenário. Contudo, para a Liderança Paraná E, o intuito em levá-lo para a capital estava relacionado mais ao interesse em promover a agroecologia para um novo público, nesse caso, os consumidores e consumidoras da cidade, além das possibilidades estruturais que se apresentavam, do que pela conjuntura nacional (Informação verbal),²⁶³ como podemos ver revelado no trecho abaixo:

Quando a gente decidiu trazer a Jornada de Agroecologia para Curitiba foi antes dela se tornar esse palco que tá hoje – contexto do Golpe e de prender o Lula – mas, a gente não tinha no horizonte a certeza da prisão e nem nada disso, a gente entendia que o movimentar da Jornada de Agroecologia nos proporcionava condições para vir pra cá. A gente tinha campo político para atuar com relações construídas e capacidade organizativa para trazer, num primeiro momento foi decidido isso [sic] (Informação verbal).²⁶⁴

Assim, nesse redirecionamento do projeto agroecológico, buscando aproximar campo e cidade e colocar em diálogo os camponeses e camponesas com os consumidores e consumidoras por meio dos alimentos, era considerado que o melhor modo para isso seria estimular a feira. Nesse sentido, a Liderança Paraná G nos menciona que essa ideia teve como incentivo a Feira

²⁶² Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

²⁶³ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

²⁶⁴ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

da Reforma Agrária do MST realizada anos antes em São Paulo (Informação verbal),²⁶⁵ e assim nos revela:²⁶⁶

[...] essa coisa da feira não era tão forte, sempre existiu, mas agora ela inverte a posição e assume a frente [...] o momento político já é outro, a intencionalidade desse diálogo é outra e, então, esse formato já não dá mais conta. Quando a gente fala que a gente precisa fazer uma boa feira e a feira tem que ser o carro chefe, então esse formato já não dá mais conta de adequar [sic] (Informação verbal).²⁶⁷

Dessa maneira, podemos destacar que a feira passou a ter maior protagonismo no interior do projeto agroecológico durante essas duas edições realizadas em Curitiba – o que retirou a centralidade de determinados momentos e atividades, principalmente durante a 18ª edição, como veremos – acima de tudo pelo entendimento que por meio de alimentos livres de transgênicos e sem agrotóxicos seria possível promover o diálogo entre camponeses e camponesas com consumidores e consumidoras da cidade, tanto é que a feira acabou ocupando uma das praças mais movimentadas do centro da cidade: a praça Santos Andrade.

É necessário assinalar que estavam disponíveis alimentos in natura e minimamente processados e produtos da economia solidária a preços acessíveis para os consumidores e consumidoras, produzidos e vendidos pelos próprios camponeses e camponesas do estado do Paraná e também de outros estados brasileiros, ajudando a promover um comércio solidário, justo em termos sociais e econômicos, e sustentável ambientalmente. Ademais, também havia um espaço para a alimentação, onde era possível encontrar uma variedade de comidas, que eram elaboradas pelos colaboradores e colaboradoras do projeto agroecológico e pelos camponeses e camponesas, denominado como culinária da terra.

Com isso, podemos reconhecer que a feira pôde promover um espaço coletivo e diverso, de maneira que permitiu aproximar pela venda direta, camponeses e camponesas aos consumidores e consumidoras da cidade, revelando dessa maneira, que é possível produzir e consumir alimentos livres de transgênicos e sem agrotóxicos a partir da agroecologia. Podemos considerar também que desde a feira é operada a ecologia da produtividade, destacada por (Santos,

²⁶⁵ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

²⁶⁶ A Liderança Paraná G, neste sentido, comenta: “[...] quer dizer, não vamos transformar a Jornada de Agroecologia numa feira, mas vamos manter essa estrutura da Jornada de Agroecologia readequando com esse peso especial para feira. A feira nacional também traz muito esse olhar para gente conseguir entender isso. Daí a partir disso, ali na Lapa, a gente tenta aproximar a feira, mas na Lapa também tava num espaço separado, num parque e aí fica longe, não tava a sociedade ali dentro, até que a gente se sente maduro para poder avançar para dentro da capital, mas é isso as condições gerais políticas e sociais, conjunturais, a gente teve que readequar todo o formato em condição disso né” [sic] (Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2018, entrevista).

²⁶⁷ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

2002), ao colocar em questionamento o domínio da lógica produtivista do capitalismo, de maneira que busca recuperar e revelar sistemas alternativos de produção e venda de alimentos.

Por sua vez, quando analisamos as programações dessas edições realizadas em Curitiba, podemos comprovar que a Jornada de Agroecologia assumiu outra dinâmica. Nota-se contudo, que em 2018 houve uma tentativa em manter ao máximo a dinâmica adotada durante os 16 anos anteriores – embora evidentemente adaptadas a essa nova realidade –, buscando realizar aqueles principais momentos e atividades. Abaixo apresentamos um quadro em que é possível analisar os principais momentos e atividades realizadas, como também os temas que estiveram em pauta durante a edição.

QUADRO 38 – PROGRAMAÇÃO DA 17ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quarta-Feira – 06 de junho	
Manhã	Recepção das caravanas
Tarde	Abertura do Túnel do Tempo “A história da agricultura, a luta pela terra e a construção do projeto soberano e popular”
	Abertura da Feira “Feira da reforma agrária, da agricultura familiar e da economia solidária e da culinária da terra”
Noite	Ato de Abertura
	Conferência “Os desafios atuais da humanidade e o cuidado com a casa comum” - Leonardo Boff
	Apresentações culturais
Quinta-Feira – 07 de junho	
Manhã	Oficinas agroecológicas
	Seminário “As políticas públicas para a construção do projeto popular e soberano para a agricultura” “Educação do campo e agroecologia na construção da emancipação”
	Oficinas agroecológicas
Tarde	Seminário “Consequências dos agrotóxicos à saúde humana e à natureza” “Soberania alimentar e o protagonismo das mulheres na construção da Agroecologia”
	Conferência “O golpe na democracia e nos direitos: o judiciário na criminalização da política e das lutas sociais” - Vera Karam de Chueiri, Darci Frigo, Diorlei Santos e Katya Isaguirre
Noite	Apresentações culturais

Sexta-Feira – 08 de junho	
Manhã	Plenária “Plenária estadual dos comitês populares pela democracia”
	Conferência “Projeto para o Brasil e a construção da hegemonia popular” - Neuri Rosseto
	Seminário “Seminário de Articulação das redes de economia solidária campo e cidade”
	Oficina “Saúde da trabalhadora e trabalhador do campo”
Tarde	Seminário “Campo e cidade: caminhos na construção de uma cultura política emancipadora”
Noite	Lançamento de livros
	Apresentações culturais
Sábado – 09 de junho	
Manhã	Conferência “A arte, a ciência e a cultura da luta na construção do projeto popular para o Brasil” - Patrícia Jaime, Pastora Romi Bencke e João Pedro Stédile
Tarde	Apresentações culturais

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2018a)

Podemos marcar ainda que a carta política da respectiva edição, também destaca pontos que se encontram relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal; como também as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico. Abaixo é possível analisar aqueles principais pontos indicados.

QUADRO 39 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 17ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação, exploração e mercantilização da natureza; • Aumento do uso de agrotóxicos; • Aumento do uso de transgênicos; • Retirada e violação dos direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2018c)

De outro modo, podemos reconhecer que a 18ª edição promoveu de maneira mais evidente essa busca por readequar a dinâmica da Jornada de Agroecologia, considerando que um evento já havia sido realizado e assim era possível reconhecer aqueles principais elementos em que valeria a pena investir e as limitações que eram apresentadas. Abaixo apresentamos um quadro com a programação da respectiva edição, em que é possível analisar os momentos e atividades principais, assim como os temas que estiveram em pauta durante a edição.

QUADRO 40 – PROGRAMAÇÃO DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Quinta-Feira – 29 de agosto	
Manhã	Recepção das caravanas
	Abertura do Túnel do Tempo “A história da luta pela terra e a construção da soberania popular no Brasil”
Tarde	Abertura da Feira “Feira da agrobiodiversidade camponesa e popular e culinária da terra: comer é um ato político”
	Aula Pública “O envenenamento do povo brasileiro: impactos dos agrotóxicos à saúde” - Wanderlei Pignati e Fran Paula
	Seminário “Como criar um projeto de lei para reduzir os agrotóxicos e promover a agroecologia?”
	Apresentações culturais
Noite	Ato de Abertura
	Conferência Pastora Romi Bencke e Ricardo M. Fonseca

	Apresentações culturais
Sexta-Feira – 30 de agosto	
Manhã	Plenária “Articulação paranaense por uma educação do campo”
	Conferência “A ciência, a semente e o alimento na construção do projeto popular e soberano para a agricultura” - Leonardo Melgarejo, Janete Fabro e Armelindo da Rosa
	Apresentações culturais
Tarde	Abertura do Espaço Conhecimento em Movimento “Espaço conhecimento em movimento: em defesa da educação pública”
	Debate “Agroecologia: cultura e ciência popular na resistência dos povos no território” - Ana Chã, Roseli Caldart e José Maria Tardin
	Oficina “Onde e como denunciar contaminações e intoxicações por agrotóxicos?”
	Apresentações culturais
	Lançamento de livros
	Marcha “Em defesa da educação pública”
Noite	Aula Pública “Em defesa da educação pública”
	Apresentações culturais

Continuação

Sábado – 31 de agosto	
Manhã	Conferência “O Brasil é dos brasileiros: Pré-lançamento do movimento pela soberania nacional e popular” - Vivaldo Barbosa, Clair Martins, Roberto Requião e Juliano Medeiros
	Apresentações culturais
Tarde	Documentário “Documentário do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado”
	Seminário “Cartografia Social dos Agrotóxicos no Paraná” “Gênero, patriarcado e violência” “Crítica ao Programa Agrinho” “Cuidando da terra, cultivando a biodiversidade, colhendo soberania alimentar – Encontro dos guardiões e guardiãs de sementes da agroecologia: preservar é resistir!” “Contaminação das águas no Paraná”
	Conhecimento em movimento
	Lançamento de livros
	Apresentações culturais
Noite	Apresentações culturais
Domingo – 01 de setembro	
Manhã	Apresentações culturais
Tarde	Ato de Abertura
	Conferência Pedro Stédile
Noite	Apresentações culturais

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2019a)

Desse modo, podemos destacar que da primeira para a segunda edição houve um pequeno aumento no número de conferências e seminários temáticos – que incluiu também as chamadas aulas públicas e debates – que passaram de 10 na primeira para 13 na segunda edição. Contudo, cabe salientar que também houve uma redução no número de espectadores e espectadoras nessas duas edições, como ressalta a Liderança Paraná G, que nos menciona que já não eram realizadas aquelas apresentações direcionadas para milhares de pessoas, priorizando realizá-las em espaços menores (Informação verbal).²⁶⁸

Por sua vez, ampliaram-se as apresentações culturais, que durante a primeira edição em Curitiba foram realizadas ao menos oito, enquanto durante a segunda, o número aumentou para cerca de 27 apresentações. Cabe ressaltar que o projeto agroecológico abriu caminho para que essas apresentações culturais também pudessem contar com as colaborações de artistas consolidados e consolidadas no cenário nacional e, evidentemente, que levantam a bandeira da agroecologia e do campesinato. Assim, devemos reconhecer que o projeto agroecológico criou outro canal de comunicação que vai além dos alimentos, ajudando desse modo a acessar outro público para promover a agroecologia. Nesse sentido, cabe retomar a Liderança Paraná A, que nos destaca:

Então esse papo de agroecologia se for pela nossa boca não chega para todo mundo, mas ele amplia para a sociedade né, então, parece pouco, mas isso é simbólico né. Milhares de pessoas que começam a se interessar pelo tema e aí entramos nós: se não for com a agricultura camponesa não tem como você produzir alimento saudável [sic] (Informação verbal).²⁶⁹

A feira, que passou a ter maior protagonismo nas edições da capital, também foi ampliada durante a 18ª edição, com o envolvimento de novos colaboradores e colaboradoras, que juntos somaram 100 coletivos na feira e 12 na culinária da terra (Jornada de Agroecologia, 2019a). De modo que foram comercializados 18 toneladas de alimentos durante a edição, como é destacado em notícia publicada no site da Jornada de Agroecologia (2019c), e que nos revela a dimensão que tomou a feira em Curitiba.

Porém, como indicamos, ao promover essa nova dinâmica, determinados momentos e atividades perderam a centralidade que possuíam anteriormente e, nesse sentido, podemos indicar que um dos principais momentos que passou por esse processo – e que também podemos

²⁶⁸ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²⁶⁹ Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista.

notar na programação – foi o momento das oficinas agroecológicas, como nos relata a Liderança Paraná G:

As oficinas de intercâmbio, que sempre foram um momento muito forte, para os camponeses especialmente, por ser um momento de sair para visitar as experiências e ter a própria experiência no espaço da Jornada de Agroecologia, não cabe nesse formato. Ela vai mudar radicalmente a dinâmica a partir de 2018. Não o caráter ou a intenção, mas o formato vai mudar [sic] (Informação verbal).²⁷⁰

No entanto, embora determinados momentos e atividades tenham perdido a centralidade com a readequação da dinâmica da Jornada de Agroecologia, novas atividades foram incluídas na 18ª edição, como por exemplo o denominado “Conhecimento em Movimento”. Esta atividade em especial foi realizada na Praça Generoso Marques – que está próxima à feira e que também conta com uma ampla circulação de pessoas – direcionado para apresentar projetos promovidos junto à sociedade que foram elaborados por estudantes, professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras das universidades públicas paranaenses, uma atividade que estimula uma constante troca de conhecimentos entre os atores sociais envolvidos.

Finalmente, quanto à carta política da 18ª edição, podemos indicar que também procura colocar em destaque um conjunto de pontos relacionados aos questionamentos e denúncias aos desdobramentos e impactos do projeto do agronegócio e do modelo neoliberal, assim como as narrativas e estratégias que buscam valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, além dos compromissos e propostas do projeto agroecológico.

²⁷⁰ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

QUADRO 41 – PRINCIPAIS PONTOS INDICADOS NA CARTA POLÍTICA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oposição	Desdobramentos e Impactos	Narrativas
Projeto do agronegócio Modelo Neoliberal Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração da terra e renda; • Criminalização dos movimentos sociais; • Degradação ambiental; • Destruturização de políticas públicas para o campesinato; • Desmatamento; • Redução de áreas de conservação; • Violência no campo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A favor de direitos e contra os distintos tipos de explorações; • Compromisso por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Jornada de Agroecologia (2019b)

Em resumo, podemos reconhecer que o deslocamento do projeto agroecológico para Curitiba estava associado a uma busca por aproximar o campo da cidade e estabelecer um diálogo entre os camponeses e camponesas com os consumidores e consumidoras por meio dos alimentos (Informação verbal).²⁷¹ Para tanto, era necessário readequar determinadas narrativas e práticas, bem como a dinâmica da Jornada de Agroecologia, que até aquele momento estavam direcionadas principalmente para os camponeses e camponesas, para ser possível “dialogar para fora”²⁷² (Informação verbal).²⁷³ Frente a isso, cabe lembrar que foram ocupados novos espaços, como praças e ruas, mas sobretudo, espaços que historicamente se encontram majoritariamente ocupados pela classe média, como a universidade e teatro – Teatro Guaíra e da Reitoria –, dando acesso a um conjunto de atores sociais silenciados pela racionalidade da modernidade-colonialidade. Neste sentido, a Liderança Paraná G ressalta:

²⁷¹ Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista.

²⁷² A Liderança Paraná G, neste sentido, comenta: “Se a gente pegar da última Jornada de Agroecologia para essa, a gente também percebe um salto de qualidade muito grande nessa estruturação da feira, da culinária, desse espaço de diálogo com a sociedade. A gente tá cumprindo esse papel de cada vez menos ir para dentro e cada vez mais ir para fora, e como você dialoga para fora? Com prática, trazer a produção para dialogar a partir do concreto, essa é uma tendência e a gente aprendeu muito isso quando aconteceu a primeira feira nacional da reforma agrária em São Paulo [...]” [sic] (Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2018, entrevista).

²⁷³ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

Aqui em Irati e nas duas da Lapa, ela vai seguir ainda com essa característica de estar muito para dentro, a gente só vai se expor efetivamente aqui em Curitiba, ela sempre tem essa característica de tá em locais de certa medida controlados, sempre um parque, uma universidade, locais onde estávamos em um ambiente controlado, a gente sabia quem tava ali dentro, o formato dela até a 16ª era também bastante diferente desse formato que a gente tem aqui [sic] (Informação verbal).²⁷⁴

Além disso, o projeto agroecológico ocupou um território que estava além do tradicional espaço de disputa entre distintos projetos de agricultura, que era a capital do estado do Paraná, e apresentou conhecimentos e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais que visam a justiça social e econômica, e a sustentabilidade ambiental, além de alimentos, sementes e memórias camponesas, que o projeto do agronegócio insiste em ocultar, marcando assim a agroecologia como uma alternativa ao atual modelo dominante de produção e consumo de alimentos da sociedade. Frente a isso, para a Liderança Paraná G, essa readequação adotada durante essas duas edições tende a ser consolidada e promovida pelo projeto agroecológico, e com isso nos destaca:

Ela vai mudar provavelmente daqui para frente, porque a gente vai assumindo e vai construindo esse jeito de dialogar. Qual o melhor jeito de dialogar? Dialogar para fora. A gente cumpriu ciclos de compreender o que é ideologicamente a agroecologia, de projetar nos nossos territórios e de começar a construir na prática. Qual o ciclo que a gente tem que começar? Expandir para sociedade, porque a agroecologia não é um projeto para o campo, ela é um projeto para sociedade, nesse formato a gente consegue dialogar. Você vai ganhar o diálogo com a sociedade pela prática e não pelo discurso da formação tradicional política, é esse o formato que ela tende a ir se fortalecendo [sic] (Informação verbal).²⁷⁵

Dessa maneira, com base naquilo que foi apresentado e analisado, podemos considerar que o projeto agroecológico cumpriu com o seu intuito inicial de aproximar o campo da cidade, procurando estabelecer um diálogo a partir de distintos canais entre camponeses e camponesas com consumidores e consumidoras da cidade, em que a feira começou a ter maior protagonismo e a cumprir com um papel essencial.²⁷⁶

²⁷⁴ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²⁷⁵ Liderança Paraná G. Curitiba, agosto de 2019, entrevista.

²⁷⁶ A Liderança Paraná E, neste sentido, comenta: “O que que traz para você num contexto amplo a necessidade de fato de se organizar para poder expor seu produto? Você sozinho lá na sua feirinha não vai nunca por uma barraquinha. O que proporciona coletivamente para os grupos? Esse processo de preparação para Curitiba é muito maior do que já se viu, é uma curiosidade, uma dúvida e tudo isso misturado e ao mesmo tempo, um desafio que percebemos que a gente tinha maturidade para encarar e foi isso, foi a primeira experiência. Até agora não sentamos para avaliar, mas o que a gente tem sentido de quem veio e de quem veio procurar, é que em nenhum momento a gente percebeu que foi apressado, muito pelo contrário, há um entendimento geral que é isso mesmo, que temos que repetir, fazer muito mais, muito mais e muito mais. Porque percebeu inclusive de quem veio, com todas as

5.9 ELEMENTOS REVELADOS PELO PROJETO AGROECOLÓGICO E PELA JORNADA DE AGROECOLOGIA


O primeiro ponto que é necessário lembrar é que o projeto agroecológico está composto por atores sociais plurais comprometidos com outro saber-fazer agricultura dos quais, muitos, têm sido historicamente silenciados pela racionalidade da modernidade-colonialidade. Frente a isso, podemos reconhecer que o projeto agroecológico tem buscado colocar em questionamento e denunciar a racionalidade da modernidade-colonialidade e uma das suas maiores expressões na agricultura, o projeto do agronegócio, que promove uma agricultura excludente, em termos sociais e econômicos, e insustentável ambientalmente, como também busca valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná e, para tanto, revela e promove uma série de narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, baseadas na perspectiva agroecológica, oferecendo assim um conjunto de ferramentas.

Dessa maneira, tomando como base as programações a que tivemos acesso, apresentamos no quadro abaixo os principais temas tratados no decorrer das edições da Jornada de Agroecologia, procurando marcar que eles mantêm relação com o tripé teórico-metodológico proposto. Como é possível notar no quadro, há um conjunto de temas que apareceram em quase todas edições indicadas, enquanto outros, apareceram somente em determinadas edições. Contudo, é necessário reconhecer que mesmo que um tema não tenha tido destaque na programação de uma determinada edição, não corresponde que não tenha sido tratado durante os momentos ou atividades. Nesse aspecto, ainda nos cabe considerar que todos esses temas se encontram diretamente relacionados entre si, no entanto, procuramos revelar em quais edições tiveram maior destaque.

dificuldades, com a chuva, com os receios e com tudo aquilo, que sim, voltaria. Quer voltar e vai voltar, então, ela conseguiu cumprir desde daquele que tá construindo politicamente nas esferas mais organizativas até o agricultor que preparou o seu produto para estar aqui” [sic] (Liderança Paraná E. Curitiba, junho de 2018, entrevista).

QUADRO 42 – PRINCIPAIS TEMAS DAS EDIÇÕES DA JORNADA DE AGROECOLOGIA

Temas	Edição										
	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a	15 ^a	17 ^a	18 ^a
A. Familiar – Camponesa											
Agroecologia											
Agrotóxicos											
Alimentos											
Análise Capital											
Autonomia Camponesa											
Biodiversidade											
Relação Campo – Cidade											
Ciência – Cultura											
Contaminação Alimentos											
Contaminação Genética											
Contaminação Humana											
Contaminação Natureza											
Crédito Rural											
Criminalização											
Cuidado Meio Ambiente											
Golpe – Democracia											
Direitos Sociais											
Disputas e Lutas Terras											
Educação											
Gênero											
Comer. – Renda – E. Solidária											
Juventude											
Lutas Camponesas											
Mercantilização Natureza											
Mercantilização Sementes											
Orgânicos											
Organização Popular											
Políticas Públicas											
Projeto Popular											
Questões Ambientais											
Reforma Agrária											
Saúde											
Segurança Alimentar											
Semente Crioula											
Soberania Alimentar											
Soberania Popular											
Solidariedade											
Trabalho Escravo											
Transgênicos											

Legenda:  Edições em que o tema apareceu e foi publicamente debatido.

Fonte: Jornada de Agroecologia (2007a; 2008a; 2009a; 2010a; 2011a; 2013a; 2014a; 2015a; 2016a; 2018a; 2019a)

Em resumo, podemos lembrar que desde o pensamento decolonial há uma procura por colocar em questionamento e denunciar a retórica da racionalidade da modernidade-colonialidade (Grosfoguel; Mignolo, 2008) e reinterpretá-la a partir de outras perspectivas. Dessa maneira, é possível compreender que o pensamento decolonial oferece outra perspectiva epistemológica que promove um pensamento em oposição aos discursos dominantes da racionalidade da modernidade-colonialidade, processo que nos ajuda a desatar nós e analisar a realidade das sociedades, acima de tudo latino-americanas e, com isso, romper com a práxis dominante imposta por essa racionalidade (Escobar, 2003). Assim, podemos considerar que colocar em questionamento essa racionalidade é um passo essencial para poder construir uma sociedade justa em termos sociais e econômicos, e sustentável ambientalmente.

Quando direcionamos nossos olhares para o projeto agroecológico, podemos reconhecer que o pensamento decolonial tem sido revelado em seu interior, principalmente quando procura colocar em questionamento inúmeras relações de poder que operam na agricultura, estimuladas pela racionalidade dominante e, assim, abrir caminhos para outros conhecimentos e práticas. Processo que é possível ver revelado quando colocados em pauta um conjunto de temas como agrotóxicos, análise do capital, autonomia camponesa, ciência e cultura, criminalização, direitos sociais, disputas e lutas por terra, educação, gênero, lutas camponesas, soberania popular, transgênicos, trabalho escravo, entre outros. Dessa maneira, podemos considerar que o projeto agroecológico, ao promover uma série de narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, que evidentemente marcam uma oposição à racionalidade da modernidade-colonialidade, tem estimulado um giro decolonial, ou seja, altera o modelo dominante de poder, de ser e de conhecer que é incentivado pela racionalidade da modernidade-colonialidade, como indica Maldonado-Torres (2008).

Assim como o pensamento decolonial, a ecologia política latino-americana também oferece uma perspectiva desde o nosso continente, que ajuda a colocar em questionamento a racionalidade da modernidade-colonialidade. No entanto, nesse caso, a atenção está colocada nas relações de poder que imperam sobre a natureza, compreendida somente como um objeto passível de apropriação e exploração; e no estímulo às ações orientadas para romper com esse domínio (Leff, 2004). Assim, podemos reconhecer que a ecologia política latino-americana está diretamente relacionada com os processos de lutas e resistências de atores sociais historicamente silenciados contra os processos de apropriação e exploração ambiental, social e econômica pelo capitalismo. Dessa maneira, é possível considerar que esses processos de lutas e resistências relacionados à ecologia política, evidentemente são expressados desde o projeto agroecológico e que podemos ver revelado quando colocados em pauta um conjunto de temas como

agroecologia, agrotóxicos, biodiversidade, contaminação dos alimentos, contaminação da natureza, contaminação dos humanos, cuidado do meio ambiente, mercantilização da natureza, a mercantilização das sementes, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, transgênicos, entre outros.

Finalmente, podemos reconhecer que o projeto agroecológico também está relacionado com a sociologia das ausências e com a sociologia das emergências. Nesse caso, cabe relemburar que para Santos (2002), cinco ecologias colocam em questionamento a racionalidade dominante e criam condições para recuperar experiências sociais ocultadas. Com isso, o projeto agroecológico, ao promover uma série de narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, principalmente desde os momentos e atividades da Jornada de Agroecologia, acaba colocando em exercício essas ecologias, que estimulam por sua vez um conjunto de ferramentas que ajudam a recuperar as experiências agroecológicas e camponesas ocultadas pelo projeto do agronegócio. Além disso, também é possível reconhecer que ao estimular essas ferramentas, o projeto agroecológico ajuda a criar uma série de possibilidades com o surgimento de novos conhecimentos, práticas e experiências agroecológicas e camponesas, colocando assim em exercício a sociologia das emergências.

Cabe relemburar que durante a década de 1990 as iniciativas ecológicas para a agricultura – associadas aos modelos de agricultura alternativas – ainda eram localizadas e pouco estruturadas, como nos relata a Liderança Paraná A e a Liderança Paraná B (Informação verbal).^{277 278} Contudo, impulsionada por um conjunto de iniciativas e medidas promovidas por uma rede de atores sociais durante a década de 2000 e como um desdobramento do acúmulo político-social dos anos antecedentes, as práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais baseadas na perspectiva agroecológica e também nos demais modelos de agriculturas ecológicas – ou agriculturas alternativas – foram ampliadas no país e no estado do Paraná (Corrêa, 2012).

No entanto, Altieri e Toledo (2010) recordam que muitos desses modelos de agriculturas ecológicas somente trocam o uso de insumos químicos por insumos ecológicos, mas, continuam orientando seus objetivos desde uma perspectiva dominante de agricultura. Frente a isso, esses autores indicam que aqueles modelos que não colocam em questionamento essa perspectiva dominante, pouco podem ajudar os camponeses e camponesas, já que continuam estimulando o controle e dependência. Por sua vez, o projeto agroecológico, que é levado adiante enquanto projeto popular por um conjunto de atores sociais plurais comprometidos com outro saber-fazer agricultura, tem colaborado para estimular processos que permitam romper com discursos e

²⁷⁷ Liderança Paraná A. Curitiba, agosto de 2016, entrevista.

²⁷⁸ Liderança Paraná B. Curitiba, outubro de 2016, entrevista.

práticas de controles da racionalidade da modernidade-colonialidade e a criar autonomia para os camponeses e camponesas, estabelecendo outra relação com a natureza. Nesse aspecto, podemos acentuar que o projeto agroecológico teve, e continua tendo, um papel-chave para valorizar e promover a agroecologia e para o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná.

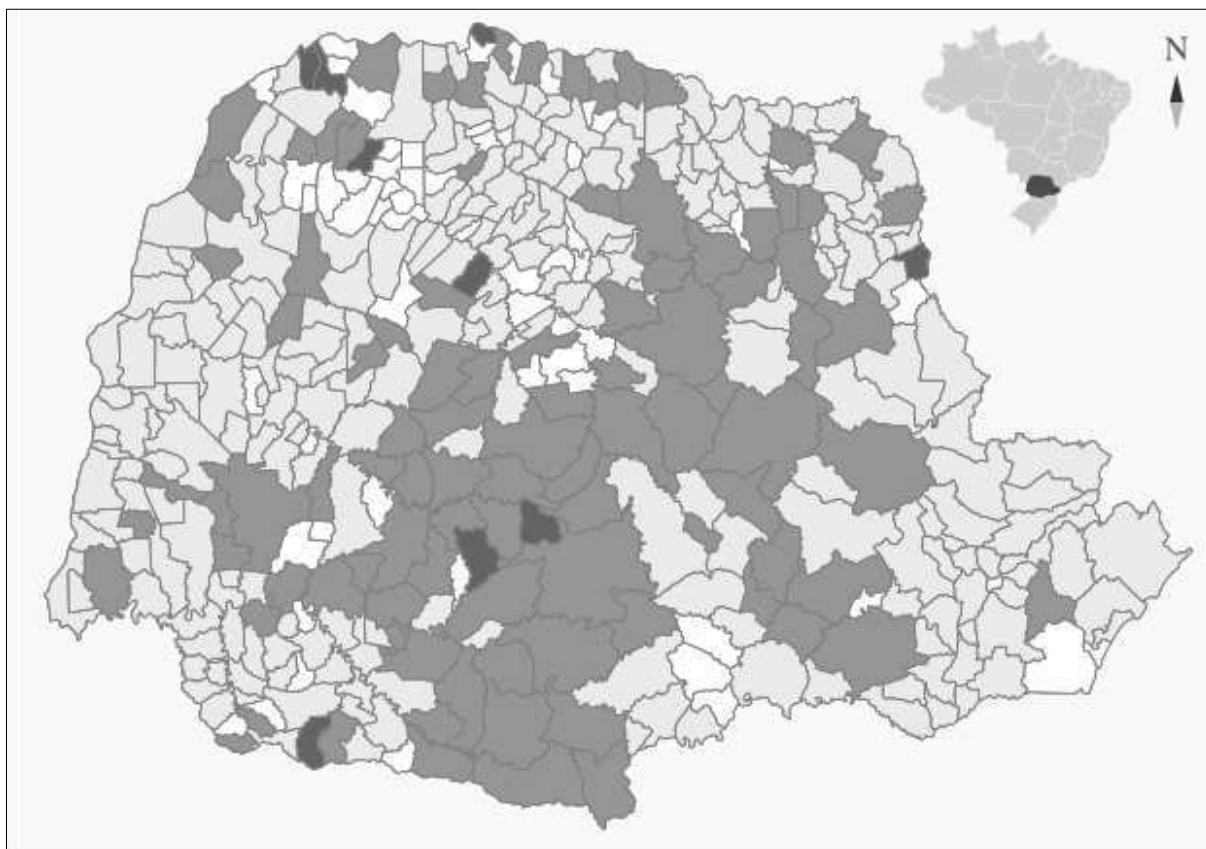
Frente a isso, embora vá além da proposta desta pesquisa, nos parece necessário indicar a realidade da agricultura de base ecológica no estado do Paraná pelo campesinato. Cabe assinalar que quando queremos analisar o processo de territorialização da agroecologia no estado do Paraná nos deparamos com um problema, um impasse para poder acessar dados detalhados sobre a agroecologia no estado e no país como um todo, pois, os poucos dados disponíveis, em sua maioria, encontram-se desatualizados e desagregados. Desse modo, nós recorremos aos dados disponíveis da agricultura orgânica que atualmente se encontram sistematizados.

No entanto, é necessário destacar dois pontos: (a) no questionário aplicado para a coleta dos dados há somente o questionamento se no estabelecimento é realizada a agricultura ou pecuária orgânica;²⁷⁹ (b) esse questionamento está baseado num entendimento de agricultura orgânica de acordo com a Lei 10.381 de 2003, que inclui o modelo ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico e a permacultura (Brasil, 2003e), ou seja, o mesmo que indicamos anteriormente como agricultura alternativa. Ademais, é preciso destacar que a maioria da produção orgânica possui certificação, já que essa é necessária para que seja possível acessar determinados nichos de mercados (convencionais), com isso, mesmo que uma produção seja reconhecida como agroecológica, para que possa acessar esses mercados é necessária uma certificação – que normalmente é de alimentos e produtos orgânicos.

Frente a isso, abaixo apresentamos um mapa que coloca em destaque os municípios paranaenses que possuem estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica, como também aqueles que possuem assentamentos rurais. Ao sobrepor os municípios que possuem estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica e assentamentos, podemos notar que a maior parte se concentra na região Centro-Sul do estado do Paraná. Assim, temos como hipótese que nesses municípios a produção orgânica é estimulada, principalmente por camponeses e camponesas associados aos movimentos sociais que promovem, em sua maioria, uma perspectiva agroecológica.

²⁷⁹ Como é possível notar no questionário do IBGE (2019c).

FIGURA 15 – MUNICÍPIOS COM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES COM PRODUÇÃO ORGÂNICA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ



Legenda: Municípios que têm somente assentamentos.
 Municípios que têm estabelecimentos familiares com produção orgânica e assentamentos.
 Municípios que têm somente estabelecimentos familiares com produção orgânica.

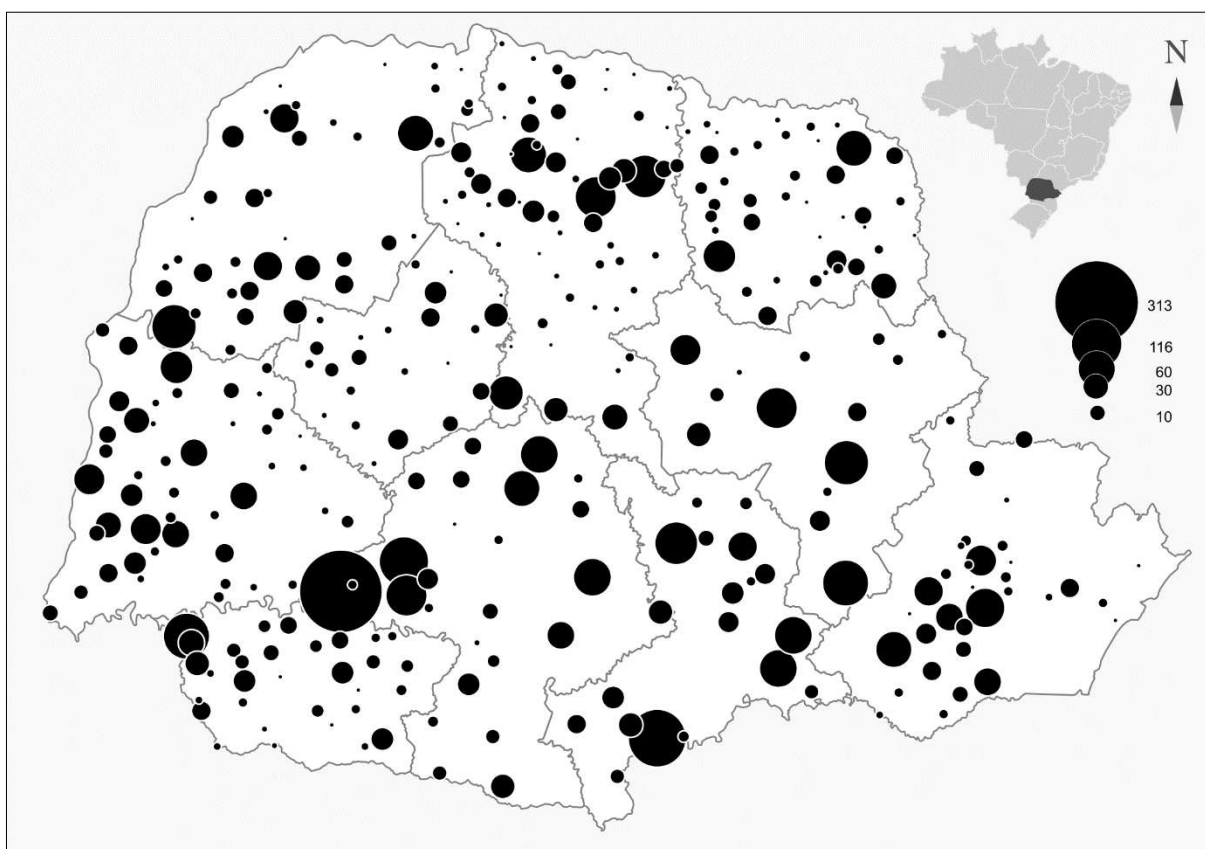
Nota: * O estado do Paraná possui 329 assentamentos de acordo com os dados apontados.

** Elaborado com Philcarto.

Fonte: IBGE (2019a) e INCRA (2017).

Abaixo apresentamos outro mapa, contudo, nesse caso, colocando em destaque aqueles municípios paranaenses que possuem estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica, indicando a quantidade de estabelecimentos. Podemos notar nesse mapa a distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica e considerar os locais onde há maior concentração e quantidade desses estabelecimentos no estado do Paraná.

FIGURA 16 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: IBGE (2019a)

Nota: * Elaborado com Philcarto.

Com o intuito de complementar o mapa, apresentamos abaixo uma tabela indicando a quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica no estado do Paraná, separado por mesorregião geográfica. Com base na tabela, podemos notar que o Centro-Sul paranaense é o local onde há maior quantidade de estabelecimentos, de modo que o Centro-Ocidental paranaense é o local onde há menor quantidade de estabelecimentos, no entanto, cabe lembrar que em nenhum desses locais houve, até o momento, uma edição da Jornada de Agroecologia.

TABELA 10 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO PARANÁ

Mesorregião Geográfica	Estabelecimentos agropecuários familiares – produção orgânica		% estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica em relação ao total de estabelecimentos agropecuários familiares – Paraná
	Abs.	%	
Centro-Sul	964	17,98	3,28
Norte Central	689	12,85	2,53
Oeste	635	11,85	1,97
Sudeste	606	11,31	2,04
Noroeste	553	10,32	2,66
Metropolitana de Curitiba	485	9,05	2,48
Centro-Oriental	424	7,91	3,80
Norte Pioneiro	411	7,67	2,09
Sudoeste	403	7,52	1,35
Centro-Ocidental	190	3,54	1,94
Paraná	5.360	100	-

Fonte: IBGE (2019a)

Com base na tabela acima, podemos notar que dos locais que receberam a Jornada de Agroecologia, a mesorregião geográfica que possui a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica é o Norte Central paranaense, que é a segunda no estado do Paraná, seguida pelo Oeste paranaense (terceira), Sudeste paranaense (quarta), Metropolitana de Curitiba (sexta), Centro-Oriental (sétima) e Sudoeste (nona). Contudo, também é possível notar que não há uma grande variação entre essas mesorregiões geográficas. Quando olhamos para terceira coluna da tabela, em que apresentamos a relação de estabeleci-

mentos agropecuários familiares com produção orgânica no total de estabelecimentos agropecuários familiares no estado do Paraná, nota-se que a quantidade ainda é baixa – embora seja o segundo estado brasileiro com mais estabelecimentos agropecuários familiares com produção orgânica, de acordo com o IBGE (2019a) – o que evidentemente revela a capacidade de territorialização do projeto do agronegócio, o que torna ainda mais necessário romper com a racionalidade dominante, processo que tem sido estimulado desde distintas iniciativas em todo o país, inclusive no estado do Paraná, por meio do projeto agroecológico, que coloca em questionamento o projeto do agronegócio e estimula alternativas desde práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais.

RESUMO DO CAPÍTULO

No capítulo procuramos analisar o caminho percorrido e as disputas do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia. Cabe lembrar que esse caminho foi traçado de acordo ao contexto político-social local, às possibilidades em termos estruturais e políticos e aos interesses dos atores sociais locais. Nesse aspecto, destacamos aqueles municípios pelos quais o projeto agroecológico passou com a Jornada de Agroecologia, procurando assinalar as principais características e desdobramentos locais. Em resumo, podemos lembrar que Ponta Grossa marcou o início do projeto agroecológico, além das disputas com os e as protagonistas do projeto do agronegócio, desdobrando num embate direto com a empresa Monsanto. Os processos de lutas e resistências naquele momento levaram a conquista do Centro Chico Mendes. Cascavel foi marcado pelas disputas com os e as protagonistas do projeto do agronegócio, desdobrando num embate direto com a empresa Syngenta. Os processos de lutas e resistências naquele momento levaram a conquista da área da multinacional, onde atualmente está o Centro de Pesquisas em Agroecologia Valmir Mota de Oliveira, que é administrado pelo Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR. Francisco Beltrão foi marcado pela valorização e promoção da agroecologia e pelo reconhecimento do campesinato, procurando estimular a recuperação da memória camponesa e das experiências agroecológicas do Sudoeste paranaense. Londrina foi marcado pela valorização e promoção da agroecologia e pelo reconhecimento do campesinato, além da acentuação da dimensão educacional, buscando consolidar o apoio da universidade pública. Maringá foi marcado pela acentuação da dimensão educacional, contudo, procurando estimular e consolidar uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia desde os movimen-

tos sociais. Irati foi marcado pela valorização e promoção da agroecologia e pelo reconhecimento do campesinato, procurando estimular a recuperação da memória dos processos de lutas e resistências camponesas e dos processos de criminalização no Sudeste paranaense, além de colocar em destaque as políticas públicas. Lapa foi marcado pela valorização e promoção da agroecologia e pelo reconhecimento do campesinato na parcela Centro-Sul da Metropolitana de Curitiba, que historicamente conta com diversas experiências em agroecologia. Curitiba foi marcado por um novo momento do projeto agroecológico, com seu redirecionamento, procurando estimular a aproximação do campo com a cidade. Finalmente, buscamos indicar as principais características e temas presentes nas edições da Jornada de Agroecologia e colocá-los em perspectiva com o tripé teórico-metodológico, como também destacar a realidade da agricultura orgânica – ou agricultura ecológica – no estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Apresentamos e analisamos durante a presente tese a formação do projeto agroecológico a partir da Jornada de Agroecologia, em que procuramos entender sua construção enquanto um projeto popular em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, assim como buscamos examinar suas principais narrativas e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ecológicas estimuladas para recuperar experiências sociais ocultadas pelo projeto do agronegócio e para promover novas experiências sociais.

Para tanto, recorreremos a três abordagens que apresentam uma série de conceitos, noções e categorias que nos ajudaram a analisar e entender os processos de apropriações e explorações ambientais e sociais promovidos desde a racionalidade da modernidade-colonialidade – que, no caso da agricultura, ocorre desde a agricultura capitalista – e dos impactos desse processo, como também as narrativas e iniciativas promovidas em oposição e como alternativa a esse processo – muitas delas por atores sociais silenciados –, como o projeto agroecológico, e que propomos visualizá-las como um tripé teórico-metodológico multidisciplinar, que possuem inúmeros pontos em comum.

Dessa maneira, tomando como ponto inicial a agricultura capitalista estimulada por atores institucionais e sociais com interesses econômicos orientados ao aumento de rendimentos, podemos acentuar que a sua territorialização, atualmente sobre a dinâmica do agronegócio, tem desdobrado numa série de impactos sociais, econômicos e ambientais, em que os maiores custos têm sido passados para aquelas pessoas que menos podem assumir tal conta nos espaços rurais: camponeses e camponesas. Processo que podemos reconhecer que está tomado pela colonialidade, ou seja, relações de poder que se estendem aos mais variados aspectos, como aos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e ambientais, por exemplo, e que têm acentuado os processos de apropriação e exploração ambiental, social e econômica que ocorrem historicamente em nosso continente e que tem provocado consequências irreversíveis. No entanto, os protagonistas e as protagonistas da agricultura capitalista, desde a retórica da racionalidade da modernidade-colonialidade, procuram dar um conjunto de motivos para amparar a capitalização da natureza, como por exemplo, podemos lembrar o discurso da necessidade de se promover o crescimento econômico – e pessoal. Contudo, nós sabemos que tal processo é insustentável ambientalmente e tem se revelado injusto em termos sociais e econômicos.

Considerando esse cenário, em que a agricultura capitalista tem acentuado os processos de apropriação e exploração ambiental, social e econômica e consequentemente provocado uma série de impactos, podemos recorrer aos pressupostos de Santos (2002) e reconhecer que a agricultura capitalista acaba por ocultar agriculturas camponesas e agroecológicas, silenciando seus protagonistas e suas protagonistas. E, como nós já sabemos, para o autor, as experiências sociais são mais amplas e variadas do que a racionalidade dominante conhece e quer reconhecer e que no caso do campesinato esse processo não é distinto, levando a um desperdício da riqueza social – e também ambiental. Na presente pesquisa nós pudemos analisar tal processo, que condiciona a um constante desperdício de conhecimentos e práticas camponeses e agroecológicas, que se encontram constituídos por distintos aspectos político-sociais, culturais e ambientais – como os patrimônios (Brandenburg, 2010; Wanderley, 2014).

Para combater esse desperdício, Santos (2002) considera que não é possível recorrer aos aspectos tradicionais; é necessário promover um modelo distinto de racionalidade. Perspectiva que também é considerada por Leff (2004), que indica a racionalidade ambiental para combater a crise ambiental. Desse modo, podemos reconhecer que o projeto agroecológico promove outra racionalidade, uma racionalidade que procura valorizar a agroecologia e o campesinato.

Nesse aspecto, nós constatamos que a Jornada de Agroecologia, como uma das maiores expressões do projeto agroecológico, revelou ser um espaço de formação pedagógica em termos político-social, cultural, econômico e ambiental, que concede um conjunto de ferramentas e cria condições para recuperar conhecimentos e práticas ocultadas pela agricultura capitalista, como também possibilidades para serem criados novos conhecimentos e práticas. Assim, ao conceder essas ferramentas, nós podemos entender que o projeto agroecológico tem colocado em prática a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Além disso, podemos considerar que a Jornada de Agroecologia coloca em diálogo distintos conhecimentos e práticas – tanto aquelas subalternas, como aquelas hegemônicas (evidentemente selecionadas) –, à medida que promove um espaço de formação pedagógica plural, promovendo dessa maneira o trabalho de tradução e com isso uma inteligibilidade recíproca, como pontua Santos (2002).

Com isso, ao analisarmos os principais elementos nesse sentido, pudemos constatar que a Jornada de Agroecologia está composta por um conjunto de momentos e de atividades – que constituem sua dinâmica – que ajuda a desconstruir as lógicas de produção de ausências e construir alternativas desde uma perspectiva agroecológica. Neste aspecto, recorrendo novamente a Santos (2002), pudemos notar um exercício de ecologia dos saberes, recuperando e promovendo distintos conhecimentos camponeses e agroecológicos e procurando colocá-los num constante diálogo – buscando retirar com isso as hierarquias de saberes –, e que, nesse caso, nós podemos

reconhecer que as oficinas agroecológicas revelam ser um espaço essencial; o exercício da ecologia das temporalidades, liberando práticas camponesas e agroecológicas da condição de residuais ao colocar em destaque seus valores, uma ecologia que atravessa todo o projeto agroecológico; um exercício da ecologia dos reconhecimentos, procurando desconstruir as hierarquias em termos raciais, de gênero e de classe, acima de tudo quando o protagonismo é assumido por camponeses e camponesas na construção de alternativas ao projeto do agronegócio; o exercício da ecologia das transescalas, revelando os valores locais, e o projeto agroecológico ao percorrer o estado do Paraná, podemos reconhecer que acaba representando isso; e o exercício da ecologia da produtividade, ao ser questionada a agricultura capitalista ao mesmo tempo em que revelado o valor dos sistemas alternativos de produção, sendo a troca de sementes crioulas e a feira dois exemplos essenciais nesse sentido.

Desse modo, é preciso reconhecer o projeto agroecológico como uma iniciativa pioneira no nosso país, embora seu início esteja associado a um movimento mais amplo, com movimento ambiental da agricultura brasileira. Podemos destacar o seu pioneirismo tanto por seu incentivo em estabelecer um espaço de formação pedagógica em termos político-sociais, culturais, econômicos e ecológicos por meio da Jornada de Agroecologia, como por promover um projeto plural e popular desde a agroecologia em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, em que o protagonismo está posto nos camponeses e camponesas. Contudo, da mesma maneira que devemos reconhecer o seu pioneirismo, é necessário reconhecer que há atualmente um conjunto de iniciativas e experiências tão essenciais quanto.

Além disso, também é necessário destacar que, embora o projeto agroecológico coloque em questionamento e denuncie o projeto do agronegócio como a racionalidade da modernidade-colonialidade, ele vai além dessa perspectiva e coloca a própria agricultura em disputa. Processo que se dá tanto por meio dos embates diretos – cabe lembrar a ocupação do campo experimental da empresa Monsanto e da empresa Syngenta –, como por meio dos embates teórico-práticos, contrapondo o projeto do agronegócio à agroecologia. Processos que acabam situando o projeto agroecológico desde a perspectiva do pensamento decolonial e da ecologia política. E, assim, é possível reconhecer que o projeto agroecológico incentiva que camponeses e camponesas acabem realizando um giro decolonial ao ter a capacidade de estimular um conjunto de ferramentas que procuram alterar o modelo dominante de poder, de ser e de conhecer, como é apontado por Maldonado-Torres, 2008) sobre o giro decolonial. E, dessa maneira, caminharem num sentido a liberação social – ou emancipação – (Santos, 2002) e a reapropriação social da natureza (Leff, 2004), em que seja possível promover uma sociedade justa em termos sociais e econômicos, e ambientalmente sustentável.

Contudo, embora indicamos e reconhecemos que o trabalho que o projeto agroecológico tem realizado durante o período de quase duas décadas seja essencial para valorizar e promover a agroecologia e para o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná, é preciso entender que o Estado também tem um papel a cumprir nesse aspecto, mas que em muitos casos tem sido assumido de maneira incompleta ou ainda nem é assumido, uma característica que vai além de um determinado governo – embora, evidentemente em determinados governos esse papel assumido é maior ou menor – o que acaba colaborando com processos de apropriação e exploração ambiental, social e econômica e, conseqüentemente, com o ocultamento de experiências sociais e com o silenciamento de atores sociais, um processo histórico em nosso continente.

Assim, entendemos que pouco adianta o Estado assumir uma perspectiva baseada numa economia ou capitalismo verde; é preciso e é inadiável ir além de simplesmente adequar entendimentos e tratamentos dos problemas contemporâneos, criados pelos e pelas protagonistas do capitalismo, a racionalidade da modernidade-colonialidade, ou seja, numa tentativa de internalizar as externalidades, como destaca Leff (2004). Porém, sabemos que esse não é um caminho que se pode percorrer sem barreiras, levando em conta o poder que esses e essas protagonistas possuem. Contudo, no caso da agricultura, podemos reconhecer que a agroecologia é um desses caminhos, caminho que está delineado por um conjunto de atores sociais plurais comprometidos com a justiça social e econômica, e com a sustentabilidade ambiental.

Frente a isso, consideramos que o próximo passo que necessita ser dado para ser possível ampliar tais análises seria mapear e examinar as principais experiências agroecológicas que têm sido promovidas pelos camponeses e camponesas no estado do Paraná, estimuladas desde esse projeto, para entender de que modo o projeto agroecológico tem contribuído para a territorialização da agroecologia no estado do Paraná e para a reterritorialização camponesa.

REFERÊNCIAS

- ABA. Organizadores, histórico e objetivo do I Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 1, n. 1, p. 2–4, 2006.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.
- ALIMONDA, H. En clave de sur: la ecología política latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; FACUNDO, M. (Orgs.). **Ecología política latinoamericana. Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Buenos Aires: Clacso, 2017. v.2
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª ed., Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Ciudad de México: FAO, 2000.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Sementes nativas: patrimônio da humanidade essencial para a integridade cultural e ecológica da agricultura camponesa. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina. Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El otro derecho**. Bogotá: ILSA, 2010.
- ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- AMADEU, M. S. U. DOS S.; MENGATTO, A. P. DE F.; STROPARO, E. M.; ASSIS, T. T. **S. Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

ANDER-EGG, E. **El taller: una alternativa de renovación pedagógica**. 2ª ed. Buenos Aires: Magisterio del Río de la Plata, 1994.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013.

BARBETTA, P. N.; COX, M.; DOMÍNGUEZ, D.; PESSOA, K. Neoliberalismo y cuestión ambiental: entre la crisis ecológica y la ruptura paradigmática. **Entramados y perspectivas. Revista de la carrera de sociología**, v. 8, p. 333–359, 2018.

BARTRA, A. **El hombre de hierro: límites sociales y naturales del capital en la perspectiva de la Gran Crisis**. 2ª ed. Ciudad de México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México; Editorial Itaca; Universidad Autónoma Metropolitana, 2014.

BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.

BESKOW, P. R. Considerações sobre as políticas agrícolas, o processo de modernização tecnológica da agricultura e a consolidação do complexo agroindustrial. In: IPARDES (Org.). **Consequências sociais da transformações tecnológicas da agricultura no Paraná**. Curitiba: IparDES, 1985.

BOGO, A. Mística. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645–660, 2013.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 1–28, 2002.

BRANDENBURG, A. Mouvement agroécologique au Brésil: trajectoire, contradictions et perspectives. **Natures Sciences Sociétés**, v. 16, p. 142–147, 2008.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 167–194, 2010.

BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil. O movimento ecológico na agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, p. 126–148, 2011.

BRASIL. Medida Provisória nº 113, de 26 de Março de 2003. **Diário Oficial da União**, v. CXL, n. 60, 2003a.

BRASIL. Lei nº 10.688, de 13 de junho de 2003. **Diário Oficial da União**, v. CXL, n. 114, 2003b.

BRASIL. Medida Provisória nº 131, de 26 de Setembro de 2003. **Diário Oficial da União**, v. CXL, n. 187, 2003c.

BRASIL. Lei nº 10.814, de 15 de Dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, v. CXL, n. 244, 2003d.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**, v. CXL, n. 250, 2003e.

BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de Março de 2005. **Diário Oficial da União**, 2005.

BRASIL. Medida Provisória nº 327, de 31 de Outubro de 2006. **Diário Oficial da União**, v. CXLIII, n. 210, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.460, de 21 de Março de 2007. **Diário Oficial da União**, v. CXLIV, n. 56, 2007.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. In: VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural (Org.). Porto de Galinhas: Associação Latino-americana de Sociologia Rural, 2010.

CAPES. **Plataforma Sucupira - Cursos recomendados e reconhecidos**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 16/06/2020.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. DA S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz; Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 53–75, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central; Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CHAVES, C. DE A. **A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

COMEX STAT. **Base de dados do comércio exterior do Brasil**. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, s.d. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 25/03/2020

CONAB. Agricultura Familiar - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Resultados das ações da Conab em 2018. **Compêndio de estudos Conab**, v. 20, 2019.

CORRÊA, C. E. M. **MST en marcha hacia la agroecología. Una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el MST**. 61 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidad Internacional de Andalucía, Sevilla, 2012.

CTNBIO. **Plantas geneticamente modificadas aprovadas para comercialização**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2019. Disponível em: <<http://ctnbio.mcti.gov.br>>. Acesso em: 10/01/2020.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985**. São Paulo; Campinas: Ícone Editora; Editora da Unicamp, 1985.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

EMBRAPA. **Regimento Interno Embrapa Agrobiologia**. Brasília: Embrapa, 2011a. Disponível em <<https://www.embrapa.br/acessoainformacao/regimentos>>. Acesso em: 10/01/2020.

EMBRAPA. **Regimento Interno Embrapa Meio Ambiente**. Brasília: Embrapa, 2011b. Disponível em <<https://www.embrapa.br/acessoainformacao/regimentos>>. Acesso em: 10/01/2020.

EMBRAPA AGROBIOLOGIA. **Pesquisa e Desenvolvimento**. Brasília: Embrapa, s.d. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agrobiologia/pesquisa-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 17/12/2018.

EMBRAPA MEIO AMBIENTE. **Pesquisa e Desenvolvimento**. Brasília: Embrapa, s.d. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/meio-ambiente/pesquisa-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 17/12/2018.

ERNST, P. Túnel do Tempo sobre a Guerra do Contestado encanta visitantes. **Jornada de Agroecologia**, 2015. Disponível em: <<https://jornadadeagroecologia.org.br/2015/07/24/tunel-do-tempo-sobre-a-guerra-do-contestado-encanta-visitantes/>>. Acesso em: 3/5/2020.

ESCOBAR, A. **El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea**. Bogotá: CEREC; ICAN, 1999.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, v. 1, 2003.

ESCOBAR, A. El postdesarrollo como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005a.

ESCOBAR, A. **Más allá del Tercer Mundo, globalización y diferencia**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005b.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

ESTEVA, G. Desarrollo. In: SACHS, W. (Org.). **Diccionario del Desarrollo. Una Guía del Conocimiento como Poder**. Lima: Pratec, 1996.

ETC GROUP. **¿Quién nos alimentara? ¿la red campesina alimentaria o la red agroindustrial?** 3ª ed. ETC Group, 2017.

ETC GROUP. La alimentación mundial: entre inversiones oscuras y datos masivos. **Cuaderno #116**, 2018.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. 76ª ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIRALDO, O. F. **Ecología política de la agricultura. Agroecología y posdesarrollo**. San Cristóbal de Las Casas: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju**, v. 2, n. 1, p. 14, 2016.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología. Procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba: Litocat, 2002.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137–170, 2010.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115–147, 2008.

GROSGOUEL, R. Hacia la descolonización de las ciencias sociales. Entrevista con Ramón Grosfoguel realizada por Alberto Arribas Lozano y Nayra García-González. In: LOZANO, A. A.; GARCÍA-GONZÁLEZ, N.; VEINGUER, A. Á.; SANTOS, A. O. (Orgs.). **Tentativas, contagios, desbordes. Territorios del pensamiento**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.

GROSGOUEL, R.; MIGNOLO, W. Intervenciones decoloniales: una breve introducción. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 29–37, 2008.

GUDYNAS, E. **Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible**. Quito: ILDIS-FES; Ediciones Abya-Yala, 2003.

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. dos R. DA. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19–39, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. (Org.). **Agroecología. Bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159–176, 2010.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a Campesino: voces de latinoamérica movimiento campesino para la agricultura sustentable**. Managua: Simas, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 1970 - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE. **Censo Demográfico 1980 - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 25/03/2020.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2018>>. Acesso em: 25/03/2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>. Acesso em: 25/03/2020.

IBGE. **População estimada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25/03/2020.

IBGE. **Questionário Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019c. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/coleta-censo-agro-2017/questionarios-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 25/03/2020.

INCRA. **Números de assentamentos no Paraná**. 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 25/03/2020.

IPARDES. **Consequências sociais da transformações tecnológicas da agricultura no Paraná**. Curitiba: Iparades, 1985.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Centro Oriental Paranaense**. Curitiba: Iparades; BRDE, 2004a.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba: Iparades; BRDE, 2004b.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Sudoeste Paranaense**. Curitiba: Iparades; BRDE, 2004c.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Norte Central Paranaense.** Curitiba: IparDES; BRDE, 2004d.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Sudeste Paranaense.** Curitiba: IparDES; BRDE, 2004e.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba.** Curitiba: IparDES; BRDE, 2004f.

IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências.** Curitiba: IparDES, 2007.

ISAAA. **Global status of commercialized biotech/GM Crops in 2017: Biotech crop adoption surges as economic benefits accumulate in 22 years.** New York: ISAAA, 2017.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia.** Ponta Grossa, 2002.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 2ª Jornada de Agroecologia.** Ponta Grossa, 2003.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 3ª Jornada de Agroecologia.** Ponta Grossa, 2004.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 4ª Jornada de Agroecologia.** Cascavel, 2005.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 5ª Jornada de Agroecologia.** Cascavel, 2006.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 6ª Jornada de Agroecologia.** Cascavel, 2007a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 6ª Jornada de Agroecologia.** Cascavel, 2007b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 7ª Jornada de Agroecologia.** Cascavel, 2008a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 7ª Jornada de Agroecologia.** Cascavel, 2008b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 8ª Jornada de Agroecologia.** Francisco Beltrão, 2009a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 8ª Jornada de Agroecologia.** Francisco Beltrão, 2009b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 9ª Jornada de Agroecologia.** Francisco Beltrão, 2010a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 9ª Jornada de Agroecologia.** Francisco Beltrão, 2010b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 10ª Jornada de Agroecologia.** Londrina, 2011a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 10ª Jornada de Agroecologia.** Londrina, 2011b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 11ª Jornada de Agroecologia.** Londrina, 2012.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 12ª Jornada de Agroecologia.** Maringá, 2013a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 12ª Jornada de Agroecologia.** Maringá, 2013b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 13ª Jornada de Agroecologia.** Maringá, 2014a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 13ª Jornada de Agroecologia.** Maringá, 2014b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 14ª Jornada de Agroecologia.** Irati, 2015a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 14ª Jornada de Agroecologia.** Irati, 2015b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 15ª Jornada de Agroecologia.** Lapa, 2016a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 15ª Jornada de Agroecologia.** Lapa, 2016b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 16ª Jornada de Agroecologia.** Lapa, 2017a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Cartilha: 16ª Jornada de Agroecologia.** Lapa, 2017b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 17ª Jornada de Agroecologia.** Curitiba, 2018a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Oficinas agroecológicas: 17ª Jornada de Agroecologia.** 2018b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 17ª Jornada de Agroecologia.** Curitiba, 2018c.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Programação: 18ª Jornada de Agroecologia.** Curitiba, 2019a.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. **Carta: 18ª Jornada de Agroecologia.** Curitiba, 2019b.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. 18ª Jornada de Agroecologia comercializa 18 toneladas de alimentos em Curitiba. 2019c. Disponível em: <<https://jornadadeagroecologia.org.br/2019/09/02/18a-jornada-de-agroecologia-comercializa-18-toneladas-de-alimentos-em-curitiba/>>. Acesso em: 29/4/2020.

JORNADA PARANAENSE DE AGROECOLOGIA. **1ª Jornada Paranaense de Agroecologia: Terra livre de transgênicos e sem agrotóxico.** Ponta Grossa: Gráfica Popular, 2002.

JORNAL SEM TERRA. Milhares de pessoas participam de jornada agroecológica. **Jornal Sem Terra**, v. 220, 2002.

JORNAL SEM TERRA. Destruição de soja transgênica encerra Jornada de Agroecologia. **Jornal Sem Terra**, v. 229, 2003.

LAMINE, C.; MARÉCHAL, G.; DAROLT, M. Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: ensinamentos de uma comparação franco-brasileira. In: PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G.; TEO, C. R. P. A. (Orgs.). **Abastecimento alimentar e mercados institucionais.** Chapecó; Praia (Cabo Verde): Editora UFFS; Edições Uni-CV, 2018.

LAMINE, C.; NIEDERLE, P. A.; OLLIVIER, G. Alliances et controverses dans la mise en politique de l'agroécologie au Brésil et en France. **Natures Sciences Sociétés**, v. 27, n. 1, p. 6–19, 2019.

LEFF, E. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1–2, p. 17–40, 2003.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.

LEFF, E. **La apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2014.

LEFF, E. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 229–262, 2017.

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil. Uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 61–72, 2008.

MAPA. **Resumo de registro de agrotóxicos e afins**. Brasília: MAPA, 2020. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>>. Acesso em: 12/01/2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍN, F.; LARSIMONT, R. ¿Es posible una ecología cosmo-política? Notas hacia la desregionalización de las ecologías políticas. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 15, n. 45, p. 273–290, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. 2ª ed. Barcelona: Icaria, 2006.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEC. **Cadastrado nacional de cursos e Instituições de educação superior**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br> >. Acesso em: 16/06/2020

MIGNOLO, W. La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales. **Revista Chilena de Literatura**, , n. 47, p. 91–114, 1995.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, W. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, v. 8, p. 243–281, 2008.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MINAYO, M. C. S. **La artesanía de la investigación cualitativa**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2009.

MOREIRA, S. S.; VALADÃO, A. C.; SHIMANSKI, É.; BRANDENBURG, A. 14ª Jornada de Agroecologia em Irati, Paraná: espaço de resistência contra a criminalização dos agricultores executores do PAA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, p. 1–7, 2018.

MOTTA, M.; ZARTH, P. Apresentação à coleção: história social do campesinato no Brasil. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis**. São Paulo; Brasília: Unesp; NEAD, 2008. v. 1.

MST. **Programa agrário do MST**. São Paulo: MST, 2013.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E. P.; SCHMITT, C. J.; ÀVILA, M. L.; PETERSEN, P.; ASSIS, W. S. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 270–291, 2019.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia. Polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 1–20, 2016.

O'CONNOR, J. **Causas naturales: ensayos de marxismo ecológico**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2001.

ONU. **Informe de la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y el Desarrollo “Nuestro Futuro Común”**. New York: ONU, 1987.

ONU. **Resolución 44/228 Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo**. New York: ONU, 1989.

ONU. **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo**. New York: ONU, 1993.

ONU. **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible**. New York: ONU, 2012.

ORGANIS. Desvendando o mercado de orgânicos no Brasil. Disponível em: <<https://organis.org.br/pesquisa-consumo-de-produtos-organicos-no-brasil-2017/>>. Acesso em: 2/11/2020.

ORGANIS. Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019. Disponível em: <<https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/>>. Acesso em: 2/11/2020.

PACHECO, I.; TORINELLI, M. Jornada de Agroecologia reafirma necessidade de construir espaços de resistência e autonomia frente ao capital. **MST**, 2016. Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/08/02/jornada-de-agroecologia-reafirma-necessidade-de-construir-espacos-de-resistencia-e-autonomia-frente-ao-capital/>>. Acesso em: 3/5/2020.

PARANÁ. Lei nº 14.162, de 27 de Outubro de 2003. **Diário Oficial do Paraná**, n. 6592, 2003.

PARANÁ. Lei nº 14.861, de 26 de Outubro de 2005. **Diário Oficial do Paraná**, n. 7.090, 2005.

PARAYIL, G. Mapping technological trajectories of the Green Revolution and the Gene Revolution from modernization to globalization. **Research Policy**, v. 32, p. 971–990, 2003.

PASSOS, M.; FABRO, J.; BITTENCOURT, N.; et al. A Rede Sementes da Agroecologia no Paraná (ReSA). **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, p. 1–7, 2018.

PETERSEN, P. Editorial. **Revista Agriculturas**, v. 4, n. 3, p. 2007, 2007.

PETERSEN, P. Agriculturas Alternativas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; SOGLIO, F. D. Institucionalización del enfoque agroecológico en Brasil. Avances y desafíos. **Agroecología**, v. 8, n. 2, p. 73–79, 2013.

PETERSEN, P.; SOGLIO, F. K. D.; CAPORAL, F. R. Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PIERRI, N. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (Orgs.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2005.

PIMENTEL, A. G.; SALES, J. O.; ISAGUIRRE-TORRES, K. R.; SOUZA FILHO, C. F. M. A repressão político-judicial do Estado: a violência legítima da operação agro-fantasma e suas consequências para os agricultores camponeses da Região Sudeste do Paraná. **Emancipação**, v. 17, n. 2, p. 246–264, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina. Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Interthesis**, v. 9, n. 1, p. 1–16, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Lucha por la Tierra: Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Polis**, v. 15, n. 45, p. 291–316, 2016.

POTH, C. M. El modelo biotecnológico en América Latina: un análisis sobre las posturas de los gobiernos de Lula y Kirchner en torno a los organismos genéticamente modificados y su relación con los movimientos sociales. In: BRAVO, A. L.; RODRÍGUEZ, J. L.; CENTURIÓN MERELES, H. F.; DOMÍNGUEZ, D. I.; BRAVO, M. E.; SABATINO, P.; POTH, C. M. (Orgs.). **Los señores de la soja: la agricultura transgénica en América Latina**. Buenos Aires: Ciccus; Clacso, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2000.

RETIÈRE, M.; IZIDORO, R. **Produtos sem veneno são sempre mais caros?** Piracicaba; São Paulo: Instituto Terra Mater; Instituto Kairós, 2015.

SAAVEDRA, J. F. E. **Historia del debate ambiental en la política mundial 1945-1992: la perspectiva latinoamericana.** Santiago de Chile: Universidad Santiago de Chile, 2014.

SALLES FILHO, L. M. **A dinâmica tecnológica da agricultura. Perspectivas da biotecnologia.** 246 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237–280, 2002.

SANTOS, B. de S. Introdução as epistemologias do sul. In: MENESES, M. P.; NUNES, J. A.; AÑÓN, C. L.; BONET, A. A.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Construindo as epistemologias do sul. Para um pensamento alternativo de alternativas.** Buenos Aires: Clacso, 2018. v. 1.

SANTOS, P. C. dos. **Mística da luta: um estudo de caso das Jornadas de Agroecologia do MST.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2019.

SCHMITT, C.; NIEDERLE, P. A.; ÁVILA, M.; et al. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. In: SABOURIN, E.; PATROUILLEAU, M. M.; LE COQ, J. F.; VÁSQUEZ, L.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe.** Porto Alegre: Red PP-AL y FAO, 2017.

SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10–31, 2002.

SEOANE, J. **Las (re) configuraciones neoliberales ambiental: una arqueología de los documentos de Naciones Unidas sobre el ambiente 1972 - 2012.** Buenos Aires: Luxemburg, IEALC, GEAL, 2017.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario.** La Paz: Agruco; Plural Editores; CDE; NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, E. La participacion en la construccion historica latinoamericana de la Agroecologia y sus niveles de territorialidad. **Política y Sociedad**, v. 52, n. 2, p. 351–370, 2015.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. G. DA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SINITOX. Casos, óbitos e letalidade de intoxicação humana por região e centro. Disponível em: <<https://sinitox.iciet.fiocruz.br/dados-nacionais>>. Acesso em: 25/4/2020.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STF. ADI 3035 Paraná. Relator: Min. Gilmar Mendes - Julgado: 06/04/2005 - Tribunal Pleno, 2005. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp>>. Acesso em: 23/3/2020.

STF. ADI 3645 Paraná. Relatora: Min. Ellen Gracie - Julgado: 31/05/2006 - Tribunal Pleno, 2006. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp>>. Acesso em: 23/3/2020.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Observatorio social de América Latina**, v. 13, n. 32, p. 15–38, 2012.

TARDIN, J. M.; JANTARA, A. E. Centro Chico Mendes de agroecologia: terra livre de transgênicos e sem agrotóxico. **Cartilha 3ª “Jornada de Agroecologia”**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2004.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TERRA DE DIREITOS. Jornada de Agroecologia inicia dia 25 em Cascavel. **Terra de Direitos**, 2005. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/jornada-de-agroecologia-inicia-dia-25-em-cascavel/287>>. Acesso em: 3/5/2020.

TERRA DE DIREITOS. Encerramento da 5ª Jornada de Agroecologia reafirma necessidade de mudança da matriz de produção. **Terra de Direitos**, 2006. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/encerramento-da-5-jornada-de-agroecologia-reafirma-necessidade-de-mudanca-da-matriz-de-producao/437>>. Acesso em: 3/5/2020.

TERRA DE DIREITOS. Via Campesina produz agroecológicos no antigo campo da Syngenta. **Terra de Direitos**, 2007. Disponível em: <<https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/via-campesina-produz-agroecologicos-no-antigo-campo-da-syngenta/391>>. Acesso em: 1/4/2020.

TERRA DE DIREITOS. 12ª Jornada de Agroecologia - Seminários discutem soberania alimentar e ameaça representada pelos agrotóxicos e transgênicos. **Terra de Direitos**, 2013. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/12-jornada-de-agroecologia-seminarios-discutem-soberania-alimentar-e-ameaca-representada-pelos-agrotoxicos-e-transgenicos/11155>>. Acesso em: 3/5/2020.

TONÁ, N. **Contribuição dos egressos da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Paraná**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

UNESCO. **Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere**. Paris, 1968.

VÍA CAMPESINA. Vía Campesina ocupa área con cultivo ilegal de transgênicos en Paraná. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/vcampesina-ocupa-a-con-cultivo-ilegal-de-transgcos-en-paran/>>. Acesso em: 25/1/2019.

VÍA CAMPESINA. Syngenta: milicias privadas y asesinatos. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/syngenta-milicias-privadas-y-asesinatos/>>. Acesso em: 25/1/2019a.

VÍA CAMPESINA. Ataque de milicias armadas de Syngenta resulta en muertos y heridos. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/ataque-de-milicias-armadas-de-syngenta-resulta-en-muertos-y-heridos/>>. Acesso em: 1/4/2020b.

VÍA CAMPESINA. Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología, Nyéléni, 2015. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia/>>. Acesso em: 3/1/2019.

VÍA CAMPESINA. Conferencia Internacional de la Reforma Agraria Declaración de Marabá. In: LRAN; GCAR; FOCUS ON THE GLOBAL SOUTH; VÍA CAMPESINA (Orgs.). **Nuevos desafíos y estrategias en la defensa de la tierra y el territorio**. Quezon City: Land Research Action Network (LRAN), 2018.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, , n. 9, p. 131–152, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o rural brasileiro. **Raízes**, v. 23, n. 1–2, p. 82–98, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro. Uma história de resistência. **Revista de Economia Social Rural**, v. 52, n. 1, p. 25–44, 2014.

WEDIG, J. C. Acontecimentos e memórias da Rede Puxirão de povos e comunidades tradicionais do Paraná. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 1, p. 213–231, 2020.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Sustainable Agriculture**, v. 2, p. 27–43, 2009.

WILLER, H.; SCHLATTER, B.; TRÁVNÍEK, J.; KEMPER, L.; LERNOUD, J. The World of Organic Agriculture 2020: Summary. In: WILLER, H.; SCHLATTER, B.; TRÁVNÍEK, J.; KEMPER, L.; LERNOUD, J. (Orgs.); **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2020**, Bonn: FiBL; IFOAM, 2020.

APÊNDICE 1 – FOTOS

FIGURA 17 – MOCHILA JORNADA DE AGROECOLOGIA



Fonte: O autor (2015)

A foto acima retrata a mochila da edição de Irati em 2015. Aquela foi uma edição que buscou colocar em destaque a valorização e promoção da agroecologia e o reconhecimento do campesinato no estado do Paraná, ressaltando uma expressiva presença dos camponeses e camponesas e de experiências agroecológicas no Sudeste paranaense, além de recuperar a memória dos processos de lutas e de resistências camponesas, e de recorrentes processos de criminalizações dos camponeses e camponesas.

FIGURA 18 – MÍSTICA DE ABERTURA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA



Fonte: O autor (2019)

A foto acima retrata a mística de abertura que foi realizada na edição de Curitiba em 2019, em que os camponeses e camponesas puderam ocupar um espaço tradicional das ciências e da cultura dominante: a Universidade – UFPR. Durante a mística houve uma busca por revelar para o plano emocional um conjunto de processos de lutas e de resistências camponesas, assim como, as identidades e expressões camponesas e ecológicas, que foram representadas por meio de distintos símbolos como é possível notar na foto acima.

FIGURA 19 – TÚNEL DO TEMPO DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA



Fonte: O autor (2019)

A foto acima retrata a entrada do Túnel do Tempo que foi montado durante a edição de 2019 no pátio da Reitoria da UFPR, que foi denominado como “A história da luta pela terra e a construção da soberania popular no Brasil”. O Túnel do Tempo é uma atividade que possui protagonismo na juventude camponesa, e que permite uma imersão nas identidades e expressões camponesas e ecológicas.

FIGURA 20 – FEIRA DA 18ª JORNADA DE AGROECOLOGIA



Fonte: O autor (2019)

A foto acima retrata o espaço Culinária da Terra promovido em conjunto com a Feira durante a edição de 2019, montada em toda Praça Santos Andrade em Curitiba, onde também está situado o Prédio Histórico da UFPR. Um espaço onde era possível comprar uma variedade de produtos e de comidas agroecológicas produzidas e vendidas pelos camponeses e camponesas, promovendo a interação entre camponeses e camponesas e consumidores e consumidoras.

ANEXO 1 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS POR MESORREGIÃO GEOGRÁFICA – PARANÁ

A tabela abaixo indica os principais produtos agropecuários produzidos no Centro-Oriental paranaense em 2018. Quanto à lavoura temporária, podemos notar que a produção de soja foi a maior em valor absoluto, porém, ocupa somente a quinta posição no estado do Paraná. De modo que também podemos notar que as demais produções de lavoura temporárias indicadas também possuem pouca expressão quando comparado com o restante do estado. No entanto, podemos perceber que o Centro-Oriental paranaense se destaca em termos estaduais em relação ao rebanho de suínos que possui e pela produção de leite. Embora o Centro-Oriental paranaense tenha índices menores comparado com o resto do estado do Paraná, os dados evidentemente nos revelam que há a presença do projeto do agronegócio nesse território, levando em conta que a maioria dessas produções estão diretamente relacionadas ao projeto do agronegócio.

TABELA 11 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – CENTRO ORIENTAL
PARANAENSE

Produtos	Produção		% em relação a produção total do Paraná	Posição em relação a produção total do Paraná
	Centro Oriental	Paraná		
Lavoura Temporária – Toneladas				
Cana-de-açúcar	16.470	40.169.356	0,04	9º
Soja	1.935.218	19.026.204	10,17	5º
Milho	587.695	12.758.122	4,61	8º
Mandioca	11.995	3.247.827	0,37	10º
Trigo	353.940	2.900.412	12,20	5º
Rebanho – Cabeças				
Galinhas	1.396.393	24.518.726	5,70	6º
Bovino	657.630	9.275.271	7,09	7º
Suíno	880.585	6.899.545	12,76	2º
Origem Animal – Mil				
Leite – Litros	680.981	4.375.422	15,56	3º
Ovos – Dúzias	20.711	420.688	4,92	6º

Nota: Foram selecionados os cinco produtos de lavoura temporária com as maiores produções em nível estadual em valor absoluto.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2018a) e Pesquisa da Pecuária Municipal IBGE (2018b)

A tabela abaixo indica os principais produtos agropecuários produzidos no Oeste paranaense em 2018. Quanto à lavoura temporária, podemos notar que a produção de milho foi a maior em valor absoluto, além de ocupar a primeira posição no estado do Paraná. De modo que também podemos reparar que as demais produções de lavoura temporárias indicadas também possuem expressão ao ocuparem as primeiras posições em termos estaduais. Ademais, podemos perceber que o Oeste paranaense, além de se destacar com as lavouras temporárias, possui o maior rebanho de suínos e uma expressiva produção de leite e de ovos. Com isso, é possível notar que os dados evidentemente nos revelam a intensa presença do projeto do agronegócio nesse território, levando em conta que a maioria dessas produções estão diretamente relacionadas ao projeto do agronegócio e suas expressivas produções.

TABELA 12 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – OESTE PARANAENSE

Produtos	Produção		% em relação a produção total do Paraná	Posição em relação a produção total do Paraná
	Oeste	Paraná		
Lavoura Temporária – Toneladas				
Cana-de-açúcar	160.180	40.169.356	0,39	5º
Soja	3.641.721	19.026.204	19,14	1º
Milho	4.097.362	12.758.122	32,11	1º
Mandioca	299.600	3.247.827	9,22	2º
Trigo	605.219	2.900.412	20,86	1º
Rebanho – Cabeças				
Galinhas	5.874.523	24.518.726	23,96	2º
Bovino	1.138.778	9.275.271	12,28	4º
Suíno	4.283.120	6.899.545	62,08	1º
Origem Animal – Mil				
Leite – Litros	831.426	4.375.422	19,00	2º
Ovos – Dúzias	99.475	420.688	23,65	2º

Nota: Foram selecionados os cinco produtos de lavoura temporária com as maiores produções em nível estadual em valor absoluto.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2018a) e Pesquisa da Pecuária Municipal IBGE (2018b)

A tabela abaixo indica os principais produtos agropecuários produzidos no Sudoeste paranaense em 2018. Quanto à lavoura temporária, podemos reparar que a produção de soja foi a maior em valor absoluto, contudo, ocupa somente a sétima posição no estado do Paraná. De mesmo modo, é possível notar que as demais produções de lavoura temporárias indicadas também possuem pouca expressão quando comparado com o restante do estado. No entanto, podemos perceber que o Sudoeste paranaense se destaca em termos estaduais em relação à quantidade de galinhas que possui e pela produção de leite e de ovos. Assim como no Centro-Oriental paranaense, embora apresente índices menores comparado com o resto do estado do Paraná, os dados evidentemente nos revelam que há a presença do projeto do agronegócio no Sudoeste paranaense, levando em conta que a maioria dessas produções estão diretamente relacionadas ao projeto do agronegócio.

TABELA 13 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – SUDOESTE PARANAENSE

Produtos	Produção		% em relação a produção total do Paraná	Posição em relação a produção total do Paraná
	Sudoeste	Paraná		
Lavoura Temporária – Toneladas				
Cana-de-açúcar	41.113	40.169.356	0,10	6º
Soja	1.633.115	19.026.204	8,58	7º
Milho	624.347	12.758.122	4,89	6º
Mandioca	102.425	3.247.827	3,15	6º
Trigo	356.235	2.900.412	12,28	4º
Rebanho – Cabeças				
Galinhas	5.879.356	24.518.726	23,98	1º
Bovino	511.661	9.275.271	9,27	6º
Suíno	860.315	6.899.545	7,41	3º
Origem Animal – Mil				
Leite – Litros	1.043.470	4.375.422	23,85	1º
Ovos – Dúzias	109.691	420.688	26,07	1º

Nota: Foram selecionados os cinco produtos de lavoura temporária com as maiores produções em nível estadual em valor absoluto.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2018a) e Pesquisa da Pecuária Municipal IBGE (2018b).

A tabela abaixo indica os principais produtos agropecuários produzidos no Norte Central paranaense em 2018. Quanto à lavoura temporária, podemos notar que a produção de cana-de-açúcar foi a maior em valor absoluto, além de ocupar a segunda posição no estado do Paraná. De maneira que também podemos reparar que as demais produções de lavoura temporárias indicadas – soja, milho e trigo – também possuem expressão, ao ocuparem a segunda posição em termos estaduais. Ademais, podemos perceber que o Norte Central paranaense, além de se destacar com as lavouras temporárias, possui o terceiro maior rebanho de bovinos e de galinhas. Com isso, é possível notar que os dados nos revelam a intensa presença do projeto do agronegócio nesse território, levando em conta que a maioria dessas produções estão diretamente relacionadas ao projeto do agronegócio e suas expressivas produções.

TABELA 14 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – NORTE CENTRAL PARANAENSE

Produtos	Produção		% em relação a produção total do Paraná	Posição em relação a produção total do Paraná
	Norte Central	Paraná		
Lavoura Temporária – Toneladas				
Cana-de-açúcar	10.856.639	40.169.356	27,03	2º
Soja	3.071.423	19.026.204	16,14	2º
Milho	2.327.591	12.758.122	18,24	2º
Mandioca	189.900	3.247.827	5,85	3º
Trigo	481.158	2.900.412	16,59	2º
Rebanho – Cabeças				
Galinhas	4.408.007	24.518.726	17,98	3º
Bovino	1.158.518	9.275.271	12,49	3º
Suíno	143.906	6.899.545	2,08	7º
Origem Animal – Mil				
Leite – Litros	229.778	4.375.422	5,25	6º
Ovos – Dúzias	89.867	420.688	21,36	3º

Nota: Foram selecionados os cinco produtos de lavoura temporária com as maiores produções em nível estadual em valor absoluto.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2018a) e Pesquisa da Pecuária Municipal IBGE (2018b)

A tabela abaixo indica os principais produtos agropecuários produzidos no Sudeste paranaense em 2018. Quanto à lavoura temporária, podemos perceber que a produção de soja foi a maior em valor absoluto, de modo semelhante como ocorreu na maioria dos territórios, porém, ocupa somente a oitava posição no estado do Paraná. Também podemos constatar que as demais produções de lavoura temporárias destacadas têm pouca expressão quando comparamos com o restante do estado. Desta maneira, o maior destaque em termos estaduais é o rebanho de suínos, que ocupa a quarta posição. Porém, mesmo que apresente baixos índices de produções, os dados nos destacam a presença do projeto do agronegócio no Sudeste, levando em conta que a maioria dessas produções estão diretamente relacionadas ao projeto do agronegócio.

TABELA 15 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – SUDESTE PARANAENSE

Produtos	Produção		% em relação a produção total do Paraná	Posição em relação a produção total do Paraná
	Sudeste	Paraná		
Lavoura Temporária – Toneladas				
Cana-de-açúcar	12.405	40.169.356	0,03	8º
Soja	1.123.885	19.026.204	5,91	8º
Milho	564.535	12.758.122	4,42	9º
Mandioca	67.485	3.247.827	2,08	7º
Trigo	100.019	2.900.412	3,45	8º
Rebanho – Cabeças				
Galinhas	556.069	24.518.726	2,27	10º
Bovino	265.280	9.275.271	2,86	9º
Suíno	312.823	6.899.545	4,53	4º
Origem Animal – Mil				
Leite – Litros	201.833	4.375.422	4,61	8º
Ovos – Dúzias	4.798	420.688	1,14	10º

Nota: Foram selecionados os cinco produtos de lavoura temporária com as maiores produções em nível estadual em valor absoluto.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2018a) e Pesquisa da Pecuária Municipal IBGE (2018b).

A tabela abaixo indica os principais produtos agropecuários produzidos na Metropolitana de Curitiba em 2018. Quanto à lavoura temporária, podemos reparar que novamente a produção de soja foi a maior em valor absoluto, contudo, ocupa somente a décima posição no estado do Paraná. Também podemos notar que em termos proporcionais, a produção de mandioca é aquela que mais se destacou, enquanto que as demais produções temporárias indicadas tenham pouca expressão quando comparamos com o restante do estado. Vale lembrar que a Metropolitana de Curitiba possui distintas características político-sociais, culturais, econômicas e ambientais, que acabam impactando no tipo e na quantidade de produções, porém, os dados revelam que há a presença do projeto do agronegócio.

TABELA 16 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (2018) – METROPOLITANA DE CURITIBA

Produtos	Produção		% em relação a produção total do Paraná	Posição em relação a produção total do Paraná
	Metropolitana de Curitiba	Paraná		
Lavoura Temporária – Toneladas				
Cana-de-açúcar	31.520	40.169.356	0,08	7º
Soja	600.010	19.026.204	3,15	10º
Milho	479.632	12.758.122	3,76	10º
Mandioca	161.277	3.247.827	4,97	4º
Trigo	33.158	2.900.412	1,14	9º
Rebanho – Cabeças				
Galinhas	1.591.837	24.518.726	6,49	5º
Bovino	197.030	9.275.271	2,12	10º
Suíno	129.975	6.899.545	1,88	8º
Origem Animal – Mil				
Leite – Litros	63.206	4.375.422	1,44	10º
Ovos – Dúzias	21.847	420.688	5,19	5º

Nota: Foram selecionados os cinco produtos de lavoura temporária com as maiores produções em nível estadual em valor absoluto.

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2018a) e Pesquisa da Pecuária Municipal IBGE (2018b).

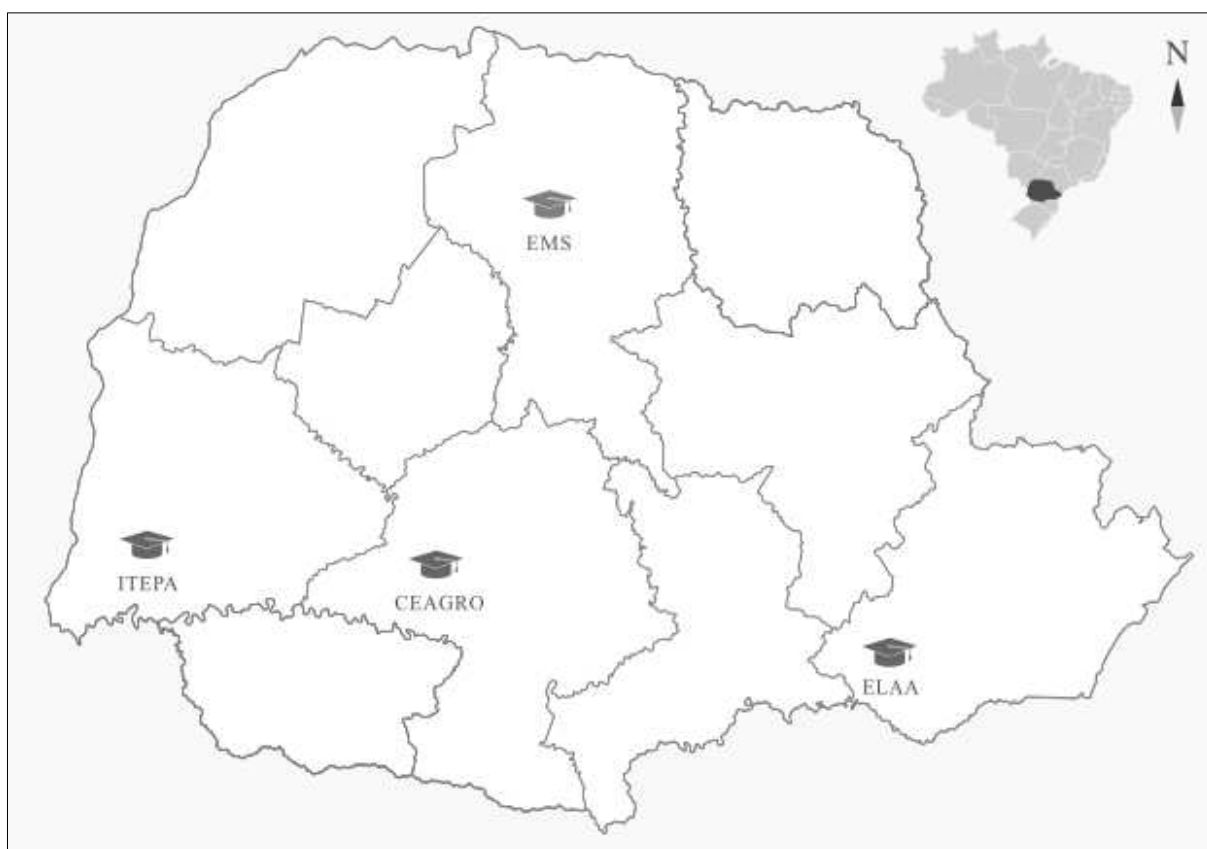
ANEXO 2 – ESCOLAS E CENTROS DE AGROECOLOGIA

Escolas de agroecologia no estado do Paraná coordenadas pelos movimentos sociais.

- Escola José Gomes da Silva – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa na Reforma Agrária – ITEPA – São Miguel do Iguaçu;
- Escola Iraci Salete Strozak – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – CEAGRO – Rio Bonito do Iguaçu e Cantagalo;
- Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA – Lapa;
- Escola Milton Santos de Agroecologia – EMS – Maringá.

Destas quatro escolas, somente a escola associada ao ITEPA encerrou suas atividades pedagógicas. O mapa abaixo indica a localização das escolas no estado do Paraná.

FIGURA 21 – ESCOLAS E CENTROS DE AGROECOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ



Fonte: O autor (2020)

ANEXO 3 – OFICINAS AGROECOLÓGICAS

QUADRO 43 – LISTA DAS OFICINAIS AGROECOLÓGICAS REALIZADAS NA 17ª JORNADA DE AGROECOLOGIA

Oficinas Agroecológicas
<p>1. Sementes crioulas, semente da vida</p> <p>Os participantes serão acolhidos pelas crianças com uma mística e tomarão conhecimento da história das sementes e do processo que foi construído em Mandirituba, onde poderão ter contato com variedades de sementes e conhecer a estrutura da Casa de Semente no espaço agroecológico da ABAI</p> <p>Oficineira: Inês Fátima Polidoro – ABAI</p> <p>Local: ABAI – Mandirituba</p>
<p>2. Abelhas Nativas sem Ferrão</p> <p>Interlocução com os participantes a respeito do mundo maravilhoso das abelhas nativas sem ferrão para o equilíbrio dos ecossistemas e os benefícios para a humanidade.</p> <p>Oficineira: Benedito Antônio Uczai</p> <p>Local: Associação dos Meliponicultores de Mandirituba – Mandirituba</p>
<p>3. Sistemas Agroflorestais Agroecológicos no Contestado</p> <p>A oficina propõe apresentar processos produtivos agroflorestais no Assentamento Contestado com os próprios agricultores, sob uma perspectiva ecológica, política, econômica e sociocultural com base em agroecossistemas sustentáveis e princípios agroecológicos.</p> <p>Oficineira: Martin Ewert – Cooperativa Terra Livre</p> <p>Local: Assentamento Contestado – Lapa</p>
<p>4. Saúde no solo e produção de bioinsumos</p> <p>Noções básicas sobre saúde nos solos e plantas, abrangendo as experiências produtivas agroecológicas realizadas pela Cooperativa Terra Livre, enriquecida com a produção e utilização de bioinsumos.</p> <p>Oficineira: Fredy Magrini – Cooperativa Terra Livre</p> <p>Local: Assentamento Contestado – Lapa</p>
<p>5. Enxertia de plantas frutíferas</p> <p>Discussão sobre os motivos para se realizar enxertia, melhores épocas do ano para enxertar, escolha das plantas para coletar galhos.</p> <p>Oficineira: André Luís Alves Miguel – EMATER</p> <p>Local: Assentamento Contestado – Lapa</p>

6. Aquaponia

a) Criação de peixes em sistema artificial (caixas de água) integrado com a produção de hortaliças em sistema “aquapônico”.

Oficineira: Eleandro M. Stresser – CEEP Newton Freire Maia

b) Plantio direto de hortaliças e supressão de plantas espontâneas com auxílio do papelão

Produção de hortaliças sem a utilização de implementos revolvedores de solo, rotação de culturas, uso do papelão como “cobertura morta” na supressão das plantas espontâneas.

Oficineira: Maria Emília Frankowski – CEEP Newton Freire Maia

Local: Colégio Agrícola Newton Freire Maia – Pinhais.

7. Uso sustentável do Bambu

Conhecimentos essenciais sobre o bambu; morfologia, caracterização e comportamento de espécies; noções de manejo, colheita, tratamento e propagação de bambu; aproveitamento e uso do bambu em estruturas e soluções rurais.

Oficineira: Nailton Lima – CPRA

Local: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – Pinhais

8. Olericultura agroecológica

Como produzir hortaliças em bases Agroecológicas: tipos de adubação orgânica, preparo do solo, espaçamentos, produção de mudas, plantio, consórcios e policultivos, cultivo protegido e a céu aberto, plantas condimentares e aromáticas.

Oficineira: Equipe produção vegetal do CPRA

Local: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – Pinhais

9. Produção animal agroecológica

a) Criação racional de suínos da raça mouro: alimentação alternativa, instalações sustentáveis e criação em cama profunda.

Oficineira: Equipe produção animal do CPRA

b) Avicultura colonial de postura: Visita de campo as instalações referentes à produção de ovos do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, principais raças, instalações sustentáveis, dimensionamento de pilonetes, alimentação e manejo.

Oficineira: Equipe produção animal do CPRA

c) Produção agroecológica de leite: Explicação do sistema de produção de leite no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e abordagem dos temas: comportamento e bem-estar animal, ordenha, cuidados com animais jovens e manejo de dejetos.

Oficineira: Equipe produção animal do CPRA

d) Produção de fitoterápicos para uso na criação animal: pré e pós dipping, pomadas e infusões. Principais alternativas utilizadas para o controle de parasitas no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia.

Oficineira: Equipe produção animal do CPRA

10. Microrganismos eficazes

Noções sobre microrganismos eficazes, métodos de captura, reprodução e utilização nos sistemas agrícolas. Teórico pela manhã, prática à tarde.

Oficineira: Hélio Roggenbaum

Local: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – Pinhais

11. Sistema de irrigação para hortaliças

Objetiva demonstrar aos agricultores que trabalham com hortaliças, a montagem de sistemas de irrigação por micro aspersão, de baixo investimento financeiro e com boa eficiência técnica.

Oficineira: João de Ribeiro Reis Junior e Renato da Silveira Krieck – EMATER

Local: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – Pinhais

12. Avaliação da qualidade do solo

Prática de avaliação de indicadores de qualidade do solo e manejo em sistemas agroecológicos.

Oficineira: Daniele Martin Sandri, EMATER

Local: Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), Pinhais

13. Fruticultura Temperada

Sistemas de condução de plantas, cobertura do solo, poda e enxertia. Principais espécies e cultivares de frutas de clima temperado.

Oficineira: Clóvis Hoffmann e Noel Da Silva – IAPAR

Local: Instituto Agronômico do Paraná – Lapa

14. Minhocultura e vermicompostagem

Curiosidades, ciclo de vida e reprodução das minhocas; hábitos e condições para multiplicação das minhocas; aprenda a fazer e manejar um minhocário; como fazer uma vermicomposteira doméstica e acelerar o composto de restos vegetais; utilização e mercado de húmus; doação de minhocas vermelhas (*Eisenia Andrei*) para início de um minhocário.

Oficineira: Moacir Darolt – IAPAR

Local: Instituto Agronômico do Paraná – Lapa

15. Produção de leite de búfala em sistema agroecológico

Manejo do rebanho, produção de forragens, manejo de solos e custo de produção do leite em sistema agroecológico.

Oficineira: José Lino Martinez – IAPAR

Local: Instituto Agronômico do Paraná – Lapa

16. Sistemas Agroflorestais

Desenho, implantação e manejo de sistemas agroflorestais tropicais.

Oficineira: Jonas Souza e agricultores do acampamento.

Local: Acampamento José Lutz Embarguer – Antonina

17. Cultivo, reconhecimento e uso de plantas medicinais

A oficina trabalhará o reconhecimento de plantas medicinais, bem como seu uso e valor terapêutico. Como cultivar as plantas.

Oficineira: Maria Lima – Assentamento Contestado

Local: Feira na Praça Santos Andrade – Curitiba

18. Comercialização solidária e agroecológica: o exemplo das Cestas Solidárias

Apresentação da metodologia de comercialização solidária (CSA, Cestas Solidárias, e Teia Agroecológica, Comércio Justo) com relatos de agricultores, consumidores e técnicos envolvidos.

Oficineira: Ivo Melão – CPRA; e agricultores

Local: UFPR – Curitiba

19. Homeopatia na agropecuária

Produção de Leite; uso da homeopatia na Agropecuária e no manejo sanitário da bovinocultura de leite. Apresentação de resultados de uma das formas utilizadas para tratamento das doenças e controle de endoparasitas e ectoparasitas da bovinocultura no município de Missal, Região de Cascavel.

Oficineira: Ronaldo Antônio Fochesatto – EMATER

Local: UFPR – Curitiba

20. O que é bioenergia

A oficina irá abordar o que é a Bioenergia, sua importância na saúde popular e como está organizada no Paraná.

Oficineira: Sadi – MST

Local: UFPR – Curitiba

21. Produção de morango orgânico suspenso e em substrato

Como produzir morangos orgânicos em substrato, instalações necessárias, nutrição e manejo de pragas e doenças.

Oficineira: Nilson Zacarias Bernabé Ferreira – EMATER

Local: UFPR – Curitiba

22. Água: da captação ao descarte responsável

Situação dos mananciais regionais, águas superficiais frente aos contaminantes endócrinos e relação com a saúde humana e do ecossistema. Apresentação de métodos de proteção de nascentes e de tratamento de efluentes domésticos rurais.

Oficineira: Orlando Assis – EMATER

Local: UFPR – Curitiba

23. Aprendendo a fazer algumas caldas fertilizantes, preventivas, protetoras e curativas das culturas. Existe calda milagrosa?

Como aparecem as pragas e doenças? Como aumentar as defesas naturais na horta, lavouras, frutíferas? Técnicas para controlar e repelir insetos; Preparo de caldas caseiras, bokashi, microrganismos de mata, etc.

Oficineira: Júlio Carlos Bittencourt Veiga Silva – EMATER

Local: UFPR – Curitiba

24. Plantas medicinais e alimentícias não convencionais

Cultivo de algumas plantas medicinais e alimentícias não convencionais como ora-pro-nóbis, ruibarbo, berta-lha, sabugueiro, capuchinha, boldo, babosa, erva-cidreira entre outros. Abordagem da propagação ao processamento.

Oficineiras: Márcia Marzagão Ribeiro; Mariana Monteiro Kugler Batista; UFPR; CPRA e GEAE

Local: UFPR – Curitiba

25. Diálogo entre agroecologia e hortas urbanas comunitárias

O objetivo da oficina é o debate e construção do tema do direito à cidade e a agroecologia, abordando questões relativas às hortas urbanas comunitárias, como uma possibilidade de implementar a agroecologia na periferia da cidade. Pretende-se refletir acerca da potencialidade organizativa das hortas comunitárias, como uma pauta política.

Oficineiros: Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA

Local: Associação de Moradores Canaã – Curitiba

26. Produção urbana de alimentos e a soberania alimentar

Esta oficina tem o intuito da construção do debate acerca da soberania alimentar e a produção urbana de alimentos viabilizada pela consolidação de hortas mantidas coletivamente. O objetivo geral pretende também apresentar o debate sobre a produção de alimentos saudáveis e a problematização do uso de agrotóxicos na agricultura.

Oficineiros: Escola Latino-americana de Agroecologia ELAA

Local: Centro de Educação Infantil Maria Cazetta – Curitiba

ANEXO 4 – ATORES SOCIAIS

QUADRO 44 – ATORES SOCIAIS QUE PARTICIPARAM DA COORDENAÇÃO DO PROJETO AGROECOLÓGICO

Atores sociais	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
ADAF						
Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA)						
Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA)						
Associação de Estudos, Orientação e Assistência Técnica Rural (ASSESOAR)						
Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)						
Comunidades Tradicionais						
Comissão Pastoral da Terra (CPT)						
CRESOL						
Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER)						
Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA)						
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)						
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL)						
Fóruns Regionais						
IAF						
IEEP						
Instituto Equipe						
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)						
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)						
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)						
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)						
OMTR						
Pastoral da Juventude Rural (PJR)						
Rede Ecovida						
RURECO						
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR)						
Governo de Londrina						
Governo de Maringá						
Governo de Palmeira						
Governo de Ponta Grossa						
Terra de Direitos						
Via Campesina						

Fonte: Jornada Paranaense de Agroecologia (2002) e Jornada de Agroecologia (2003, 2004, 2005, 2006, 2007b).

ANEXO 5 – PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL

TABELA 17 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL

Estado	Estabelecimentos agropecuários – produção orgânica		Total	Posição
	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim		
Acre	198	1.079	1.277	17º
Alagoas	625	2.762	3.387	8º
Amapá	34	67	101	25º
Amazonas	62	278	340	23º
Bahia	194	500	694	19º
Ceará	111	305	416	22º
Distrito Federal	224	272	496	21º
Espírito Santo	374	1.148	1.522	15º
Goiás	1.031	2.686	3.717	6º
Maranhão	247	1.193	1.440	16º
Mato Grosso	535	1.767	2.302	11º
Mato Grosso do Sul	115	196	311	24º
Minas Gerais	2.737	8.147	10.884	1º
Pará	592	3.396	3.988	5º
Paraíba	507	1.376	1.883	12º
Paraná	1.696	5.360	7.056	2º
Pernambuco	923	4.859	5.782	3º
Piauí	28	13	41	26º
Rio de Janeiro	867	1.500	2.367	10º
Rio Grande do Norte	465	1.407	1.872	13º
Rio Grande do Sul	791	2.785	3.576	7º
Rondônia	301	1.295	1.596	14º
Roraima	123	510	633	20º
Santa Catarina	836	2.085	2.921	9º
São Paulo	1.519	3.374	4.893	4º
Sergipe	225	970	1.195	18º
Tocantins	-	-	-	27º

Fonte: IBGE (2019a)